

Mensagem do Presidente	3
Execução do Plano de Actividades	5
Acolhimento ao Município e Comunicação	6
Auditoria e Qualidade	31
Modernização Administrativa	33
Estudos e Planeamento Estratégico	35
Jurídico e Apoio aos Órgãos Autárquicos	53
Recursos Humanos	61
Promoção da Economia Local	70
Turismo	83
Cultura	89
Educação e Formação	100
Juventude e Voluntariado	113
Promoção Social e Saúde	121
Administração do Território	163
Ambiente	190
Segurança e Protecção Civil	229
Desporto	234
Receita	236
Projectos e Obras	239
Relatório de Gestão	245
Anexos	325



Mensagem do Presidente



Matosinhos
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

2010

Mar, Movimento e cultura.

Construímos um concelho a pensar em si. Uma autarquia alicerçada no cidadão.

Em 2010 Matosinhos foi um concelho em permanente movimento, captando novos investimentos, públicos e privados para a construção de novos equipamentos e infra-estruturas, que a todos nos estimula.

2010 demonstrou, também, uma autarquia com excelente saúde financeira que se mantém firme nas suas principais opções.

Na orla costeira, na consolidação dos projectos culturais, na revolução operada na educação e no desporto, mantivemos a aposta reiterada e inovadora, que conseguiu envolver toda a região, criando um movimento constante que nos permitiu competir, colocando, a nível nacional, Matosinhos referência hodierna.

Um Concelho faz-se valorizando as pessoas, estimulando a sua presença e a sua criatividade.

E numa época de crise, conjugamos a afirmação de uma autarquia dinâmica com políticas sociais inclusivas e solidárias que apoiaram activamente os cidadãos. Construímos novas creches, centros de dia, lançamos um programa de apoio ao arrendamento. Estivemos mais próximos e solidários, construímos um concelho a pensar em si.

Este ano e meio de mandato expressa de forma clara os compromissos assumidos no contrato que estabelecemos com os cidadãos e dá-nos confiança para prosseguirmos o projecto e a estratégia que definimos para Matosinhos, uma cidade moderna, solidária e dinâmica, construída a pensar em si.

Temos energia e confiança no futuro, estamos empenhados em continuar a construir Matosinhos.



O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'G. Pinto'.

Dr. Guilherme Pinto



Execução do Plano de Actividades



Matosinhos
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

2010

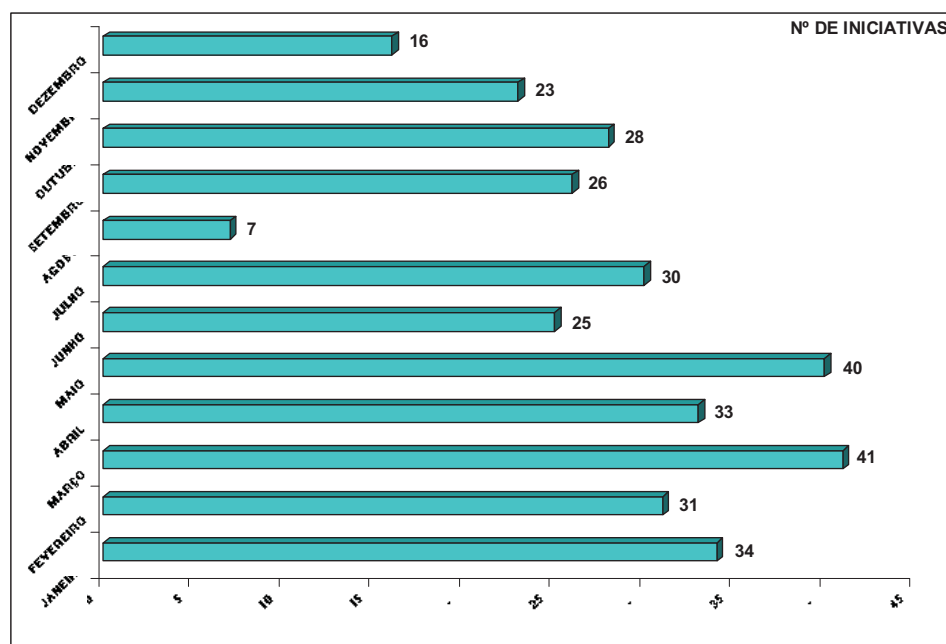
Acolhimento ao Múncipe e Comunicação

Este é, por excelência, um gabinete direccionado para o cidadão, para o atendimento, para as relações públicas, para a comunicação. Por isso, na actividade diária, assumimos uma forte aposta na proximidade, no profissionalismo e na qualidade do atendimento, na celeridade das respostas a cada solicitação, na preparação das iniciativas municipais, no apoio protocolar, na gestão dos espaços, na comunicação e na imagem.

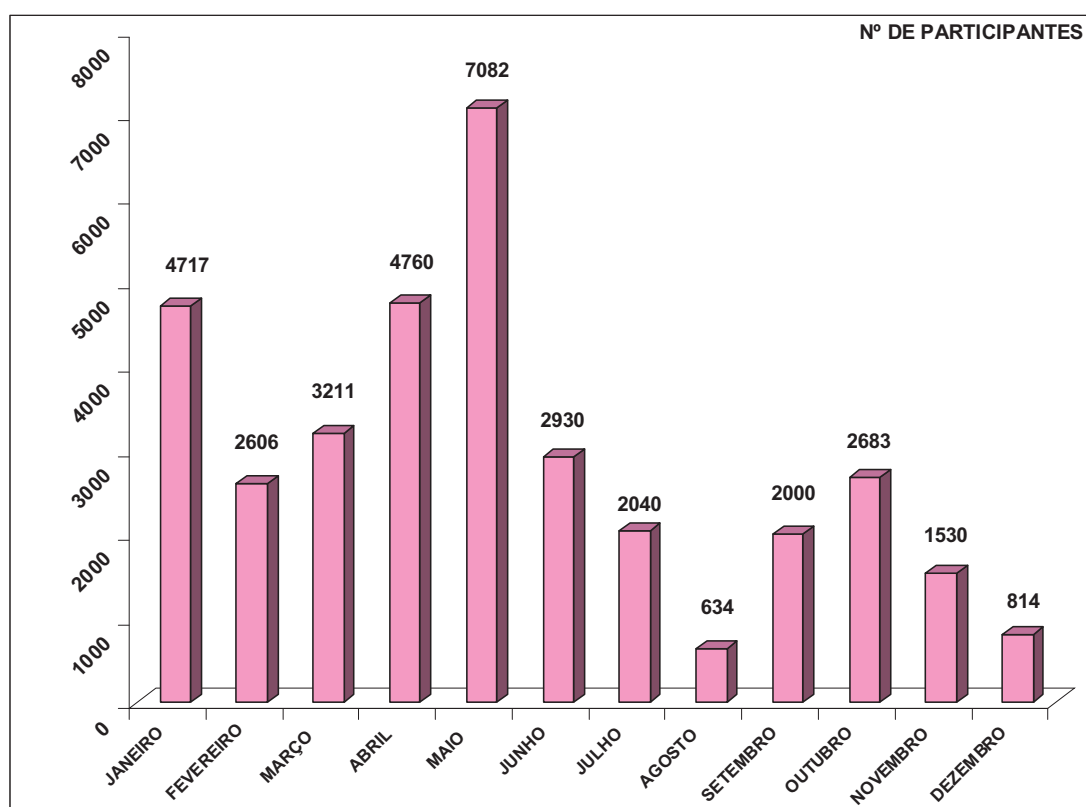
Nos Serviços de Relações Públicas executa-se diariamente uma gestão de ocupação de espaços minuciosa, com particular atenção para o respectivo apoio protocolar, cumprido por profissionais especializados em Protocolo e Relações Públicas.

Organização de Eventos

Janeiro, Abril e Maio foram os meses com maior número de iniciativas organizadas e/ou apoiadas pelos Serviços de Relações Públicas. Em contrapartida, Setembro e Dezembro registaram o menor número.



Durante o ano de 2010, os Serviços de Relações Públicas contabilizaram 334 iniciativas por si apoiadas e/ou geridas, num número total de 35.007 participantes. Se repararmos no gráfico seguinte, verifica-se que Janeiro, Abril e Maio foram os meses em que se registou um maior número de presenças em eventos da Câmara Municipal.

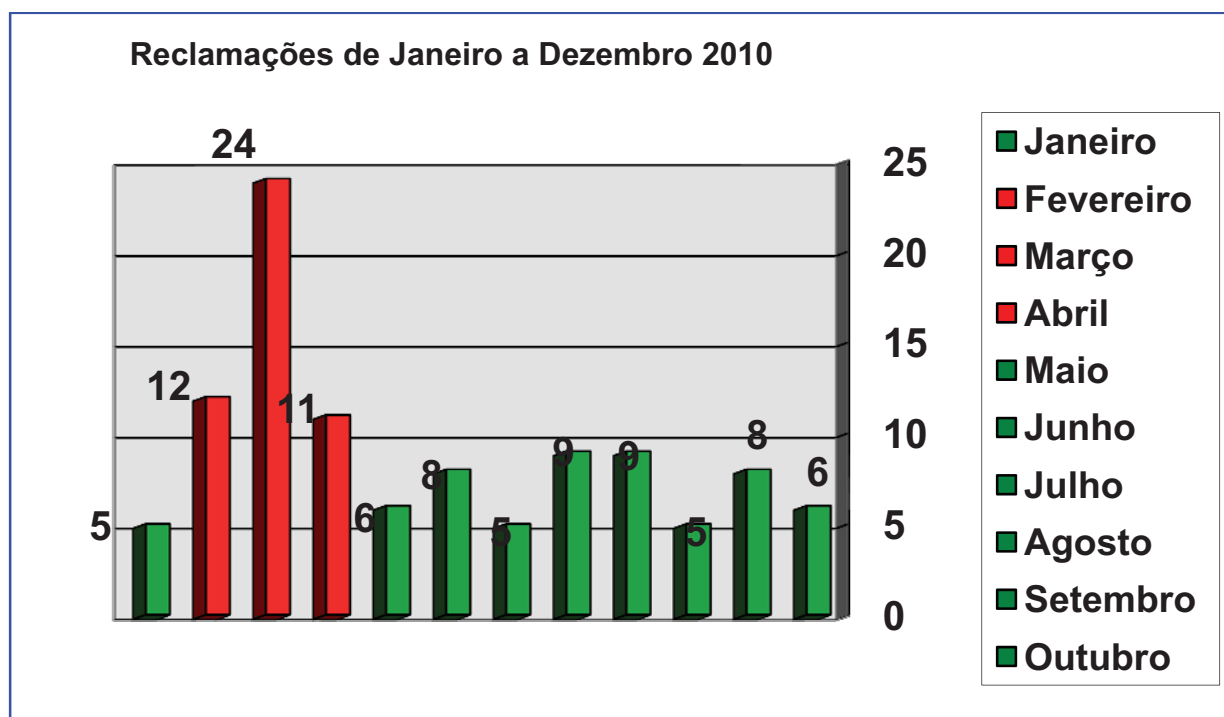


Livro de Reclamações

A análise das reclamações efectuadas no Livro de Reclamações da Loja do Município permite-nos verificar que de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2010, foram feitas **108**, o que dá uma média de **8,9** reclamações por mês.

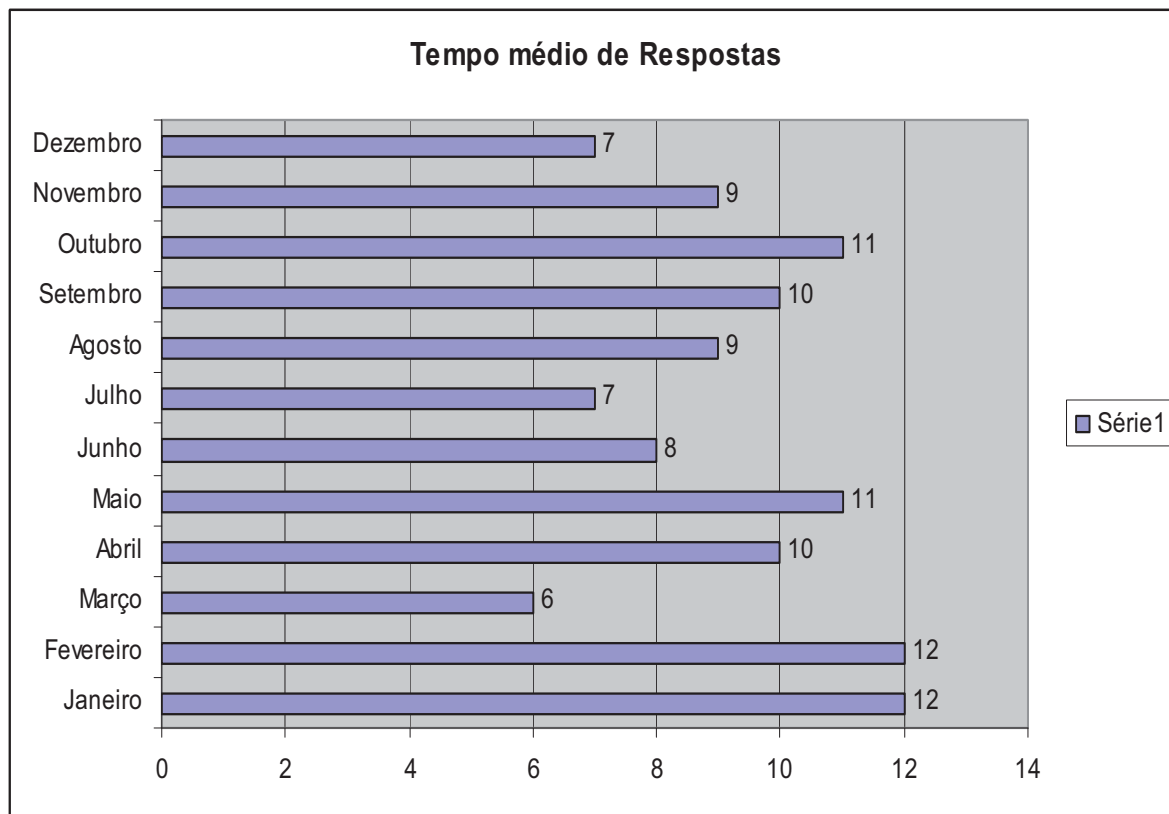
Os meses que registaram um maior número de ocorrências foram Março (24 reclamações), seguindo-se Fevereiro (12 reclamações) e depois Abril (11 reclamações), sendo que os restantes meses registaram nove ou menos reclamações. Os dados mencionados permitem-nos, assim, inferir que o

número de ocorrências tem vindo a diminuir, sendo possível subentender a existência de uma maior eficácia dos serviços da Loja do Município, bem como uma maior satisfação por parte dos munícipes.

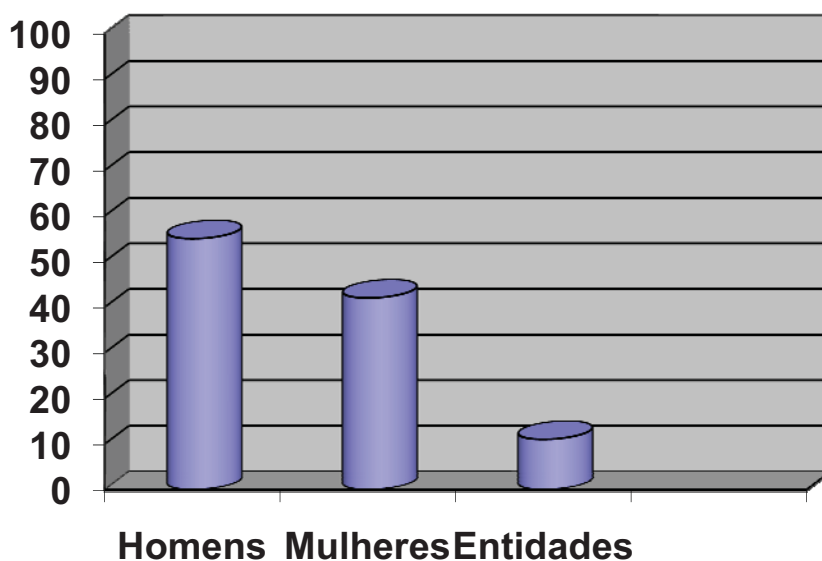


Quando partimos para a análise do tempo médio em que é dada uma resposta ao munícipe ao longo de 2010, é possível concluir que este tempo varia entre os 12 dias, nos meses de Janeiro e Fevereiro, e os 6 dias conseguidos no mês de Março (curiosamente no mês em que ocorreram mais reclamações), situando-se o tempo médio de resposta mensal dos restantes meses entre os 6 e os 12 dias.





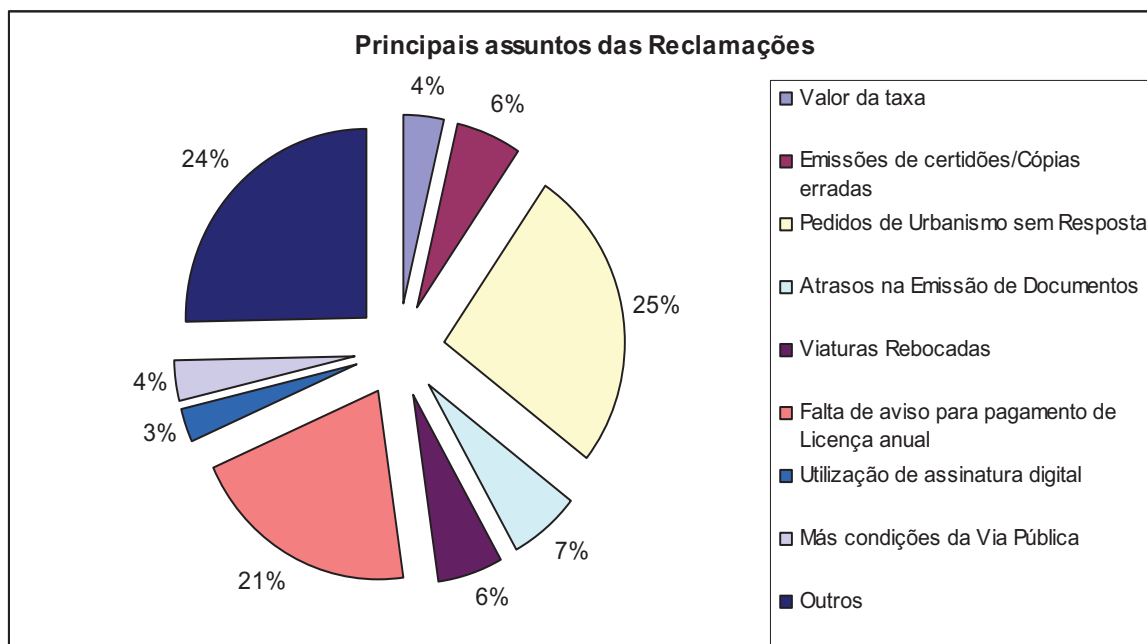
Quando temos como base da nossa análise o género associado às reclamações efectuadas no livro de reclamações da Loja do Município, os resultados abaixo apresentados permitem-nos deduzir que os homens reclamam mais (55 ocorrências), mas as mulheres não ficam muito longe (42 ocorrências). Destacam-se, ainda, as reclamações desenvolvidas por parte de entidades – 11 ocorrências registadas no livro.



O gráfico seguinte torna possível obter uma noção geral dos principais assuntos que foram, durante 2010, alvo de reclamação por parte dos cidadãos/municípios.

Uma observação mais detalhada deste gráfico mostra-nos que os temas mais abordados foram os **“Pedidos de Urbanismo sem resposta”** com 25% das reclamações sendo, efectivamente, este o ponto em que os municípios parecem ter mais necessidade em reclamar.

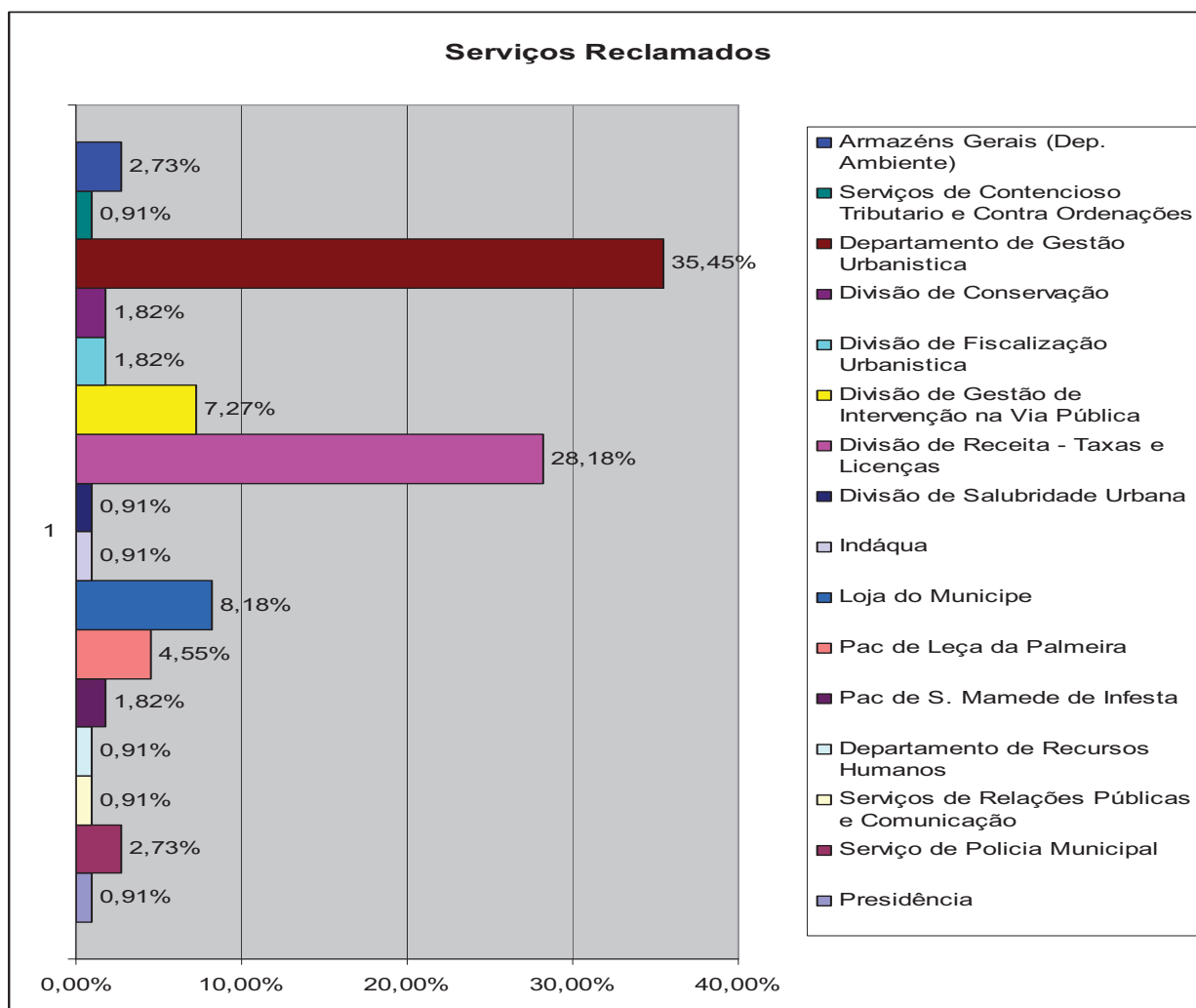
Seguem-se, muito de perto, as reclamações relacionadas com a **utilização de assinatura digital** – 24%. Em relação a este assunto, a reclamação do munícipe/cidadão surge pelo facto de, com a entrada em vigor da lei 60/2007 de 04/09, art. 8º, todo e qualquer procedimento ligado a operações urbanísticas ter de ser feito em formato digital e obrigar o sujeito a possuir cartão do cidadão. Existem, assim, muitas queixas pela impossibilidade de se efectuarem pedidos em formato papel e/ou tendo como documento de identificação o bilhete de identidade.



Outro dos assuntos que podemos destacar é a **falta de aviso para pagamento das licenças anuais** de Publicidade e Cemitérios, que surgem com 21% das reclamações.

Nas questões mais levantadas pelos reclamantes aparecem, com 7%, aquelas que dizem respeito ao **atraso na emissão de documentos**, seguindo-se as reclamações relativas à **emissão de Certidões/cópias erradas**, com 6%, as **viaturas rebocadas**, também com 6%, bem como as que se inserem na categoria **“outros”** (estas reclamações reportam a assuntos deixados pelos cidadãos sobre os mais diferenciados temas, de que são exemplo, o alerta de obras a decorrer na via pública, assuntos relacionados com o horário da Loja do Município, com cemitérios, entre outros) – que representam, também, 6% das reclamações efectuadas durante o ano de 2010.

Os restantes assuntos mencionados apresentam valores percentuais ainda mais baixos, mas nem por isso menos importantes. Com 4% foram registadas reclamações por danos em viaturas resultantes das **más condições da Via Pública**. Ainda com a mesma percentagem, os munícipes expressaram o seu desagrado pelo **valor das Taxas** cobradas pelo Município.



Quando passamos à análise dos departamentos sobre os quais incidem as reclamações efectuadas no livro de reclamações, verificamos que os serviços mais reclamados são os do Urbanismo. Depois temos os Serviços de Taxas e Licenças, com 28% das reclamações, seguidas da Loja do Múncipe com 8%. Todos os outros serviços mencionados no gráfico têm uma percentagem inferior a esta, num total de 16 serviços que foram alvo de algum tipo de reclamação no livro.

Em jeito de síntese, é importante salientar que foram analisados de forma minuciosa os tempos médios de resposta às reclamações efectuadas no Livro, sendo possível constatar que num universo de 108 reclamações, as respostas perfazem um total de 969 dias o que dá um tempo médio de resposta de **8,97 dias**. Em 2009, contabilizamos 92 reclamações e um total de 1027 dias de resposta, o que conferiu um tempo médio de resposta de **11,16 dias**.

Estruturas de Divulgação de Eventos - Lonas

As estruturas informativas (lonas) são uma forma de comunicação externa essencial na divulgação das várias iniciativas organizadas ou apoiadas pela Autarquia e obedecem a um estudo ou planeamento estratégico de posicionamento cuidadoso.

Listagem das estruturas:

5 Estruturas em Matosinhos

1 Estrutura em Custóias

1 Estrutura em Guifões

1 Estrutura em Lavra

1 Estrutura em Leça do Balio

3 Estruturas em Leça da Palmeira

1 Estrutura em Perafita

2 Estruturas em S. Mamede de Infesta

3 Estruturas na Senhora da Hora

1 Estrutura em Santa Cruz

Durante o ano 2010, nos 19 espaços disponíveis, foram divulgadas **33 iniciativas da autarquia**. Foram também divulgadas algumas iniciativas que contaram com o apoio da Câmara, num total de **98 lonas**.

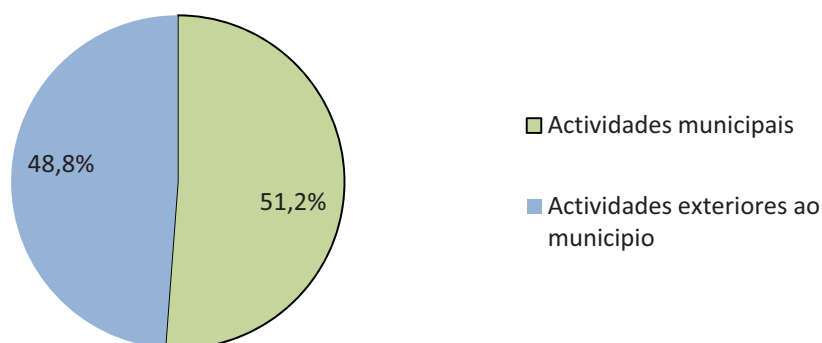
Estruturas de divulgação de eventos - mupies

O Gabinete de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação tem, neste momento, à sua responsabilidade 45 estruturas (mupies de 1,20x0,80 e mupies de 1,76x1,20) nas quais publicita os eventos que decorrem no concelho, sejam eles de âmbito municipal ou de iniciativas de outras instituições com que o município colabora e apoia.

No que diz respeito aos mupies de 1,20x0,80, em 2010 foram publicitadas 39 eventos municipais ou apoiados pelo município, uma média de 3 iniciativas/mês. Os meses com maior número de eventos por nós publicitados foram Abril e Novembro e os de menores iniciativas em Março e Agosto.

Das 39 iniciativas levadas a cabo, 20 foram eventos que tiveram o município envolvido, ou seja, foram iniciativas de cariz municipal. Nas restantes, a Câmara surge como parceira na divulgação das diferentes actividades. Assim temos que 51,2% de todas as actividades divulgadas foram de incidência municipal.

Actividades divulgadas em 2011

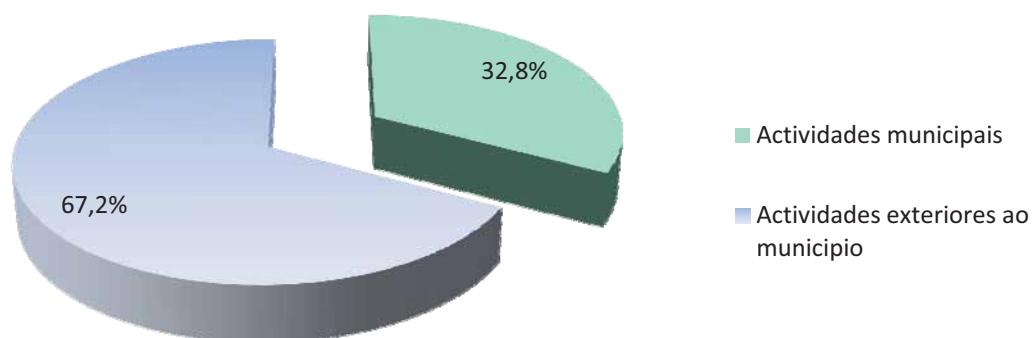


Quanto aos mupies de 1,76x1,20, destaca-se a publicitação de 73 eventos ao longo do ano de 2010, com uma média mensal de seis. Maio e Novembro foram os meses com maior número de divulgações. Agosto e Dezembro foram os menos “movimentados” no que diz respeito a este tipo de mupie.

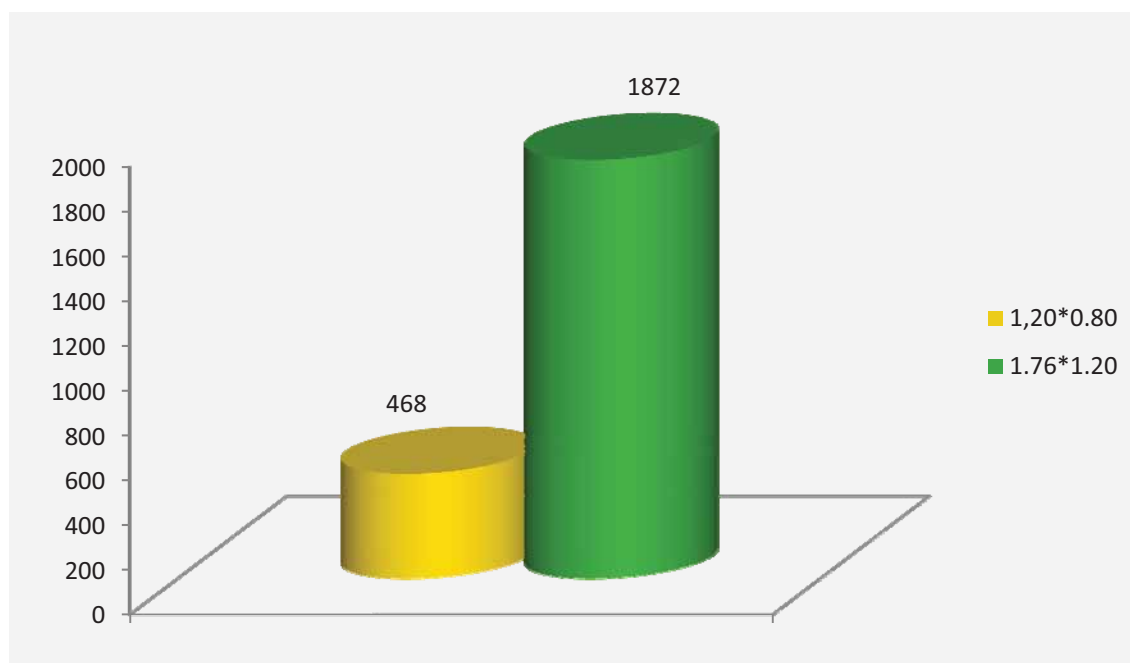
Das 73 iniciativas efectuadas durante todo o ano, 24 foram de cariz municipal, tendo as restantes iniciativas contado com a parceria da autarquia mas de eventos exteriores ao município.

Assim temos 32,8% de iniciativas de cariz municipal, sendo que 67,2% foram iniciativas exteriores ao município que contaram com a nossa parceria na divulgação das suas actividades e às quais o município se associou.

Actividades divulgadas em 2011



Ao longo de todo o ano, quer nas estruturas menores, quer nas de maiores dimensões a sua ocupação foi total, tendo sido ao longo do ano colocados mais de 468 cartazes com medidas de 1.20*0.80, bem como, 1872 cartazes com dimensões de 1.76*1.20.



Base de dados

Uma base de dados bem desenvolvida é, sem dúvida, um dos maiores activos de qualquer instituição, uma ferramenta fundamental e imprescindível. Esta informação é objecto de actualização periódica, na medida em que se encontra em constante mutação. No ano de 2009 verificou-se e executou-se:

- um aumento do número da Base de Dados e consequente limpeza de informações já desactualizadas;
- especialização da mesma Base, tendo por objectivo a criação de públicos - alvo para as diferentes iniciativas da Autarquia.

Por altura da elaboração deste relatório, o número total da Base de Dados dos Serviços de Relações Públicas da Câmara Municipal de Matosinhos é de **14.103**. Contudo, a actualização dos ficheiros nunca está completa; pelo contrário, é acompanhada escrupulosamente e com uma periodicidade de carácter diário.

Mailing

Durante o ano de 2010, houve sempre a preocupação de enviar cada mailing com pelo menos uma semana de antecedência. A preocupação dos Serviços de Relações Públicas é ganhar a luta contra o tempo que muitas vezes, ainda que involuntariamente, é imposta pelos outros serviços que solicitam o nosso apoio num timing apertado. A conjugação de todos os esforços tem permitido dar uma resposta bastante positiva e eficaz às solicitações da instituição em termos de mailing.

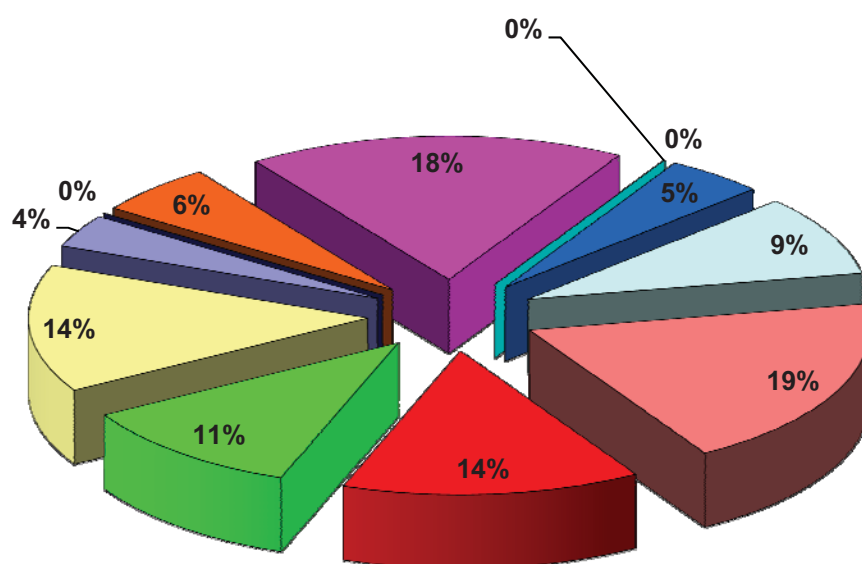
A selecção dos públicos-alvo é feita, geralmente, pelos Serviços de Relações Públicas. Há sempre a preocupação em coadunar quem se convida e o evento em causa, para que a resposta dos convidados, em termos de presenças, possa ser elevada.

Ao longo do ano de 2010, as principais preocupações, ao nível de mailing, foram o cumprimento de prazos e adequação de públicos ao evento em questão.

MÊS	CONVITES ENVIADOS - TOTAL	CONVITES ENVIADOS COM CORREIO AZUL
JANEIRO	2.244	2.244
FEVEREIRO	4.331	4.331
MARÇO	9.203	7.283
ABRIL	6.793	6.793
MAIO	5.262	4.864
JUNHO	6.856	4.555
JULHO	1.757	1.286
AGOSTO	0	0
SETEMBRO	2.722	2.722
OUTUBRO	8.586	8.586
NOVEMBRO	0	0
DEZEMBRO	0	0
TOTAL	47.754	42.664

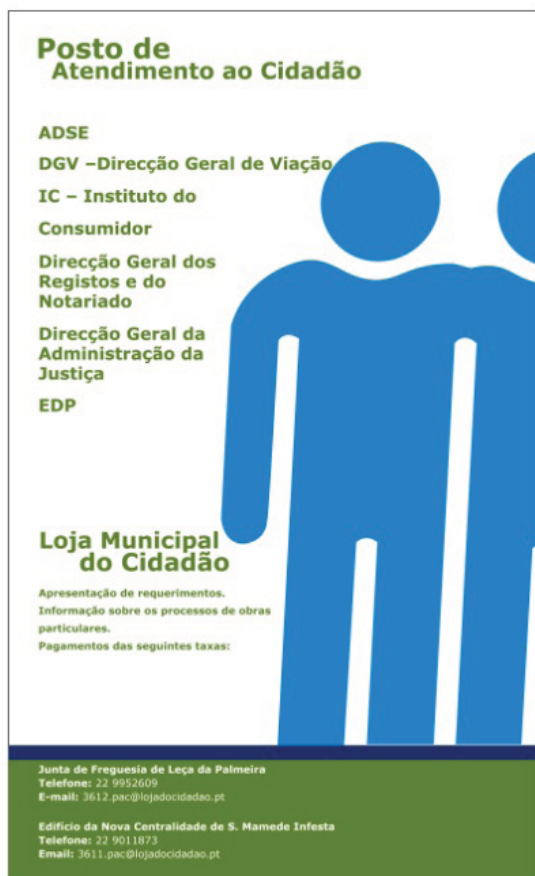
No ano de 2010 foram enviados 90.418 **convites**, sendo 42.664 por correio azul.

CONVITES ENVIADOS - TOTAL



JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

Posto de Atendimento aos Cidadãos (PAC)



No contexto das acções e projectos conducentes a uma maior aproximação do Estado ao cidadão, surgiu a Loja do Cidadão. Para complementar esse serviço, e no sentido de dar uma maior apoio à população de Matosinhos, a Câmara Municipal criou dois postos de Atendimento aos Cidadãos, um Leça da Palmeira, outro em S. Mamede tendo como principal objectivo, a partir de um ponto único de contacto, personalizado, fornecer serviços vários da Administração Pública: fornecer informação ao cidadão, receber diferentes pedidos relativos aos produtos nele disponibilizados e encaminhar os pedidos para as respectivas entidades tramitadoras.

A actividade funcional dos Postos de Atendimento ao Cidadão, em S. Mamede de Infesta e em Leça da Palmeira, foi reforçada pela introdução de novas valências no âmbito da ADSE, nomeadamente

através da emissão do Cartão Europeu de saúde da Segurança Social e da recepção e encaminhamento para os serviços centrais de recibos, serviço este que tem registado um interesse e uma afluência significativos, nomeadamente junto das populações idosas que habitam juntos a estes equipamentos.

Para além destes novos serviços registou-se a manutenção de todos os serviços protocolados, destacando-se o serviço do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) como um dos serviços de excelência para os utentes e que foi reforçado com as recentes alterações no que diz respeito á renovação das cartas de condução em função da idade. A Loja Municipal do Cidadão tem igualmente reforçado a sua presença como equipamento descentralizado, no que respeita à prestação de alguns serviços municipais.

Durante o ano de 2010, o PAC de Leça da Palmeira fez **4284 atendimentos**, sendo o maior número (1717) relativo à substituição ou revalidação da carta de condução (IMTT) e à ADSE (768).

O PAC de S. Mamede de Infesta registou **6482 atendimentos**, registando-se, ainda que de forma invertida, a mesma tendência: o maior número de interações (1433) diz respeito à ADSE, seguindo-se o IMTT com 867 e a EDP com 618.

Espaços internet

Acesso gratuito à internet, presença permanente de monitores, diferentes actividades lúdicas e formação são algumas das vertentes a destacar nos três Espaços Internet que a autarquia disponibiliza aos cidadãos: no Centro Comercial Antiga Câmara, em Matosinhos, na Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo, e na Nova Centralidade em S. Mamede de Infesta.

Durante o ano de 2010, registaram-se **16.013 utentes** no conjunto dos três espaços, com destaque para Matosinhos (7009), seguindo-se S. Mamede de Infesta (6750) e, por fim, Santa Cruz do Bispo (2434).



Serviços de Comunicação e Imagem

Os Serviços de Comunicação e Imagem consideram a comunicação interna e externa, e a conciliação das duas, como uma das bases essenciais do seu trabalho, uma vez que a concretização de uma imagem ajustada e assente em critérios credíveis interna e externamente decorrerá da nossa capacidade de desenvolver, com êxito, estas duas vertentes.

Comunicação Interna – Reunião Geral de Trabalhadores

Depois do interregno de 2009, em 2010 retomamos a organização da Reunião Geral de Trabalhadores que se realizou desta vez em Maio e não em Setembro como era habitual. Este foi o encontro onde se registou a presença um maior número de colaboradores, cerca de 900, e mais uma vez, resultou de uma grande conjugação de esforços de toda a equipa do GAMC, com particular destaque para os Serviços de Relações Públicas e para os Serviços de Comunicação e Imagem.

Foram apresentados dois filmes, “Construir o Futuro” e Homenagem Póstuma a Mário Maia, e foram homenageados os funcionários aposentados.



Revista Municipal

A Revista Municipal é um dos meios de comunicação mais importantes da autarquia, permitindo, com periodicidade trimestral, dar a conhecer à população a actividade autárquica, bem como os principais eventos realizados ao longo do ano.

Durante o ano de 2010, os Serviços de Comunicação e Imagem produziram 3 edições da revista em formato papel, seguindo o modelo anteriormente adoptado: 36 páginas com design “clean” e conciso.

O trabalho desta unidade orgânica passa pela recolha de todo o material necessário à elaboração dos conteúdos da revista, acompanhamento de terreno das actividades da Câmara, recolha e selecção de material fotográfico, desenvolvimento de textos e acompanhamento de todo o processo de execução da Revista Municipal.

Contudo, ainda durante o ano de 2010, introduzimos uma inovação no que à Revista Municipal diz respeito. Depois da introdução da gestão documental ou da entrega de pedidos de urbanismo apenas em formato digital, optamos pela produção da Revista Municipal em versão online. O número 23, de Dezembro de 2010, foi a primeira experiência e teve uma feed-back positivo da parte da população. A Revista é divulgada em versão dazbook pela página da internet, sob a forma de newsletter e através das redes sociais. Este foi mais um passo dado no sentido da eliminação do papel rumo a um concelho mais sustentável e ecológico.



Página da internet



A página da Internet mantém-se como uma das nossas grandes prioridades. A nossa actividade é diária e permanente: a actualização das notícias, a inserção de eventos, a disponibilização das agendas e das actas das Reuniões de Câmara, bem como dos editais das Assembleias Municipais; a colocação online dos concursos, de anúncios e editais, de regulamentos em discussão pública, a divulgação das notas de imprensa, a colocação de filmes e eventos na MTS TV, etc, etc.

De referir, por exemplo, que em 2010 foram criadas **37 newsletters** destinadas a todos os cidadãos que se inscreveram para recepcionar a nossa informação, numa **mailing list** que ronda os **13.930 cidadãos**.

Ao longo de 2010 foram inseridas **300 notícias**. Na agenda de eventos, foram colocados **307 eventos**.

Em Junho de 2010, no âmbito do lançamento mundial do social plugin do facetou, integramos na nossa página da internet a possibilidade de comentar (Like/Gosto) as notícias e eventos. Esta implementação possibilita a partilha imediata dos nossos conteúdos em milhares de perfis desta rede social. Assim sendo, e uma vez que o tráfego mundial da internet está cada vez mais focado na utilização das redes sociais, os nossos conteúdos, em vez de serem unicamente partilhados na página da internet da Câmara, passam a estar disponíveis a todos os utilizadores das redes sociais, nomeadamente aos utilizadores do Facebook, Twitter e LinkedIn. Obtivemos, desta forma, um alargamento exponencial no número de seguidores da actividade da autarquia.

No final de 2010, avançamos com um restyling da página, introduzindo novas funcionalidades, com destaque para uma grande implantação da vertente empresarial (com implementação a concluir em 2011).

Em 2010 criamos ainda novas áreas, nomeadamente o submenu da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)**, Praias (Ambiente), Centro Veterinário Oficial de Matosinhos (Ambiente). O Associ@r (directório do associativismo concelhio) continua a receber toda a nossa atenção sendo também alvo de uma actualização diária.

De salientar também que em 2010 os Serviços de Comunicação e Imagem criaram o perfil no facebook do Mar à Mesa, bem como a respectiva webtv. A georeferenciação da restauração e alojamento é efectuada sempre que surgem novos dados.

Matosinhos na Web 2.0

Reconhecendo a importância crescente destas redes no contacto com as pessoas, a autarquia de Matosinhos lançou-se na Web 2.0 criando perfis no YOU TUBE, TWITTER, MOGULUS, FACEBOOK, LINKED IN, entre outros.

O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web, uma tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A ideia é que o ambiente online se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo.

Este é um trabalho diário e incessante que nos permite, a um baixo custo, excelentes resultados comunicacionais. Ao longo de 2010, os Serviços de Comunicação e Imagem dedicaram particular atenção aos nossos perfis nas diferentes redes sociais, com destaque para o facebook.



Twitter: http://twitter.com/CM_MATOSINHOS - 350 seguidores

Facebook: <http://www.facebook.com/cmMatosinhos>

Depois de se iniciar no facebook com uma página de amigos, e após esta ter atingido o limite máximo (5 mil amigos) os SCI criaram uma página de fãs de 2ª Geração que conta, neste momento, com 5769 pessoas. Neste momento (dados de 29/03/2011) a página de fãs da Câmara Municipal de Matosinhos ocupa a 30ª posição da classificação Governo e Sociedade, sendo a primeira autarquia do país nesta lista, à frente, por exemplo, de Lisboa, Cascais e Maia. Quanto à taxa de crescimento, temos uma média de 6,71 fãs por dia, 53,50 fãs por semana e 180 fãs por mês.

Ao longo de 2010, foram introduzidas algumas inovações a esta página: mural com actualizações directas da página www.cm-matosinhos.pt, info com ligações aos nossos diferentes sites da Câmara, uma landind page inicial de boas-vindas personalizada seguindo-se uma outra em flash com links para os diferentes serviços da autarquia, formulário de contacto directo do facebook para a autarquia, via email, galeria fotográfica de Matosinhos, youtube box, possibilidade de colocação de tópicos em debate via redes sociais, envio frequente de convites à participação nas iniciativas da autarquia, com editor avançado e possibilidade de anexar alerta ao Outlook, I acesso em tempo real ao twitter da Câmara, webtv exibida em simultâneo no facebook, formulário de inscrição na nossa newsletter e ainda foursquare, ou seja, ligação ao nosso perfil nesta rede social de geolocalização.

Youtube: <http://www.youtube.com/GCICMMatosinhos> (desde 12 de Janeiro de 2009)

Exibições do canal: 10074 - Total de exibições do material enviado: 5489

Flickr: <http://www.flickr.com/photos/cmmatosinhos>

11 fotos - 1278 visualizações

LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/cmmatosinhos>

56 conexões

WebTv: http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=38438

Voz do Múncipe e Contacte o Presidente

“Voz do Múncipe” e “Contacte o Presidente” são dois serviços disponibilizados através da página de Internet, desde Março de 2006, e que constituem uma das formas de comunicação com a autarquia mais usadas pelos nossos múnicipes.



A todos os comentários formulados pelos múnicipes é fornecido de imediato uma resposta automática (com cópia do conteúdo da mensagem enviada), atribuindo-lhe um código, com a indicação de que recebemos o email e que este vai ser analisado, mas a resposta final é preparada pelos Serviços de Comunicação e Imagem, em articulação com os vários serviços da autarquia.

No ano de 2010, recebemos 620 emails através da Voz do Múncipe, uma média de 52 por mês. No serviço Contacte o Presidente, foram registados 317 emails, uma média de 25 mensais.

Semestralmente, é elaborado um relatório com a análise estatística dos dados recolhidos.

Publicidade

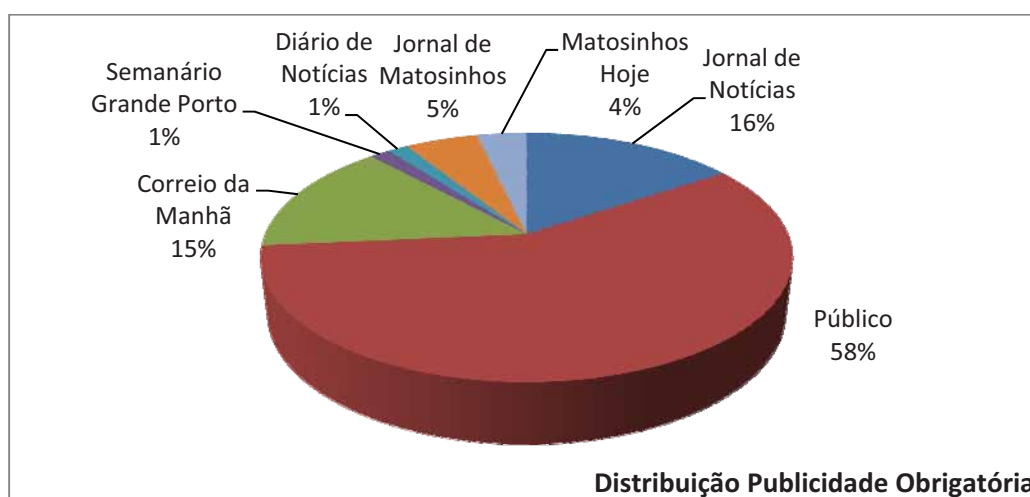
Em 2010, a gestão da publicidade da autarquia foi feita de forma contextualizada e meticulosa, procedendo-se a uma adequada gestão de recursos.

Compete ainda a estes serviços a elaboração de planos de meios e planos de comunicação, entre os quais destacamos o Plano de Meios das Festas do Senhor de Matosinhos, em colaboração com a ANCIMA, Plano de Comunicação do LEV, em conjunto com a Biblioteca Municipal, ou dos Hospitalários, em conjunto com a unidade orgânica responsável pelo evento.

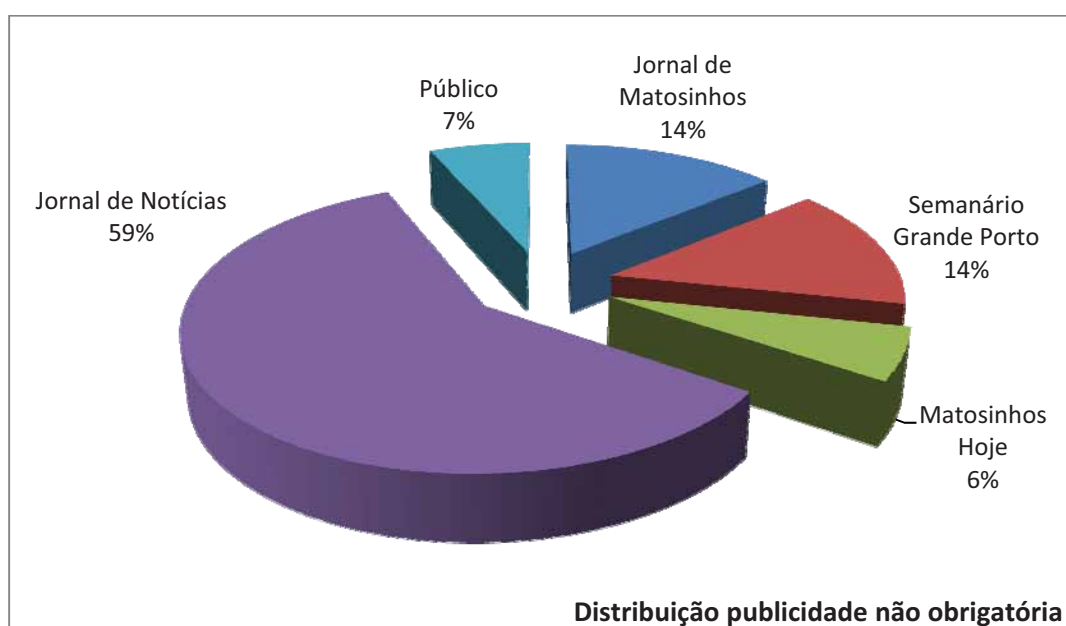


No âmbito da publicidade, há que fazer duas distinções: a publicidade obrigatória, resultante de uma imposição legal e que condiciona a colocação da mesma em órgãos de comunicação de âmbito local, nalguns casos, de âmbito nacional, noutros, e outras ainda em ambas as situações.

Em 2010, foi assim a distribuição da publicidade obrigatória:



Quanto à não obrigatória, a gestão é feita mediante o evento a comunicar e o respectivo target. Eis a distribuição de 2010 no que diz respeito à distribuição pelos jornais:



Em 2010, colocamos no Porto Canal cerca de **58 spots publicitários** no âmbito do protocolo que a autarquia estabeleceu com este canal.

A Rádio Clube de Matosinhos divulgou cerca de **16 campanhas informativas de âmbito municipal**, divulgadas praticamente todas diariamente durante algumas semanas.

Cartas e placas de obras

A uniformização da imagem do município ao nível das obras municipais teve, também, a sua continuidade, perdurando a nossa aposta no contacto com os munícipes através do envio de cartas com informações sobre as nossas obras (**45 ao longo de 2010**), bem como, com a colocação de **placas de obras (8)** nos locais de implementação das mesmas com informação variada e pertinente.



Produção audiovisual

Ao longo de 2010, os Serviços de Comunicação e Imagem criaram **130 filmes** para veiculação nos plasmas da Loja do Múncipe, na MTS TV (Web tv da autarquia), no Youtube, nos painéis outdoor colocados no início do IP4, em Matosinhos, e no cruzamento da Circunvalação, junto ao Norteshopping, na Senhora da Hora.

Destaque ainda para a produção do filme “Construir o futuro” (Maio de 2010) realizado por uma produtora mas com direcção, coordenação e textos da total responsabilidade dos Serviços de Comunicação e Imagem.

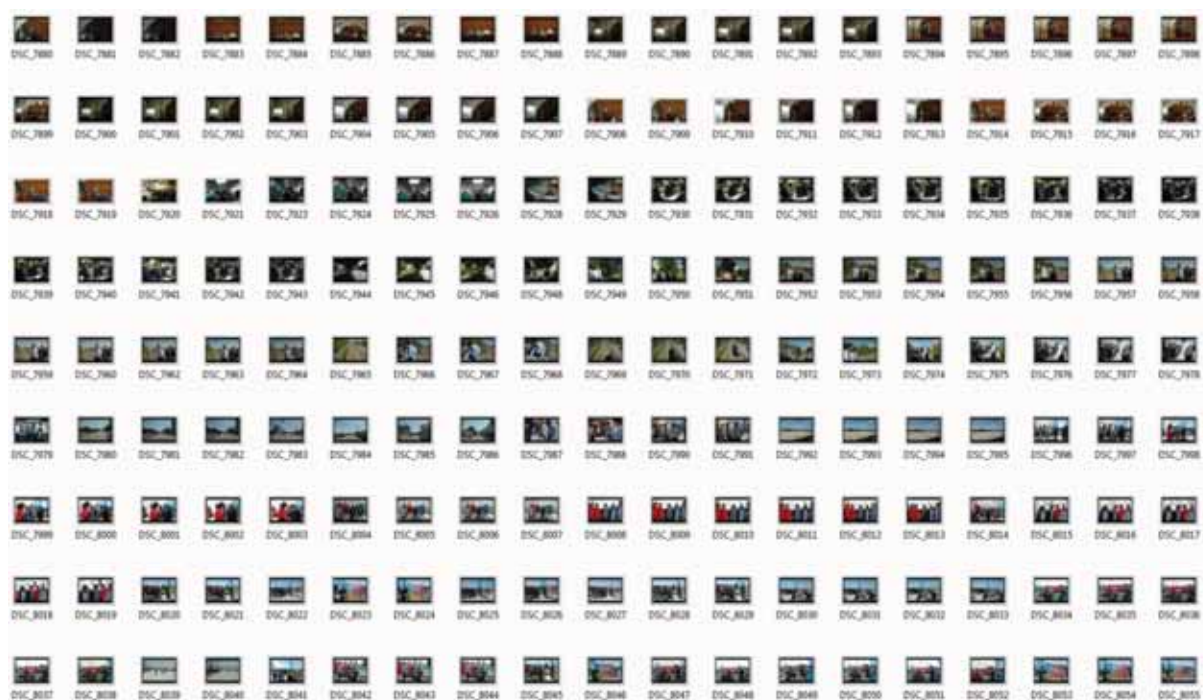
Produção fotográfica

Compete aos Serviços de Comunicação e Imagem garantir a cobertura fotográfica de toda a actividade municipal bem como o acompanhamento quer do Presidente da Câmara, quer do restante Executivo, em diferentes iniciativas.

Em 2010 foram fotografados **280 eventos**. As milhares de fotografias daí resultantes são tratadas, armazenadas e catalogadas digitalmente para depois serem utilizadas na página da internet, nas redes sociais, na revista municipal, etc.

É importante salientar que estes Serviços garantem a cedência de fotos para os órgãos de comunicação social sempre que necessário, um trabalho que reforça a presença da Câmara Municipal e funciona como uma mais-valia ao nível da assessoria de imprensa.

Os Serviços de Comunicação e Imagem fazem igualmente cedência de fotos para outros fins, que não económicos, mediante solicitação justificada, ratificada superiormente e com referência aos respectivos créditos.



Análise estatística de informação comunicacional/estudos

Depois de em 2009 termos aplicado com sucesso o inquérito de satisfação para a Loja do Município, em 2010 continuamos o nosso trabalho ao nível dos estudos comunicacionais implementando um questionário de satisfação dos utilizadores da página da internet, aplicado entre Julho e Outubro, bem como respectivo relatório de análise estatística.

Em 2010, efectuamos também um conjunto de inquéritos junto do público de diferentes eventos com o objectivo de perceber de que forma é que os cidadãos têm conhecimento das iniciativas da Câmara e qual a importância das redes sociais na respectiva divulgação.

Trimestralmente, elaboramos ainda um relatório de análise estatística dos acessos à página da internet.

Contacto com os órgãos de comunicação social

Compete aos Serviços de Comunicação e Imagem desenvolver, em conjunto com os assessores de imprensa da autarquia, todo o trabalho de assessoria de imprensa. Em 2010, foram elaborados 12 dossiers de imprensa, para além de todo o apoio ao nível de notas de imprensa e comunicados.

Fazemos o envio quinzenal da agenda de eventos da autarquia para um alargado conjunto de órgãos de comunicação social.

A este nível destaque ainda para o facto de se ter retomado, em Setembro de 2010, a elaboração de um relatório mensal com a análise da presença da município de Matosinhos nos mass media, incluindo jornais online e blogs.

Compete ainda a este gabinete a gestão da **presença da autarquia na Iporto** com inserção trimestral de toda a informação na plataforma electrónica deste meio de comunicação da Área Metropolitana do Porto.

Auditoria e Qualidade

No desenvolvimento das suas actividades o Gabinete de Auditoria e Qualidade pautou - se por uma lógica de proactividade na prossecução dos seus objectivos, tendo em vista apoiar a organização no alcance da eficácia eficiência e economia dos procedimentos bem como da transparência e legalidade, mediante a avaliação do controlo de risco existente nas praticas adoptadas, e na partilha das recomendações e das propostas para a adopção de boas praticas de gestão.

Foi com base nesta linha de orientação, que o gabinete desenvolveu o seu plano e cronograma de acção, abrangendo os seus três vectores de actuação - Auditoria, Qualidade e Desenvolvimento, procurando colaborar igualmente com a administração para a crescente satisfação dos seus clientes e dos seus colaboradores e ao mesmo tempo para a garantia da adequação do sistema de controlo interno.



No que respeita ao contributo dado para a satisfação dos clientes e colaboradores foram desenvolvidas Auditorias de acompanhamento a todos os processos dos serviços certificados, assessoria aos serviços Certificados e procedeu-se á reengenharia do SGQ da Divisão da Promoção Cívica Juventude e Voluntariado.

Ficou assim garantida a continuação da certificação dos serviços anteriormente certificados, a inclusão dos serviços da DPCJV no actual Sistema de Gestão de Qualidade, procedendo-se para isso à reengenharia dos seus processos.

Garantiu-se que a certificação fosse um instrumento para introduzir mais-valia nos processos, através da sua agilização, optimização, monitorização e desenvolvimento de indicadores de gestão.

Colaborou-se ainda no processo de Adesão ao Simplex, na monitorização do CRM, tendo em vista a sua melhoria contínua, acompanhou-se o processo de implementação do E-paper e contribuiu-se para a obtenção do Prémio Delloite - Prémio das boas práticas no Sector Público - serviço ao cidadão.

No que respeita ao objectivo do gabinete em garantir a razoabilidade da adequação do sistema de Controlo interno, foram efectuadas diversas auditorias de âmbito alargado, permitindo constatar as fragilidades existentes em processos e procedimentos nas diferentes áreas actuação da autarquia, listando-se um vasto leque de recomendações e ou sugestões para a correcção dos mesmos e melhorias de desempenho.

Para garantir a implementação das medidas correctivas, o gabinete desenvolveu ainda auditorias de acompanhamento que permitiram paralelamente avaliar a eficácia das medidas recomendadas em anteriores auditorias.

As fragilidades constatadas nas auditorias constituíram um instrumento para a Revisão ao Plano de Prevenção de Corrupção, atendendo a que permitiram conhecer o ambiente de controlo existente e assim identificar os riscos inerentes aos processos, sua probabilidade de ocorrência, proposta de medidas correctivas e identificação dos responsáveis pela implementação das mesmas.

Modernização Administrativa

O ano de 2010 foi um ano marcante com o reconhecimento do trabalho efectuado na Loja do Município, que culminou com o prémio de Prémio Serviço ao Cidadão.

Fomos mais longe nos propósitos de estar próximo, valorizar e simplificar. Em 2010 fez-se a medida mais revolucionária de todo o processo que foi a alteração da entrega dos processos em formato digital, esta medida foi acompanhada pelo facto dos técnicos das áreas de Urbanismo também iniciarem a apreciação dos processos em formato digital.



Se em 2008 os serviços da Câmara foram marcados por profundas alterações resultantes da entrada em funcionamento da Loja do Município presencial, experiência que foi consolidada em 2009, 2010 foi o ano da entrada em funcionamento pleno da Loja do Município “online”. Este novo interface de contacto com os cidadãos permite uma resposta imediata a um conjunto de solicitações, agilizando processos e procedimentos permitindo que os serviços do município estejam abertos 24x7.

Só assim é que a aposta em comum com a Comunicação e Imagem na proximidade com os cidadãos é cumprida: no atendimento, na celeridade das respostas a cada solicitação.

Portanto, a nossa expectativa é que a Loja do Município revolucione toda actividade da Câmara e que assim continue o decréscimo do número de atendimentos directos aos cidadãos, contribuindo para um mundo mais sustentável pela diminuição de gastos em papel e em deslocações.

Execução Financeira

Foi um ano em que a execução financeira deste gabinete não foi a melhor até pela que a conjuntura do país levou a que moderássemos a nossa intervenção e atrasássemos alguns investimentos, por outro lado a própria oferta no mercado em termos de tecnologia fruto da conjuntura de 2009 era desinteressante.

Digamos no entanto que em relação ao que estava em plano no início do ano a execução financeira foi superior à dotação original por via do lançamento de mais projectos que o previsto.

Actividades

Completada a migração para Exchange 2007 evoluímos para a colocação em funcionamento de um sistema de gestão de arquivo denominado PAM, este permitiu que as caixas de correio nesta autarquia sejam praticamente infinitas, é também praticada a duplicação de dados, ou seja a redundância ao nível de utilizadores é diminuída. Como é óbvio esta tecnologia foi montada aproveitando a infra-estrutura de virtualização de alta disponibilidade e disaster-recovery em cima de software VMWare.

O sistema de telefonia IP foi estendido ao Horto e foi montado no edifício que tem os serviços da Polícia Municipal e de Ambiente.

Os trabalhos para desenvolvimento do novo sistema de Gestão Urbanística prosseguiram no ritmo normal e foi implementado o sistema de validação de documentos de urbanismo em formato digital.

Note-se que vários edifícios que foram instalados serviços, como a Quinta de Santiago, Posto de Turismo de Leça da Palmeira e Tanatório, o foram em condições precárias e que urge corrigir deficiências a nível de projecto.

O piloto do Microsoft System Center, em particular do SCOM e do SCCM ficaram em stanby, mas foram avaliados vários sistemas de apoio a Helpdesk, a escolha recaiu no Trauma0 pela sua língua nativa ser o português e a grande flexibilidade, pelo que o desenvolvimento desta área será feito em 2011.

Montagem do sistema de relógio de ponto e de um sistema de controlo de acessos.

Houve formação nas áreas de software Microsoft com a frequência dos cursos: 6421 - Configuring and Troubleshooting a Windows Server 2008 Network Infrastructure, 6294 - Planning and Managing Windows 7 Desktop Deployments and Environments, 10135A - Configuring, Managing and Troubleshooting Microsoft Exchange Server 2010

Para além disso houve a participação de num número significativo de seminários.

Como ponto menos positivo, tivemos as consequências causadas pelo apagão eléctrico ao edifício dos Paços de Concelho quase todas debeladas na altura mas que embora desapercibidas dos utilizadores normais se mantiveram até 2010.

Estudos e Planeamento Estratégico

Serviços de Planeamento Estratégico

No âmbito das competências atribuídas, na estrutura orgânica dos serviços municipais, aos Serviços de Planeamento Estratégico foram desenvolvidas as seguintes actividades durante o ano de 2010:

- Acompanhamento do Projecto Cruise Traffic and Urban Regeneration of City Port Heritage – UrbactII (CTUR) através de:
 - Preparação dos seminários temáticos realizados em Rostock, Alicante/Valencia e Rhodes
 - Desenvolvimento do Plano de Acção Local;
- Acompanhamento do Projecto Eurocities através da análise e encaminhamento dos assuntos de interesse para os diferentes serviços municipais;
- Acompanhamento do Projecto AEMA através da análise de documentos e envio de informação municipal para disponibilizar no site desta associação;
- Coordenação da participação da Câmara Municipal na Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico, organização e participação em algumas das suas Comissões Temáticas;
- Preparação, em colaboração com o INE, do processo de realização dos Censos de 2011;
- Colaboração na implementação do processo de integração de diferentes plataformas com vista à Loja do Município Online, no que respeita à componente SIG;
- Deu-se continuidade à actualização mensal do Sistema de Informação Local Municipal;
- Deu-se continuidade ao acompanhamento do processo de implementação da aplicação E-Urban no que respeita à criação de uma nova base de dados do urbanismo e à integração da aplicação com o SIG municipal;



- Foi prestado apoio a diferentes serviços municipais, nomeadamente:

- À Promoção da Economia Local – Preparação de documentos de apresentação de áreas para futuros investimentos no território municipal, dados das empresas e de equipamentos de Matosinhos, elaboração de documentação de apoio à candidatura MODCOM e à Festa do Mar.

- O fornecimento de diversos dados estatísticos.



Informação Geográfica

- Implementação de uma plataforma na Intranet que permita a consulta de todas as licenças do urbanismo;
- Implementação de uma plataforma na Intranet que permita a consulta das Propriedades Horizontais dos processos do Urbanismo;
- Deu-se continuidade à validação da georeferenciação dos pedidos entrados na Loja do Município;

- Disponibilização e actualização dos Instrumentos de Gestão Territorial na Intranet e na Internet;



- Customização da aplicação de fornecimento de plantas de localização com vista à sua disponibilização na Loja do Município Online;
- Procedeu-se à compilação da informação necessária a ser inserida na base de dados do SIG referente aos pedidos da Loja do Município;
- Criou-se um modelo de dados para a informação referente às áreas verdes do Concelho (e todo o equipamento nelas existente) e disponibilizou-se uma aplicação de carregamento e validação de informação;
- Criou-se um modelo de dados para a informação referente à recolha de resíduos e disponibilizou-se uma aplicação de carregamento e validação de informação;
- Elaborou-se um novo modelo de dados para os terrenos municipais, continuou-se com o carregamento de dados e criou-se um site para actualização desta informação;
- Disponibilizou-se na Intranet um site com a localização e informação das sucatas existentes no território municipal;

- Elaborou-se um modelo de dados e criou-se um site de carregamento e disponibilização da informação referente às áreas do Concelho sujeitas a financiamento de fundos comunitários;
- Iniciou-se o desenvolvimento de um modelo de dados de apoio à Acção Social;
- Criou-se um modelo de dados para a informação referente à sinistralidade do Concelho e disponibilizou-se uma aplicação de carregamento de informação;
- Deu-se continuidade ao preenchimento dos metadados de informação geográfica municipal no portal do Instituto Geográfico Português e na base de dados municipal;
- Continuação da customização da plataforma MunisigWEB com vista à disponibilização da informação na Internet/Intranet e ao apoio a outros serviços municipais;
- Continuou-se a criação de bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados;
- Deu-se continuidade ao carregamento de dados referentes a eixos de via, instituições sociais, cartografia e alvarás de loteamento;
- Concluiu-se a validação e carregamento da base de dados dos números de polícia;
- Concluiu-se a validação e carregamento da base de dados das actividades económicas;
- Em parceria com a DMAF e foi feito o levantamento dos edifícios degradados/devolutos da freguesia de Matosinhos;
- Iniciou-se o processo de digitalização e recolha de informação de processos do urbanismo anteriores a Novembro de 2008 para carregamento da base de dados;
- Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais, nomeadamente de apoio aos processos de expropriação de áreas;
- Executaram-se diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a actualização sistemática da carta digital;
- Iniciou-se a colocação de marcas coordenadas com o objectivo da criação de uma rede topográfica de apoio a diferentes entidades;



- Deu-se início ao processo de testes de diferentes algoritmos de conversão de sistema de coordenadas do D73HG para PT-TM06

Taxa de Execução dos SPE no Ano de 2008

Obj/Prog	Cod/Ano/Tipo/Num					Clas.Econ.	Exec. Finan.%
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020214	12,62
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020220	34,99
2.4.2.4.	01.01	2007	A	63	Sistema de Informação Geográfica	110320/020219	100,00
2.4.2.4.	01.02	2007	I	54	Sistema de Informação Geográfica	110320/070115	99,84
4.3.0.3.	09	2008	A	12	Participação em Sociedades, Associações e outras Instituições	110320/0602030509	45,37
4.3.0.3.	09	2008	A	12	Participação em Sociedades, Associações e outras Instituições	110320/020213	47,95
4.3.0.3.	01	2007	A	1	Estudos de Âmbito Municipal	110320/020214	74,46

Serviços de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros

Fundos Estruturais – Execução a 31/12/2010 do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O período de vigência do QREN decorre entre os anos de 2007 e 2013. Apesar da elegibilidade das despesas se reportar ao primeiro dia, do ano de 2007, a sua operacionalização aconteceu, como habitualmente, diferida no tempo, devido à elaboração e aprovação dos novos Regulamentos Específicos e Formulários. Nessa primeira fase de implementação, que poderemos identificar de consolidação documental, a apresentação de candidaturas decorreu em simultâneo com o encerramento das candidaturas do anterior Quadro Comunitário de Apoio, o que originou alguns constrangimentos ao nível da Gestão dos diferentes Programas Operacionais. Estas condicionantes fizeram com que, na prática, o ano de 2010 se tenha traduzido na consolidação da fase de “crescimento” na execução das candidaturas aprovadas, em 2008 e 2009, e, simultaneamente, no início do período de “maturidade”, relativamente à abertura de concursos para apresentação de novas candidaturas.

No decurso do ano de 2010, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Serviço de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros, em cooperação com as diferentes Unidades Orgânicas, tem em execução e apresentou as seguintes candidaturas, no âmbito dos diversos Fundos Estruturais:

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER

Na vertente FEDER, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais (Temáticos e Regional), foi processada da seguinte forma:

No âmbito do **ON.2 – O Novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte**, a situação a 31/12/2010 é a seguinte:



Eixo Prioritário II – Valorização Económica dos Recursos Específicos**Rede de Informação Turística Regional. CIT – Centros de Informação Turística do Porto e Norte de Portugal**

- Uma candidatura apresentada, em parceria com a Entidade Regional de Turismo, com um valor elegível de 372.635,28 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 260.844,70 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial***Ações de Valorização do Litoral***

- Uma candidatura aprovada, composta por dezoito componentes, com um valor elegível de 10.623.125,68 Euros, a que corresponde uma comparticipação, após a aprovação de um Pedido de Reprogramação, de 8.498.500,54 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 80,00%. A candidatura encontra-se em fase de execução.
- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 5.118.728,88 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 4.094.983,10 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 80%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

Quinze candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 23.888.115,18 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 18.134.104,89 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,91%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.



Saúde

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 565.238,39 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 395.666,87 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Equipamentos para a Coesão Local

- Seis candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 3.062.142,85 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 2.143.500,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Rede de Equipamentos Culturais – Programação Cultural em Rede

- Uma candidatura aprovada, em parceria com outras Instituições, com um valor elegível, para o Município de Matosinhos, de 84.756,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 67.804,80 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 80,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 149.376,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 104.563,20 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

- Uma candidatura apresentada, composta por onze componentes, com um valor elegível de 5.697.835,33 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 4.273.376,50 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Equipamentos para a Coesão Local – Equipamentos Públicos Específicos

- Duas candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 2.903.495,79 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 2.303.261,13 Euros, resultante da aplicação de

uma taxa média de co-financiamento de 79,32%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano

Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 9.997.700,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 7.998.160,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 80,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional

Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 597.452,57 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 358.437,74 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 60,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização

- Duas candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 275.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 192.500,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,00%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais

- Uma candidatura apresentada, em parceria com mais Instituições, com um valor elegível de 2.903.495,79 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 2.303.261,13 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 79,32%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Total das candidaturas aprovadas/apresentadas no âmbito do ON.2 - POR Norte

Valor em euros

POR NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO II – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS ESPECÍFICOS			
Loja Interactiva de Matosinhos	372.635,28	260.844,70	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO II	372.635,28	260.844,70	
EIXO PRIORITÁRIO III - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL			
VALORIZAÇÃO DA ORLA COSTEIRA DO CONCELHO DE MATOSINHOS	10.623.125,68	7.967.344,26	Em execução
INTERVENÇÕES COMPLEMENTARES DE VALORIZAÇÕES DA ORLA COSTEIRA DE MATOSINHOS	5.118.728,88	4.094.983,10	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE SANTIAGO - CUSTÓIAS	656.099,89	524.879,91	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE CABANELAS	337.864,89	302.291,91	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE CORPO SANTO	132.352,28	92.646,60	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO PADRE MANUEL CASTRO	1.071.691,01	857.352,81	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE QUATRO CAMINHOS	520.589,53	364.412,67	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PERAFITA	763.672,65	610.938,12	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA QUINTA DO VIEIRA	2.561.147,89	2.048.918,31	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO ARAÚJO	2.841.333,53	2.273.066,82	Em execução

ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE LEÇA DA PALMEIRA	1.595.994,88	1.117.196,41	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE QUINTA DE S. GENS	3.015.960,00	2.111.172,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA PRAIA DE LEÇA DA PALMEIRA	1.015.914,00	711.139,80	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PASSOS MANUEL	1.855.860,00	1.299.102,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PADRÃO DA LÉGUA	1.627.201,81	1.139.041,27	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DAS RIBEIRAS - PERAFITA	2.202.011,71	1.761.609,37	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE MATOSINHOS	3.650.421,11	2.920.336,89	Em execução
PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO DE SAÚDE DE LEÇA DO BALIO (RECAEI)	565.238,39	395.666,87	Em execução
CRECHE DE SANTIAGO DE CUSTÓIAS	306.428,57	214.500,00	Em execução
CRECHE DE LEÇA DA PALMEIRA	306.428,57	214.500,00	Em execução
CRECHE DE S. MAMEDE DE INFESTA	306.428,57	214.500,00	Em execução
PAVILHÃO MUNICIPAL DO PADRÃO DA LÉGUA	714.285,71	500.000,00	Em Execução
PISCINA MUNICIPAL DE MATOSINHOS	714.285,71	500.000,00	Em Execução
PISCINA MUNICIPAL DE GUIFÕES	714.285,71	500.000,00	Em Execução
PROGRAMAÇÃO TEATRO CONSTANTINO NERY	84.756,00	67.804,80	Em Execução
PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA E PROTECÇÃO CIVIL	149.376,00	104.563,20	Em Execução

SISTEMA DE GESTÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS CLASSIFICADOS DO CONCELHO DE MATOSINHOS	5.697.835,33	4.273.376,50	Em Execução
ESPAÇO QUADRO	1.621.948,41	1.297.558,73	Em análise
CENTRO DE INOVAÇÃO DE MATOSINHOS	1.281.547,38	1.005.702,40	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO III	52.052.814,09	39.484.604,75	
EIXO PRIORITÁRIO IV - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL			
MARGINAL ATLÂNTICA	9.997.700,00	6.998.390,00	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO IV	9.997.700,00	6.998.390,00	
EIXO PRIORITÁRIO V – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL			
METROPOLIS – FASE 2	597.452,57	358.437,74	Em execução
HOSPITALÁRIO NO CAMINHO DE SANTIAGO	140.000,00	98.000,00	Em análise
LEV – ENCONTRO INTERNACIONAL DE LITERATURA EM VIAGEM	135.000,00	94.500,00	Em análise
ART@BIBLIO – REDE DE BIBLIOTECAS	266.951,75	186.866,23	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO V	1.139.404,32	737.803,97	

No âmbito do **POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território**, a situação a 31/12/2010 é a seguinte:

Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional

Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 11.163.403,69 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 7.814.382,59 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POVT

Valor em euros

POVT	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO IX – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA URBANO NACIONAL			
RECUPERAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE MATOSINHOS	5.118.106,15	3.582.674,31	Em execução
RECUPERAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE LEÇA DA PALMEIRA	6.045.297,54	4.231.708,28	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO IX	11.163.403,69	7.814.382,59	

Fundo de Coesão - FC

Na vertente FC, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais, foi processada da seguinte forma:

No âmbito do **POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território**, a situação a 31/12/2010 é a seguinte:

Eixo Prioritário II – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 11.048.785,61 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 7.734.149,92 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POVT

Valor em euros

POVT	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO II – REDE ESTRUTURANTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO			
ETAR – TRATAMENTO SECUNDÁRIO	11.048.785,61	7.734.149,92	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO II	11.048.785,61	7.734.149,92	

Fundo Social Europeu - FSE

Na vertente FSE, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais, foi processada da seguinte forma:



No âmbito do **POPH - Programa Operacional Potencial Humano**, a situação a 31/12/2010 é a seguinte:

Eixo Prioritário III – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 72.223,68 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 50.556,58 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Eixo Prioritário VI – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 140.798,72 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 105.599,04 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

**Eixo Prioritário VII – Igualdade de Género**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 72.171,62 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 50.520,13 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Valor em euros

POPH	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO III – GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL			
QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - FORMAÇÃO	72.223,68	50.556,58	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO III	72.223,68	50.556,58	
EIXO PRIORITÁRIO VI – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE MATOSINHOS	140.798,72	105.599,04	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO VI	140.798,72	105.599,04	
EIXO PRIORITÁRIO VII – IGUALDADE DE GÉNERO			
PLANO MUNICIPAL DE MATOSINHOS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO	72.171,62	50.520,13	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO VII	72.171,62	50.520,13	

C) Programas de Financiamento promovidos pela Administração Central – Execução a 31/12/2010

No âmbito do Programa de Alargamento da Rede Pré-Escolar, a situação a 31/12/2010 é a seguinte:

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 1.058.400,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 740.880,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Valor em euros

PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE PRÉ-ESCOLAR	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTICIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE SANTIAGO	235.200,00	164.640,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA PRAIA DE ANGEIRAS	235.200,00	164.640,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA PROFESSORA ELVIRA VALENTE	352.800,00	246.960,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SEIXO	235.200,00	164.640,00	Em execução
TOTAL DO PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE PRÉ-ESCOLAR	1.058.400,00	740.880,00	

Através do quadro seguinte (Quadro Síntese), são apresentados os dados agregados, da Câmara Municipal de Matosinhos, para o período decorrido de implementação do QREN (2007-2010), expurgado dos dados referentes à execução e encerramento do QCA III, que decorreu em simultâneo (2007-2009).

Quadro Síntese – Execução QREN (2007-2010)

Dados das Candidaturas	Aprovadas	Em Análise	Recusadas	Desistências	Total
N.º Candidaturas	39 73,58%	9 16,98%	3 5,66%	2 3,77%	53 100%
N.º de Empreitadas	54 60,67%	22 24,72%	8 8,99%	5 5,62%	89 100%

N.º de Aquis. de Serviços	22 70,97%	4 12,90%	2 6,45%	3 9,68%	31 100%
Investimento Total	92.118.586,64€ 76,88%	10.593.112,54€ 8,84%	12.253.405,99€ 10,23%	4.855.014,56€ 4,05%	119.820.119,73€ 100%
Investimento Elegível	74.536.237,59€ 72,99%	10.472.215,33€ 10,26%	12.253.405,99€ 12,00%	4.855.014,56€ 4,75%	102.116.873,47€ 100%
Valor co-financiamento	54.460.658,79€ 72,65%	8.521.531,10€ 11,37%	8.577.384,19€ 11,44%	3.398.510,19€ 4,53%	74.958.084,27€ 100%
N.º Pedidos Pagamento	158				
N.º de Reformulações / Reprogramações	48				
Investimento Elegível Executado/Taxa Execução	26.539.282,66€ 35,61%				
Valor co-financiamento Executado/Taxa de Execução	19.414.116,37€ 35,65%				
Quadro Pessoal SCEEF a 31/12/2010 (% total da CMM)					
Técnico Superior		Assistente Técnico		Total	
2 0,50%		2 0,66%		4 0,22%	

Jurídico e de Apoio aos Órgão Autárquicos



O Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos reveste, para efeitos legais, a natureza de Direcção Municipal, e de acordo com o seu conteúdo funcional, é transversal a toda a autarquia integrando os Serviços Jurídicos e os Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

Há já bastante tempo que os Serviços Jurídicos se encontram desfalcados de vários dos seus elementos que foram transferidos para outras unidades orgânicas, para desempenho de novas funções. Confrontam-se assim os serviços Jurídicos com uma grave escassez de recursos humanos.

No entanto, esta circunstância não tem impedido que os Serviços Jurídicos tenham um desempenho

excelente nas suas funções, como provam os resultados obtidos nas diversas áreas e é comumente aceite por todos aqueles que têm um conhecimento próximo da sua actividade.

Actividade dos Serviços Jurídicos

	2009		2010
Processos Judiciais em tramitação:	113	-	151
Processos Judiciais transitados em julgado:	26	-	29
Pareceres Jurídicos emitidos :	238	-	259

Divisão de Contencioso Tributário e Contra-Ordenações

Serviços de Contencioso Tributário

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos, relativamente ao ano 2010, a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
BP Portuguesa	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Impugnado
	34/2007	400.531,96 €	Impugnado
	20/2008	410.544,48 €	Impugnado/Oposição
	70/2010	421.215,97 €	Impugnado
	Subtotal	2.371.729,69 €	
Repsol Portuguesa S A	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado
	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Impugnado

	39/2007	482.377,21 €	Impugnado
	24/2008	494.430,76 €	Impugnado/Oposição
	74/2010	507.289,79 €	Impugnado
	Subtotal	4.782.179,58 €	
Petróleos Portugal Petrogal S A	11/2000	266.379,03 €	Impugnado
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado
	124/2001	315.243,26 €	Impugnado
	23/2002	719.692,02 €	Impugnado
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Impugnado
	38/2007	830.209,92 €	Anulado (16/04/2007)
	121/2007	830.209,92 €	Impugnado
	22/2008	850.944,69 €	Impugnado
	73/2010	873.078,32 €	Impugnado
	98/2010	396.083,00 €	Reclamação Graciosa e Impugnação
	Subtotal	8.402.205,26 €	
Portgás - Soc. Prod. E Dist. Gás S A	15/2004 e apensos	982.928,90 €	Impugnado
	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	30/2005	23.235,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	45/2005	20.206,81 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Impugnado (C.P. Porto)

164/2005	2.481,15 €	Impugnado/Oposição
284/2005	7.681,47 €	Impugnado/Oposição
06/2006	252,47 €	Impugnado
22/2006	732,11 €	Impugnado
36/2006	370,70 €	Impugnado
47/2006	46.739,90 €	Impugnado
137/2006	5.838,86 €	Impugnado
141/2006	7.365,00 €	Impugnado/Oposição
243/2006	3.372,27 €	Impugnado
244/2006	3.126,36 €	Impugnado
262/2006	2.066,24 €	Impugnado/Oposição
300/2006	13.219,13 €	Impugnado/Oposição
308/2006	447.095,00 €	Envio C.P. Porto (Citação)
08/2007	742,68 €	Impugnado
18/2007	75,82 €	Impugnado
26/2007	1.540,33 €	Impugnado
36/2007	298.645,16 €	Impugnado
122/2007	7.776,11 €	Impugnado/Oposição
145/2007	1.346,76 €	Impugnado/Oposição
155/2007	1.913,85 €	Impugnado/Oposição
187/2007	75,07 €	Impugnado/Oposição
01/2008	1.222,67 €	Impugnado/Oposição
11/2008	2.018,90 €	Impugnado/Oposição
14/2008	1.008,75 €	Impugnado/Oposição
23/2008	311.151,94 €	C.P. 4/2008
90/2008	1.071,03 €	Impugnado/Oposição
113/2008	463,10 €	Impugnado/Oposição
120/2008	1.120,05 €	Impugnado/Oposição
131/2008	568,93 €	Impugnado/Oposição
136/2008	1.286,03 €	Impugnado/Oposição

	137/2008	923,62 €	Impugnado/Oposição
	159/2008	2.224,77 €	Impugnado/Oposição
	04/2009	184,91 €	Impugnado/Oposição
	21/2009	13.854,13 €	Impugnado/Oposição
	22/2009	1.308,00 €	Impugnado/Oposição
	23/2009	329.903,69 €	Impugnado/Oposição
	24/2009	1.781,28 €	Impugnado/Oposição
	Subtotal	2.592.427,38 €	
Valor Total		18.148.541,91 €	

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza, o movimento no ano 2010, foi o seguinte:

TIPO DE RECEITA	CERTIDÕES	QUANTIA EM DÍVIDA
PUBLICIDADE	123	31.558,14 €
OCUPAÇÃO VIA PÚBLICA	230	14.298,22 €
METROLOGIA	52	1.923,47 €
OSSÁRIOS	204	1.859,39 €
RECOLHA DE LIXOS	17	4.360,05 €
FISCALIZAÇÃO	2	1.157,82 €
D.G.U. (a)	8	254.264,79 €
ARMAZÉNS	7	14.695,35 €
TOTAL	643	324.117,23 €

- (a) Este tipo de receita tem 1 certidão de dívida no valor de 228.256,00 € da empresa “Sobral e Melo SA”, esta apresentou impugnação judicial do acto de indeferimento expresso da reclamação graciosa que deduziu contra a liquidação.

Secção de Contra-ordenações

	2009		2010
Processos Registados CO	1316	-	1644
Processos Arquivados CO	1038	-	1689
Processos em Tramitação CO	2780	-	2070
Processos em Tribunal CO	947	-	665
Ofícios	2134	-	2819

RECEITAS	2009	2010
Coimas e custas	€ 115.241,28	€106.379,52

Actividade dos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Os Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos, para efeitos legais, são equiparados a Departamento Municipal, e de acordo com o seu conteúdo funcional, são transversais a toda a autarquia.

No ano findo de 2010, este Departamento Municipal teve a seu cargo o acto eleitoral, designadamente as Eleições Presidenciais 2011, realizadas no passado dia 23 de Janeiro, traduzindo-se num aumento exponencial de trabalho, inerente a todas as diligências necessárias ao acto eleitoral, desde Novembro do ano transacto. De salientar que todos os trâmites decorrentes de actos eleitorais são, unicamente, da exclusiva responsabilidade destes serviços.

A cargo desta unidade orgânica, estão também, de forma parcial, juntamente com o Gabinete de Atendimento ao Munícipe, todas as tarefas próprias do sistema de gestão documental, considerando que estes serviços centralizam a desmaterialização dos documentos em papel para o formato electrónico, registo dos mesmos e o seu encaminhamento para todas as unidades orgânicas/serviços municipais, de acordo com a Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Matosinhos. De forma a facilitar a tramitação subsequente dos procedimentos administrativos, e de acordo com as

tarefas impostas pela aplicação de gestão documental, todo o volume de trabalho nos SAOA aumentou consideravelmente, bem como o grau de responsabilidade exigido por parte de todas as colaboradoras que desempenham funções no Departamento, sempre com o maior zelo e com o objectivo de prestar um serviço de excelência.

É da competência dos SAOA assegurar a tramitação do expediente geral, designadamente a recepção, tratamento, distribuição e arquivo de toda a correspondência recebida, via CTT, Email ou Fax, da correspondência expedida e de outros documentos de tramitação interna. Em 2010 foram criados 34.677 registos de entrada, dos quais 4.416 são emails e 1.217 são faxes. Foram criados ainda 37.694 registos de saída e 1402 registos de Recursos Humanos.

É ainda da competência destes serviços, garantir o apoio administrativo e de secretariado aos Órgãos Municipais, bem como preparar as agendas e o expediente das reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal, bem como a tramitação dos respectivos documentos. Assim, em 2010 foram realizadas 33 reuniões da Câmara Municipal, com tramitação de 682 documentos, e 9 sessões da Assembleia Municipal com tramitação de 90 documentos.



Também a coordenação de todas as acções de relacionamento com as Juntas de Freguesia, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Área Metropolitana do Porto, são funções atribuídas a esta unidade orgânica. Em consequência, no decorrer de 2010, verificou-se a elaboração e tramitação de 32 documentos das Juntas de Freguesia, de 301 documentos relacionados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e 45 documentos relacionados com a Área Metropolitana do Porto.

Dentro das competências desta unidade orgânica, destacam-se também outras funções desenvolvidas no decorrer de 2010, e cujos resultados foram o s seguintes:

- Emissão de documentos a certificar assuntos constantes das actas dos Órgãos Municipais: 178
- Arquivo e tratamento de Protocolos: 320
- Registo de Avisos: 157
- Registo de Despachos: 13
- Registo de Editais: 248
- Registo de Ordens de Serviço: 26
- Diários da República – Consulta diária, selecção e elaboração de resumos da legislação essencial
- Elaboração de Informações: 52
- Elaboração de ofícios diversos: 501

Recursos Humanos

O ano de 2010 caracterizou-se por uma verdadeira mudança de paradigma em diversas áreas, das quais se destacam o novo regime de SIADAP e a reorganização dos serviços. Neste caso, a revisão da macroestrutura teve em vista dotar a autarquia de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade.



Por outro lado, embora a avaliação de 2009 ainda tenha sido efectuada ao abrigo da legislação anterior, foi necessário dotar a autarquia das condições indispensáveis para o arranque deste novo sistema, que se caracteriza pela avaliação das diferentes unidades orgânicas com base em objectivos de eficácia, eficiência e de qualidade, a qual deverá ter uma expressão qualitativa e que se irá repercutir no futuro.

O contexto socioeconómico difícil em que vivemos actualmente tem causado alguns reflexos menos positivos no capital humano da autarquia. As restrições salariais e a estagnação na progressão da carreira causam, inevitavelmente, alguma desmotivação nos colaboradores e, consequentemente, tal facto reflecte-se no desempenho da organização. Esta conjuntura verificou-se especialmente no acréscimo de solicitações de intervenção por parte do Gabinete de Apoio Social.

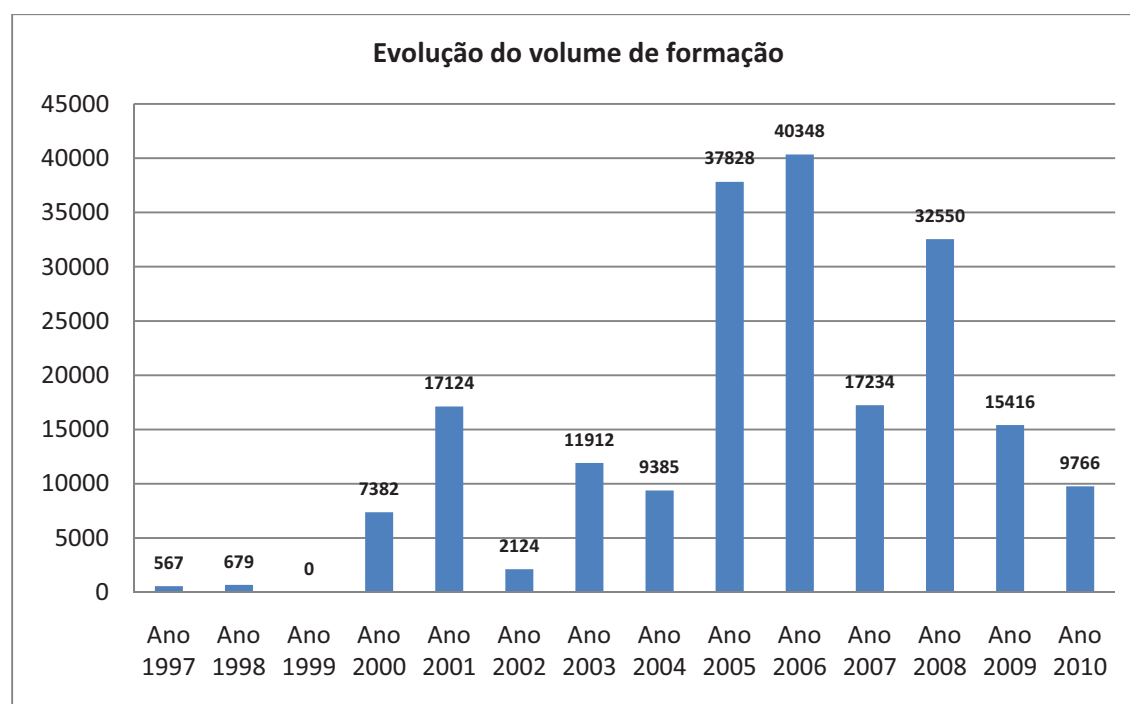
Hoje, mais do que nunca, é pedido um esforço acrescido aos gestores de recursos humanos da Administração Pública para que essa desmotivação não tenha reflexos na produtividade da

organização. A flexibilização, a polivalência e, acima de tudo, a criatividade, são condições essenciais ao bom funcionamento dos serviços da Administração Pública.

Perante este cenário, o Departamento de Recursos Humanos procurou implementar no ano transacto algumas mudanças importantes de forma a criar um sentimento colectivo de confiança. Através da reorganização de alguns serviços internos, procurou-se otimizar os recursos para que o nosso cliente final, o colaborador, se sentisse acolhido e esclarecido.

Formação Profissional

Em 2010, apenas foi possível cumprir cerca de 50% do Plano de Formação, em virtude da diminuição dos fundos comunitários, associado a algumas restrições orçamentais. No entanto, apesar do volume de formação ter diminuído, procurou-se realizar os cursos *à medida* das necessidades dos serviços e em articulação com outras autarquias.



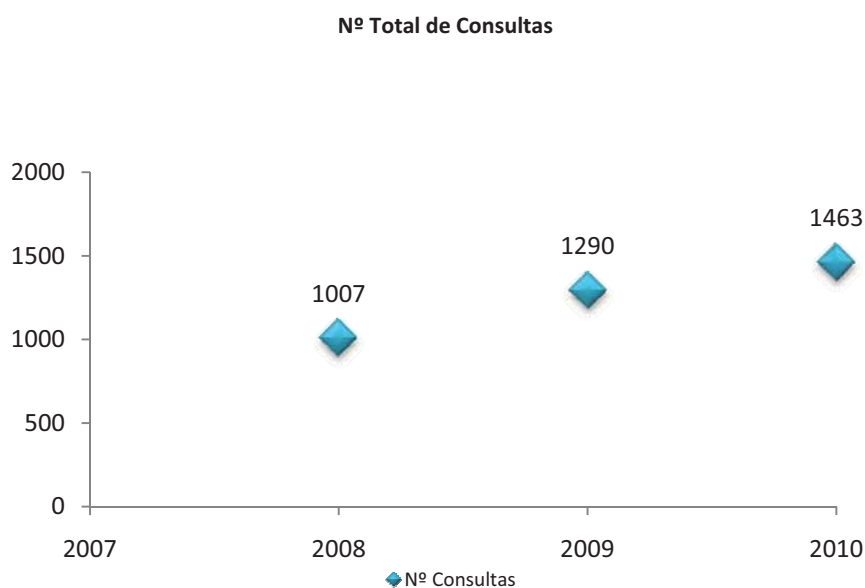
Apesar de ainda não ter sido possível a acreditação da autarquia como entidade formadora, deu-se início à criação de uma Bolsa de Formadores Interna, constituída por colaboradores da autarquia especialistas em diversas áreas de actuação.

Foi dada prioridade à formação na área de higiene e segurança no trabalho, realizada em contexto real de trabalho pelos nossos Técnicos Superiores de HST, direccionada aos assistentes operacionais da autarquia.

Na auditoria externa da Qualidade, não foram detectadas não-conformidades neste serviço.

Medicina do Trabalho

O serviço de Medicina do Trabalho foi completamente reorganizado uma vez que o número de faltas às consultas de Medicina do Trabalho era um pouco elevado e, tal facto, representava perda de produtividade. Assim, a marcação de consultas passou a ser feita em articulação com os superiores hierárquicos e de acordo com a conveniência de serviço.



No primeiro semestre de 2010, e à semelhança do ano anterior, deu-se continuidade à realização de consultas de nutricionismo para os colaboradores da autarquia, tendo-se registado 45 consultas.

Em Fevereiro, deu-se início à vacinação da gripe A dos colaboradores considerados essenciais ao bom funcionamento dos serviços, em articulação com o Serviço Municipal de Protecção Civil e com o Delegado de Saúde de Matosinhos.

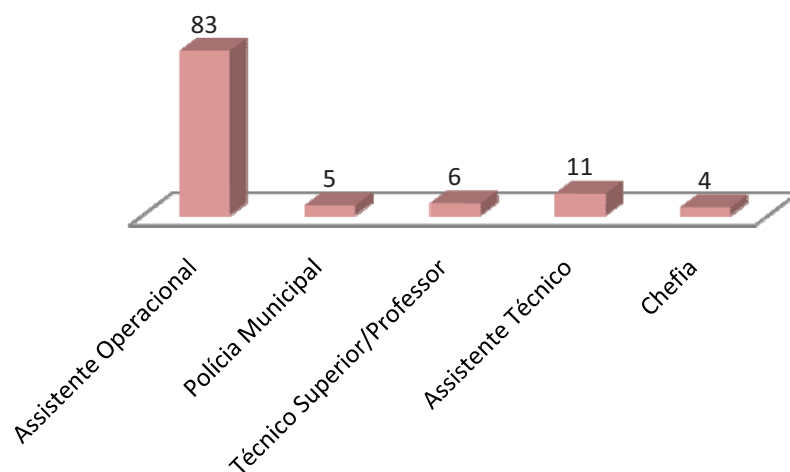
Em Abril, e após algumas negociações com a CESPU, foi possível realizar um rastreio de podologia, sem custos, para 83 colaboradores da autarquia.

Dadas a dificuldade na definição de funções para cerca de 50 aptos condicionados, contratou-se os serviços de um ortopedista no sentido de dar apoio ao Médico do Trabalho.

Higiene e Segurança no Trabalho

Tal como foi definido no Plano de Actividades de 2010, deu-se início à implementação de uma política eficaz de combate aos acidentes de trabalho, apesar dos reflexos dessas medidas apenas se virem a repercutir a médio-longo prazo:

- Formação em contexto real de trabalho sobre HST, para assistentes operacionais (operários e colaboradores das escolas);
- Constituição de uma equipa de trabalho para a aquisição dos EPI's constituída pelos TSHST, Divisão de Compras e Aprovisionamento e dirigentes com assistentes operacionais a seu cargo.
- Definição das características técnicas dos Equipamentos de Protecção Individual dos colaboradores das autarquias, tendo em conta os riscos a que estão expostos;
- Implementação da metodologia RIAAT na análise dos acidentes de trabalho. Tal metodologia foi desenvolvida pela Dr.ª Celeste Jacinto, da Universidade Nova de Lisboa, e tem o apoio da Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Realização de Avaliações de Riscos das Escolas do Concelho;
- Realização de alguns estudos ergonómicos de postos de trabalho;
- Apresentação de uma proposta de Regulamento Interno de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho;
- Preparação do Regulamento de Prevenção do Uso de Álcool e Drogas;

Número de acidentes em 2010, segundo a Carreira Profissional**Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais**

Solicitou-se à mediadora de seguros a realização de uma consulta de mercado e, após análise dos resultados, optou-se por proceder à abertura de um Concurso Público Internacional para prestação de serviços de Seguro de Acidentes de Trabalho uma vez que o valor do prémio da Fidelidade Mundial já não reflectia a concorrência do mercado.

Esta revisão do contrato teve também por base o cumprimento da legislação em vigor que obrigava à criação de uma apólice uniforme de seguro de acidentes de trabalho, uma vez que, com a entrada em vigor do RCTFP, os colaboradores que descontam para a Segurança Social passam a estar abrangidos pela mesma lei de acidentes de trabalho dos colaboradores que descontam para a Caixa Geral de Aposentações.

Verificou-se ainda, através do GAS, a avaliação de algumas causas associadas aos acidentes (motivos de saúde, problemas familiares, problemas relacionados com o funcionamento dos serviços, etc), no sentido de procurarmos a génese do problema.

Com o objectivo de definir a tramitação relativa aos acidentes de trabalho e da Medicina do Trabalho, procurou-se estender as regras que já vêm sendo aplicadas na autarquia, a todos os Agrupamentos de escolas, com vista a uma melhor eficácia.

Gabinete de Apoio Social

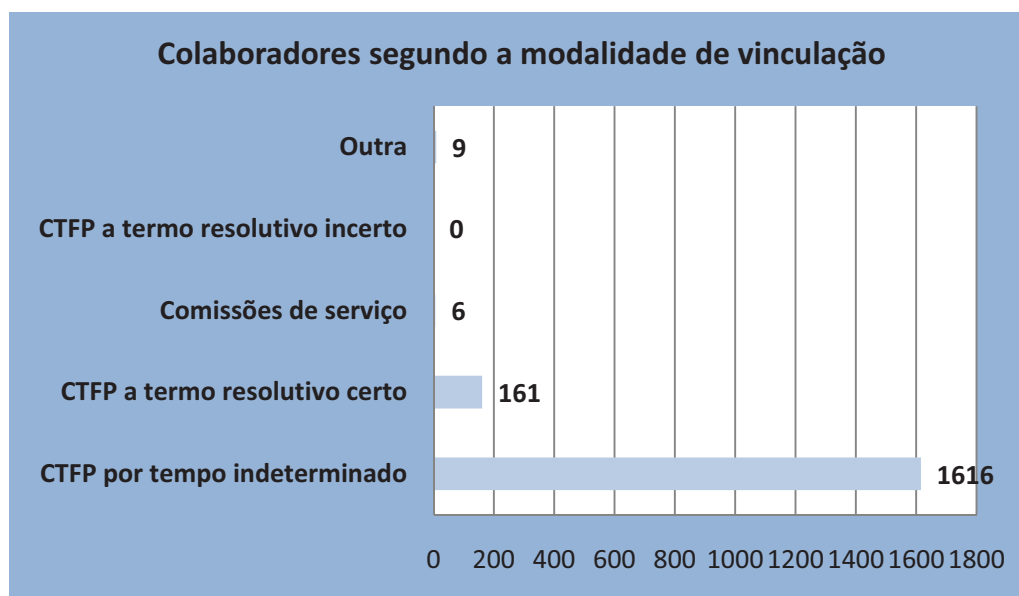
Realizaram-se 431 consultas, referentes ao acompanhamento de 46 utentes. No período em análise, registaram-se 4 desistências e duas altas.

A Assistente Social fez 46 atendimentos de serviço social, sendo que destes, 16 dirigiram-se ao GAS pela 1ª vez. Destes 16, 7 foram encaminhados para consulta de psicologia, 3 para consulta de medicina do trabalho, 3 para a Matosinhos Habit e 3 não careceram de encaminhamento.

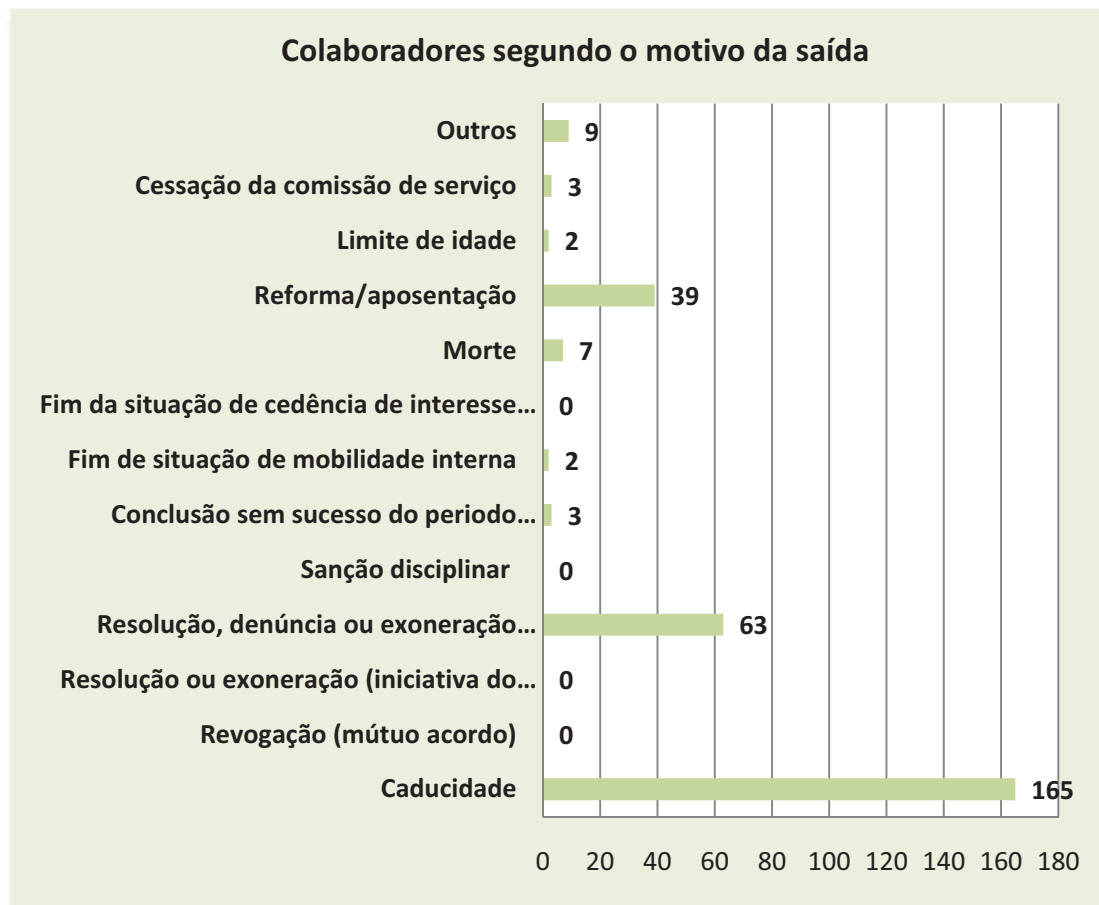
À semelhança dos anos anteriores, aplicou-se o Inquérito de Avaliação da Satisfação dos Colaboradores, que registou uma diminuição no número de participantes.

MAPA DE PESSOAL

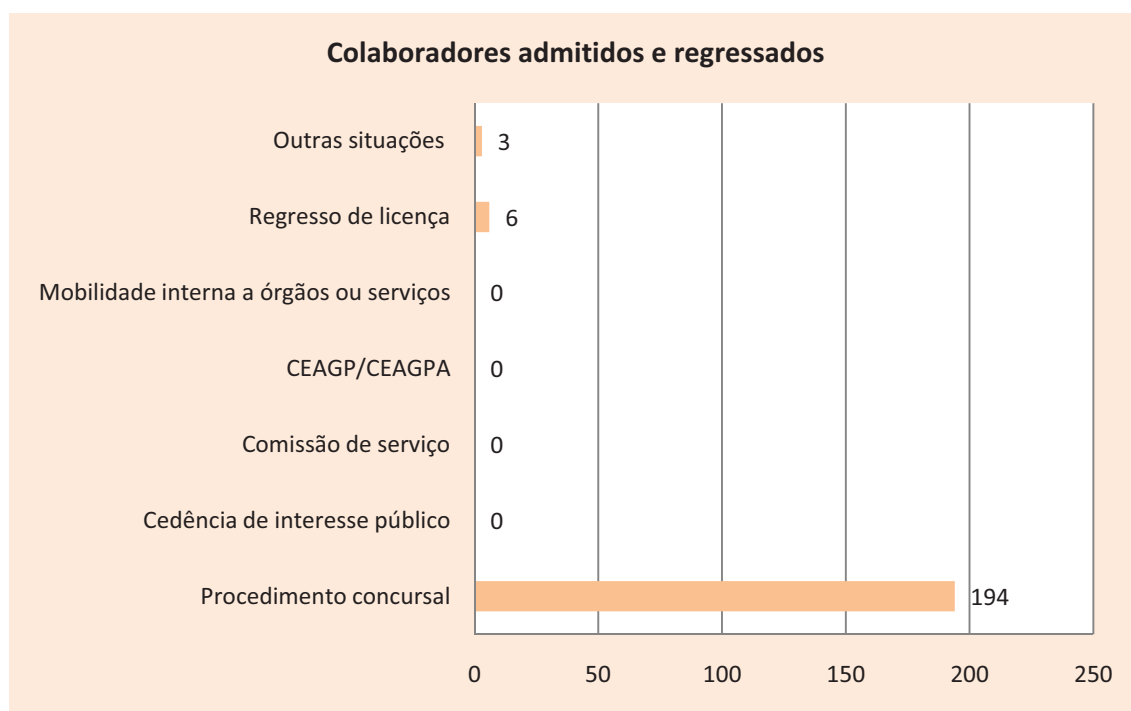
Na sequência da nova macroestrutura, o Mapa de pessoal foi adaptado à nova realidade organizativa, detendo a autarquia 1616 colaboradores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, 161 trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, 6 comissões de serviço e 9 colaboradores correspondentes a outras situações como sejam as carreiras subsistentes.



Em relação às saídas, o número mais elevado a registar prendeu-se com a caducidade de contratos e resolução, denúncia ou exoneração por parte dos trabalhadores. Ocorreram 39 Aposentações e outras situações com menor expressão como se pode verificar no seguinte gráfico:



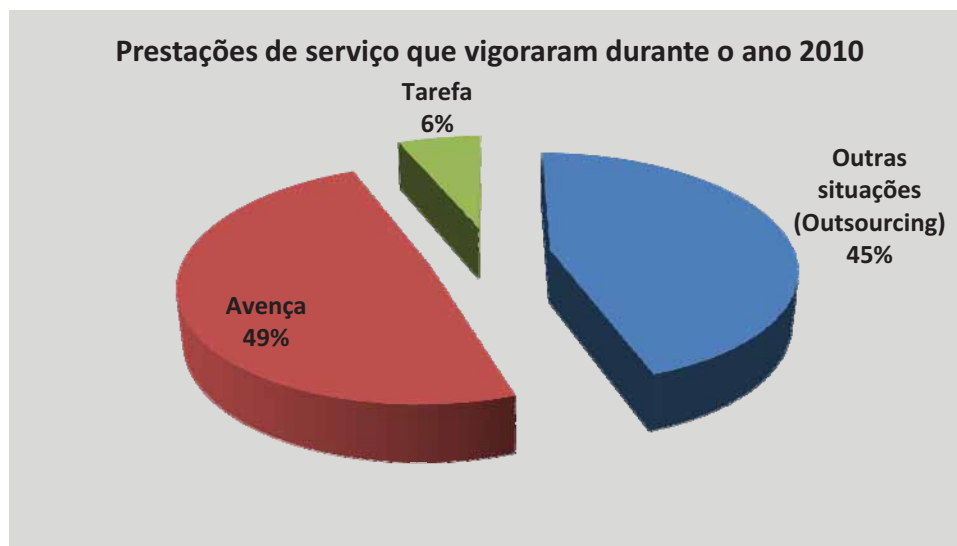
Foram admitidos por procedimento concursal 194 trabalhadores e regressaram de licença 6 colaboradores, conforme o gráfico abaixo designado:



Na mudança da situação, destacam-se 7 promoções e 43 mudanças ocorridas na sequência de procedimento concursal.



Por último, no que concerne às prestações de serviços, verificou-se que num universo total de 47 prestações que vigoraram durante o ano de 2010, as mesmas apresentam-se com a seguinte distribuição percentual:



Promoção da Economia Local

2010 foi um ano económico particularmente adverso. A crise económico-financeira não deu sinais de abrandamento em Portugal, pelo que, mais uma vez, a promoção da economia local assumiu-se como um dos pilares estratégicos do Executivo. Privilegiaram-se duas áreas: o apoio às actividades tradicionais e a captação de novos investimentos, com especial incidência para as empresas que virão a instalar-se no CIM – Centro de Inovação de Matosinhos.

Actividade desenvolvida: Iniciativa “O Mar à Mesa”

Objectivo: Dinamizar a restauração no concelho, criando um período diferenciado no qual é possível aos clientes desfrutarem de esplanadas e do ambiente das ruas de Matosinhos e Leça da Palmeira e assistirem a animação aos fins-de-semana dentro dos restaurantes e nas ruas.



Paralelamente com a fidelização e captação de novos clientes, pretende-se também envolver activamente os proprietários e colaborador dos restaurantes na dinamização deste sector, concedendo-lhe um papel activo neste processo.

Calendarização: De Junho a Outubro estruturas das esplanadas; Coordenação das animações aos fins-de-semana nos locais onde ocorrem.

População Alvo: Clientes dos restaurantes de Matosinhos

Número aproximado de pessoas envolvidas: Estimativa de clientes 293.328, Número de restaurantes aderentes 47

Actividade desenvolvida: Formação na área de Inglês Técnico para os colaboradores dos restaurantes do concelho

Objectivo: Qualificar os colaboradores dos restaurantes através de inúmeras formações, no sentido de os dotar das competências necessárias para a prestação de um serviço exemplar de qualidade e adaptado aos múltiplos clientes. Com a abertura do terminal de cruzeiros e chegada dos turistas estrangeiros, pareceu-nos particularmente importante promover o desenvolvimento ou aperfeiçoamento da língua inglesa.



Calendarização: Novembro

População Alvo: colaboradores dos restaurantes do concelho

Número aproximado de pessoas envolvidas: 1 turma com 20 elementos

Actividade desenvolvida: Atendimentos no âmbito do Programa Matosinhos Finicia

Objectivo: A constituição deste fundo tem como objectivo facilitar o acesso ao financiamento das empresas de menor dimensão, bem como, das empresas em fase de start-up, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na ligação ao mercado financeiro. Pretende-se, desta forma, colocar à disposição das micro e pequenas empresas do concelho um produto inovador e atractivo, quando comparado com os demais disponíveis no mercado.



Calendarização: Permanente

População Alvo: Este apoio poderá ser utilizado no financiamento de pequenos projectos empresariais, aos quais seja reconhecido interesse para o município. Os beneficiários deste projecto são empresas de Matosinhos em fase de arranque ou empresas já existentes nos sectores da indústria, comércio, turismo, serviços e construção. Preferencialmente será aplicado a projectos na área da restauração.

Até ao momento o MatosinhosFinicia apoiou/ está em vias de apoiar um investimento total de mais de 600 mil euros, traduzindo-se na manutenção/criação de cerca de 60 postos de trabalho.

Número aproximado de pessoas envolvidas: 50 empreendedores/empresários

Actividade desenvolvida: Mercado em Festa – Feira de Artesanato Urbano - espaço aberto à criatividade, de divulgação das novas tendências na área do artesanato urbano. Estão presentes artesãos e artistas de todo o país, com os seus trabalhos de moda, bijuteria, pintura, découpage, artesanato urbano, gastronomia, entre outras artes.



Funciona igualmente como um espaço de animação e interacção com o público do mercado, sendo um palco aberto para a apresentação de trabalhos de artistas, maioritariamente do concelho, contando já com inúmeras performances na dança, na música, contadores de histórias, ateliers de facepainting, de manualidades, concertos de música clássica, popular, etc.

Objectivo: Dinamização do mercado municipal quer pelo aumento na diversidade de serviços oferecidos, quer pela atracção de novos públicos; estimulação urbanística do centro histórico da cidade de Matosinhos; Promoção e divulgação de jovens criadores; Participação e envolvimento da comunidade local; Reinvenção dos espaços públicos; Implementação deste evento como referência; Promoção do Comércio Tradicional; Criação de hábitos na população de procura dos produtos locais e frequência da zona histórica da cidade como espaço familiar de cultura e lazer; cultura, promoção da economia do concelho e dinamização do tecido local a baixo custo para a autarquia.

Calendarização: 1º e 3º sábado do mês

População Alvo: Operadores e clientes do Mercado de Matosinhos

Número aproximado de pessoas envolvidas: Até Dezembro foram envolvidos aproximadamente 50 artesãos.

Actividade desenvolvida: FAMA – Feira de Artesanato de Matosinhos – Evento que reúne áreas tão diferentes como os brinquedos tradicionais de madeira e chapa ou a olaria e os trabalhos em couro, «santeiros», bonecas em folha de milho, presépios, contando também com a demonstração do trabalho ao vivo e a interacção entre os artesãos e os visitantes.

Objectivo: Tem como objectivo a dinamização económica do concelho e a promoção do artesanato. Acontece desde 2008, contando já com 8 edições. Integrada nas Festas do Senhor de Matosinhos e na Animação de Natal do concelho, este evento tem vindo a crescer substancialmente, quer ao nível dos artesãos interessados, da projecção na comunicação social e especialmente dos visitantes.



Calendarização: 14 de Maio a 6 de Junho e 8 a 23 de Dezembro

População Alvo: Visitantes da Feira e artesãos de todo os pais

Número aproximado de pessoas envolvidas: As edições de 2010 contaram com 63 stands oriundos de diversos pontos do país, aproximadamente 350.000 visitantes na edição das Festas do Senhor de Matosinhos e 150.000 na Edição de Natal

Actividade desenvolvida: Iluminações de Natal 2010

Objectivo: Tem como objectivo a dinamização económica do concelho e a promoção do comércio e do concelho. Este ano de 2010 destacamos o esforço feito pela equipa da CMM em manter a qualidade do serviço prestado reduzindo abruptamente o valor da despesa.

Calendarização: Dezembro

População Alvo: Visitantes do concelho



Actividade desenvolvida: CIM – Centro Inovação de Matosinhos – Iniciaram-se os trabalho de negociação com algumas empresas de referência nacional, tendo ficado estabelecido até ao final do ano que o CIM contava com presenças como o fotógrafo e moda Vítor Hugo, a produtora Fillbox, a empresa Inova+ e claro, o Grupo IMPRESA que já desde o ano transacto vinha estabelecendo negociações.

Objectivo: Tem como objectivo recuperar um edifício degradado, revitalizar uma zona da cidade deprimida desde a década de 80 (com o fim da indústria conserveira), atrair para Matosinhos recursos humanos qualificados e diversificar as actividades económicas do Concelho, relançando a economia de Matosinhos enquanto cidade prestadora de serviços do terciário superior.

Calendarização: Ate ao final de 2011

População Alvo: Empresários e empreendedores do concelho

Número aproximado de pessoas envolvidas: Aproximadamente 15 empresas

Actividade desenvolvida: Espaço Quadra

Objectivo: a CMM e a ESAD anunciaram, em 2010, a criação do ESPAÇO QUADRA – CENTRO DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE. Contudo, numa primeira fase e enquanto o edifício da futura sede, situado na rua Brito Capelo, está a ser alvo de um projecto arquitectónico de requalificação (com conclusão prevista para 2012), o ESPAÇO QUADRA vai funcionar numa galeria, da autoria do arquitecto Siza Vieira, no Mercado de Matosinhos.

O Espaço QUADRA é um local dedicado às Artes e ao Design, multidisciplinar e sustentado, capaz de qualificar sectorialmente e reforçar, a nível regional, nacional e internacional, a notoriedade da cidade. o

Espaço Quadra terá dois pólos. O principal, com sede na Rua Brito Capelo, estará a funcionar em 2012. O segundo está instalado no Mercado Municipal de Matosinhos. O Espaço Lounge, Loja do Design e a Galeria de Arte ocupam desde Dezembro de 2009 as antigas instalações do Posto de Turismo, no exterior do Mercado Municipal deste concelho.

Está previsto que parte do piso superior do Mercado Municipal será transformada numa Incubadora de Empresas das indústrias criativas, espaço que acolherá cerca de 30 projectos e empresas. Prevê-se que esteja concluído em no segundo semestre de 2011. Numa primeira fase funcionará como um banco de ideias e projectos, permitindo aos empreendedores o acesso a um espaço infra-estruturado, à utilização de serviços comuns e à orientação e acompanhamento na implementação e gestão dos projectos, desde a ideia de negócio até à sua criação.

Calendarização: De 2010 até 2012



Actividade desenvolvida: Co-Implementação da Iniciativa “Fins-de-semana Gastronómicos” nos restaurantes do concelho em colaboração com o Turismo de Portugal delegação norte de Portugal

Objectivo: Divulgar a gastronomia local especialmente no mercado do norte de Espanha, eixo do noroeste peninsular, captando um público-alvo novo e muito interessante para a nossa região. Paralelamente promove-se a divulgação da qualidade da restauração local, através da marca Chancela 100%, selo de qualidade e boas práticas.



Calendarização: de 2 a 4 de Abril de 2010

População Alvo: Todos os restaurantes de Matosinhos aderentes à iniciativa e chancelados.

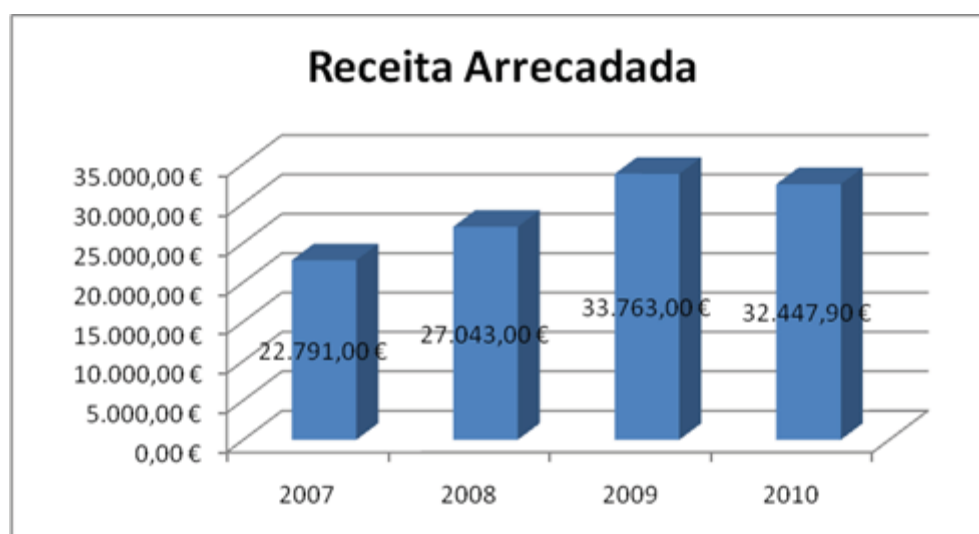
Número aproximado de pessoas envolvidas: No ano de 2009 foram envolvidos 47 restaurantes nesta iniciativa, sendo que no ano de 2010 o número de restaurantes inscritos passou para 56.

No âmbito do apoio aos consumidores, o Serviço Municipal de Metrologia, nos últimos 2 anos (2007/2008), tem consecutivamente apresentado um desempenho impar, visível quer pelo aumento das visitas efectuadas (+35%) quer pela receita arrecadada (+48%)

N.º de visitas por freguesia

TOTAIS por Freguesia		
Ano.2010	n.º visitas	Receita
Custóias	69	2.832,41 €
Guifões	41	1.011,65 €
Lavra	81	2.530,62 €
Leça da Palmeira	131	5.997,52 €
Leça do Balio	31	1.433,52 €
Matosinhos	176	7.521,98 €
Perafita	67	3.723,44 €
Santa Cruz do Bispo	39	1.043,51 €
S. Mamede de Infesta	42	1.977,85 €
Senhora da Hora	91	4.303,82 €
Fora do Concelho	4	71,58 €
TOTAL DE VISITAS	772	32.447,90 €

Comparativo anual de Receita Arrecadada / Estabelecimentos Visitados:





Pode-se verificar que 2009/2010 terá havido um decréscimo da receita. Contudo, este valor em 2010 mereceu um decréscimo:

Quanto à Receita:

As Taxas de Controlo Metrológico obedecem às disposições impostas pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO; O Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ), é, nos termos da sua Lei Orgânica, aprovada pelo Decreto -Lei n.º 142/2007, de 27 de Abril, a instituição nacional de metrologia, a qual é responsável pela actividade de controlo metrológico.

Nesta conformidade verificou-se que o valor para 2010 em matéria de Controlo Metrológico foi indexado em menor valor que o valor taxado em situações análogas de 2009.

Quanto ao n.º de Visitas:

Foram dadas prioridades aos estabelecimentos comerciais denominados “grandes superfícies” implicando que ao mesmo pedido de visita, dado o grande número de balanças a aferir, ficassem os 2 técnicos condicionados ao ponto de trabalho.

Face ao acima explanado, constata-se que efectivamente, o volume de balanças aferidas em 2010 foi maior que em 2009.

Durante o ano de 2010, o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor manteve como principais objectivos a informação e formação dos consumidores, no que respeita a direitos e deveres e a questões do consumo, em geral, e a mediação de pequenos conflitos.

Efectuaram-se **1407 atendimentos**, e foram abertos **101** processos de reclamação. Dos 101 processos de reclamação, 40 foram resolvidos com sucesso, 2 sem sucesso, 12 falta de provas, 1 foram encaminhados para outras entidades, 7 desistências e 39 pendentes.

Para o Tribunal Arbitral de Consumo foram submetidos 24 processos.

Actividades Desenvolvidas durante o Ano 2010

O CIAC no dia 15 de Março do ano passado, participou numa acção conjunta a nível Nacional com a Direcção Geral do Consumidor, para comemorar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, durante a manhã na porta principal da Câmara Municipal e na parte de tarde na porta do Centro Comercial Antiga Câmara, foi com um U-pop alusivo ao consumidor, distribuindo material informativo e lâmpadas economizadoras a 300 pessoas.

Visitas das seguintes Escolas ao CIAC:

- Uma turma de 12º da Escola Secundária da Senhora da Hora 18 alunos.
- Uma turma de 10º da Escola Secundária Augusto Gomes, 22 alunos.

A Conselheira de Consumo dirigiu-se à Escola Secundária da Senhora da Hora, a convite de 3 alunas e a professora, para realizar sessão de esclarecimento a três turmas de 12º., para abordar o tema “**Os Direitos dos Consumidores e Consumo Responsável**”, estiveram presentes 50 alunos.

O CIAC também esteve presente nas comemorações da Escola Secundária Augusto Gomes, designado por “Dias de Encontro”, passagem de informação e material a cerca de 150 alunos e professores.



O CIAC colabora com alunos e professores que estão a leccionar a matéria dos Direitos do consumidor: nomeadamente com as acções de sensibilização, bem como, com disponibilização de material sobre a matéria.

O CIAC recebeu o aluno Sérgio da Silva Resende, do Instituto Português de Administração de Marketing de Aveiro, para fazer um estágio profissional. No entanto, o referido aluno após 15 dias de estágio desistiu.

Foi realizada uma reunião com a Associação de Comerciantes do Concelho, para solicitar a divulgação do CIAC e Tribunal Arbitral junto dos seus associados.

A conselheira de Consumo, participou na qualidade de moderadora na sessão de esclarecimento “Direito à Informação Dever legal Informar o Consumidor nos actos de Consumo” que se realizou no dia 7 de Dezembro em Valongo, promovida pelo serviço do Cidadão e do Consumidor da Câmara Municipal de Valongo.

PÚBLICO-ALVO	2009		2010	
Atendimento	1621		1407	
Processo de Reclamação	79		101	
	50%	Resolução imediata com sucesso	39,60%	Resolução imediata com sucesso
	40%	Pendentes por necessidade de tramitação mais complexa	38,61%	Pendentes por necessidade de tramitação mais complexa
			1,98%	Sem sucesso
			11,88%	Falta provas
			0,99%	Encaminhado para outras entidades
			6,93%	Desistência
Actividades Desenvolvidas	- Sessão de esclarecimento do Centro Social de Solidariedade de Guifões, para a utentes sobre os direitos e deveres dos consumidores	30 Seniores	Dia Mundial dos Direitos do Consumidor Acção conjunta a nível Nacional com a Direcção Geral do Consumidor · 15 Março	300 Pessoas
	- 1º. Ciclo de Conferencias Direitos do Consumidor		- 2º. Ciclo de Conferencias Direitos do Consumidor	
	· 05 Março	92 Pessoas	· 19 Março	30 Pessoas
	· 12 Março	60 Pessoas	· 26 Março	45 Pessoas
	· 19 Março	95 Pessoas		
	· 26 Março	125 Pessoas		
	- Os Direitos dos Consumidores e Consumo Responsável - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo	25 Reclusas		
	- Sessão de esclarecimento, no Centro Social Padre Ramos.	331 Utentes		
Visitas ao CIAC	Escola Secundária Augusto Gomes	25 Alunos	Escola Secundária da Senhora da Hora	18 Alunos
	Escola Secundária Augusto Gomes	19 Alunos	Escola Secundária Augusto Gomes	22 Alunos
	Escola EB2,3 de Leça do Balio	06 Alunos		

Actividade desenvolvida: Mercados Municipais

Objectivo: Numa estratégia de revitalização dos Mercados Municipais de Matosinhos, sobretudo do Mercado de Matosinhos, esta a ser efectuado um esforço de revitalização do Mercado, através do novo layout que estamos a colocar no mercado, através da maquetização, da nova imagem criada através de alterações nas bancas e de uma modernização administrativa interna que esta a ser consolidada após as revitalização que se efectuaram no mercado.

Neste sentido os operadores do mercado adquiriram uma nova imagem, o mercado começa a adquirir uma imagem uniformizada para que seja possível na parte superior do espaço reservado aos operadores de peixe, seja instalada uma incubadora de empresas criativas promovida pela Escola Superior de Artes e Design - ESAD - onde em estreita colaboração com o Município para que a Quadra Marítima de Matosinhos tenha a alavanca necessária para que esta zona seja uma zona nobre de Matosinhos.



Turismo

Em 2010 a aposta foi direccionada para os produtos turísticos âncora que mais se identificam com as características do Concelho, nomeadamente a *Gastronomia* e a *Arquitectura Contemporânea*. A identificação destes produtos tem possibilitado o desenvolvimento dos mesmos, alicerçadas em campanhas de promoção e de divulgação turística de carácter interno e externo, direccionadas para públicos específicos.

FEIRAS

Com o propósito de reforçar a imagem do “Turismo do Porto e Norte de Portugal” junto do trade e de consolidar e fortalecer os produtos turísticos do Concelho, o Turismo de Matosinhos esteve presente na BTL 2010 em parceria com a TPNP – ER. Esta parceria que compreendeu diferentes serviços, permitiu não só incluir informações sobre Matosinhos num portal de consulta pública gerido por esta Entidade, mas também promover os eventos “Festa do Mar” e “Recriação Histórica – Os Hospitalários no Caminho de Santiago” na Revista Cultos do Turismo, distribuída no decorrer do certame. O turismo de Matosinhos participou igualmente no programa da Animação do stand com a presença, no dia 16 de Janeiro, do “Quarteto de Cordas de Matosinhos”.



GASTRONOMIA

A “Gastronomia” é um dos produtos turísticos de excelência do “Porto e Norte de Portugal”, estando consagrada no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo), como primeira prioridade. Matosinhos, cidade com ligações ancestrais à indústria da pesca e à indústria conserveira apresenta uma tradição gastronómica de relevo no “Porto e Norte de Portugal”, que tem vindo a ser potenciada pela marca “**Matosinhos – O Mar à Mesa**”, presente em diferentes eventos/iniciativas. Em 2010 destaca-se a realização da 5ª edição da “Festa do Mar”, evento que promove a gastronomia aliando-a à Animação e que decorreu de Junho a Outubro. Esta acção surgiu em conjugação com a **Chancela** – iniciativa que permitiu certificar a qualidade dos restaurantes ao mesmo tempo que ajudou a potenciar a sua imagem.



HIPISMO

Manteve-se em 2010 a inserção de publicidade alusiva às marcas “Mar à Mesa”, “Mar, Movimento e Cultura” nas principais provas de Hipismo realizadas no Concelho, designadamente o “CSI Mar à Mesa” e o “CSI Exponor” que pela sua qualificação envolve um grande mediatismo no mundo equestre nacional e internacional. Consolidou-se a participação do turismo de Matosinhos neste evento, com a presença de um stand promocional que permitiu assegurar a promoção turística do Concelho.



PUBLICIDADE

Consolidação da marca “*Mar à Mesa*”, através da participação publicitária em diferentes eventos, nomeadamente a “Taça do Mundo de Bilhar”, promovendo e divulgando os principais produtos turísticos de Matosinhos.



CANDIDATURA AO CIT – “CENTROS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL”

A Câmara Municipal de Matosinhos, em parceria com a TPNP-ER, apresentou uma candidatura à “Rede de Informação Turística Regional”. Esta candidatura pretende implementar uma loja interactiva de turismo no edifício do CMIA (Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental), que integrará uma rede regional de lojas interactivas, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras como a uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal; a optimização do acesso à informação; a inovação; a promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo associados à Região e o desenvolvimento sócio-económico da região. A escolha deste local prende-se com a futura abertura do novo Terminal do Porto de Leixões e da Marina de Recreio funcionando o **CIT de Matosinhos** como um “welcome desk” do “Porto e Norte de Portugal” fornecendo toda a informação turística e cultural da região.

MAPA DE ATENDIMENTO DE TURISTAS 2010

Tendo como suporte o “Mapa de Indicadores” os valores do atendimento turístico em 2010 foram os seguintes:

	Meta Ano Anterior	Meta do Ano Actual	Total de Atendimentos
Posto de Turismo de Matosinhos	2392	2392	1088
Posto de Turismo de Leça da Palmeira	856	856	412
TOTAL	3248	3248	1500

OUTROS

- Presença de um técnico do turismo na Feira das Profissões, organizada pelo “CLIP – Colégio Luso-Internacional do Porto”, com o stand “Mar à Mesa”. Foi disponibilizada informação turística de Matosinhos, bem como material promocional da Recriação Histórica “Os Hospitalários no Caminho de Santiago”;
- Colaboração dos técnicos de Turismo na “Feira do Livro” disponibilizando informação turística de Matosinhos;
- Visitas Educativas a diferentes locais do Concelho;
- Protocolos com instituições do Concelho;
- Foi renovado o certificado **ISO NP 9001: 2008** ao “Atendimento e Promoção Turística” e à “Animação”, após Auditoria Externa;
- Inserção de informação turística de Matosinhos no “Golden Book - edição do Porto e Norte 2010”, com reportagem fotográfica e textos sobre o Concelho de Matosinhos em 6 páginas;
- Candidatura aos Prémios do Turismo com a “Certificação de Qualidade”; “Festa do Mar”; “Hospitalários no Caminho de Santiago” e “Cine-Teatro Constantino Nery”;

- Reedição de mapas turísticos de Matosinhos e de folhetos temáticos, bem como edição de novos folhetos de diferentes percursos turísticos.

ANIMAÇÃO

Em 2010 a Animação manteve um lugar de destaque na Programação Cultural da região apresentando iniciativas diferenciadas e de elevada qualidade, com a presença de alguns dos maiores nomes do panorama artístico nacional e internacional do momento.

Da programação apresentada destaca-se a 5ª edição da recriação histórica “Os Hospitalários no Caminho de Santiago”.



INICIATIVAS:

“Comemorações do 25 de Abril”

Iniciativa que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho e que consistiu de um concerto com a fadista "Carminho" e de um apontamento pirotécnico. Estiveram presentes no concerto cerca de 300 pessoas.

“Beach Party” – Acompanhamento do evento e colaboração do serviço de Turismo na solicitação das licenças necessárias à realização da acção.



“4ª Grande Noite do Fado Amador”

Iniciativa que promove o Fado Amador e se realiza, anualmente, na Escadaria do Palacete de Trevões. Estiveram presentes cerca de 400 pessoas.

“Hospitalários no Caminho de Santiago” (5ª edição)

Evento de destaque na programação cultural da Câmara Municipal de Matosinhos, que decorreu na envolvente do Mosteiro de Leça do Balio, no segundo fim-de-semana de Setembro. Atraiu cerca de

300.000 pessoas, no decorrer dos quatro dias. À imagem dos anos transactos a programação compreendeu diversas áreas designadamente: a recriação histórica do casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles e da lenda de Ferro Caldo, os torneios e combates medievais, os malabaristas, as ceias medievais, a dança, a falcoaria e os passeios de burro, os artesãos e as tasquinhas medievais. Numa vertente mais científica realizou-se uma conferência sobre os “Caminhos de Santiago”, visitas guiadas ao mosteiro e uma peregrinação pelo Caminho de Santiago que atravessa Matosinhos;



“Passagem de Ano”

Actuação da Banda “Chama Som” e “Fogo-de-artifício” às 24h00. Estiveram presentes nesta iniciativa cerca de 700 pessoas.

Cultura

Num ano de significativa contenção financeira, tendo em conta o quadro macroeconómico nacional e local, nem por isso a Autarquia de Matosinhos deixou de manter uma programação e oferta cultural coerentes, qualificadas e continuadas, assente numa cuidada gestão e maior potencialização dos equipamentos culturais que possui, nomeadamente o Cine Teatro Constantino Nery, a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, o Museu da Quinta de Santiago, a Galeria Municipal e outros espaços expositivos. A música clássica, as artes plásticas, a promoção do livro e da leitura, a salvaguarda e dinamização da memória histórica do concelho e a articulação com outros agentes culturais do concelho estiveram, entre outras, no cerne das principais preocupações desta área da actividade do Município.

Divulgação do Património e da Memória Histórica

Tendo em conta o sucesso registado, nos últimos meses de 2009, da exposição “O Rio da Memória”, patente na Galeria Nave, sobre a arqueologia da bacia do rio Leça, a mesma foi mantida durante as primeiras semanas do ano, tendo registado neste período um número superior a mil visitantes, na sua maioria público escolar.

Ao longo do ano, e na procura de diversificar os públicos, foi efectuado um ciclo de visitas a diversos aspectos do património concelhio (“Viagens ao Sagrado e ao Profano”) que envolveu cerca de 360 participantes. Uma conferência sobre os Caminhos de Santiago, integrada na iniciativa “Os Hospitalários no Caminho de Santiago/Feira medieval de Leça do Balio”, reuniu mais de meia centena de participantes.

Entre a “oferta” regular do Gabinete Municipal de



Arqueologia e História registe-se a sua regular deslocação a estabelecimentos de ensino do concelho e a centros de dia da terceira idade, para palestras sobre a História e Património do concelho ou para a projecção comentada de antigos filmes sobre Matosinhos. Estas iniciativas foram frequentadas por mais de meio milhar de pessoas.

Num ano que ficou marcado pelo Centenário da Implantação da República, tal efeméride foi igualmente assinalada no concelho, sublinhando-se alguns aspectos da relação do concelho com aquele período histórico. Foram realizadas umas Jornadas de História Local subordinadas ao tema, durante as quais foi apresentada uma dezena de comunicações, bem assim como uma “caminhada-guiada” que reuniu mais de meia centena de participantes e que percorreu diversos locais da cidade relacionados com a Primeira República. Referência, igualmente, para uma doação ao Arquivo Histórico Municipal de documentação do lavrense Dr. José Domingues dos Santos, figura de destaque desse período, tendo chegado a ocupar a chefia do Governo.

Prosseguindo a sua política editorial, que há já alguns anos vem privilegiando a salvaguarda da memória do concelho, com particular incidência nos séculos XIX e XX, a Autarquia procedeu também ao apoio da publicação de alguns títulos, com destaque para um estudo genealógico sobre a família Brito e Cunha, e a obra de António Gomes “Viver em Matosinhos. 1850-1910”.

As edições da Autarquia foram também pretexto para, no âmbito de uma Feira do Livro municipal, realizada no Museu da Quinta de Santiago, se proceder a um ciclo de conversas com autores, envolvendo mais de quatro de dezenas de pessoas.

A valorização dos espaços museológicos existentes no concelho prosseguiu através da acção da Rede de Museus de Matosinhos-MuMa. Por seu intermédio, e com o apoio dos serviços educativos da Divisão da Promoção Cultural e Museus foram assegurados cerca de 80 visitas e ateliês lúdico-pedagógicos nos diversos museus por nós apoiados. Próximo de dois mil visitantes participaram nestas iniciativas.



Referência também para a organização de cinco acções de formação destinadas a colaboradores dos museus da MuMa e técnicos da Autarquia, envolvendo mais de uma centena de formandos.

Embora em 2010 a Autarquia não tenha atribuído apoios financeiros aos museus da Rede, concretizaram-se obras de requalificação de alguns espaços museológicos sustentadas em subsídios atribuídos em final de 2009. Caso do Museu da Escola Gonçalves Zarco (renovação das exposições e

novos acessos – elevador), Museu Paroquial Padre Ramos (renovação museográfica) e Casa do Mar e Tanques Romanos (enquadramento das réplicas dos tanques romanos).



ARTES PLÁSTICAS

A Galeria Municipal abriu a sua programação com a sessão de entrega de prémios do concurso internacional “Titan - Illustration in Design”, concurso promovido pela ESAD – Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos e pela Câmara Municipal de Matosinhos, com a parceria da APDL- Administração dos Portos do Douro e de Leixões. A primeira edição do concurso TITAN, lançado em 2008, revelou números notáveis para uma competição internacional lançada pela primeira vez. Simultaneamente, foi aberta ao público a exposição dos vários trabalhos que estiveram a concurso: premiados e participantes.

A programação da Galeria incluiu também, em parceria com a Cooperativa Árvore, uma mostra dos trabalhos realizados no âmbito das três edições dos Simpósios Internacionais de Pintura de Matosinhos; e uma exposição de fotografia de Ana Catarina Pinho.

No último trimestre, a Galeria Municipal e a Galeria Nave acolheram duas exposições organizadas no âmbito das Comemorações do Centenário do Nascimento de Augusto Gomes, cujas iniciativas aconteciam já desde Maio 2010. Nestas mostras foram apresentadas as obras do artista que fazem parte da colecção municipal (Galeria Municipal), e uma retrospectiva das obras que, ao longo dos últimos 29 anos, venceram o Prémio Augusto Gomes (na Galeria Nave). Esta efeméride foi assinalada pela Câmara Municipal de Matosinhos, que é o maior coleccionador deste criador e que tem privilegiado na sua política de aquisições as obras deste pintor, tendo sido desenvolvido um intenso programa de actividades, em parceria com a Escola Secundária Augusto Gomes (ESAG), o Teatro Experimental do Porto a Escola Básica do 1º Ciclo/JI Augusto Gomes. Como complemento às exposições foram programadas actividades como 'À Conversa com...' - um ciclo de conversas em torno das várias facetas de Augusto Gomes, com personalidades como Júlio Gago, A. Cunha e Silva, Manuel Dias da Fonseca, Alfredo Barros e Fernando Rocha, e ainda, uma visita à obra pública de Augusto Gomes pelo concelho de Matosinhos e Porto. Com a colaboração do TEP – Teatro Experimental do Porto, esteve patente no átrio do Cine Teatro Constantino Nery uma exposição que destacava a relação deste criador artístico com o teatro e, muito especialmente, com esta histórica companhia teatral do Porto.



Galeria Municipal

TITAN – 05 de Março a 01 Abril



Total: 720 visitantes

Exposição trabalhos resultantes dos 3 Simpósios Internacionais de Pintura de Matosinhos – 15 Maio a 13 de Junho

Total: 620 visitantes

‘Paisagens Imaginárias’ Exposição de fotografia de Ana Catarina Pinho – 03 de Julho a 11 de Setembro

Total: 520 visitantes

‘100 Marés. Pintura e Desenho’ - Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de Augusto Gomes – de 25 de Setembro 2010 até 20 Fevereiro 2011 –

Total: 1345 (visitantes até 31 de Dezembro 2010)

GM: Total visitantes 2010: 3205 visitantes

Galeria Nave

‘Quadro a Quadro. Retrospectiva do Prémio de Pintura Juvenil Augusto Gomes’ – 25 de Setembro a 15 de Novembro

Total: 406 visitantes

ASSOCIATIVISMO

Apesar da contenção económica que caracterizou o ano em análise, nem por isso a Autarquia – reconhecendo a importância das associações culturais como agentes cruciais na dinâmica sócio-cultural e no reforço da cidadania da comunidade - deixou de atribuir, através de contratos-programa, apoio financeiro à actividade destas instituições. 388 mil e 500 euros foram, neste contexto, distribuídos por 38 colectividades.

Entre as múltiplas actividades apoiadas sublinhe-se, pelo impacto regional e nacional que possuem, a prossecução do FESTARTE – Festival Internacional de Artes e Tradições de Matosinhos, excelente manifestação etnográfica, gastronómica, turística da cultura popular nacional e internacional (que contou com cerca de 22 mil participantes); e a Quinzena Cultural de S. Mamede de Infesta.

MÚSICA CLÁSSICA

A Música Clássica prosseguiu em 2010 como uma das áreas mais emblemáticas da programação cultural da Autarquia. Neste contexto deveremos salientar o alicerçar do projecto “Quarteto de Cordas de Matosinhos”, fundado por iniciativa da Câmara Municipal de Matosinhos em 2007 que, ao longo do ano em análise promoveu um ciclo de concertos mensais (exceptuando Julho e Agosto), ao longo do qual foram tocadas obras de Beethoven, Luís de Freitas Branco, Filipe Pires, Nuno Corte-Real, Frederico de Freitas, Fernando Lopes Graça, Armando José Fernandes, Mozart e Schostakovich.



Para lá da actividade do Quarteto de Cordas, em 2010 procedeu-se ao encerramento do ciclo de piano 2009, com o pianista António Rosado, e, através do pianista Jorge Moyanno procedeu-se a um ciclo de quatro concertos com os quais se assinalaram os bicentenários de Chopin (1810-1849) e Schumann (1810-1856).

Referência, também, para dois concertos especiais da Orquestra Sinfónica do Porto com o pianista António Rosado que, sob a direcção musical do maestro Paulo Neves, esgotaram a lotação do Cine Teatro Constantino Nery.



MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO E SERVIÇOS EDUCATIVOS

Ao longo de 2010 o Museu da Quinta de Santiago manteve patente, entre Janeiro e Maio, a exposição “Urbevoluções” realizada com base em diversas telas da colecção municipal. De Maio a Setembro as atenções recaíram sobre António Carneiro através da exposição “Ecce-Homo” que, além de telas da colecção municipal, incluiu obras provenientes de outros museus. De Outubro a Dezembro, e integrada nas comemorações do Centenário de Augusto Gomes, o museu abrigou parte da exposição evocativa dispersa por vários pólos.

Ao longo de 2010 os Serviços Educativos mantiveram uma acção continuada no Museu, assegurando além das habituais visitas guiadas, um conjunto muito significativo (incluindo todas as quintas-feiras à noite, até Outubro) de visitas teatralizadas.



Foram igualmente desenvolvidos perto de duas dezenas de ateliês de pintura, barro e de outras expressões artísticas, vocacionados para diferentes faixas etárias, envolvendo 588 participantes. Manteve-se a aposta da realização de ateliês em contexto de festas de aniversário asseguradas pelo Museu. Foram 15 as sessões realizadas, envolvendo 291 crianças.

Os Serviços Educativos asseguraram também ateliês, visitas guiadas especiais e actividades complementares noutros espaços culturais da Autarquia, nomeadamente na Galeria Municipal e no Cine Teatro Constantino Nery. Neste contexto foram 61 as iniciativas realizadas, envolvendo 963 participantes.

Além deste conjunto de iniciativas “regulares” permitimo-nos salientar neste relatório outras actividades realizada pelos Serviços Educativos:

- a realização da 13ª edição do “Juntos pela Arte” (na Galeria Nave, em Novembro e Dezembro), realizada em colaboração com a APPACDM e o Centro Leonardo Coimbra, que recebeu mais de 500

visitantes, e durante o qual se desenvolveram acções/ateliês de teatro, dança e música que contaram com a presença de 250 participantes;

- o “Aprender com Arte” – Ateliês Municipais das Férias de Páscoa, Verão e Natal, desenvolvidos no Museu da Quinta de Santiago e especialmente pensados para a ocupação dos tempos livres das crianças, em tempo que, sendo de férias para elas, continua a ser de ocupação para os encarregados de educação. 80 crianças participaram nestes ateliês.



- Curso de Teatro Infantil, que decorreu durante cinco meses no Espaço Irene Vilar. Crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 8 anos frequentaram este curso semanal, que concluiu com a realização de um espectáculo no Dia Internacional dos Museus, ao qual assistiram 60 espectadores.

- Em parceria com a Associação Universidade Sénior de Matosinhos foi realizado, fundamentalmente no Museu da Quinta de Santiago, um conjunto muito significativo de actividades para público sénior. Entre elas destacamos a realização semanal (às quintas feiras à tarde) de conferências, um curso de História e Património de Matosinhos, a organização de uma “comunidade de conhecimento” reunida em torno de um “five o’clock Tea”, e a recolha de Histórias de Vida e Viagens. Foram realizadas 35 sessões que contaram com a presença de 950 pessoas.

CINE TEATRO CONSTANTINO NERY – TEATRO MUNICIPAL

O Cine Teatro Constantino Nery reiniciou a sua actividade em Novembro de 2008.

Tivemos 3 produções próprias em teatro onde destacamos o “Amor Solúvel”, texto de Carlos Tê Encenação de Luísa Pinto, que depois do enorme sucesso de lotação de sala, esteve a convite do circuito de teatro português no Brasil para representar Portugal, não podemos deixar de referir que só 3 espectáculos portugueses foram convidados o que deixa um grande orgulho. Estivemos neste festival em S. Paulo/ Brasil em digressão e mais tarde em Lisboa no Teatro S. Luiz levando o nome de Matosinhos além cidade e além fronteiras.



O mesmo aconteceu com a reposição de “Janis e a Tartaruga” que foi por convite a Lisboa ao primeiro festival de monologas do país em Lisboa. Este espectáculo continua a fazer sucesso e ainda este ano estaremos no teatro de Almada.



Tivemos 4 co-produções onde destacamos o espectáculo “Relativamente” com encenação de João Lagarto e que encheu lotações. E destacamos o Fitei, festival de referência no país e que desde a abertura do Constantino Nery, é feito em co- produção com Matosinhos.

O Cine Teatro Constantino Nery trabalha a programação em regime de produções próprias, co-produções e acolhimento. Tem a preocupação constante na relação com os seus públicos, na formação, captação e fidelização.

Em acolhimento salientamos os espectáculos “Savaliana” da companhia nacional de bailado no âmbito da candidatura do QREN, pois a qualidade da programação e o sucesso de taxa de ocupação levou-nos a duas candidaturas do QREN aprovadas. Destacamos também o recital de poesia e piano com Beatriz Batarda e Bernardo Sassetti e os “Ibéria” a Louca história da península ibérica.

A Taxa de satisfação relativamente aos espectáculos: 94,6% gostaram; 3% não gostaram; 2,2% não têm opinião

A taxa de satisfação foi calculada em função do número de pessoas que responderam aos inquéritos que entregamos no início dos espectáculos, ou seja 15,2% dos espectadores

Total de espectadores e visitantes 36303



Educação e Formação

Com o objectivo último de garantir à comunidade educativa matosinhense respostas adequadas e eficazes, num trabalho de contínua avaliação e adaptação aos desafios que se colocam nos territórios educativos, a educação investiu no ano de 2010 na renovação e manutenção do parque escolar, na acção social escolar e na gestão de recursos humanos não docentes. Estas constituem respostas que asseguram o bom funcionamento estrutural das escolas. Concomitantemente, a Divisão de Educação e Formação continuou a apostar na implementação de projectos pedagógicos que complementassem o papel e a acção das escolas, ampliando a sua intervenção através de estratégias de prevenção e promoção.



As actividades da Divisão de Educação e Formação, em 2010, foram assim desenvolvidas, considerando as seguintes vertentes:

- 1. Projectos**
- 2. Mobilização da Comunidade Educativa**
- 3. Acção Social Escolar**
- 4. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos**
- 5. Gestão dos Recursos Humanos Não Docentes**

1. Projectos

Foram vários os projectos desenvolvidos na área da Educação, em Matosinhos, durante o ano de 2010, com vista a contribuir, especialmente, para a complementaridade entre a actividade curricular e cívica:

- Escola a Tempo Inteiro;
- “A Ler Vamos...”;
- Matosinhos aposta nos 12 anos de escolaridade (EPIS);
- Projecto de Integração Escolar e Social;
- Regime de Fruta Escolar.

Com estes projectos, fortaleceu-se uma postura de intervenção local assente num conjunto de relações de parceria, em que as componentes educativas e pedagógicas assumiram um destaque central.

Por outro lado, as exigências de intervenção destes projectos permitiram a adopção de modelos de acompanhamento, monitorização e avaliação em todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Matosinhos, configurando novas formas de cooperação local.

Deu-se continuidade à organização/implementação do projecto **Escola a Tempo Inteiro**, nomeadamente através da colaboração e dinamização de actividades de carácter educativo, curricular e extra-curricular. É de salientar o lançamento pioneiro da actividade - Iniciação à Prática do Golfe no 1º CEB, que resultou de



uma experiência realizada com quatro turmas do Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora, que frequentaram as instalações do CityGolf, permitindo aferir as imensas possibilidades desta prática desportiva e abriu portas, mais uma vez, para o cumprimento de um dos objectivos fundamentais

das actividades de enriquecimento curricular, que se traduz no desenvolvimento de parcerias com as entidades locais potenciando outras experiências de carácter cultural e desportivo, enriquecendo desta forma o currículo dos alunos do Concelho.

É de destacar a forte participação da Federação Portuguesa de Golfe que permitiu a realização de formação certificada a todos os professores da Actividade Física e Desportiva, com o objectivo de adquirirem um conjunto de conhecimentos e técnicas direccionadas à faixa etária dos 6 aos 10 anos, com incidência no desenvolvimento desportivo, nas suas vertentes social e educacional.

Em 2010, o projecto de Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita alterou o seu nome para **“A Ler Vamos...”**, em virtude da existência de outro projecto com um nome similar no Concelho. O projecto continuou a abranger todos os agrupamentos de escolas e IPSS's do Concelho.

Número total de pessoas abrangidas em 2010	Número de pessoas abrangida, por sexo	Tipologia da população
1649 no ano lectivo 2009/10	53% sexo feminino	Crianças da educação pré-escolar e 1º ciclo
1548 no ano lectivo 2010/11	47% sexo masculino	

Objectivos Definidos para 2010	Resultados Alcançados em 2010
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de um grupo de controlo e análise da eficácia da intervenção. 2. Avaliação de todas as crianças de 5 anos com autorização dos Encarregados de Educação. 3. Melhoria do desempenho pré-leitor das crianças alvo de intervenção. 4. Acompanhamento das crianças no 1º ciclo – continuidade da intervenção desde a educação pré-escolar. 5. Divulgação do projecto e candidatura a prémios de boas práticas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação de todas as crianças dentro do timing previsto. 2. Comparação da intervenção com o grupo de controlo e verificação da melhoria das crianças alvo de intervenção. 3. Diminuição do número de crianças abrangidas no 1º ciclo. 4. Divulgação do projecto num congresso internacional e publicação de um documento representativo do projecto em colaboração com a Escola Superior de Educação de Coimbra. 5. Classificação do projecto como uma das 5 melhores práticas da região norte, na categoria Norte Inclusivo.

Ocorreu uma nova edição da formação creditada para educadoras de infância, no âmbito da "Literacia Emergente", através da qual foram creditadas 53 educadoras.

No ano de 2010 não foi realizada a articulação com a Universidade Fernando Pessoa ao nível da terapia da fala, uma vez que não existe nos quadros da autarquia nenhum técnico com esta formação para supervisionar os estágios.

Através da planificação, implementação e avaliação de cada acção é possível verificar que o público envolvido, desde as crianças, Encarregados de Educação e Docentes têm participado activamente no projecto e apresentado melhorias significativas no seu desempenho.

A Câmara Municipal de Matosinhos continuou a apoiar, em 2010, o **Projecto EPIS - Empresários pela Inclusão Social**, visando diminuir, de forma significativa, as taxas de insucesso dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico. Neste ano, face aos objectivos definidos foram alcançados os seguintes resultados:

Objectivos	Resultados
Definidos para 2010	Alcançados em 2010
Manutenção da melhoria da taxa de sucesso escolar dos alunos acompanhados – +14%	Melhoria da taxa de sucesso escolar dos alunos acompanhados – +17%

Caracterização da população alvo envolvida		
Número total de pessoas abrangidas	Número de pessoas, por sexo	Tipologia da população
1452 alunos	793 Feminino 659 Masculino	Alunos a frequentar o 3º Ciclo nas 17 Escolas EB23 e Secundárias do Concelho de Matosinhos
480 Encarregados de Educação		Pais e Encarregados de Educação dos alunos mencionados anteriormente

Manteve-se a implementação do **Projecto de Integração Escolar e Social (PIES)**, no Agrupamento de Escolas de Leça do Balio, com o objectivo de prevenir o abandono escolar precoce. Foram intervencionados 236 alunos deste Agrupamento de Escolas. Relativamente aos resultados obtidos em 2010, constatou-se o seguinte:

Junto dos alunos: melhoria significativa da assiduidade, do empenho nos compromissos escolares; melhoria significativa do comportamento e da atitude de valorização da escola.

Junto dos encarregados de educação: melhoria significativa na sua relação com a escola; maior participação nas reuniões de pais.

Junto das Instituições da Comunidade: reconhecimento da importância do trabalho de proximidade realizado pela equipa do PIES, especialmente aquelas que trabalham com crianças e jovens em risco.

A taxa de sinalizações às CPCJs reduziu significativamente (-80%).

O envolvimento dos Directores de Turma e Professores Titulares de Turma nos compromissos assumidos com o aluno e a sua família, produziu o efeito de **reforço de autoridade** do professor face ao aluno, assumindo um papel regulador nas situações de não cumprimento do contrato no contexto escolar.

No ano de 2010, a Câmara Municipal de Matosinhos foi uma das autarquias pioneiras na implementação do **Regime de Fruta Escolar**, um projecto incentivado pela União Europeia, que consiste, por um lado, na distribuição gratuita de hortofrutícolas a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico que



frequentem estabelecimentos de ensino público e, por outro, na realização de actividades, em meio escolar, que visem o desenvolvimento de competências no âmbito da alimentação saudável e o conhecimento da origem dos produtos agrícolas.

A Câmara Municipal de Matosinhos, consciente da importância desta medida para a saúde de todas as crianças, decidiu alargar esta distribuição a todos os jardins-de-infância da rede pública do Concelho, procurando, desta forma, aumentar o número de crianças beneficiadas e incentivar o

consumo de fruta e hortícolas, em idades ainda mais precoces. Neste pressuposto, no 3.º período lectivo de 2009-2010, cerca de 6100 alunos do 1.º ciclo e 1600 crianças do pré-escolar usufruíram do fornecimento gratuito de fruta e legumes, enriquecendo, desta forma, a qualidade nutricional das suas merendas escolares.

Paralelamente, a Câmara de Matosinhos promoveu, ainda, uma actividade lúdica, junto de todas as crianças envolvidas neste projecto, associando à distribuição dos hortofrutícolas, a oferta de uma caderneta e cromos alusivos à temática da alimentação saudável, procurando, assim, aumentar o interesse das crianças por esta iniciativa.

É de salientar que os resultados da implementação do Regime de Fruta Escolar, nas escolas de Matosinhos, foram extremamente positivos e traduziram-se no consumo efectivo de todos os produtos fornecidos e no enorme entusiasmo demonstrado em torno deste projecto por toda a comunidade educativa e, especialmente, pelas crianças. O Regime de Fruta Escolar em Matosinhos foi, ainda, reconhecido pelo Ministério da Educação como um exemplo de boas práticas relativamente às medidas de acompanhamento promovidas pela Autarquia, não só pelo seu carácter inovador (actividade lúdica referente à caderneta e cromos), mas também, pela excelente articulação entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e a empresa fornecedora.



No ano lectivo 2009/10 deu-se continuidade ao plano de apoio financeiro, a todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho, com o objectivo de estimular iniciativas de carácter inovador e pedagógico.

2. Mobilização da Comunidade Educativa

Tendo como objectivo contribuir para a mobilização, envolvimento e interacção de toda a comunidade educativa, foram diversas as acções apoiadas e desenvolvidas, conforme se especifica:

- "**Torneios Inter-Escolas**" - organizados pelas Escolas Secundárias do Concelho, foram apoiados pela autarquia através da atribuição de uma verba no valor de 5. 000,00€ às Escolas Secundárias participantes e pelo fornecimento das camisolas alusivas ao evento, no valor de 5 000,00 €, perfazendo um investimento total de 10 000,00 €.
- A Câmara Municipal de Matosinhos apoiou diversas actividades socioeducativas, organizadas/dinamizadas pelas escolas, nomeadamente: **Feira Medieval (ES/3 Abel Salazar e EB2,3 Maria Manuela Sá)**, no valor de 8 000,00€ e o **Fórum Internacional Jovens - Áustria Parlamento Europeu Jovem (ES/3 do Padrão da Légua)**, no valor de 2 500,00 €.
- Deu-se continuidade ao apoio atribuído ao **Núcleo das Associações de Pais** de Matosinhos, no sentido de promover a criação de Associações de Pais no Concelho, fomentando-se, desta forma, o envolvimento das famílias na vida das escolas, um factor determinante para o ajustamento académico e sucesso escolar dos alunos.
- Com o intuito de contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades de elevado potencial educativo, a Câmara Municipal apoiou os alunos carenciados, com aproveitamento escolar, no financiamento da inscrição no **Projecto Universidade Júnior**;
- Por forma a manter operacional todo o parque informático existente nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, permitindo uma resposta rápida e eficaz às avarias e maus funcionamentos que diariamente são detectados, a Autarquia manteve o **Contrato de Manutenção dos Equipamentos Informáticos** com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco;
- A **Escola de Segunda Oportunidade** de Matosinhos contou com apoio da Autarquia através da atribuição de subsídios para a realização de eventos e para o normal desenvolvimento de actividades na escola.

3. Acção Social Escolar

Os apoios socioeducativos são, para a Câmara Municipal de Matosinhos, instrumentos fundamentais, facilitadores da promoção do acesso à educação e ao ensino, sendo também imprescindíveis à justiça social e à correcção de assimetrias socioeducativas.

Desta forma, a Acção Social Escolar organizou-se considerando os seguintes critérios de actuação:

3.1. Auxílios Económicos

Em 2010, beneficiaram dos auxílios económicos 2828 alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, inseridos em agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras. Este apoio visou garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todos os alunos do Concelho e destinou-se à aquisição de livros e material escolar, a que correspondeu um investimento de 101 455,00 €.

3.2. Transportes Escolares

A Câmara Municipal assegurou o transporte escolar a um universo de 413 alunos (1º semestre) e 351 alunos (2º semestre), fundamentalmente do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, que residem a mais de 4 km do estabelecimento de ensino, ou que se encontrem em qualquer situação extraordinária. Aos alunos do Ensino Básico a Câmara Municipal comparticipou 100% do valor dos custos das deslocações. Aos alunos do Ensino Secundário, foram assegurados pela autarquia 50% dos custos das deslocações.

Foi também assegurado o transporte a crianças com Necessidades Educativas Especiais, inseridos nos vários níveis de ensino.

Fez-se um investimento total na ordem dos 385 318,52 €.

É importante referir, também, a oportunidade que as escolas tiveram em utilizar o autocarro municipal, que se encontrou, diariamente, ao serviço da Educação, permitindo a concretização de muitos projectos desenvolvidos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias.

3.3. Refeições Escolares

Durante o ano de 2010, manteve-se a distribuição, média, de 5500 refeições diárias, nos JI's e EB1's do Concelho. Todas as ementas escolares garantiram o fornecimento de refeições nutricionalmente adequadas ao estágio de crescimento e desenvolvimento das crianças desta faixa etária. Deu-se continuidade à disponibilização de ementas específicas, ajustadas a situações culturais ou patológicas pontuais.



A Câmara Municipal assumiu, durante este ano, um investimento total na ordem de 1.200.000,00 € com as refeições escolares.

3.4. Bolsa de Mérito

Como forma de se associar ao reconhecimento do sucesso educativo, a Câmara Municipal atribuiu um subsídio ao **Rotary Clube de Matosinhos**, no valor total de 750,00€, destinado à bolsa de mérito para um aluno do Concelho.

4. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e dos Jardins-de-Infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação dos refeitórios, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo de ensino e aprendizagem seja, cada vez mais, um desafio à implementação e desenvolvimento de boas práticas.

Em 2010, é de salientar a inauguração de 3 equipamentos educativos:

- EB da Quinta do Vieira, em Custóias;
- EB do Araújo, em Leça do Balio;
- JI do Seixo, em Leça do Balio.

Iniciaram-se, ainda, as obras de ampliação/reconversão de várias escolas:

- em Guifões, da EB da Lomba;
- em Lavra, do JI de Angeiras;
- em Leça da Palmeira, da EB de Leça da Palmeira, da Creche de Leça da Palmeira e da EB da Praia;
- em Leça do Balio, da EB do Padrão da Légua;
- em Matosinhos, da EB de Matosinhos;
- em Perafita, da EB das Ribeiras;
- em S. Mamede Infesta, da Creche de S. Mamede Infesta;
- na Senhora da Hora, da EB da Quinta de S. Gens;
- em Custóias, arrancaram as obras referentes à 2.ª fase da EB de Santiago para a construção da creche, de 2 salas do pré-escolar e do refeitório com cozinha.

4.1. Mobiliário Escolar e Equipamentos de Apoio Educativo Diverso

No sentido de dotar os estabelecimentos de educação e ensino de condições adequadas e melhoradas para o desenvolvimento das actividades educativas, a Câmara atribuiu a todos os Agrupamentos de Escolas um total de 298 719,67 €.



4.2. Gestão Corrente dos Jardins-de-Infância e das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Foram realizadas transferências de verbas para os Agrupamentos de Escolas e para a EB da Barranha, com o objectivo de assegurar as despesas de electricidade, água, telefone, gás, material de desgaste, alarmes e contratos de manutenção. O investimento atribuído foi de 500. 545,00€.

4.3. Transferência de Competências do Ministério da Educação

No âmbito da transferência de competências do Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Matosinhos continuou a gerir todo o pessoal não docente a exercer funções em jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e EB2,3's, da rede pública do Concelho. A Autarquia exerce as competências de recrutamento, afectação, colocação, remuneração, homologação da avaliação de

desempenho e poder disciplinar sobre os assistentes operacionais/técnicos e técnicos superiores, afectos às diversas escolas do Concelho, em articulação com os Agrupamentos de Escolas.

Relativamente à gestão do parque escolar, a Autarquia investiu 220.000,00€ no apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

5. Gestão dos Recursos Humanos Não Docentes

No âmbito das competências atribuídas ao poder local, em matéria de educação, a Câmara Municipal de Matosinhos continuou a assumir a gestão dos recursos humanos não docentes a exercer funções nos JI's e EB's, contando com 593 trabalhadores, necessários ao pleno funcionamento destes estabelecimentos.

Para assegurar o apoio ao serviço das refeições, melhorar o funcionamento dos refeitórios escolares e reforçar o acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais a Autarquia assumiu a despesa correspondente a 103 tarefas, num investimento total de 293. 573,50 €.

Juventude e Voluntariado

A Câmara Municipal assume um papel relevante ao nível da intervenção junto da população juvenil, traduzido em acções direccionadas para a promoção de uma participação juvenil activa e interventiva. Promover a integração e a participação do(s) jovens, mais do que uma vontade, é uma obrigação potenciada pela capacidade de conduzir a comunidade que se pretende assente em valores de cidadania, de desenvolvimento e de bem-estar.

As actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2010 são disso um exemplo, tanto mais que a sua elaboração foi baseada nos contributos apresentados pelo(s) jovens que participam no órgão de consulta juvenil – o Conselho Consultivo da Juventude.

Procurou-se alargar o âmbito de intervenção em várias direcções, por forma a envolver um maior número de jovens, dando especial destaque às suas preferências, sem nunca descurar o carácter pedagógico desta intervenção.

Para tal, a criação de parcerias e o trabalho de colaboração com outras instituições foram fundamentais na implementação das actividades, a título gratuito, mediante uma acção multidimensional, como também de um modelo de desenvolvimento local integrado, alicerçado numa comunidade de interlocutores que não só se reconhece mutuamente como se conhece na base de um diálogo realizado ao longo do tempo e onde a comunicação resulta de uma tradução de interesses e preocupações que consegue conjugar objectivos partilhados.



De assinalar também, a aposta lançada na área do Voluntariado que se constitui como o expoente máximo da participação cívica e solidária dos munícipes e, que no ano de 2010 conseguiu consolidar a sua actuação.

As acções abaixo descritas, reflectem à partida, o cumprimento de uma das principais características da juventude – a transversalidade, que procurou simultaneamente corresponder às expectativas e considerações subjacentes à condição juvenil.

I - Actividades Realizadas

Actividade	Objectivo de Participantes			Nº Participantes	Despesa
	MTS	SMI	SCB		
Workshop de DJ'S	10		7	13	0,00€
Curso de Inglês	12			11	1.350,00
Seminário de Kyusho Jutsu	45			32	0,00
Formação Modular – Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho	12			14	0,00
Técnicas de Procura de Emprego (Abril /Setembro)	78			70	0,00
Workshop “Uma Questão de Comunicação”.... Técnicas Apresentação e Comunicação	10			6	0,00
Workshop “Uma Questão de Comunicação” ... Noções Básicas	84			84	0,00
Campanha “Jovens pela Inclusão”	Não definido			9	0,00
“CJ Quiz”	Não definido			47	0,00
14ª Edição do Festival Internacional “Matosinhos em Jazz”	3000			2249	148.978,00
Formação Modular – Cuidados Básicos de Saúde	12			10	0,00

CJ na Moda	150			213	157,53
Conferência de Educação Sexual – “Sexualidade Segura”	80			40	0,00
Ateliers de Verão – “Juventude em Acção”	24		74	60	1387,76
Concerto com a Orquestra Jazz de Matosinhos	Não definido			400	273,70
À Conversa Com... Março – Afectos; Abril – Violência entre Pares (Bulling) Maio – Os Perigos das Redes Sociais Junho - Dependências	40			29	0,00
À Conversa Com... Setembro – Amizade, Amor e Sexualidade na Adolescência; Outubro – As Relações Familiares Novembro – A Gravidez na Adolescência Dezembro – A Vida Escolar	40			48	0,00
Workshop “Uma Questão de Comunicação” – Noções Básicas (Outubro)	10			7	0,00
Workshop Método e Técnicas de Estudo para Jovens – 1ª Edição EPROMAT	78			65	0,00
Workshop Método e Técnicas de Estudo para Jovens – 2ª Edição EB3/3 Lavra	103			100	0,00
Jazz Vai À Escola	350			538	197,00
Workshop Métodos e Técnicas para Pais	16			11	0,00

Workshop Dependências	86			73	0,00
Reuniões de dinamização do Conselho Consultivo da Juventude				127	0,00
Formação de Técnicos – Especialização em Igualdade de Género			15	14	0,00
Workshop “9º Ano e Agora?”			30	18	0,00
Feira das Trocas			30	5	0,00
Comemoração do Dia de S. Valentim “I’ve Got a Feeling...”			60	76	0,00
Tarde Desportiva			20	23	0,00
C.S.I. – Casa Sob Investigação			100	97	0,00
Dia Internacional da Mulher – Planeta Fashion			12	12	0,00
Workshop Técnicas e Métodos de Estudo para Pais			30	27	0,00
Aulas de Taekwondo			15	8	0,00
Formação Modular em Excel			15	10	0,00
TalenTus (Abril)			70	112	0,00
Free Friday			40	34	0,00
Curso de Competências Básicas de Informática			5	6	0,00
Concurso de Bandas			N/A	11	0,00
TPC – Temos Pais na Casa			40	14	0,00
A Jogar em Casa			54	49	0,00
Workshop de Yoseikan Training			10	8	0,00
Vencer na Escola: Visita a Serralves			19	11	0,00
Festa na Casa			150	95	268,43
Noites na Casa			80	162	0,00
Caixa do Som	20-50			438	0,00
Dia Internacional da Juventude	120			252	315,01
Arte Fora do Sítio	400			1000	454,74

Prevenção, Sensibilização e Combate ao Tráfico de Seres Humanos			16	15	0,00
9º Aniversário da Casa de Sta. Cruz do Bispo			60	104	0,00
Maiores de 14			12	3	0,00
Karaoke in the House			15	15	0,00
Convívio CCJ (Magusto)	40			18	0,00
Festa de Natal – TalenTus 2ª Edição			70	85	0,00
Curso de Animação Sócio Cultural			15	13	1.800,00€
Formação de Cinema			15	10	2.268,00
Formação de Culinária			8	6	3.342,00
Halloween			60	22	0,00
Ateliers de Ocupação de Tempos Livres – Páscoa	40			25	0,00
Formação Modular de Inglês – 2 turmas		34		33	0,00
Dia dos Namorados “Alma Gémea”		30		80	0,00
Baile e concurso de máscaras - Carnaval		80		167	0,00
Acção sensibilização: “Eu, Nós e o nosso Bebê”		40		26	0,00
Lançamento do Livro: Desporto na Escola – Educando para a Igualdade		200		150	0,00
Workshop de Lifetraining		40		72	0,00
Projecto “Animar a Praça”		100/dia		1512	0,00
Concerto Banda “The Book” (no âmbito da Quinzena Cultural)		100		350	0,00
Espaço Zen (periodicidade mensal)		195		227	0,00
Acção de Informação e Sensibilização sobre “Formação em Educação Sexual”		60		58	0,00

Grupo de Danças Latinas		20/Sessão		246	0,00
Aniversário da Casa de SMI		Não definido		26	
Workshop “Coaching para Jovens”		30		32	0,00
Formação Modular Acção Educativa		17		14	0,00
Formação Modular em Gestão de Eventos		17		11	0,00
Inauguração Exposição “Ateliers de Verão”		N/A		10	N/A
Formação Secretariado e Línguas Empresariais		15		11	2.530,00
Formação de Espanhol		10		8	2.800,00
Formação Campos de Férias		15		16	3.360,00
Mostra Digital		100		104	0,00
Semana da Saúde Juvenil		300		573	0,00
TOTAL					
Total de Actividades sem despesa	52				
Total de actividades com despesa	15				

II - V.E.M. - Participação nas Actividades

Formações

Actividade	Objectivo (N.º Participantes)	N.º Participantes	Despesa
Formação em Voluntariado – voluntários – 8 sessões	60	150	0,00 €
Formação de Gestores de Voluntariado – 1 sessão	15	15	0,00 €
TOTAL			

Total actividades com despesa	Total actividades sem despesa	TOTAL
0	9	0,00 €

Nota – Estavam previstas apenas 3 acções de formação e efectuaram-se 8, daí a diferença entre o objectivo previsto e efectivo.



Outros Eventos

Actividade	Objectivo (N.º Participantes)	N.º Participantes	Despesa
Encontro de Voluntários – Junho *	50	29	40,00 €
Encontro de Voluntários – Dezembro	50	94	0,00 €
Encontro de Gestores	20	29	0,00 €
Encontro Voluntários de Proximidade	30	40	0,00 €
Workshops adaptados para voluntários Casa do Caminho	7	7	0,00 €
Workshops adaptados para voluntários CATI	7	18	0,00 €
Workshop de Sensibilização para o Voluntariado na Escola Secundária João Gonçalves Zarco – 6 sessões	NA	138	0,00 €
TOTAL			40,00€

Total actividades com despesa	Total actividades sem despesa	TOTAL
	11	40,00 €

*Nota – Despesa do Encontro suportada através do Fundo Permanente

Promoção Social e Saúde

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão se acentuam, a Câmara Municipal de Matosinhos organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

O Relatório que aqui se apresenta diz respeito ao trabalho desenvolvido pela DPSS no ano de 2010, destacando as principais acções desenvolvidas pela Divisão tendo em consideração as dimensões de intervenção – Educação, Formação e Emprego; Condições de Vida e Cidadania (Habitação, Acessibilidades, Envelhecimento Activo); Inovação, Qualificação de Equipamentos e Respostas Sociais; Riscos e Perigos; Igualdade de Género e Participação, Trabalho em Rede de Produção de Conhecimento - definidas no *Plano de Desenvolvimento Social* (elaborado com base nos resultados do *Diagnóstico Social do Concelho*) e enquadradas pelas *Grandes Opções do Plano*.

Para além da aposta em dotar o Concelho de infra-estruturas, investe-se também na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

REDE SOCIAL



- Em 2010 a Rede Social realizou **2 Plenários do Conselho Local de Acção Social (CLAS)**.
- O primeiro Plenário contou com a presença de **39 pessoas de instituições** parceiras, teve os seguintes resultados:
 - ✓ Apresentação e aprovação do Relatório de Avaliação do Plano de Acção 2006-2009;
 - ✓ Apresentação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Social 2010-2013;
 - ✓ Apresentação e aprovação de pareceres da Rede Social, designadamente: “Escolinha do Cantinho Celeste” e Cooperativa de Habitação Económica – “Aldeia Nova”;
 - ✓ Apresentação do Relatório de Avaliação do Rendimento Social de Inserção e Estratégias de Acção Local; apresentação do Relatório de Actividades da CPCJ-M de

2009 e apresentação do Relatório de Monitorização do Projecto – “Agir em Matosinhos”, no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS executado pela ADEIMA.

- O segundo teve a participação **de 53 pessoas de instituições parceiras**, com os seguintes resultados:
 - ✓ Apresentação e emissão de parecer do Conselho Local de Acção Social relativamente ao Plano de Acção do projecto Matosinhos Activo 2 no âmbito dos CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social;
 - ✓ Apresentação e aprovação da constituição do Núcleo Executivo 2011/2012 e à apresentação da constituição e objectivos dos grupos temáticos sobre: Violência, Infância e Deficiências/Incapacidades e red denominação do NESE – Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento.
- Realização de **7 reuniões do Núcleo Executivo** com os seguintes resultados:
 - ✓ Apresentação do Relatório de Avaliação do Plano de Acção 2009;
 - ✓ Apresentação de Proposta de Estratégias/Objectivos Gerais sobre o PDS 2010-2013;
 - ✓ Apresentação das acções das CSF’S para a realização do PDS 2010-2013;
 - ✓ Constituição do Núcleo Executivo;
 - ✓ Constituição dos grupos temáticos da Infância, Deficiência, Violência;
 - ✓ Apresentação do Contrato Local de Desenvolvimento Social;
 - ✓ Discussão de candidaturas ao Programa Municipal ao Arrendamento – PMAA;
 - ✓ Análise das fichas de adesão ao CLAS;
 - ✓ Planificação do trabalho anual;
 - ✓ Acompanhamento dos trabalhos em curso.
- Acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia através de:
 - ✓ Realização de **78 reuniões** das quais 25 foram destinadas para a construção dos Planos de Acção das 10 CSF’s;
 - ✓ Avaliação das acções dos Planos de Acção das 10 CSF’S de 2009;
- Realização de **2 Sessões de trabalho com o CESIS, Núcleo Executivo e dinamizadoras das 10 CSF’S**, de forma a promover espaços de reflexão sobre o trabalho a desenvolver;
- Actualização do **Observatório Social** através da aplicação das fichas de caracterização a 58 instituições do Concelho das diversas áreas de intervenção, nomeadamente, Terceira Idade, Infância, Deficiência, Saúde, Agrupamentos Escolares;

- Realização de proposta sobre critérios a aplicar na atribuição de subsídio às Juntas de Freguesia, no âmbito da Rede Social;
- Atribuição de subsídios às 10 Juntas de Freguesia do Concelho de Matosinhos para a realização do trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social, designadamente, operacionalização das acções inscritas nos Planos de Acção e promoção de serviços prestados à população;
- Elaboração de Plano de Acompanhamento Diferenciado para as 10 CSF'S;
- Emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais.

ATENDIMENTO INTEGRADO (AI)

Objectivos gerais:

- Alargar e consolidar o modelo de Atendimento Integrado no Concelho de Matosinhos.
- Disseminar a metodologia do Atendimento Integrado junto de outros concelhos do País.

Resultados directos:

- O Atendimento Integrado é referido no Plano Nacional de Acção para a Inclusão como **boa prática nacional** e está identificado como meta nacional;
- O grupo de Coordenação do AI disponibiliza um técnico da Câmara Municipal de Matosinhos que está responsável pela supervisão e acompanhamento de **cinco Pólos de A.I.** (Guifões/Junta de Freguesia; Santa Cruz do Bispo/Junta de Freguesia; Lavra/Junta de Freguesia; Custóias/Junta de Freguesia; Matosinhos/Câmara Municipal de Matosinhos);
- O Pólo de Atendimento de Matosinhos (área "Matosinhos Sul"), integra um técnico da Câmara Municipal de Matosinhos, o qual enquanto gestor de processo faz o atendimento e acompanhamento das famílias desse território;
- Durante o ano de 2010 no Pólo de Atendimento de Matosinhos foram realizados **578 atendimentos** com e sem marcação e **52 visitas domiciliárias**;
- No âmbito do RSI, em 2010, nos Pólos de Atendimento Integrado de Custóias, Guifões, Santa Cruz do Bispo e Lavra foram **contratualizados 236 Programas de Inserção**, abrangendo **744 pessoas**;
- No Pólo de Matosinhos foram contratualizados **240 Programas de Inserção**, abrangendo **525 pessoas**;

- Em 2010, ficou instituído como procedimento para os Pólos do AI da responsabilidade da CMM, a realização de relatórios trimestrais para a CPCJ relativos a processos com medida aplicada pela CPCJ, os quais são alvo de análise prévia por parte do responsável pela supervisão;
- Contratualização a 100% dos processos com medida aplicada pela CPCJ, nos Pólos do AI da responsabilidade da CMM, **abrangendo 14 famílias**;
- Em 2010 procedeu-se à análise e validação de candidaturas, por parte do responsável pela supervisão, ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, dos Pólos de A.I. da responsabilidade da CMM para posterior envio à Matosinhohabit, **abrangendo 28 famílias**;



- Em 2010 manteve-se o preenchimento mensal da **Base de Dados do AI** cujos objectivos são:
 - ✓ Dar visibilidade ao trabalho realizado;
 - ✓ Identificar precocemente situações de risco;
 - ✓ Melhorar o desempenho das equipas ao nível do acompanhamento;
 - ✓ Planear a intervenção social;
- No decorrer do ano transacto o grupo de Coordenação do AI (constituído por elementos da Câmara Municipal de Matosinhos, da ADEIMA, da Segurança Social e da Saúde) deu continuidade ao trabalho de **disseminação nos Concelhos** de Vila Nova da Barquinha, Valongo e Penafiel, bem como, ao trabalho de acompanhamento técnico e supervisão dos Pólos de Atendimento Integrado em funcionamento.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

▪ Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género (2010-2013)

A Autarquia tem-se empenhado em implementar e desenvolver boas práticas na área da Igualdade de Género, tendo no ano de 2010:

- ✓ nomeado o *Conselheiro Local para a Igualdade de Matosinhos* (conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2010, de 29/04/2010) na pessoa do Vice-Presidente da Câmara;
- ✓ promovido *acções de formação interna sobre a temática da Igualdade de Género*, no âmbito de uma candidatura ao POPH, abrangendo diferentes públicos num total de 26 formandos/as, nomeadamente técnicos/as de diferentes Divisões, como Divisão de Promoção Social e Saúde, Divisão de Educação e Formação, Divisão de Promoção Cívica: Juventude e Voluntariado, Divisão de Turismo, Animação e Desporto, Divisão de Formação e Condições de Trabalho, bem como os/as dirigentes de topo, nomeadamente o Presidente da Câmara, Vereadores/as e Directoras das duas Empresas Municipais; para além de ter envolvido vários agentes sociais locais, como dinamizadoras das Comissões Sociais de Freguesia e elementos do Núcleo Executivo da Rede Social.
- ✓ concluído o *Diagnóstico Social da Autarquia* enquanto entidade empregadora *no domínio da igualdade de género* e da conciliação da vida profissional e familiar.

De salientar que a construção do próprio Plano para a Igualdade de Matosinhos integrou as ideias de como actuar nesta temática resultantes do debate promovido no contexto da formação.

De referir que o Plano Municipal de Matosinhos para a Igualdade de Género foi apresentado publicamente a 6 de Maio de 2010 na primeira Assembleia Municipal temática realizada na Autarquia, assembleia esta que contou com a presença e intervenção da Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Dra. Sara Falcão Casaca.

Neste âmbito de intervenção foi ainda realizada pela Autarquia candidatura ao Prémio Igualdade é Qualidade, promovido pela CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, no entanto no presente ano estes organismos consideraram que as candidaturas apresentadas não correspondiam aos parâmetros de atribuição do Prémio, não tendo este sido atribuído.

ACÇÃO SOCIAL

Apoio à Infância: A Implementação do Plano Infância de Matosinhos (acções desenvolvidas)

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Social para a Infância do Concelho de Matosinhos, deu-se a continuidade ao trabalho realizado, tendo como principal objectivo estratégico o de garantir as condições para uma efectiva garantia dos Direitos da Criança.

O Plano foi definido em 5 linhas estratégicas que definem toda a sua intervenção:

- **Linha estratégica 1 - Promoção do Conhecimento – Monitorização das Necessidades**
 - ✓ - Actualização do Observatório Social de Matosinhos nas suas dimensões relativas à infância, realização de visitas às Instituições e respectiva aplicação de questionários (ver ponto 1. Rede Social).
 - ✓ Contribuição para a Divulgação do estudo sobre a situação social da infância no Concelho de Matosinhos.
 - ✓ Aplicação de 31 questionários às crianças e técnicos dos Lares de Infância e a diferentes entidades do Concelho.
 - ✓ Realização de 6 reuniões com o gabinete de Auditoria para definição do cálculo do custo padrão dos utentes das respostas sociais desenvolvidas pelas IPSSs da Infância.
 - ✓ Procedeu-se ao apoio à construção dos instrumentos e à recolha de informação junto das 23 Instituições da Infância.
- **Linha estratégica 2 - Qualificação e Alargamento dos Equipamentos de Apoio Infância**
 - ✓ Aumentar a capacidade de acolhimento em creche em, pelo menos, mais 320 lugares, através das candidaturas que em 2010 foram apoiadas:
 - ✓ Programa PARES:
 - Associação Social e Recreativa Guerra Junqueiro – Reversão de CATL em Creche com capacidade para 33 crianças;
 - Irmandade da santa Casa da Misericórdia – Reversão de CATL em Creche (Infantário “Paraíso”) com capacidade para 33 crianças (ainda não foi aprovado);
 - Fundação Auchan – Construção de Creche com capacidade para 66 crianças;
 - Centro Social e Cultural de Custóias - Creche com capacidade para 33 crianças.

- ✓ Programa QREN:
 - Leça da Palmeira - Creche com capacidade para 33 crianças (futura gestão da Associação MAIS);
 - Custóias - Creche com capacidade para 33 crianças (futura gestão da Associação MAIS);
 - São Mamede Infesta - Creche com capacidade para 33 crianças (futura gestão da AMAS).
 - ✓ Candidaturas com outros apoios de financiamento:
 - Obra do Padre Grilo - Construção/Readaptação Apartamento Semi-Autonomização/readaptação do Lar.
 - ✓ Identificação de boas práticas nas instituições através da recolha e análise da informação, no âmbito do Observatório Social.
 - ✓ Levantamento de necessidades de formação das instituições a nível dirigente, técnico e auxiliar com vista a uma actualização contínua dos conhecimentos.
 - ✓ Elaboração e aplicação de um questionário dirigido a todas as Instituições dos vários domínios e respectiva análise dos resultados.
 - ✓ Identificação das Instituições que dinamizam actividades de carácter inter-geracional.
 - ✓ Análise das actividades desenvolvidas pelas diferentes Instituições do Concelho identificadas nas fichas do observatório social.
-
- **Linha estratégica 4 - Promoção da vida cultural e desportiva**
 - ✓ Promoção da participação das crianças e jovens nas actividades desenvolvidas pelas associações recreativas e desportivas que desenvolvam actividades de ocupação saudável dos tempos livres.
 - ✓ Realização de reuniões com a Matosinhos Sport e contactos constantes com os Lares de Infância para definição de um orçamento base, sugerindo a possibilidade da frequência das piscinas municipais para as crianças.
 - ✓ Divulgação de acções culturais para dar conhecimento às Instituições da Infância é uma acção contínua sempre que se justifique.



▪ **Linha estratégica 5 - Reduzir o risco, Minimizar o perigo**

- ✓ Melhorar, dentro de habitações precárias, as condições para a actividade de estudo das crianças.
- ✓ Identificação das necessidades de melhoria da habitação de 33 crianças a frequentar o 1º ciclo, relativo a 22 famílias beneficiárias de RSI.

Apoio à Deficiência: A Implementação do Plano Municipal de Matosinhos para a Inclusão Social das pessoas com Deficiências ou Incapacidades 2009 - 2013 (acções desenvolvidas)

▪ **Linha Estratégica 3 – Acessibilidades**

- ✓ Elaboração de plano de formação para profissionais das instituições da Rede Social sobre legislação referente às acessibilidades.

▪ **Linha Estratégica 4 – Serviços e Condições de Vida – Alargar a rede de equipamentos e serviços / Melhorar a qualidade dos serviços prestados / Criar condições para apoiar as famílias no seu papel de cuidadores.**

- ✓ Promoveu-se o alargamento da rede de serviços dirigidos às pessoas com deficiência através do acompanhamento permanente e apoio logístico à candidatura de instituições ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), das quais as seguintes foram aprovadas:

Entidade	Objectivo do apoio	Resposta Social	Utentes
AAJUDE - Associação de Apoio à Juventude Deficiente	Construção	CAO	30
		SAD	15
		Lar	24
ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual	Construção	CAO	24
		Lar	24
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (Delegação de Matosinhos)	Construção	CAO	30
		SAD	15
		Lar	24

- ✓ Em articulação com a Associação de Alzheimer de Portugal, foi elaborada uma proposta de formação de intervenção junto dos Cuidadores formais de nível 1 (Ajudantes de Acção Directa), Cuidadores formais de nível 5 (Técnicos), Cuidadores informais de nível 1 (Famíliares). Esta proposta visa formar os auxiliares e técnicos das instituições para no dia-a-dia das instituições prestarem melhores cuidados aos utentes com Alzheimer e dotar os familiares de competências específicas para lidar com a doença.

▪ **Articulação / apoio a instituições na área da deficiência**

Apoio a actividades: em 2010 a Autarquia apoiou para o desenvolvimento de actividades:

- ✓ a SPEM –Sociedade Portuguesa de Esclerose Multipla, nomeadamente a promoção de actividades recreativas e de lazer (pintura em tela e vidro, cerâmica, trabalhos em jornal e feltro, bijuteria), vistas culturais, idas à praia, idas ao teatro.
- ✓ a Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos, nomeadamente a realização de formação em TIC, realização de palestras e formação em RVCC para 30 alunos.
- ✓ a Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual, nomeadamente a frequência de piscina e apoio para aulas de educação física.
- ✓ Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, nomeadamente a frequência de piscina.

Apoio a investimentos: a Câmara deu continuidade ao apoio financeiro à Associação Alzheimer para conclusão da obra e equipamento do Centro de Dia “Memória de Mim” com capacidade para 15 doentes de Alzheimer.

- ✓ Criação do órgão do provedor do deficiente
- ✓ Em 2010 foi criado o órgão do provedor do deficiente do Concelho de Matosinhos. Por proposta de reunião de Câmara ao provedor do deficiente compete:
- ✓ Intervir em todas as questões sobre a mobilidade e acessibilidade;
- ✓ Fazer recomendações aos órgãos e serviços competentes com vista a corrigir aspectos que dificultem a mobilidade e acessibilidade;
- ✓ Assinalar o incumprimento da legislação no âmbito da sua esfera de acção;
- ✓ Emitir pareceres;

- ✓ Solicitar e pronunciar-se sobre os projectos de intervenção na via pública, edifícios públicos e edifícios que, embora particulares, tenham acesso de público;
- ✓ Efectuar visitas a instituições e a associações de e para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- ✓ Efectuar visitas a equipamentos e edifícios públicos e privados com acesso de público;
- ✓ Promover acções de formação, sensibilização e esclarecimento em matérias relacionadas com a mobilidade e acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida;
- ✓ Promover encontros com vista a analisar e a fazer propostas sobre a política de deficiência;

Apoio à Terceira Idade: A Implementação do Plano Gerontológico de Matosinhos (acções desenvolvidas)

- **Linha Estratégica 1 - Promoção do Conhecimento – Monitorização das Necessidades / Manter actualizado o conhecimento sobre o envelhecimento no concelho de Matosinhos e respectivas necessidades:**
 - ✓ Prosseguida a dinamização do Núcleo de Estudos Sobre o Envelhecimento com a realização de uma reunião de onde saiu uma proposta de criação e estratégias de implementação de:
 - lista única de acesso às respostas sociais Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar e
 - Banco Municipal de Ajudas Técnicas;
- **Linha Estratégica 2 - Promoção da Participação**
 - ✓ Renovadas as actividades realizadas pelas instituições (Programa Matosinhos Sénior):

ACTIVIDADES 2010	PARTICIPANTES	QUANTIDADE
Alfabetização	142	768 aulas
Atelier de Manualidades	496	2.040 aulas
Colónia de Férias	25	10 dias

Colónias Balneares	855	10 dias
Danças	518	1.200 aulas
Dias temáticos	165	10 dias
Fisioterapia / Podologia	422	2.544 sessões
Ginásticas	986	2.928 aulas
Hidroginástica	218	1.056 aulas
Informática	168	816 aulas
Intercâmbios Culturais	3.430	89 saídas
Jardinagem	20	192 aulas
Música Instrumental / Coral	710	2.280 aulas
Nutricionista	60	144 sessões
Psicologia Geriátrica	55	432 sessões
Tai-chi / Técnicas de Relaxamento	690	2.160 aulas
Teatro / Expressões Artísticas	501	960 aulas

- Continuou, este ano, o aumento do investimento nas actividades, como a Fisioterapia e Podologia destinadas a promover a saúde das pessoas menos autónomas e a minimizar os efeitos negativos naturais do envelhecimento, como as Ginásticas, Técnicas de Relaxamento e Tai-chi.
- A Quinzena Sénior consiste num conjunto de actividades de animação organizadas com as IPSSs Sénior e que em 2010 compreenderam: Dia do Coração (promovido pela Autarquia em parceria com a Empresa Municipal Matosinhos Sport e a ULS-Matosinhos, na Marginal de Leça da Palmeira); Tarde de Fados (no auditório da Exponor); Tai-chi (dinamizado no Parque

Basílio Teles); Passeios de Barcos no Rio Douro; Jogos Tradicionais e Baile (ambos no Pavilhão Municipal de Santa Cruz do Bispo).



- Em 2010 foram introduzidas alterações ao financiamento municipal do Passeio Anual e da Quinzena Sénior. Estas alterações consistiram na introdução de uma comparticipação pelas pessoas participantes, de acordo com os escalões de rendimentos que foram definidos.

INSTITUIÇÕES	TOTAL
Amigos da Terceira Idade de Leça da Palmeira	€ 41.237,65
Associação Baptista Ágape	€ 12.585,32
Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira	€ 8.788,12
Associação de Apoio Social de Perafita	€ 23.712,96
Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida	€ 30.025,36

Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos	€ 12.689,04
Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	€ 21.344,00
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	€ 28.692,68
Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	€ 29.848,48
Centro de Convívio da Terceira Idade de Matosinhos	€ 9.563,84
Centro de Convívio de Dia de Santa Cruz do Bispo	€ 32.322,64
Centro de Infância Velhice e Acção Social da Senhora da Hora	€ 28.197,32
Centro Social de Leça do Balio	€ 18.040,00
Centro Social e Cultural de Custóias	€ 13.296,56
Centro Social Padre Ramos	€ 24.531,44
Centro Social Paroquial de Santa Cruz do Bispo	€ 12.605,20
Centro Social Paroquial do Padrão da Légua	€ 30.281,04
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	€ 20.575,30
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos	€ 13.119,40
Lar de Sant'Ana	€ 19.858,64
O Lar do Comércio	€ 32.299,52
TOTAL	€ 463.614,51

- No Passeio Anual 2010, participaram 3.350 pessoas o que correspondeu a um investimento da Autarquia no valor de € 51.590,00. As pessoas participantes comparticiparam com € 15.230,00. Em 2009 participaram 7.710 pessoas o que representou um encargo para a autarquia no valor de € 154.200,00.

- Na Quinzena Sénior 2010, estima-se que tenham participado cerca de 1.500 pessoas o que correspondeu a um investimento da Autarquia no valor de € 15.701,05. Em 2009 com o mesmo número de participantes a Autarquia teve um encargo € 22.068,75.



▪ **Linha Estratégica 3 - Qualificação e Diversificação de Equipamentos e Serviços**

- ✓ Apoiada a qualificação a intervenção de 4 instituições de apoio a idosos (Apoio na concretização de planos de Segurança e de Emergência).
- ✓ O serviço Matosinhos Amigo - Pequenas reparações nas casas de pessoas idosas - registou até ao final do ano 2011 intervenções e 3450 serviços);
- ✓ O serviço de Tele-Assistência Domiciliária foi prestado a 60 pessoas.
- ✓ Promoveu-se o alargamento da rede de serviços dirigidos às pessoas idosas com o apoio logístico e financeiro à candidatura de instituições ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), das quais as seguintes foram acompanhadas:

Entidade	Objectivo do apoio	Resposta Social	Utentes
Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	Adaptação	Centro de Dia	60
		Serviço de Apoio Domiciliário	60
		Lar	60
Centro Social Paroquial da Senhora da Hora	Construção	Serviço de Apoio Domiciliário	30
		Lar	60
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Construção	Lar	60
Lar de Sant'Ana	Adaptação	Serviço de Apoio Domiciliário	24
		Lar	46

- ✓ Para estudar a viabilidade da criação de um Centro de Noite foi aplicado o instrumento de trabalho junto de 40 entidades parceiras das Comissões Sociais de Freguesia;
 - ✓ Uma Instituição foi subsidiada com vista à aquisição de viatura para a prestação de Apoio Domiciliário;
 - ✓ Foi prestado apoio logístico à Universidade Sénior Florbela Espanca (com 120 alunos e alunas), para a realização da aula solene de abertura do Ano Lectivo.
- O Cartão MATOSINHOSénior contava no final de 2010 com cerca de 14.500 inscrições activas (num grupo populacional que, de acordo com os CENSOS de 2001, era constituído por 22.000 indivíduos), ou seja de pessoas que podem usufruir dos serviços que lhe estão associados.

SAÚDE

Plano Municipal da Saúde do Concelho de Matosinhos (PMSM)

- O Plano Municipal da Saúde foi desenvolvido com o objectivo de facilitar, potenciar e promover o desenvolvimento de novas respostas aos problemas de saúde identificados, para que em conjunto com as diversas entidades parceiras envolvidas, seja possível aproximar os recursos das populações, particularmente de todos aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade e vulnerabilidade sociais.
- No domínio da **Saúde Oral**, a Autarquia tem como intuito a promoção de hábitos de higiene e saúde oral, sensibilizando os alunos, pais e professores para a escovagem correcta dos dentes. Nesse sentido, foram distribuídos 65 kits de saúde oral, compostos por uma mochila, estojo, escova e pasta dentífrica, com a imagem do Trincas, a **65 crianças do 1.º Professor Elvira Valente**, que aderiram ao programa de escovagem na sala de aula (este projecto conta com a parceria das equipas de saúde escolar da ULSM).
- No domínio da **Saúde Sexual e Reprodutiva**, a Autarquia procedeu à aplicação dos questionários elaborados neste domínio, a **281 pais, 361 alunos e 232 professores de escolas EB2/3, Secundárias e Profissionais do Concelho** e à análise dos resultados dos mesmos no que respeita às percepções, atitudes e comportamentos face a diversas dimensões da Saúde sexual e reprodutiva.

Articulação / apoio a instituições na área da saúde

- **Associação para o Planeamento da Família:** Através dos seus projectos apoiam a população alvo a desenvolver escolhas livres e conscientes no âmbito da sua vida sexual e reprodutiva, A APF contribui para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e para a formação de profissionais da saúde, educação e intervenção comunitária em questões ligadas ao Planeamento Familiar e Educação sexual. Em 2010, a Câmara Municipal de Matosinhos apoiou financeiramente o desenvolvimento de actividades que são implementadas pelo Projecto junto da população do Bairro da Biquinha e Cruz de Pau.
- **Associação Portuguesa de Osteoporose:** Numa perspectiva de promoção da saúde e prevenção da doença, e à semelhança do que tem vindo a ser realizado todos os anos, a Câmara Municipal de Matosinhos promoveu a realização de uma sessão de esclarecimento e rastreio da osteoporose dirigida à comunidade. **A acção abrangeu cerca de 200 pessoas.**
- **Associação de Depressivos e Bipolares:** A Câmara Municipal de Matosinhos apoiou a associação na realização de uma sessão de apoio aos utentes da instituição no âmbito do protocolo assinado.

Dias Temáticos na saúde

- **Dia Mundial da Hipertensão –** Promoção de hábitos de vida saudáveis através de acções de rastreio, informação e sensibilização da comunidade, particularmente na área da alimentação saudável (baixo teor de sal). Esta iniciativa foi realizada em parceria da Sociedade Portuguesa de Hipertensão, tendo culminado na assinatura protocolar entre CMM, SPH e Associação de Restaurantes de Matosinhos “O peixe à mesa”, cujo objectivo é a inclusão de ementas de baixo teor de sal nestes estabelecimentos. Foram abrangidas as IPSS, Projectos comunitários e Agrupamentos de escola do Concelho de Matosinhos.
- **Dia Mundial da Diabetes –** Promoção de hábitos de vida saudáveis através da realização de acções de rastreio, informação e sensibilização da comunidade neste domínio, com a parceria da ULSM e Matosinhos Sport.



- **Viva saudável** – Promoção de hábitos de vida saudáveis junto da comunidade através de acções de rastreio, informação e sensibilização. Esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Matosinhos Sport e diversas entidades da saúde do concelho.
- **Dia Mundial do Coração** - Promoção de hábitos de vida saudáveis através da dinamização de acções de informação, sensibilização e prevenção. Parceria com o Projecto Põe-te a mexer nas marginais da Matosinhos Sport, ULSM e diversas entidades do Concelho.



Gabinete de Apoio Social (GAS)

- A Autarquia presta um serviço de atendimento e consulta psicológica aos seus funcionários. Em 2010, foi feito o atendimento e acompanhamento psicológico de **49** funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos, num total de **285 consultas**.

Núcleo de Avaliação Psicológica (NAP)

- A Divisão de Promoção Social e Saúde passou a integrar o grupo de trabalho que desenvolve os procedimentos concursais existentes na Autarquia, destacando para esse efeito parte do seu corpo técnico da área da Psicologia (3 técnicas) que ficaram responsáveis pela pelos processos de Avaliação Psicológica do/as candidato/as. Em 2010 foram efectuados **28 concursos**, num total de **75 candidatos**.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

- A DPSS foi envolvida no apoio a várias famílias cujas habitações não ofereciam condições de habitabilidade por apresentarem riscos de ruína, ou terem sido alvo de incêndio, providenciando para tal alojamento provisório, as famílias foram alojadas temporariamente no Stella Maris de Leixões, até resolução da sua situação habitacional.
- No âmbito de um protocolo entre o Município e o Stella Maris, esta Instituição disponibilizou sempre que necessário pelo menos dois quartos em simultâneo para responder aos pedidos de acolhimento de pessoas indicadas pela Autarquia, no âmbito de acções de socorro da Protecção Civil. Durante o ano de 2010, o Stella Maris acolheu 12 pessoas, cuja permanência foi desde uma semana, a 2 meses.
- A DPSS foi ainda envolvida para intervir nas seguintes situações de crise através do apoio psicossocial:
 - ✓ Dois fogos habitacionais (apoio social e psicológico);
 - ✓ Violência doméstica com assassinato de figura materna e suicídio paterno (apoio psicológico);
 - ✓ Acidente de viação com atropelamento de jovens (apoio psicológico);
- Ainda neste domínio, as equipas de intervenção Psicossocial participaram no simulacro desenvolvido pela Protecção Civil no Norte Shopping.

SITUAÇÕES DE RISCO

Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU).

- Relativamente às questões de Segurança Urbana a Câmara assumiu em 2010 a presidência do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU), participando nas reuniões do Comité Executivo e Assembleia-geral e consequentemente nas decisões deste órgão e na elaboração de propostas para a definição de políticas públicas de segurança urbana a nível europeu.
- Em 2010 a Autarquia em parceria com o FESU deu continuidade à dinamização do projecto “Democracia, Cidades e Drogas II”- Rede Nacional Portuguesa. Enquanto parceira neste projecto, a Câmara assumiu a responsabilidade de dinamizar uma rede nacional de municípios com o objectivo de identificar projectos e estratégias no âmbito da prevenção da toxicod dependência desenvolvidas pelas cidades portuguesas, diagnosticar as necessidades

das cidades portuguesas nesta matéria e o seu nível de intervenção, criar uma rede de cidades com intervenção nesta matéria e desenvolver uma metodologia de intervenção comum, vertida num manual e disseminá-la a nível Nacional e Europeu.

- A dinamização deste projecto implicou a implementação de uma formação Creditada, dirigida a técnicos dos municípios sobre “Desenvolvimento de Projectos de Intervenção em Toxicodependência”, em estreita parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. A formação foi estruturada tendo por base um modelo teórico-prático, com sessões em sala e sessões práticas para a elaboração do manual.
- O manual sobre “Prevenção dos Consumos de Substâncias Psicoactivas: Planeamento e Avaliação de Projectos “ concebido em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto e os municípios parceiros, tem como principal objectivo auxiliar as diferentes cidades na concepção e desenvolvimento de projectos nesta matéria e contempla um conjunto de estratégias, e princípios de intervenção no domínio da prevenção das toxicodependências. Este manual encontra-se disponível em Português e Inglês.
- No âmbito deste projecto foi implementado o “Dia D”, acção de informação e esclarecimento, sobre drogas e comportamentos de risco dirigida a jovens que frequentam as escolas dos municípios de Loures, Seixal, S. João da Madeira e Matosinhos. Usando um instrumento conhecido pelos Jovens no contacto com pares, foi organizado um “Chat” inter-concelhio com o objectivo de perceber as necessidades e preocupações dos/as jovens neste domínio, que poderão fornecer pistas de intervenção para o futuro e possibilitar aos jovens respostas claras e objectivas sobre as questões que os preocupam, através uma troca instantânea de perguntas e respostas (on-line) entre especialistas nesta matéria e os/as jovens de forma anónima e confidencial. Nesta acção foram abrangidos 70 jovens de 7º ano de 4 escolas do Concelho de Loures, Seixal, S. João da Madeira, Matosinhos.
- Em Dezembro 2010, foi realizada a Conferência Final do projecto DCDII – Rede Nacional Portuguesa, no sentido de apresentar os resultados e produtos obtidos com a implementação do projecto e promover o debate e a troca de experiências ao nível nacional e internacional. Esta conferência contou com a participação de 100 Técnicos, Membros de Associações locais e Autarcas.

Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU)



- Até Junho de 2010 a Câmara Municipal de Matosinhos presidiu o Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU).
- Enquanto membro do FOPPSU autarquia participou em 2 reuniões de assembleia-geral e em 2 reuniões de direcção para aprovação da alteração dos estatutos do fórum, aprovação do relatório de actividades de 2009 e do plano de actividades 2010 e aprovação e deliberação da composição dos órgãos sociais para o mandato de 2009-2013. Foram ainda apresentadas e aprovadas as candidaturas de adesão ao fórum, do Governo Civil de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna.

Dia da Europa 2010



- No quadro no Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, Matosinhos foi escolhido para a celebração do Dia da Europa, que em 2010 teve como tema "**Sabe o que a Europa Social pode fazer por si?**". Este projecto envolveu diversos parceiros, cuja participação e empenho foram essenciais para a animação do espaço (tenda/chapiteau) e apresentação de diversos *stands* de informação relativos a esta temática.
- O objectivo desta iniciativa foi o de sensibilizar a opinião pública e o poder político para as questões sociais e da igualdade num ano marcado pelo combate à pobreza e exclusão social.



Presentes estiveram também a Embaixadora Europeia, Tasha de Vasconcelos, e o Embaixador Nacional, Ricardo Pereira, que visitaram 2 instituições de apoio à criança do Concelho, a Casa do Caminho e a Obra do Padre Grilo.

Trabalho a Favor da Comunidade (Reinserção Social)

- Foi realizada a colocação de duas pessoas em prestação de trabalho a favor da comunidade em diversos serviços da Autarquia no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido com a Direcção Geral de Reinserção Social.

Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Matosinhos

- Foi dado apoio para o desenvolvimento de actividades no âmbito social e da saúde da CVP, que para além dos seus projectos na comunidade tem vindo a identificar um aumento do número de situações de precariedade económica nos indivíduos e famílias.

Conferências de São Vicente de Paulo – Associação das Obras Sociais e Associação de Obras Assistenciais

- Apoio a famílias carenciadas do concelho, maioritariamente sinalizadas pelo Atendimento Integrado, através da distribuição de géneros alimentares, medicação, ajudas técnicas e outros bens de necessidade primária.

SUBSÍDIOS

- Em 2010, a Câmara Municipal de Matosinhos aprovou os seguintes subsídios propostos pela DPSS:

ENTIDADE		ASSUNTO	VALOR
3. Acção Social – Infância / 3.ª Idade	Centro Social Cultural Custóias	Atribuição de verba para a construção de creche do Centro de Dia	€ 320.000,00
	Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Comparticipar na melhoria de infra-estruturas da Instituição. Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 20.000,00
	Centro Social Padre Ramos	Comparticipar na melhoria de infra-estruturas da Instituição. Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 20.000,00
	Centro Social de Leça do Balio	Atribuição de apoio financeiro que lhe permita manter os serviços em funcionamento.	€ 45.000,00
3. Acção Social – 3.ª Idade	Associação dos Amigos de Leça da Palmeira	Comparticipar os custos com a obra de ampliação da sede social e equipamento da mesma. Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 55.000,00
	Associação de Apoio Social de Perafita	Comparticipar nas despesas de funcionamento. Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 30.000,00

	CATI	Comparticipação na Aquisição de viatura. Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 6.500,00
	Plano Gerontológico de Matosinhos	Realização de actividades	€530.905,56
Protecção Civil	Stella Maris de Leixões	Comparticipar nas despesas de funcionamento. €10.000,00 pagos directamente pela Petrogal.	€ 18.209,43
4. Saúde - Apoio a instituições	Associação Portuguesa de Osteoporose	Desenvolvimento Actividades (via Petrogal)	€ 1000,00
	APF - Associação para o Planeamento da Família	Desenvolvimento Actividades (via Petrogal)	€ 15.000,00
	Associação de Doentes com Lúpus	Desenvolvimento de actividades	€ 5.000,00
	Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer	Construção do Centro de Dia Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 114.480,00
	Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual	Atribuição de subsídio para apoio à frequência de piscina e aulas de educação física Valor pago directamente pela Saúde - Deficiência Petrogal.	€ 13.932,60
	APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Atribuição de subsídio para apoio à frequência de piscina Valor pago directamente pela Petrogal.	€ 4.492,79
	Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos	Desenvolvimento de Actividades	€ 5.000,00

	SPeM-Sociedade Portuguesa de Esclerose Multipla	Desenvolvimento de Actividades	€ 5.000,00
5. Situações de Risco	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Matosinhos (Via Petrolgal)	Desenvolvimento Actividades	€ 50.000,00
	Conferências de S. Vicente de Paulo	Desenvolvimento Actividades	€ 75.000,00 (via Petrolgal); € 75.000,00 via CMM
	Alternância - Cooperativa de Ensino Vocacional e Cooperativa, CRL	Desenvolvimento de actividades	€ 24.000,00
	Alternância - Cooperativa de Ensino Vocacional e Cooperativa, CRL	Aquisição de equipamento	€ 5.000,00
7. Parceria com a ADEIMA	ADEIMA	Projecto de Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita	€ 95.500,00
	ADEIMA	Desenvolvimento dos Projectos	€ 340.000,00
	ADEIMA - EPIS	Desenvolvimento dos Projectos	€ 127.959,00
	ADEIMA - EPIS	Desenvolvimento dos Projectos	€ 130.000,00

PARCERIA COM A ADEIMA

A Câmara Municipal tem ao longo da última década investido na parceria com a ADEIMA pela versatilidade que esta apresenta para a Intervenção Social, aspectos estes que estão no âmago desta Associação que a própria Câmara coadjuvou a fundar. Esta parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que pela sua natureza são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.



O âmbito das acções promovidas distribui-se por cinco áreas:

Educação, Formação e Inserção Laboral

“Mestre Jardim”

Objectivos gerais

- Afirmar ao Mestre Jardim como uma empresa auto-sustentável do mercado social de emprego;
- Desenvolver, continuamente, competências pessoais, sociais e profissionais dos/as trabalhadores/as;
- Responder às necessidades de requalificação e manutenção dos espaços verdes do Concelho.

Resultados directos

- Desenvolvimento de competências em todos/as funcionários/as
- Angariação de 16 novos clientes e manutenção dos clientes existentes
- Sustentabilidade financeira assegurada

Matosinhos Activo

Acção 1 – Loja de Emprego

Objectivos gerais

- Apoiar percursos individuais de inserção profissional

- Desenvolver acções de formação de curta duração e à medida, no domínio das competências básicas, pessoais e sociais
- Integrar pessoas no mercado de trabalho
- Fomentar a criação de auto-emprego



Resultados directos

- 835 Pessoas atendidas e acompanhadas (171 inscritas, 149 entrevistadas)
- Realização de 18 acções de formação e 3 workshops
- 110 Pessoas encaminhadas para ofertas de trabalho; 67 integrações no mercado de trabalho
- Apoio na criação de 2 negócios (costura, restauração)
- 13 Empresas enviaram ofertas para a Loja
- 14 pessoas adultas certificadas através de processo de RVCC; 13 continuam em processo de RVCC

Projecto Agir em Matosinhos

Gabinete de Empregabilidade: Acompanhamento do processo de Inserção e Acções de Incentivo, Apoio e Qualificação de Entidades Empregadoras

Objectivos gerais

- Atender, orientar e acompanhar 250 pessoas desempregadas
- Realizar 5 sessões de formação de curta duração; um curso de desenvolvimento integrado de competências; 3 sessões de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais, 8 sessões de procura activa de emprego
- Orientar e integrar 12 pessoas para formação qualificante
- Integrar 20 pessoas no mercado de trabalho
- Identificar 80 empresas das freguesias em questão com vista a serem alvo do estudo
- Realizar um workshop dirigido a 15 empresas sobre responsabilidade social e/ou legislação de emprego/medidas de apoio ao emprego
- Criar uma bolsa de emprego com, pelo menos, 7 empresas
- Criar um serviço de consultoria dirigido às empresas que responda às necessidades identificadas no estudo

Resultados directos

- 261 Pessoas atendidas e acompanhados nos Gabinetes da Empregabilidade (347 inscritas)
- Realização de 15 acções de formação que envolveram 184 pessoas.
- Integração de 13 pessoas em formação qualificante; 15 pessoas adultas certificadas através de processo de RVCC; 20 continuam em processo de RVCC
- 75 Pessoas encaminhadas para ofertas de trabalho; 31 integrações no mercado de trabalho
- Apoio na criação de 1 negócio
- Estudo realizado sobre necessidades das micro e pequenas empresas das Freguesias de Guifões e de Santa Cruz do Bispo
- Realização de um workshop sobre Responsabilidade Social das Empresas com a presença de 15 representantes de empresas e 46 elementos de Associações e entidades de Guifões, de Santa Cruz do Bispo e de Matosinhos
- 27 Empresas integram a Bolsa de Emprego; 120 ofertas de emprego recebidas
- 8 Empresas apoiadas pelo serviço de consultoria e 6 pessoas apoiadas em projectos de criação do próprio emprego

Centro Novas Oportunidades**Objectivos Gerais**

- Contribuir para a elevação dos níveis de qualificação escolar e/ou profissional da população adulta, nomeadamente, através do reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, em contextos formais, não formais e informais de aprendizagem.

Resultados directos

- 56 pessoas integradas em ofertas de qualificações externas ao Centro , para certificação de nível básico;
- 162 pessoas integradas em ofertas de qualificações externas ao Centro , para certificação de nível secundário;
- 115 pessoas certificadas no nível básico;
- 47 pessoas certificadas no nível secundário.

Curso de Educação Formação de Adultos (EFA), na Área 346. Secretariado e Trabalho Administrativo, Referencial de formação 346035. técnico/a administrativo/a, Nível de qualificação 4

Objectivos gerais

- Elevar o nível de qualificação, escolar e profissional, de 17 pessoas para o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações

O projecto teve o seu início a 2 de Dezembro de 2010, pelo que foram realizadas:

- 77 Horas de Formação de Base (14% de um total de 550)
- 51 Horas de Formação Tecnológica (4% de um total de 1150)
- 14 Horas de Portefólio Reflexivo de Aprendizagem (16% de um total de 85)
- Não são mencionados resultados tendo em conta que o Projecto teve o seu início já no final de 2010.

Estudotecas

Objectivos Gerais

- Promover um conjunto de estratégias destinadas ao desenvolvimento das competências sociais e pessoais do público jovem
- Promover hábitos de estudo
- Promover actividades na área das expressões artísticas e estética
- Promover a divulgação e formulação de regras comportamentais
- Promover e proporcionar meios de conhecimento
- Potenciar um ambiente interactivo, entre a comunidade, permitindo a desmistificação do conceito de RUA

Resultados directos

- Participação activa do público-alvo nas actividades realizadas
- Aquisição de hábitos escolares e valorização das aprendizagens por parte de cerca de 25 crianças e jovens (26.6%)
- Aquisição de hábitos saudáveis e de ocupação de tempos livre

- O público infanto-juvenil com dificuldades escolares está inserido numa dinâmica de apoio ao estudo (25 crianças).

A Ler Vamos

Objectivos Gerais

- Avaliar crianças com 5 anos e desenvolver uma intervenção focalizada no desenvolvimento da literacia emergente
- Melhorar o desempenho pré-leitor das crianças alvo da intervenção
- Acompanhar as crianças no 1º ciclo, na continuidade da intervenção desde a educação pré-escolar
- Divulgar o projecto

Resultados directos

- Verificação da melhoria das crianças, alvo de intervenção
- Classificação do projecto como uma das cinco melhores práticas na Região Norte, na categoria de Norte Inclusivo

EPIS – Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar

Objectivos Gerais

- Melhorar a taxa de sucesso escolar dos/as alunos/as em acompanhamento em 14%

Resultados directos

- Melhoria da taxa de sucesso escolar em 17% dos alunos e alunas acompanhadas pelo Projecto

Espaço R

Objectivos Gerais

- Envolver 40 crianças e jovens nas actividades de promoção do sucesso escolar;

- Apoiar 24 jovens em abandono escolar e/ou desocupação na definição de um projecto de vida;
- Promover a participação de 15 pais/educadores das crianças e jovens envolvidos no Projecto em todas as actividades dirigidas aos mesmos;
- Dotar de competências pessoais e sociais (auto-estima; auto-controlo; responsabilidade; relacionamento inter-pessoal; trabalho em equipa, cumprimento de normas e regras) 30 crianças e jovens;
- Envolver 30 crianças e jovens em actividades lúdico-desportivas e comunitárias promovendo estilos de vida saudáveis;
- Aumentar os conhecimentos sobre técnicas informáticas junto de 30 crianças e jovens e de 8 adultos beneficiários residentes nos conjuntos habitacionais das Ribeiras de Cima e das Ribeiras de Baixo;
- Certificar 24 crianças e jovens no âmbito das novas tecnologias de informação e de comunicação residentes nos conjuntos habitacionais Ribeira e Cima e Ribeira de Baixo;

Resultados directos

- Foram envolvidas 62 crianças /jovens;
- Foram apoiados 28 jovens;
- Participaram 30 pais em todas as actividades dirigidas aos mesmos;
- 38 crianças/jovens aumentaram as suas competências pessoais/sociais;
- Foram envolvidas 88 crianças/jovens;
- 43 crianças/jovens aumentaram os seus conhecimentos sobre técnicas informáticas;
- 15 crianças/jovens participaram na Formação em TIC, que termina em 2011.

Condições de Vida e Cidadania – Saúde

METAS - Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos

Objectivos gerais

- Aumentar as práticas de consumo de menor risco de substâncias psicoactivas em 70% do grupo alvo, até ao final do projecto.
- Aumentar as práticas sexuais de menor risco em



70% do grupo-alvo até ao final do projecto.

- Aumentar os conhecimentos sobre comportamentos e estratégias de menor risco no âmbito da dependência de substâncias psicoactivas e IST em 70% do grupo-alvo até ao final do projecto.
- Rastrear 80% dos indivíduos abrangidos em relação às doenças infecciosas até ao final do projecto.
- Garantir o cumprimento da medicação prescrita em 90% dos indivíduos a cumprir terapêutica medicamentosa, até ao final do projecto.
- Diminuir os consumos de heroína em 70% dos indivíduos através da integração em PSOBLE, até ao final do projecto.
- Melhorar o acompanhamento médico e de saúde em 70% do grupo-alvo até ao final do projecto.
- Integrar 90% dos indivíduos portadores de doenças infecciosas em cuidados de saúde.
- Diminuir em 70% o número de indivíduos com infecções associadas aos consumos, através da prestação de cuidados de enfermagem, até ao final do projecto.
- Diminuir situações de vulnerabilidade económica em 40% dos indivíduos em acompanhamento social no projecto.
- Definir o projecto de vida/tratamento em 60% dos indivíduos abrangidos pelo projecto.
- Aumentar em 70% dos indivíduos a aproximação à rede social primária e aos serviços da rede.
- Garantir a satisfação das necessidades básicas em 60% dos indivíduos abrangidos pelo projecto, que se encontrem em situação de vulnerabilidade
- Aumentar os conhecimentos e competências de 40 técnicos da Rede Social e 10 agentes locais sobre comportamentos de menor risco associado ao consumo de substâncias psicoactivas e comportamentos sexuais até ao final do projecto.
- Aumentar os conhecimentos de 50% dos familiares directos do grupo-alvo sobre o perfil dos consumidores de substâncias psicoactivas, os recursos existentes na comunidade e estratégias de acção.

Resultados directos

- 71% dos 24 indivíduos com práticas de consumo de risco aumentaram os consumos de menor risco

- 89% dos 19 indivíduos identificados com prática sexuais de risco, diminuíram esses comportamentos
- Dos 24 indivíduos identificados com práticas de consumo de risco, 100% aumentaram os seus conhecimentos sobre comportamentos e estratégias de menor risco no âmbito da dependência de substâncias psicoactivas
- 98% dos indivíduos integrados em PSOBLE foram rastreados em relação às doenças infecciosas.
- 100% dos indivíduos com medicação prescrita cumpriram-na sob observação directa na Unidade Móvel.
- 78% dos indivíduos integrados em PSOBLE diminuíram os consumos de heroína.
- 100% dos indivíduos integrados em PSOBLE melhoraram o acompanhamento médico, dado que 113 indivíduos foram alvo de avaliação médica na Unidade Móvel, 46 usufruíram de cuidados de enfermagem.
- 100% dos indivíduos portadores de doenças infecciosas integraram cuidados de saúde.
- 100% dos indivíduos com medicação prescrita cumpriram
- 90% dos indivíduos inicialmente identificados com infecções associadas aos consumos, diminuíram as infecções através da prestação dos cuidados de enfermagem.
- 100% dos indivíduos em acompanhamento social e em situação de vulnerabilidade económica, melhoraram a sua situação, quer através de apoios sociais, quer pela sua integração no mercado de trabalho. 17 Indivíduos integraram mercado de trabalho (contrato e/ou actividades pontuais).
- 98% dos indivíduos integrados em PSOBLE definiram projecto de vida/tratamento. 100% dos indivíduos acompanhados ao nível social contratualizaram o seu plano de inserção. 95% dos indivíduos acompanhados em PSOBLE encontram-se a cumprir o plano de tratamento definido.
- 87% Retomaram os contactos com a família e/ou recorreram aos serviços da rede social. Destes 63% retomaram contacto com a família e 75% aproximaram-se da rede social.
- 23 (79%) dos 29 indivíduos com necessidades básicas abrangidos pelo projecto, viram as suas necessidades supridas.
- 20 Técnicos/as da rede social disponibilizaram-se para participar na acção de formação sobre consumidores de substâncias psicoactivas e problemas associados, tendo 100% aumentado

os seus conhecimentos e competências sobre comportamentos de menor risco associado ao consumo de substâncias psicoactivas e comportamentos sexuais.

- Foram abrangidas 6 familiares nas sessões de discussão específicas. Através da observação directa e discussão com estas pessoas foi possível verificar o interesse e motivação nos temas abordados sobretudo nos serviços prestados pelo projecto e no conhecimento das respostas que as estruturas da rede poderão oferecer aos seus familiares.
- Através do giro de rua, e de contacto locais pudemos constatar que os/as consumidores/as de heroína e cocaína em contexto de bairro, encontram-se, na sua maioria, integrados em estruturas do IDT e/ou equipa de rua.
- Em contextos recreativos foram abordados 4 752 indivíduos. Dessa abordagem salienta-se, em primeiro lugar, a diversidade dos públicos das diferentes iniciativas recreativas visitadas. Assim, enquanto a festa do Sr. de Matosinhos se apresenta como uma festa para famílias, ainda que com a presença de alguns grupos de jovens, na Queima das Fitas, na Beach Party e na Festa de S. João e no Carnaval predominaram as pessoas jovens com idades entre os 16 e os 25 anos.
- Esta diferença ao nível dos públicos é acompanhada de distintos tipos de consumo. O consumo excessivo de álcool transversal aos cinco contextos; na Festa de S. João e de Carnaval, Queima da Fitas e na Beach Party verificou-se, ainda, o consumo de cannabis, sendo que nas duas últimas se verificou, também, o uso de drogas de design.
- De salientar, que os consumos destas substâncias, em todos os contextos de intervenção, são considerados, pelo público-alvo, como um acto recreativo e um ritual de integração, daí serem realizados maioritariamente em grupo. Também foram identificados novos perfis de consumo, entre a população mais jovem, nomeadamente a mistura de Viagra com álcool.

SITUAÇÕES DE RISCO

Projecto EDP

Objectivos gerais

- Implementar o programa PRÉ em 18 estabelecimentos do pré-escolar do concelho de Matosinhos

- Desenvolver nas crianças a consciência corporal, autocontrolo e auto-estima; diferenciação emocional e competências sociais

Resultados directos

- 18 educadoras que se revelaram capazes de autonomamente implementarem o programa.
- As educadoras referem que as crianças apresentam comportamentos mais assertivos; aceitam e cumprem regras; apresentam modelagem de comportamentos através dos seus pares, bem como a identificação e nomeação de sentimentos, através da linguagem verbal e corporal. Referem, igualmente, a existência de uma maior capacidade de identificar e respeitar os sentimentos do outro e têm maior controlo emocional nas relações com os colegas, bem como uma melhor auto-estima.

Projecto Gigas

Objectivos gerais

- Dotar 100% dos/as professores/as do 1º ciclo, de competências para implementação de um programa de treino de competências em sala de aula, até ao final do projecto.
- Aumentar, até ao final do projecto, as competências de auto-controlo, no 1º ano de escolaridade, de diferenciação emocional, no 2º ano de escolaridade, em 70% das crianças que frequentem o programa.
- Aumentar as competências pessoais e sociais ao nível da auto-estima, assertividade, tomada de decisão, capacidade de resolução de conflitos e autocontrolo em 50% dos jovens que participem nas actividades.
- Aumentar em 60% dos jovens que participem nas actividades, os conhecimentos sobre comportamentos de risco e protecção associados à sexualidade.
- Diminuir em 30% o insucesso e abandono escolar, dos jovens que terminem o programa.
- Dotar 50% dos pais e famílias, que frequentem as actividades de educação parental, de competências que facilitem o relacionamento familiar e os aproximem do percurso escolar e/ou profissional dos filhos.
- Aumentar em 50% dos pais que terminem as actividades de treino de competências parentais as competências ao nível da auto-estima, assertividade, tomada de decisão, capacidade de resolução de conflitos e auto-controlo.

- Integrar profissionalmente ou em ofertas formativas, 20% dos pais e famílias, que frequentem o projecto.
- Dotar 100% dos técnicos de competências para a implementação de programas de treino de competências, pessoais, sociais e parentais, junto de jovens e famílias.
- Integrar os conhecimentos adquiridos no programa de treino de competências nas práticas profissionais de 80% dos técnicos que finalizaram as acções de treino de competências.
- Desenvolver em 60% dos pais/mães, participantes nas tertúlias, o reconhecimento sobre a importância do seu papel na prevenção de comportamentos de risco.
- Desenvolver em 60% dos agentes locais, participantes nas tertúlias, o reconhecimento sobre a importância do seu papel na prevenção de comportamentos de risco.
- Aumentar em 70% dos jovens que participem nas tertúlias, os seus conhecimentos acerca do tipo e efeitos de substâncias psicoactivas.
- Aumentar em 80% dos participantes, o reconhecimento das potencialidades dos diferentes elementos da família que participe no Jogo “Em família...”.

Resultados directos

- 100% dos/as docentes fizeram formação e implementaram a totalidade do programa de treino de competências pessoais e sociais. Estes/as profissionais referem que este programa lhes forneceu estratégias e materiais mais lúdicos e apelativos para as crianças conseguindo, assim, uma maior motivação da parte dos seus alunos e alunas.
- Todos os docentes das 105 crianças abrangidas no 1º ciclo do ensino básico de 2 escolas da freguesia de Custóias que frequentaram o programa, no ano lectivo 2008/2009, identificam melhorias nos seus alunos e alunas, ao nível das competências do auto-controlo; controlo da impulsividade e da aceitação; interiorização das regras; auto-estima positiva e tolerância à frustração.
- Para o ano lectivo 2009/2010, as 90 crianças que frequentaram o programa. 100% demonstrou um aumento das suas competências de diferenciação emocional, sendo que em média as crianças alargaram o seu reportório a nível da linguagem dos sentimentos, adquirindo um vasto vocabulário emocional.
- Todos os 36 jovens que terminaram o programa de treino e demonstraram melhorias das competências chave trabalhadas: 48,30% aumentaram as suas competências relacionadas com o auto-conceito e auto-estima; 53,50% aumentaram as suas competências de

comunicação; 50,5% aumentaram as suas competências de relacionamento interpessoal; 48,50% aumentaram as suas competências de gestão de conflitos e tomada de decisão.

- Os 11 jovens que participaram na tertúlia sobre o tema “Sexualidade e Comportamentos de Risco” aumentaram os seus conhecimentos sobre comportamentos de risco e protecção associados à sexualidade, de acordo com os resultados dos testes aplicados no final da sessão.
- Dos 40 alunos/as frequentam o apoio ao estudo, 25% obtiveram melhores resultados no final do segundo período; 62% transitou de ano e 95% permaneceu no seu percurso escolar
- Dos 18 pais/mães abrangidos 60% dos melhoraram o seu relacionamento familiar; 65% tem demonstrado uma maior proximidade à escola procurando saber as notas dos seus filhos e filhas.
- Dos 32 pais / mães abrangidos: 55% aumentou as competências de expressão de sentimentos; 46% melhorou as competências de gestão de conflitos; de 40% aumentou competências de auto-conhecimento e auto-estima.
- 10 pais encaminhados/ integrados em ofertas formativas e profissionais.
- Todos os 12 elementos técnicos, terminaram com sucesso a acção de formação e implementaram programas de treino de competências;
- 73% de pais/mães reconhece a sua importância na prevenção de comportamentos de risco nos seus filhos e filhas;
- Dos 58 participantes nas tertúlias 80% reconhece a sua importância na prevenção de comportamentos de risco
- A totalidade dos/as 34 jovens participantes nas tertúlias revelam ter aumentado os seus conhecimentos sobre tipos e efeitos das substâncias
- Das 119 pessoas que participaram nesta actividade de três dias (crianças, adolescentes, jovens e adultas) 90% referiram que melhoraram os seus conhecimentos e reconheceram de forma mais consistente as potencialidades e interesses dos restantes membros da sua família



Projecto Matosinhos Activo

Desenvolvimento de Competências Parentais

Objectivos gerais

- Aumentar a capacidade de resposta imediata junto das situações de risco
- Prevenir situações de risco na infância
- Desenvolver competências parentais
- Promover a valorização, por parte de pais e mães, do percurso escolar de seus filhos/as

Resultados directos

- Intervenção junto de 37 crianças em risco
- Aumento de estratégias para evitar situações de violência doméstica e/ou diminuição de conflitos familiares (4 famílias)
- Aumento de conhecimentos sobre cuidados prestados a crianças (11 famílias)
- Melhoria dos cuidados de saúde das crianças (6 crianças)
- Melhoria na prestação de cuidados de alimentação das crianças (6 crianças)
- Melhoria dos cuidados de educação e estimulação (10)
- Melhoria da relação afectiva mãe-criança (5)
- Melhoria dos cuidados de higiene habitacional (7 crianças)
- Progressos no desenvolvimento da criança (14 crianças)

Projecto Matosinhos Activo

Formação de voluntariado social

Objectivos gerais

- Criar uma bolsa de voluntariado com qualidade e capacidade de intervenção junto de pessoas idosas isoladas e/ou dependentes

Resultados directos

- Acompanhamento de 34 pessoas idosas

Projecto Agir em Matosinhos

Acções para a Definição de Projectos de Vida/ Acção Intervenção em Situação de Crise nas Famílias

Objectivos gerais

- Abranger 80 crianças em actividades lúdico-desportivas
- Aumentar o sucesso escolar das crianças abrangidas em 50%
- Manter em 0% o abandono escolar das 80 crianças abrangidas
- Reduzir os problemas de negligência em 15 famílias de risco
- Dinamização de workshops sobre actividades de gestão doméstica/orçamental

Resultados directos

- 289 Crianças /Jovens envolvidas/os em actividades lúdico-desportivas
- Dos/as 46 jovens abrangidos, 26 (57%) melhoraram o seu desempenho escolar e 38 evidenciaram um aumento de competências pessoais e sociais
- Nenhuma das 289 crianças/ jovens que frequentaram as actividades dinamizadas pelo projecto abandonou o sistema de ensino.
- Diminuição de comportamentos negligentes em 5 famílias das 17 famílias acompanhadas; 3 crianças integradas em equipamento; Resolução de 2 casos de negligência/risco (1 situação de violência doméstica e uma criança em situação de risco retirada para adopção)
- Organização de 3 Grupos de Desenvolvimento de Mulheres com sessões semanais

Acção de Capacitação das instituições e da comunidade técnica

- Envolver 4 Instituições na construção e implementação dos instrumentos/procedimentos
- Organização de uma acção de formação sobre Violência Doméstica
- Envolver 70 crianças e jovens, 30 idosos e 70 desempregados em acções de formação na área das TIC
- Criação e dinamização de um espaço de acesso livre às tecnologias de informação e comunicação na freguesia de Guifões

Resultados directos

- 1 Instituição com o processo praticamente concluído para as valências da infância e da terceira idade, aplicando já os procedimentos e instrumentos exigidos; 2 Instituições a frequentar uma acção de formação de 225h sobre o tema

- Implementação de 1 acção de formação (30h) na qual participaram 22 técnicos (19 mulheres e 3 homens), dos quais 14 com sucesso a acção.

Acções de Formação e Facilitadoras do Acesso às TIC

Objectivos gerais

- Envolver 70 crianças e jovens, 30 idosos e 70 desempregados em acções de formação na área das TIC
- Criação e dinamização de um espaço de acesso livre às tecnologias de informação e comunicação na freguesia de Guifões

Resultados directos

- 71 Crianças/jovens, 25 pessoas idosas; 36 pessoas desempregadas envolvidos em acções de formação de TIC.
- Abertura do espaço Internet Agir@Guifões a 12 de Out com 64 utilizações

Inovação, Qualificação de Equipamentos e Respostas Sociais

Atendimento Integrado

Objectivos gerais

- Alargar e consolidar o modelo de Atendimento Integrado

Resultados directos

- Divulgação da experiência do Atendimento Integrado nos concelhos de Valongo; Vila Nova da Barquinha e Penafiel.

Protocolos Rendimento Social de Inserção

Objectivos gerais

- Garantir a inserção social dos beneficiários de RSI que conduza, progressivamente, à sua autonomia.

Resultados directos

- Todos os processos têm diagnóstico realizado, plano de inserção contratualizado e em acompanhamento;
- 17% das pessoas analfabetas foram integradas em processo de alfabetização;
- 30% dos indivíduos com baixa escolaridade estão a frequentar formação para aumento da escolaridade;
- 45% dos indivíduos com baixa qualificação profissional estão a frequentar formação;
- 25% dos indivíduos aptos para trabalho foram inseridos no mercado de trabalho;
- 72% dos indivíduos aptos para trabalho foram inscritos na Loja de Emprego e no CNO;
- Verificou-se a melhoria da organização da vida quotidiana em 98% dos agregados acompanhados pela Ajudante da Acção Directa e Educadora Social;
- 90% das dívidas referentes à habitação foram regularizadas;
- 80% dos agregados melhoraram as suas condições habitacionais;
- Verificou-se a melhoria das relações e dinâmicas familiares em 68% dos agregados acompanhados;
- 100% dos/as beneficiários/as adquiriram conhecimentos ao nível do exercício da cidadania;
- 90% dos/as beneficiários/as obtiveram acesso a direitos cívicos;
- 87% das crianças em idade pré-escolar foram integradas em equipamento social;
- Melhor adaptação escolar de 49% das crianças e jovens com problemas escolares;
- 93% dos indivíduos estão a cumprir consultas e tratamentos médicos;
- 100% dos indivíduos com problemas de toxicodependências foram inseridos em programas de desintoxicação;
- 82% de crianças em risco/perigo melhoraram a sua situação de vulnerabilidade social.

Participação, Trabalho em Rede e Produção de Conhecimento**Comissão Social de Freguesia de Custóias****Objectivos gerais**

- Implementar o Plano de Acção da CSF de Custóias
- Dinamizar de o grupo de voluntariado (Projecto Vem/Voluntariado de Proximidade)
- Atender e acompanhar pessoas / famílias de fracos recursos

Resultados directos

- Foram concluídas 12 das 18 acções que constam no Plano, abrangendo 335 pessoas
- O grupo envolve 13 pessoas idosas e 7 voluntárias. Foram realizadas reuniões mensais com todas as pessoas voluntárias e uma visita mensal a cada pessoa idosa.
- Foram atendidas 196 pessoas no âmbito da acção social e 46 no âmbito do RSI

Comissão Social de Freguesia de Santa Cruz do Bispo**Objectivos gerais**

- Desenvolver competências para a promoção do sucesso escolar
- Aumentar a capacidade de resposta imediata
- Implementar as acções previstas no plano de acção da C.S.F.
- Contribuir para a melhoria das condições de vida da população
- Aumentar o nº de processos de RSI/Acordo de Inserção
- Informar população idosa sobre benefícios do programa Matosinhos Sénior
- Integrar idosos no referido programa
- Aumentar a participação da sociedade no apoio a pessoas com problemas de dependência física e/ou em situação de isolamento social

Resultados directos

- 94 % das 16 crianças acompanhadas desenvolveram competências pessoais, sociais e de aprendizagem e transitaram de ano
- 12 pessoas obtiveram consulta de psicologia
- 16 entidades da C.S.F. envolvidas 86 % das acções encontram-se em curso

- Encaminhamento/Orientação para respostas existentes na rede social, adequadas às problemáticas identificadas:
- Projecto Agir em Matosinhos – 40 pessoas
- IEFP – 12 pessoas
- Segurança Social – 20 pessoas
- MatosinhosHabit – 12 pessoas
- Cruz Vermelha – 5 pessoas
- EFA – 19 pessoas
- CEF- 16 jovens
- Acompanhamento de 34 processos (8 Acção social e 26 RSI)
- Foi protocolado o PI em todos os processos de RSI
- 14 pessoas idosas inscritas
- Participação dos mesmos na Festa de Natal e Passeio do Idoso
- 1 pessoa idosa beneficia do voluntariado de proximidade

Comissão Social de Freguesia de Lavra

Objectivos gerais

- Promover o bem-estar da população
- Prevenir comportamentos de risco
- Intervir em questões da educação social em zonas carenciadas
- Detectar as necessidades da população.

Resultados directos

- Minimização das carências económicas e sociais da população abrangida, em termos gerais.
- acompanhados 148 processos de RSI e 325 de Acção Social;
- abrangidas 16 entidades na dinamização da CSF;
- 50 crianças no Projecto de Férias
- realizados 353 atendimentos de emprego e formação profissional
- envolvidas 500 pessoas nas actividades de carácter cultural
- abrangidas 50 mulheres beneficiárias do RSI; 36 pessoas no “passear em Lavra”; 415 pessoas na dinamização do CNO

Administração do Território

Tal como foi referido há dois anos atrás, da leitura dos textos de síntese do GEU e de cada um dos Departamentos desta Direcção Municipal ressalta uma evidência: a enorme quantidade de trabalho que os colaboradores da DMAT desenvolveram ao longo de 2010.

E tal só foi possível porque foi sempre prioridade dos dirigentes desta Direcção Municipal fomentar o trabalho e a discussão em grupo, assim como privilegiar as relações humanas entre todos. Graças a este espírito, foram alcançados níveis de eficácia que os números que a seguir se transcrevem vêm demonstrar.

Após a introdução do sistema de entrada de processos de Obras em formato digital em Outubro de 2010, é justo pensar que o

Arquivo das Obras Particulares se venha a resumir a uma simples “pen”. A simplificação administrativa e de gestão que este cenário determinará para todos nós permite-nos pensar que o tempo deixará de ser gasto com gestos repetitivos e não criativos, para poder ser ocupado com os problemas que uma Direcção Municipal com esta dimensão realmente encerra.

A Gestão é cada vez mais eficaz, não só pela introdução de sucessivas inovações de carácter tecnológico mas também porque o território de Matosinhos está hoje muito mais desenhado e caracterizado em áreas que ultrapassam os perímetros dos Planos de Urbanização e de Pormenor.

Não queremos gerir o território de um modo casuístico, nem ordená-lo sem conhecer a realidade social e económica do Concelho. Gestão sem Ordenamento é pura burocracia, e Ordenamento sem Gestão é pura utopia.



Departamento de Gestão Urbanística

Os Novos Pedidos

Construções

O ano de 2010, na análise comparada do exercício de 2008, 2009 e 2010, trouxe ao Departamento de Gestão Urbanística um inesperado incremento do número de projectos de novas construções submetidos a aprovação, que haviam diminuído drasticamente em 2009 (para cerca de 1/3), tendo contudo atingido valores 35% inferiores ao ano de 2007, o ano em que se atingiu um número superior de projectos novos neste último quadriénio.

Contudo, não significa este aumento do número de processos novos um aumento na iniciativa ligada à promoção imobiliária, porquanto, e como é do conhecimento de todos, os projectos agora têm um âmbito mais restrito, o seu objecto construtivo é muito menos ambicioso e nalguns casos as operações urbanísticas até “abortam” na fase final do procedimento, no momento



em que se discutem encargos tais como taxas, participações, compensações e obrigações que, no quadro económico actual nem sempre são fáceis de liquidar e que nalguns casos geram até pedidos de diferimento ou faseamento, em prestações, da sua liquidação.

Os projectos, além de serem de menor escala, têm objectos também em si distintos. Incidem sobre o edificado, sobre o parque existente e propõem ampliações, remodelações e alterações de uso de construções existentes, que são acolhidas pela autarquia com satisfação, porquanto correspondem a iniciativas de reabilitação (e nalguns casos, de reconstrução) de edifícios que muitas vezes se encontram desactivados (muitos deles, edifícios industriais) e que caíram em degradação e se encontram abandonados, mas que estão servidos por infra-estruturas capazes de acolher novos usos e novas funções e que admitem reformas, melhoramento interiores e até ampliações, sem que com eles se comprometa o ordenamento urbanístico do local.

Loteamentos e obras de urbanização

No que diz respeito aos loteamentos, verifica-se que há um substancial decréscimo no número de pedidos de loteamentos apresentados à autarquia em 2010 (48,4% dos apresentados em 2008 e 2009), o que naturalmente se explica pela desaceleração que os empreendimentos imobiliários têm sofrido, e que tem naturalmente maior repercussão nas operações tendentes à urbanização de prédios que até agora se mantiveram rústicos.

A crise “recentrou”, digamos assim, a promoção imobiliária, ao optar pelo preenchimento dos espaços intersticiais da malha urbana, ocupando os terrenos com cadastro já “partido”, em lugar de persistir, ilimitadamente, no fraccionamento de novas propriedades.

É natural esta inversão na tendência até agora imparável da urbanização das propriedades localizadas fora dos tradicionais perímetros do edificado, amplificando infra-estruturas e criando frentes urbanas onde antes só existia terreno de cultivo ou floresta, criando cada vez mais solo urbano à custa de investimentos que neste momento é impossível financiar.

Pedidos de Informação Prévia

No que diz respeito aos formatos do diálogo que se estabelece entre a autarquia e os munícipes, também se tem verificado algumas alterações nestes últimos anos, confirmadas no exercício de 2010.

A Câmara tem investido seriamente na definição urbanística para o seu território e tem nesse quadro, produzido muitos e significativos instrumentos de gestão territorial.

Entraram em eficácia muitos Planos de Urbanização e Pormenor nos últimos 2, 3 anos, e com eles se melhorou significativamente a qualidade e o tempo de resposta às pretensões particulares ligadas à edificação.

Contudo, muito embora a informação entre o município e os seus munícipes circule agora com muito maior fluidez do que antes e o munícipe tenha agora acesso a muito mais e melhor informação, a atitude do promotor imobiliário é agora muito mais cautelosa e ponderada e os investidores só avançam para a concretização dos seus projectos, uma vez definidos com clareza todos os seus deveres e todos os seus encargos, em sede da operação urbanística que querem levar a cabo.

Esta atitude de ponderação e de cautela reflecte-se no número de Pedidos de Informação Prévia que são apresentados e que tiveram um incremento de 22,6% no ano de 2010.

Pedidos de Autorização de Utilização

Por último, a necessidade cada vez maior de concluir os procedimentos relacionados com as operações urbanísticas, tanto na perspectiva do particular – para transacção comercial, legalização empresarial ou fiscal, ou ainda para obtenção de financiamento – como no que diz respeito ao interesse da autarquia – que tem de responder, muitas vezes perante Entidades externas, sobre a legalidade dos edifícios ou a legitimidade das ocupações que deles se fazem – conduziu a um substancial aumento (46,9%) dos pedidos de Autorização de Utilização, coerente, no nosso entendimento, com esta necessidade de legitimar a entrada no mercado desses “produtos” imobiliários.

Os títulos emitidos

Construções

No que diz respeito aos títulos emitidos, verifica-se que no ano de 2010 baixaram 23,2% os títulos de licenças emitidas, havendo contudo um aumento exponencial das admissões de comunicação prévia (552,6%), o que se compreende se se tiver em conta a natureza das operações urbanísticas que estão de facto, neste momento, “consolidadas”, isto é, aquelas que constituem opção para a maior parte dos promotores – construir em lotes pertencentes a alvarás de loteamento, edifícios maioritariamente destinados a habitação, quase sempre unifamiliar e com raras excepções plurifamiliares, com comércio associado.



Loteamentos e obras de urbanização

Também, e coerentemente com a diminuição do número de pedidos de loteamento, baixou significativamente o número de alvarás de loteamento emitidos (54,5%), podendo aqui acrescentar-se que para estes valores contribuiu a desaceleração do processo de legalização de AUGIS.

Não estando todas as Áreas Urbanas de Génese Ilegal legalizadas, importa referir que aquelas que não possuem título de legalização são as que de algum modo estão “atingidas” por alguma restrição de natureza urbanística – áreas REN, RAN ou Servidão Administrativa – sendo que destas algumas ficarão mesmo sem título, por as questões que impedem a sua legalização serem materialmente inultrapassáveis.

Pedidos de Autorização de Utilização

Também de forma consequente com o atrás referido, comprova-se um aumento dos títulos de autorização de utilização, que passam neste período de 194 para 262, ou seja, demonstrando um incremento de 35,1%.

Alterações às Licenças

No que diz respeito às alterações às licenças, existe um número elevado de títulos emitidos, que também se pode justificar por duas principais razões, a saber:

- 1.^a – as alterações introduzidas durante o decurso da obra e que estão sujeitas a este tipo específico de controlo prévio;
- 2.^a – as alterações a licenças recentemente emitidas para melhor adaptação dos edifícios ao mercado ou alterações funcionais de objectos imobiliários recentemente licenciados.

A Certificação e Autenticação de Documentos

Pedidos de Certidões / Cópias

O Departamento de Gestão Urbanística cumpre uma missão de certificação e autenticação de documentos necessários a todos os actos registrais e notariais associados ao imobiliário, produzindo cópias autenticadas e certidões que documentam e acompanham esses actos e que ficam depositados, para memória futura, nas Repartições de Finanças, nos Cartórios Notariais e nas Conservatórias do Registo Predial.

Desde cópias de projectos, cópias de propriedades horizontais, títulos de construção e utilização, “tudo” se certifica, autentica e reproduz nesta sede, o que produz uma laboriosa consulta aos antecedentes processuais (927 processos requisitados ao arquivo municipal), e uma aturada conferência desses antecedentes, que frequentemente se sucedem no mesmo processo, obrigando a um especial cuidado na autenticação de documentos, que, por serem mais recentes são aqueles que de facto importa validar.

Este exercício reflecte também o “balanço” do mercado e, no ano de 2010 produziu-se um abaixamento de 6% nas certidões e cópias emitidas, havendo ainda uma diminuição de 5,5%, relativamente ao conjunto de certidões e cópias requeridas, o que também faz para já afastar a possibilidade de retoma.

No que diz respeito às comunicações com o exterior (ofícios produzidos) mantém-se o número de documentos sem alterações a relevar.

Declarações Prévias de Estabelecimentos

Observando a estatística do exercício comparado do Departamento no que aos estabelecimentos diz respeito, observa-se que há uma descida expressiva no número de declarações prévias submetidas à autarquia para homologação, que haviam sofrido um aumento significativo em 2009. Esta significativa descida pode contudo interpretar-se como que uma “normalização” no número de processos, pois os números esperáveis serão mais os do ano de 2010 do que aqueles de 2009, quando se verificou a “extinção” dos processos tradicionais de instalação e se adoptaram os

procedimentos de simplificação administrativa, no quadro do SIMPLEX, como é o caso das declarações prévias.

Este procedimento mais ligeiro de controlo, ao retirar ao Município nesta fase, a decisão sobre a oportunidade urbanística de uma determinada localização, obriga que para montante, em sede da aprovação do projecto ou certificação da propriedade horizontal, se avalie esta questão e se decida então, tendo em conta alguma conflitualidade que estas funcionalidades geram em áreas residenciais, e que se prendem fundamentalmente com questões de trânsito, estacionamento, ruído e horários de funcionamento.

É então que devem ser acautelados os aspectos relativos à protecção acústica dos espaços e ao ordenamento do espaço exterior, que muitas vezes serve como prolongamento das actividades que se desenvolvem no interior dos estabelecimentos, tanto no que diz respeito à dimensão espacial (por exemplo, esplanadas, espaços para fumadores, etc.), quanto no que respeita ao horário, e que são muitas vezes estes que criam condições de incompatibilidade entre funções de lazer e restauração com funções residenciais, e que por esse lado, constituem verdadeiras “nascentes” de queixas e reclamações, que entulham os Serviços e que muitas vezes só drásticas decisões administrativas permitem resolver... como são os casos dos encerramentos coercivos ou as cessações de utilização.

Exposições e Reclamações

A este propósito é importante referir que o apelo que a legislação há anos promove à participação cívica de todos os interessados, directos e indirectos, na decisão urbanística, desencadeou uma saudável vigilância dos actos que com este exercício se relacionam, e que se consuma, em sede de consulta pública ou participação informal.

É assim que todos os dias dão entrada nos Serviços, em média 4 exposições (951 por ano), caracterizadas enquanto tal, às quais se acrescentam 3.566 pedidos genéricos, que em muitos casos incluem também este objectivo de questionar directamente a administração sobre os actos que pratica neste domínio urbanístico ou sobre aqueles que não pratica e se entende que deveria praticar... actos de fiscalização, por exemplo.

Este controlo “público” dos actos praticados pela administração, torna o exercício urbanístico mais transparente e mais democrático, se assim se pode dizer, mas não pode servir para coarctar decisões

que nem sempre são entendidas como as mais justas ou oportunas (pois muitas vezes colidem com interesses particulares), apenas porque se teme reacção contenciosa a essas decisões. Por outro lado, esta participação pública muitas vezes encerra em si desígnios que nada tem a ver com urbanismo, questões exteriores ao interesse público e que devem ser dirimidas noutras sedes.

São questões relacionadas com cadastro, com direitos de acesso, com má vizinhança, com manobras dilatórias para não concretizar negócios ou cumprir compromissos, que caem todos os dias às dezenas sobre as “secretárias” dos técnicos e dos administrativos do Departamento, e obrigam à consulta de antecedentes e locais e a uma triagem, que muitas vezes é morosa.



O período de crise financeira que atravessamos potencia este volume de queixas e muitas vezes ocupa com estas questões marginais ao exercício urbanístico os Serviços de uma forma tão “dramática”, que acaba por afastá-los das questões que verdadeiramente importam e que dizem respeito às competências da autarquia, que acabam negligenciadas nesta imparável torrente de queixas e reclamações.

Lamentavelmente os meios electrónicos de comunicação que actualmente substituem o correio tradicional ou a deslocação a um balcão municipal, ainda potenciam mais esta participação, que se

pode fazer 24 horas por dia, 7 dias por semana, no computador pessoal, sem quaisquer custos, e nalguns casos, até sob alguma forma de “anonimato”.

O novo quadro de controlo urbanístico preconizado pela Lei 60/2007, confirmado e enfatizado no Decreto-Lei n.º 26/2010, que aligeira a fiscalização “à anteriori” e reforça o controlo “à posteriori”, e que assenta no princípio de que os técnicos autores materiais dos projectos e responsáveis pela sua concretização, deverão garantir perante as autarquias, de que aqueles se desenvolvem no cumprimento integral da disciplina legal e dos preceitos inerentes à boa construção, produziu, esse novo conceito, uma alteração significativa na forma de actuar dos Serviços.

A Análise Urbanística

Em termos de expressão que este “novo” conceito produziu na estrutura interna do Departamento, pode dizer-se que a Divisão de Análise Urbanística – aquela que analisa todos os pedidos de operações urbanísticas – se reorganizou com vista a uma mais célere e sistemática triagem e análise dos processos, e fê-lo através de um grande esforço na padronização dos pedidos, na homogeneização das informações e na tipificação das comunicações e dos títulos (respectivamente, ofícios e alvarás).

Este esforço está já a dar evidentes resultados, se analisados os tempos médios de resposta aos pedidos, o rigor e a profundidade com que são proferidas as informações técnicas, e a fiabilidade, que ainda se pode melhorar, dos títulos emitidos.



A Fiscalização Urbanística

Por seu turno, a Divisão de Fiscalização Urbanística (DFU), que se ocupa do controlo das operações urbanísticas submetidas à autarquia e ainda de todas aquelas que ilegalmente se desenvolvem sem que esse procedimento tenha sido formulado, produz uma aturada verificação administrativa e procedimental dos documentos que darão lugar aos títulos de utilização, após acompanhamento, o mais sistemático possível, das obras sujeitas a controlo prévio ou isentas do mesmo, mas sujeitas a comunicação da sua realização (obras de escassa relevância urbanística).

Com o decréscimo atrás referenciado respeitante às obras novas e aos loteamentos, constata-se uma proporcional diminuição nas inspecções efectuadas (-31,7%), no que diz respeito ao exercício técnico e de componente mais exterior do trabalho da DFU.

Contudo, ainda não se encontram garantidas, ao nível da responsabilidade técnica dos autores dos projectos e dos responsáveis pela execução das obras, as condições para que todas as obras se desenvolvam, concluam e certifiquem, no cumprimento das condições técnicas e dos regulamentos que cada vez são mais exigentes.

Este crescendo de exigência e sofisticação que a Lei actualmente convoca, nomeadamente para a execução dos projectos de especialidade (térmicos, acústicos, auto-suficiência energética, etc.), não se demonstra ainda proporcional à destreza dos técnicos que estão a laborar no mercado, que ainda não tiveram provavelmente condições para adaptar as suas equipas a esta pluridisciplinaridade que se exige actualmente aos projectos, sobretudo de edificação.

Assim, a conclusão dos procedimentos tendentes à emissão dos títulos habilitadores de utilização é muitas vezes dificultada por estes factores, que de algum modo penaliza o resultado da autarquia, em termos de celeridade e rapidez de resposta.

Constitui ainda objectivo da DFU o controlo do território de uma forma que se pretende que seja proactiva, diminuindo desse modo o desenvolvimento de procedimentos de aplicação de medidas de tutela urbanística (embargos e/ou demolições), com óbvio benefício, não só para o Serviço, mas também com resultados mais favoráveis, no que diz respeito ao ordenamento do território.

Inspecções de elevadores

No que diz respeito a esta “nova” competência da autarquia, o trabalho desenvolve-se com toda a normalidade, promovendo a autarquia um aumento significativo nos últimos anos das inspecções aos elevadores em funcionamento em todo o Concelho, o que demonstra que o modelo encontrado se adaptou perfeitamente à realidade, que deste modo está a ser monitorizada com competência e responsabilidade, neste sensível campo no qual a segurança constitui preocupação fundamental.

Em Conclusão

O Exercício do DGU reflecte todos os anos, uma importantíssima dimensão do Serviço Público, que se pode avaliar pelo número de atendimentos (agora sobretudo técnicos, desde que se encontra atribuído à Loja do Múncipe o atendimento administrativo), solicitados e efectuados nestes Serviços.

Este atendimento é vital para o aconselhamento dos munícipes, para o estabelecimento de plataformas privilegiadas de diálogo sobre as soluções arquitectónicas e urbanísticas que se pretende implementar e ainda como “fórum” para a monitorização da satisfação do trabalho dos Serviços.

Neste atendimento se “consomem” muitas horas do exercício diário de todos os técnicos, chefias e responsáveis administrativos.

Todos estamos certos que vale a pena fazê-lo. Os resultados de um modelo em que este diálogo não existisse, seriam muito piores daqueles que assim se obtêm.

É assim objectivo e missão departamental mantê-lo, aperfeiçoa-lo e aproveitar, para o melhoramento das práticas, da experiência que dele se retira.

Se não valesse a pena fazê-lo, não teriam tido os Serviços em 2010, 3115 pedidos de audiência.

Gabinete de Estudos Urbanísticos

A actividade do GEU, tal como decorre do texto da Macroestrutura, relaciona-se intimamente com os dois Departamentos da DMAT. Todo o trabalho aqui desenvolvido é discutido em grupo pelas quatro “partes” intervenientes: DMAT, DGU, DP e GEU. Por isso, e cada vez mais, as conclusões urbanísticas propostas pelo GEU são de consenso alargado entre as chefias.

Dos trabalhos, estudos e pareceres a que este Gabinete esteve, e está, associado, destacam-se:

- Acompanhamento de alguns processos apresentados para terrenos localizados na Rua Ofélia Cruz Costa e nas áreas a expropriar para o alargamento da “Via Atlântica”, em Lavra.



- Acompanhamento dos procedimentos para dois terrenos localizados na envolvente à Rua Passos Manuel, Guifões, nomeadamente a área prevista para a ampliação da Escola de Passos Manuel e a área verde cedida em processo de loteamento, onde se encontra em estudo pela DMII o projecto para um equipamento desportivo.

- Elaboração e conclusão de um pequeno estudo de acertos viários para o Largo do Carriçal, Sra. da Hora, aprovado em sede de processo de licenciamento.
- Em elaboração um estudo urbanístico para o lugar do Seixo/Amieira, S. Mamede Infesta, junto às instalações do Fundo de Fomento Mineiro.
- Elaboração e conclusão de um estudo de alinhamentos e cérceas para os terrenos a sul do Lar do Comércio, Leça do Balio, para a implementação de um acesso alternativo aos terrenos localizados a Norte, com processo de loteamento em curso.
- Elaboração e conclusão de um estudo prévio para eventual edificação de edifício para realojamento, na rua Godinho Faria, S. Mamede Infesta.
- Elaboração e conclusão de um estudo de implantação, alinhamentos e cérceas para terreno na rua do Progresso, Perafita.
- Elaboração e conclusão de um estudo de implantação para um Equipamento Desportivo, junto ao loteamento dos Caulinos, Sra. da Hora.
- Em elaboração um estudo do reperfilamento da Rua Joaquim Neves dos Santos, Guifões.
- Em elaboração um estudo de alargamento e ligação à estrutura viária existente, na rua do Marol, Guifões.
- Elaboração e conclusão de um estudo prévio para implantação de um edifício para a Associação da Congregação de Pereiró – Testemunhas de Jeová, em Perafita.
- Elaboração e conclusão de um estudo de alinhamentos e cérceas para o gaveto da Rua Alfredo Cunha com a Travessa Augusto Gomes, Matosinhos.
- Em elaboração um estudo de alinhamentos e cérceas para os terrenos junto à casa onde viveu Passos Manuel e ao Pavilhão Desportivo de Guifões.
- Em elaboração um estudo de alinhamentos e cérceas para terrenos junto à Rua de Cândido dos Reis e a Rua da Igreja, Custóias.

- Em elaboração um estudo para alteração ao D.U.S. nº4, no gaveto da Av. Villagarcia de Arosa, com rua D. Nuno Álvares Pereira, Matosinhos.
- Em elaboração um estudo de alinhamentos e cérceas para o Lugar das Icas, Leça da Palmeira.
- Em elaboração o Estudo Prévio e os Termos de Referência para o Plano de Urbanização da Envolvente à Paróquia do Araújo, Leça do Balio.
- Elaboração e conclusão de um estudo em colaboração com o Requerente para os terrenos da antiga TERTIR, Perafita, aprovado em sede de PIP em nome de ELDUK.
- Elaboração e conclusão de um estudo de implantação para um equipamento desportivo, “Centro de Estágio” e respectivos campos de jogos, em área das Pedreiras de Esposade, Sta. Cruz do Bispo.
- Elaboração e conclusão de um estudo de alinhamentos e cérceas para um Equipamento Desportivo a localizar em terreno junto à Rua de Agudela, Lavra.
- Elaboração e conclusão de um pequeno estudo de alinhamentos, implantação e cérceas para um pequeno núcleo de habitações junto às ruas Mário Brito, Oriental e 31 de Janeiro, em Perafita.
- Em elaboração um estudo de alinhamentos e cérceas em terreno na rua Ocidental, freguesia de Perafita.
- Acompanhamento, com o Departamento de Planeamento, para a desafecção de pequenas parcelas da RAN com vista à abertura e/ou alargamento de novas vias e remates de núcleos construídos.
- Em elaboração um estudo com vista à execução da ligação do Eixo Norte-Sul com a Circunvalação.
- Execução de cálculo de taxas, para as seguintes urbanizações: Urbanização para os terrenos da TERTIR (ELDUK); Urbanização para a Quinta de Sto. António, S. Mamede Infesta e Urbanização para os terrenos junto à Rua de Passos Manuel.



Departamento de Planeamento Urbanístico

Planeamento Urbano

Durante o ano de 2010 direccionaram-se esforços na equipa do DPU para a revisão do PDM relativamente aos anos anteriores, onde desde 2005 se deu maior ênfase na concretização de Planos de Urbanização e de Pormenor. Actualmente a CMM tem 12 Planos de Urbanização e de Pormenor com eficácia Jurídica, 1 PU que aguarda parecer final da CCDRN, 2 PUs em conclusão, 4 PUs em elaboração e 2 PUs em início de elaboração.

A publicação do D.L. 46/2009 de 20 de Fevereiro em conjugação com os Decretos Regulamentares 9 a 11 de 2009, de 29 de Maio, com o projecto do PROT-N e expectativa da sua publicação, obrigaram a reprogramar a abordagem da Revisão do PDM em curso. De entre outros conteúdos obrigatórios a serem considerados, realça-se a necessidade da revisão do perímetro urbano, a necessidade da distinção entre as categorias funcionais e operativas do solo urbano e as categorias do solo rural. Converge-se para uma nova abordagem do Planeamento, onde também o Programa de Execução e Plano de Financiamento deve ter um maior protagonismo face aos PDM de primeira geração.

Plano Director Municipal

- Os trabalhos levados a cabo em sede da revisão do PDM caracterizaram-se pela forte componente conceptual, ou seja, foram focalizados sobretudo na definição de uma estrutura organizativa da informação produzida, mas essencialmente orientadora da informação a produzir. As questões de fundo e que foram sistematizadas são:
- Dar continuidade ao PDM publicado em 1992, actualizando-o, dado que se reveste ainda de muita actualidade;
- Integrar as directrizes do PROT-N, do DL 46/2009 de 20 de Fevereiro e dos DR 9 a 11 de 2009 de 29 de Maio;
- Dar início a um modelo de plano de cariz programático a dez anos, tendo como base os problemas do Concelho de Matosinhos.

Dando continuidade aos fundamentos do PDM de 1992, foi iniciado o estudo do Modelo de Organização Territorial (MOT), tendo como base os Princípios Fundamentais da Estratégia (PFE) que integram o PDM em vigor. O MOT tal como se encontra formulado tem duas vertentes inerentes. Se por um lado fixa a estratégia relativamente ao território, por outro funciona como elemento dinâmico do plano, o seu motor, pois é “depósito” da informação produzida, sintetizando a cada momento as contribuições dos vários intervenientes desta revisão.

Neste âmbito foi elaborado:

- Esboço do Modelo de Organização Territorial (MOT) em si, onde foram definidos “Vectores territoriais” com base no PFE e posteriormente fixados os objectivos programáticos para os mesmo, exarados pelo executivo para cada uma das mesmas;
- Abordagem preliminar aos Objectivos e Estratégia do PDM, com base nas Directrizes do PROT-N, das decisões de Câmara tomadas desde o início do processo de revisão, e das orientações programáticas derivadas do MOT.
- Na adequação do PDM às disposições legais e regulamentares do PROT-N, do DL 46/2009 de 20 de Fevereiro e dos DR 9 a 11 de 2009 de 29 de Maio, e outros documentos legais, foi elaborado:
 - Esboço das áreas a integrar as categorias operativas do PDM, com discussão e decisão do Executivo relativa à elaboração de Planos;
 - Determinação e avaliação de áreas residenciais para manutenção das características funcionais inerentes e/ou requalificação, a integrar a proposta das Categorias Funcionais da Carta de Ordenamento, incluindo contribuições parciais para o Relatório e para o Regulamento;
 - Abordagem preliminar às categorias do solo rural, nos termos do novo RJIGT e decretos regulamentares;
 - Relativamente à RAN, foi concluída a fase 2, correspondente à RAN bruta, com entrega oficiosa na DRAP-N para análise dos documentos e seus conteúdos, correcção e posterior elaboração dos documentos para a entrega definitiva;
 - Tratamento de dados do levantamento funcional das áreas habitacionais, e respectiva produção estatística, incluindo peças escritas e desenhadas inerentes.

No estabelecimento de um programa para o território de Matosinhos a dez anos, ao encontro da nova abordagem do Planeamento, para o qual contribui em grande parte a orientação dos já referidos documentos legais e regulamentares, foi considerado:

- Ter como base as problemáticas do Concelho de Matosinhos, no sentido de compreender os processos que permitam uma sustentabilidade efectiva;
- Definir termos de referência genéricos para o território, estabelecendo o âmbito de acção estratégica;
- Encontrar os actores institucionais de intervenção relevante/obrigatória de acordo com as especificidades territoriais.

Do atrás exposto, foi elaborado:

Esboço preliminar da estrutura programática do PDM onde foram levadas a cabo a sistematização das Directrizes do PROT-N e sua integração com os objectivos do PDM:

- a) Cruzamento de Directrizes do PROT-N com a Macro Estrutura Municipal para determinação do âmbito de colaboração dos diversos serviços municipais.
- b) Entrevistas aos serviços determinados em a), no sentido de aportar à programação realidade do concelho.
- c) Elaboração de quadros de registo das entrevistas, de onde posteriormente se determinarão linhas programáticas a integrar a estratégia do MOT ou regulamentares;

Relativamente à revisão do PDM foi ainda elaborado o seguinte:

- Elaboração de proposta para adequação dos procedimentos formais do processo de revisão ao novo RJIGT;
- Elaboração da 1ª versão do relatório de avaliação e execução do PDM de 92;
- Elaboração de proposta para a Abordagem Preliminar á Estratégia do PDM (Reavaliação e Renovação dos Objectivos Estratégicos e Gerais da Revisão - novo Modelo de Organização Territorial);

- Elaboração de proposta para a constituição da Comissão Acompanhamento da revisão do PDM, com vista á reconversão da CMA em CA;
- Elaboração da Proposta para Aquisição de Serviços para a elaboração e conclusão dos dossiers da REN, RAN, EEM e categorias do solo rural;
- Celebração do contrato de Aquisição de Serviços do parágrafo anterior;
- Elaboração de proposta de Aquisição de Serviços para a elaboração da AAE da revisão do PDM;

Planos de Urbanização e de Pormenor

Foram realizados os procedimentos finais de aprovação e publicitação tendo alcançado a eficácia jurídica os seguintes Planos:

- Plano de Urbanização de Matosinhos Sul;
- Plano de Pormenor dos Paus;
- Plano de Urbanização de Pampelido;

Foram concluídos os seguintes Planos:

- Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo;

Deu-se continuidade à elaboração dos seguintes Planos:

- Plano de Urbanização para o novo Centro Urbano de Cabanelas; concluiu-se o estudo prévio e obteve-se a aprovação pela CMM, tendo decidido dispensar a elaboração da AA. Em conclusão a proposta do Plano;
- Plano de Urbanização para a envolvente à Rua de Recarei; concluiu-se o estudo prévio e obteve-se a aprovação pela CMM, tendo decidido dispensar a elaboração da AA. Em conclusão a proposta do Plano;

- Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente; em elaboração o relatório e regulamento.
- Plano de Urbanização para a Rua do Sobreiro na Senhora da Hora (Caulinos). Abriu-se o procedimento de aquisição de serviços para a elaboração do relatório de AA, que se encontra em fase de audiência prévia;
- Plano de Urbanização para o Centro Urbano de Lavra;
- Plano de Pormenor do Parque Recreativo/Desportivo Nascente do Concelho; Procedeu-se á alteração da figura de Planeamento para PU e respectiva abertura do procedimento para a elaboração do P.U.. A CMM decidiu a desnecessidade da elaboração da AA e foi aberto o período de participação preventiva. Abriu-se o procedimento de aquisição de serviços para a elaboração do Plano.

Iniciou-se a elaboração dos seguintes Planos:

- Plano de Urbanização da Faixa Litoral Pampelido – Memória – Cabo do Mundo; foi concluído o esboço preliminar e está em conclusão o estudo prévio.
- Plano de Urbanização para o Araújo; foram elaborados, em colaboração com o GEU, os termos de referência e os objectivos programáticos para a elaboração do Plano que mereceram aprovação pela CMM. Ficou decidida a desnecessidade da elaboração da AAE, foi aberto o período de participação preventiva e iniciado a estudo prévio.

Decorrente das reuniões de trabalho com o executivo em Agosto de 2010 sobre a revisão do PDM, foi decidido encerrar a elaboração dos seguintes Planos:

- Plano de Urbanização da Frente Urbana da Circunvalação da Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1 - em elaboração proposta para encerrar a elaboração.
- Plano de Urbanização da Frente Urbana da Circunvalação do IC1 à Rua do Alto do Viso – Sra. da Hora - em elaboração proposta para encerrar a elaboração.

Mobilidade

Na área da Mobilidade é de salientar:

O acompanhamento e colaboração nos estudos do Metro da AMP, para a implantação da nova linha de Metro ligando a Senhora da Hora ao Hospital de S. João, e da linha do Campo Alegre, ligando S. Bento a Matosinhos Sul, assim como, a sua articulação com a linha C e a sua extensão à Praia com a implantação duma nova estação.

O acompanhamento do processo relacionado com a entrada em funcionamento do Terminal de Cruzeiros, no Porto de Leixões e as expectativas criadas para o comércio e para o turismo e sua repercussão na economia de Matosinhos e até da região.

Deu-se continuidade aos seguintes estudos e processos:

- Acompanhamento do dossier do IC1/A28 (reperfilamento da via e melhoria das acessibilidades à envolvente);



- Acompanhamento do dossier da

Via Norte (do seu reperfilamento e melhoria da acessibilidade à Efacec e restabelecimento dos acessos à Via Norte e ao IP4, a partir da Rua da Arroiteia);

- Acompanhamento do dossier do IP4/VRI (acompanhamento de obra, reuniões, estudos e contrapropostas, informações e ofícios, atendimento público, análise de vedações, expropriações, barreiras acústicas e do Projecto de Integração Paisagística);

- Acompanhamento do dossier do IC24/A41;

- Acompanhamento do dossier do Metro (obras de inserção urbana por concluir, das linhas C, P e T);

- Acompanhamento do dossier da CP, da REFER e da RAVE-Rede de Alta Velocidade;

- O acompanhamento e colaboração através de análise e de estudos de circulação, com vista à supressão, eliminação ou requalificação das passagens de nível da Linha de Leixões.

- Estudos de reconversão e requalificação da Circunvalação, em conjunto com a CM Porto, com propostas e soluções, tendo em vista a sua transformação numa alameda central do Grande Porto;
- Ligação dedicada da Refinaria do Norte e Parque de Gás ao IC1/A28 – estudo de várias alternativas, com vista à definição dum traçado que foi submetido e aprovado pela Câmara, assim como, acompanhamento do processo de transferência do Parque Logístico de Real para Perafita;
- Estudo de reconversão viária da antiga EN107 entre Freixieiro e o Aeroporto, para preservação de canal que permita a futura introdução do Metro de superfície ou, dum modo de transporte equivalente e, referencie a reconversão urbana desse eixo;
- Proposta para alteração dos limites “non-aedificandi” relativos ao IP4/A4,VRI e IC24/A41, de acordo com o previsto no art. 4º do Decreto-Lei nº13/94 de 15 de Janeiro;
- Estudo viário para resolução do cruzamento da Rua Nova de S. Gens com a Rua de S. Gens e a Rua da Estação Velha, para implantação de uma giração e, sua articulação com o traçado da nova linha de Metro de S. M. Infesta;
- Acompanhamento à implantação e execução de algumas obras municipais que decorreram neste período, através da elaboração de estudos de maior detalhe, ou pormenores de execução assim como da elaboração das plantas de sinalização e de marcações rodoviárias;
- Implementação de medidas para redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária, através da introdução de medidas de acalmia de tráfego (lombas, sinalização mais restritiva ou outros), um pouco por todo o concelho;
- Estudo de requalificação e reorganização viária da Rua Alfredo Cunha;
- Colaboração e acompanhamento dos estudos elaborados pela Câmara para a Marginal Atlântica;
- Acompanhamento da componente rodo-ferroviária dos estudos para as Plataformas Logísticas de Gonçalves e Gatões, numa perspectiva de articulação entre elas e a rede viária municipal e nacional;
- Acompanhamento dos processos relacionados com as carreiras de transportes públicos de passageiros – STCP e RESENDE, assim como do processo relacionado com o parque de Táxis do concelho;

- Estudos e acompanhamento do processo relativo aos novos Empreendimentos Intermunicipais com a C.M.Maia, resultantes das reuniões de concertação dos PDM's, salientando-se o estudo das acessibilidades da envolvente ao Centro de Carga Aérea do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e o Estudo para definição do traçado e implantação viária, do troço da Via Transversal a Norte do IP4, entre a Rua do Padre Costa e a Milanese (Parada) e sua articulação com a rede viária da C.M.Maia e, a rede viária municipal e nacional;
- Proposta para ligação viária e pedonal sobre o IC1, entre a zona do Estádio do Mar e a Rua da Barranha com alteração da estrutura viária da envolvente do estádio para articulação com os novos acessos previstos a esta zona, a partir do IC1 e, a introdução duma nova giração na Rua da Barranha;
- Acompanhamento do dossier para a reformulação e requalificação do espaço da Docapesca;
- Elaboração de informações técnicas prestadas no âmbito da gestão documental, incluindo as relativas a expropriações relacionadas com as grandes infra-estruturas rodoviárias;
- Apoio às solicitações dos vários serviços municipais (DGIVP, DPO; DGU, ...), nas questões relacionadas com as acessibilidades ou a mobilidade no espaço urbano, assim como às obras de âmbito municipal em curso;
- Colaboração na definição das estratégias para o PDM, no âmbito da hierarquia da rede viária, dos transportes, das acessibilidades interconcelhias e da mobilidade em geral;
- Colaboração e acompanhamento na área da mobilidade com os assuntos em curso no âmbito do Eixo Atlântico;
- Posturas de Trânsito para vários locais do concelho, tanto numa perspectiva de alteração da sinalização vertical e horizontal, quer da criação de novos lugares de cargas e descargas, assim como, da localização de novos lugares para estacionamento para pessoas portadoras de deficiência ou de outras categorias;
- Reperfilamento da Travessa Dr. Barros;
- Via de ligação do Parque Desportivo Nascente à Rua da Estrada Velha, na envolvente ao Museu Abel Salazar;
- Estudo de traçado para a interligação eléctrica entre Vermoim na Maia e a Prelada no Porto, com atravessamento do concelho por parte da RNT / EDP;

Concluíram-se os seguintes estudos e processos:

- Estudo para a melhoria das acessibilidades à escola EB1/JI da Amieira, à Escola Secundária Abel Salazar e à escola EB1/JI Florbela Espanca;
- Acompanhamento de processos das candidaturas ao QREN, relativo aos Planos Municipais e Locais de Promoção das Acessibilidades, no âmbito dos POPH (Programas Operacionais de Potencial Humano);
- Acompanhamento e colaboração nos estudos de Requalificação Urbana da Avenida Antunes Guimarães e vias de acesso ao futuro Parque Urbano de Leça;
- Estudo de nova geometria para a introdução de uma rotunda na intersecção da Avenida Joaquim Neves dos Santos com a Rua Passos Manuel em Guifões e seus acessos ao IP4;
- Estudo para rotunda e arruamento de ligação do IC1/A28 ao centro urbano da freguesia de Lavra;
- Rotunda na Rua de Sendim, junto ao cemitério, para alteração da geometria de implantação e estudo de reperfilamento da Rua Dr. José da Silva Passos até ao cruzamento da Rua de Sarilhos;
- Acompanhamento à implantação e execução de algumas obras municipais que decorreram neste período através da elaboração de estudos de maior detalhe, ou pormenores de execução assim como da elaboração das plantas de sinalização e de marcações rodoviárias;
- Estudo para introdução de uma zona de estacionamento na Rua do Chouso em Santa Cruz do Bispo;
- Acompanhamento dos estudos elaborados pela PORTCOGERAÇÃO para estabelecimento de uma ligação eléctrica de alta tensão entre a subestação de Custóias e a Petrogal, posteriormente alterada para ligação à subestação de Santa Cruz do Bispo;
- Identificação dos locais permitidos à propaganda política;
- A análise, estudo e sua comunicação à APA dos RECAPES da Plataforma Logística de Gonçalves - Pólo 1 e, da Plataforma Logística de Gatões/Guifões - Pólo 2;
- Análise, estudo e sua comunicação à APA dos Estudos de Impacte Ambiental e posteriormente da DIA das novas Linhas de Metro de S. Mamede e do Campo Alegre;

- Posturas de Trânsito para vários locais do concelho, tanto numa perspectiva de alteração da sinalização vertical e horizontal como da criação de novos lugares de cargas e descargas, assim como, da localização de novos lugares para estacionamento para pessoas portadoras de deficiência ou de outras categorias;
- Estudo para introdução de um retorno e alteração da geometria do separador central na Avenida da Liberdade – Matosinhos, assim como a reformulação do cruzamento com a Rua Edmundo Alves Ferreira;
- Interligação da subestação de Custóias com a subestação 60/15Kv de Sta. Cruz do Bispo;
- Estudo de traçado para a Interligação Eléctrica da subestação de Sta. Cruz do Bispo com o posto de corte da Refinaria do Norte – Petrogal;
- Estudo para a melhoria da acessibilidade pedonal ao novo Centro de Saúde de Leça do Balio;
- Estudo e acompanhamento do traçado e das condicionantes do Gasoduto – ramal industrial de Leça;

Foram iniciados os seguintes estudos:

- Estudo e postura de trânsito para a Rua do Godinho e General Norton de Matos, no âmbito do Novo Terminal de Cruzeiros, em colaboração com a APDL;
- Estudo para implantação de uma giração no entroncamento da Rua da Barranha com a Rua de Sendim;
- Estudo de colmatção viária nas imediações da Rua Nova dos Paus;
- Estudo para a introdução de uma rotunda na confluência das ruas de Recarei, França Borges e Dr. Silva Santos;
- Estudo para análise da viabilidade duma ligação entre o aglomerado das Carvalhas e a Estação de Metro de Esposade;
- Estudo e análise sobre a viabilidade de construção de um parque de estacionamento automóvel nas imediações da Rua de Entre Quintas, de apoio à Exponor;

- Elaboração de uma postura de trânsito, tendo por objectivo a definição de lugares de estacionamento para cargas e descargas e de deficientes, reorganizando toda a Av. Fernando Aroso – Leça da Palmeira;
- Estudo da geometria do Nó previsto para articulação do Eixo Norte/sul com a Circunvalação;
- Estudo e acompanhamento dum novo acesso pedonal ao Hospital Pedro Hispano;
- Análise das acessibilidades ao novo Centro de Dia e Creche de Custóias;
- Estudo de uma giração para o cruzamento da Av. Xanana Gusmão com a Rua dos Fogueteiro em articulação com a linha de Metro de S. Mamede de Infesta;
- Acompanhamento e análise dos estudos elaborados com a coordenação do Parque Escolar, no âmbito da reabilitação e implantação das Novas Escolas no concelho;
- Estudos para a elaboração de novas posturas para todo o concelho, tendo em vista a introdução de medidas de acalmia de trânsito, a organização do estacionamento, a fluidez do tráfego, a eliminação de pontos de conflito viário, a redução da circulação do transporte individual em favor do transporte colectivo, numa perspectiva de enquadramento das directivas europeias e da sustentabilidade ambiental das nossas cidades;
- Elaboração de dezenas de informações técnicas solicitadas no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade;
- Estudo para a reformulação da rotunda situada na Av. Fernando Távora, no entroncamento com a Av. Óscar Lopes, para integração de uma operação urbanística destinada à construção de um “Centro Automóvel” – Santa Cruz do Bispo;
- Estudo para a reformulação do espaço exterior junto ao acesso principal da Escola Secundária Augusto Gomes, no âmbito do “Programa de Modernização do Ensino Secundário” – Matosinhos;
- Proposta de pintura de lugares de cargas e descargas, paragem de transportes públicos, baia de estacionamento e eixo de via na Rua Silva Brinco – S. Mamede Infesta;
- Reformulação da ligação à rede viária municipal, prevista em operação urbanística a concretizar em terrenos marginais ao IC1/A28 e Rua Vilar do Senhor, tendo por base a compatibilização da proposta

com traçados de vias em estudo no âmbito dos empreendimentos intermunicipais com a Maia – Perafita;

- Estudo do perfil longitudinal, sobre morfologia existente, da via de ligação entre a Alameda Água Viva e a Rua Dr. António Teixeira de Melo, para ligação ao centro da Cruz de Pau – Matosinhos;

- Elaboração de propostas para o reperfilamento da Travessa da Ribeira e arruamentos próximos – Leça da Palmeira;

- Estudo de alteração de postura de trânsito na Rua de Santana e envolvente próxima – Leça da Palmeira;

- Reperfilamento parcial da Rua da Boa Hora – Guifões;

- Levantamento das ciclovias existentes, previstas e em fase de implementação;

- Reperfilamento da Rua da Alegria – Leça da Palmeira;

- Recolha de informação e presença em reuniões de trabalho, no âmbito da participação da câmara municipal na implementação de medidas previstas no “Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte”;

- Melhoramento da ligação rodoviária entre o IC1/A28 e a denominada “Marginal Atlântica”, ao abrigo do QREN, nos seguintes empreendimentos:

 - Rotunda na intersecção das ruas Joaquim Alves da Silva, Armando Vaz e Oriental;

 - Rotunda na intersecção das ruas Armando Vaz, Cruzeiro e António Silva Cruz;

- Reformulação da ligação viária entre a Av. Afonso Henriques e a Estrada da Circunvalação, no âmbito de uma operação urbanística proposta para os terrenos da antiga “RAR” (SIUP) – Matosinhos;

- Estudos e propostas da Divisão de Mobilidade para a localização, e articulação com a rede viária existente, da estação “Praia Matosinhos”, no âmbito da extensão da linha do metropolitano de superfície – Matosinhos;

TAXA DE EXECUÇÃO DO DPU NO ANO DE 2010

Obj/Prog	Proj/Acção	Ano	Tipo	N.º	Descrição	Class. Económica	Exec. Comp/dotac %	Exec. Financeira%
2.4.2.1.	4	2001	A	272	Planos de Urbanização e de Pormenor	20214		
2.4.2.1.	3	2001	I	75	Plano de Pormenor Parque Desportivo Nascente	70113	30.000	
2.4.2.1.	2	2006	I	31	Plano de Urbanização de Recarei, Leça do Balio - Elaboração de Estudos de Avaliação Ambiental	70113	89.319.08	22.050.00
2.4.2.1.	2	2007	I	31	Plano de Urbanização da Faixa Litoral - Pampelido- Memória - Cabo do Mundo - Elaboração de Estudos de Avaliação Ambiental	70113	88.560.00	31.180.00
2.4.2.1.	2	2007	I	56	Plano de Urbanização de Cabanelas, Lavra - Elaboração de Estudos de Avaliação Ambiental	70113	131.880.00	
2.4.2.2	2	2001	I	77	Plano Director Municipal - Revisão e Monotorização	70113	78.922.88	
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20121	4.000.00	4.000.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20214	165.000.00	165.000.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20215	18.000.00	18.000.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20216	5.000.00	5.000.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20217	6.000.00	6.000.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	20220	72.500.00	72.500.00
3.3.1.2.	1	2006	A	234	Mobilidade em Matosinhos	2022509	1.000.00	1.000.00

Ambiente

O ambiente é hoje reconhecido como uma condição essencial à valorização das áreas urbanas. Trabalhamos com o objectivo de melhorarmos a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Aderimos ao pacto dos Autarcas. A União Europeia que lidera o combate global às alterações climáticas, elegeu-o como uma prioridade. Os seus



ambiciosos objectivos estão formulados no pacote de medidas da UE sobre o clima e as energias renováveis no qual os Estados-Membros se comprometem a reduzir as suas emissões de CO₂ em, pelo menos, 20% até 2020. Ao tornarmo-nos signatários do Pacto de Autarcas afirmamos a nossa intenção de contribuírem para estes objectivos políticos e assumimos formalmente o compromisso de ir além da meta traçada, implementando Planos de Acção para as Energias Sustentáveis.

Dinamizamos uma campanha de sensibilização à população para as causas e os efeitos da poluição atmosférica e para o que cada um pode fazer para ajudar a melhorar a qualidade do ar que respiramos. Reiteramos o compromisso das medidas constantes no Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar serem implementadas até ao final de 2011. Devido à sua natureza, muitas medidas implementadas continuarão a ser executadas findo o ano de 2011, passando a ser práticas correntes dos serviços. Das medidas executadas, foram apresentados no final de 2010 os respectivos indicadores de monitorização à CCDR-N, verificando-se um cumprimento da taxa de execução pela Câmara de 50%.



Demos continuidade ao nosso esforço de valorização da nossa Orla Costeira. Em 2010, 13 praias ostentaram o galardão bandeira Azul. 14 das nossas Praias foram designadas como Praia Acessível.

Durante a época balnear dinamizamos as praias com o programa de Educação para a sustentabilidade Matosinhos Mar. Apostando no melhoramento das

condições oferecidas aos nadadores-salvadores todas as praias foram dotadas de torres de vigia que em conjunto com o investimento privado da parte dos concessionários contribuirão significativamente para a imagem da orla costeira de Matosinhos.

Tratamos e limpamos os areais. Em 2010, no Concelho de Matosinhos, foram tratados e limpos, 666 Km de praias, desde Leça da Palmeira (Farol) até Angeiras Norte, durante a época Balnear, mas estendemos esse cuidado, ainda que de forma menos regular ao resto do ano, de forma a termos sempre um elevado padrão de limpeza na nossa orla costeira.

Durante a época balnear participamos também no Projecto Areias, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., que implicou a monitorização das 13 zonas balneares galardoadas com Bandeira Azul.

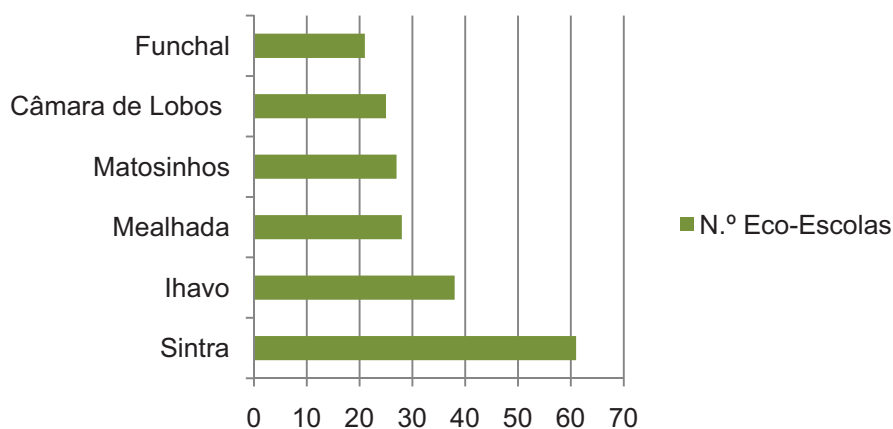
A sociedade actual assenta num elevado consumo de recursos, sendo grande parte destes convertidos em resíduos e emissões. A gestão de resíduos segue a estratégia seguida no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (Persu) II, para o período de 2007 a 2016, que define como eixo estratégico a prevenção. O objectivo a longo prazo será para que nos tornemos uma sociedade de reciclagem evitando a produção de resíduos e usando-os como recurso.

Apostamos na Educação para a Sustentabilidade.

Dinamizamos alguns centros de educação para a sustentabilidade, fomentamos a participação dos nossos cidadãos em vários programas de educação para a sustentabilidade e comemoramos vários dias alusivos ao ambiente.

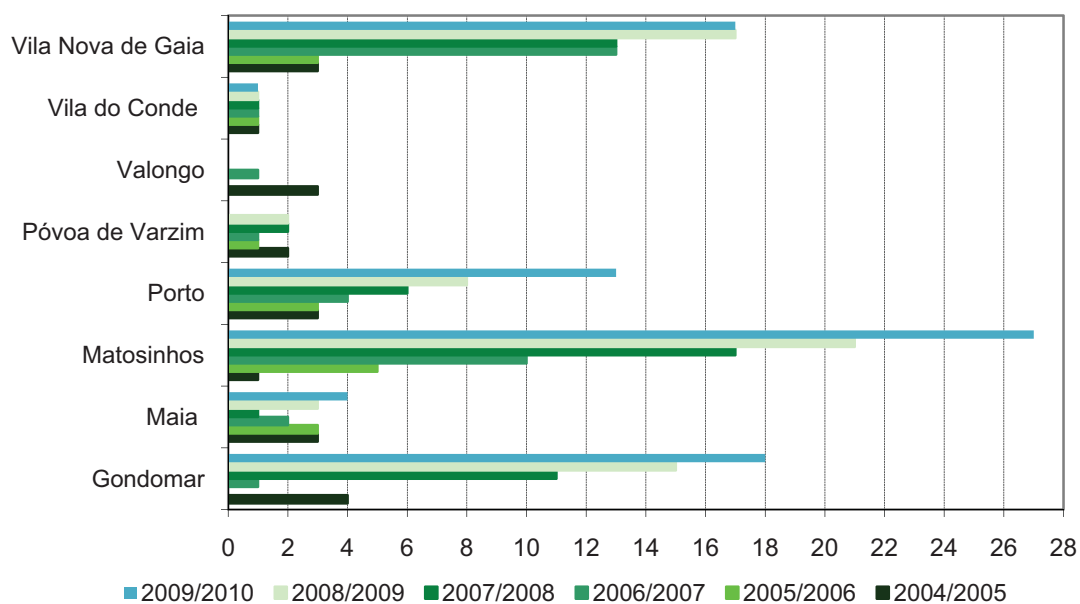
Um dos programas impulsionado pelo município com enorme sucesso é o programa Eco-escolas. Este programa pretende encorajar acções bem como reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pelas escolas na melhoria do seu desempenho ambiental. O município apoia e incentiva as escolas a participarem. No âmbito do Programa Eco-Escolas 2009-2010 foram galardoadas com a Bandeira Verde, 1041 escolas a nível nacional de 207 municípios, entre os quais apenas 6 Municípios tiveram mais de 20 escolas galardoadas, nomeadamente o Município de Matosinhos que a nível nacional ficou em 4º lugar entre os municípios com mais Eco-Escolas.

Municípios com mais 20 Eco-Escolas



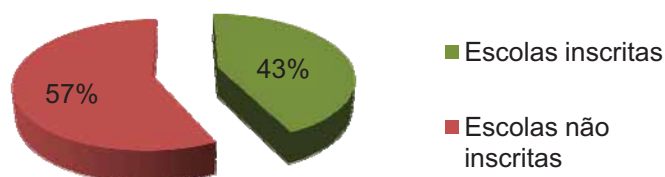
Relativamente à zona do Grande Porto, denota-se uma evolução crescente das Eco-Escolas nos concelhos em geral, mas com particular destaque para o concelho de Matosinhos, que desde o ano lectivo de 2007-2008 tem sido o concelho a nível do distrito do Porto com maior número de Eco-Escolas.

Eco-Escolas_Grande Porto



Em termos de número global, dos 56 estabelecimentos de ensino público em Matosinhos, 24 estiveram inscritos em 2009/2010 no Programa Eco-Escolas, ou seja cerca de 43% dos estabelecimentos de ensino são Eco-Escolas.

Eco-Escolas/Estabelecimentos ensino



O aumento do número de escolas inscritas e galardoadas é o melhor indicador para expressar a dinâmica e importância do Programa Eco-Escolas a nível nacional e nas escolas de Matosinhos. Registou-se em 2009/2010 um crescimento de 17% das escolas inscritas e 29% das escolas galardoadas, relativamente ao ano lectivo 2008/2009. Em termos de taxa de sucesso a mesma foi de 100% uma vez que das 27 escolas inscritas, todas foram galardoadas. Em suma, considera-se que o balanço da implementação do Programa Eco-Escolas nas escolas do concelho bem como a nível nacional é bastante positivo. O aumento significativo da participação das escolas no Programa Eco-Escolas e o consequente reconhecimento através da atribuição da bandeira verde resulta sobretudo do esforço contínuo dos professores, do desempenho de toda a comunidade escolar e do apoio dado pelo Município.

O Projecto Rios é um projecto que visa a participação social na conservação dos espaços fluviais, procurando acompanhar os objectivos apresentados na Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e contribui para a implementação da Carta da Terra e da Directiva Quadro da Água. Este projecto tem como principal objectivo implementar um plano de adopção de 500 metros de um troço de um rio ou ribeira. Para auxiliar nesta tarefa é fornecido um kit didáctico. Com a aplicação prática deste projecto é possível aprender a valorizar a importância das linhas de água, implementar uma rede nacional através da observação, monitorização ou vigilância, visando a conservação e adopção de diferentes troços de rios. Pretende-se ainda desencadear um conjunto de actividades experimentais de educação ambiental e participação pública, no sentido da implementação da Directiva Quadro da Água.

É também objectivo do presente projecto, em contexto escolar, contribuir para a implementação da educação ambiental enquanto área transversal na política das escolas. Fomos pioneiros em abraçar este projecto.

No concelho de Matosinhos temos vindo a requalificar e a aumentar as nossas áreas verdes, fizemos um esforço adicional para adaptarmos os Parques Infantis à nova legislação em vigor, e mantermos a segurança e qualidade das nossas infra-estruturas.

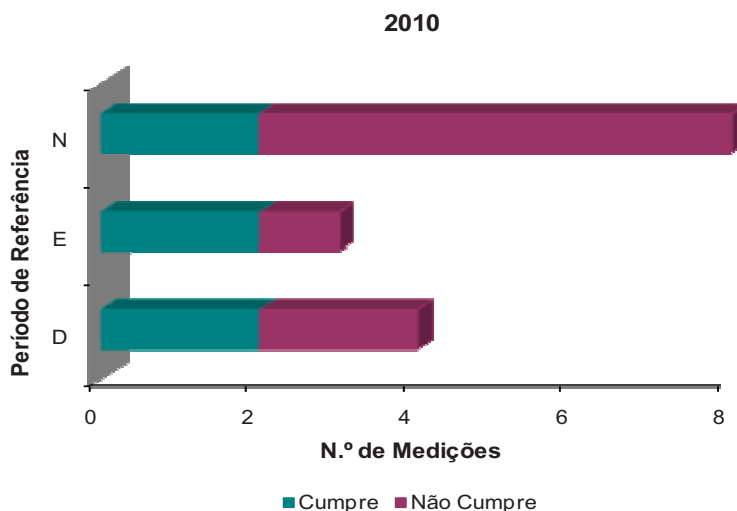
Demos continuidade às manutenções nos jardins e ao programa de responsabilidade social. Procurando aliar as questões ambientais a questões de cidadania activa, fomentando a partilha entre os grupos da sociedade, a promoção de hábitos e gostos comuns, criação de laços comunitários e conduzir a novos modelos de sociedades com vista à de uma sociedade mais consciente dos problemas, mais unida e mais participativa demos continuidade às parcerias estabelecidas com várias entidades, nomeadamente o CEFPI, e com a ADEIMA, bem como com o Ministério da Justiça. - Direcção Geral dos Serviços Prisionais, promovendo assim, a reintegração social na área da manutenção de jardins.

Actividades Ambientais

Ruído

No âmbito da competência de fiscalização do Município, nomeadamente no que respeita às actividades ruidosas permanentes cujo licenciamento seja da sua responsabilidade, são adjudicadas prestações de serviço a laboratórios acreditadas, para a realização de medições de ruído, com vista à avaliação do cumprimento do critério de incomodidade.

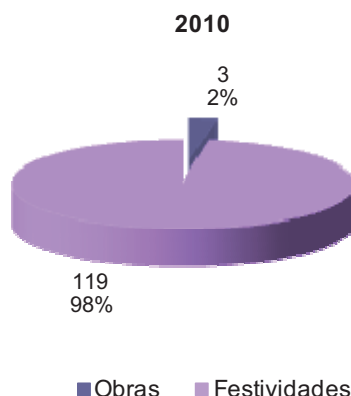
Em 2010, verificou-se que das medições de ruído efectuadas 60% concluíram que havia incomodidade, ou seja um acréscimo sonoro superior aos limites de ruído para os diferentes períodos de referência. Relativamente aos períodos de referência em que foram realizadas as medições de ruído, constata-se que o incumprimento legal se verifica sobretudo em situações que ocorrem no período nocturno.



Gráfico_ Conclusão das medições de ruído por período de referência, realizadas em 2010

Quanto às actividades ruidosas temporárias, nomeadamente obras de construção civil e espectáculos e divertimentos públicos, a figura da licença especial ruído apenas é exigida no período entre as 20 e as 8 horas nos dias úteis e aos sábados, domingos e feriados. Relativamente às obras de remodelação e conservação no interior de edifícios de habitação, as mesmas podem ser realizadas em dias úteis das 8 às 20 horas, sem carecer de licença.

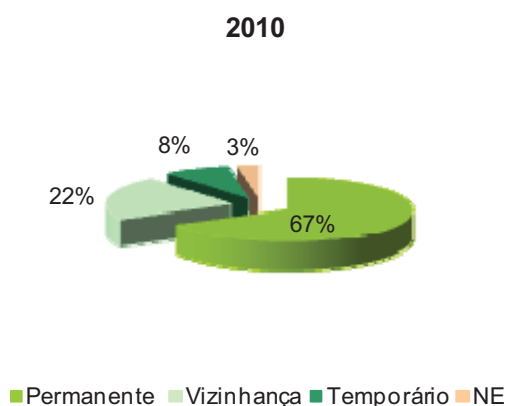
Em 2010, 98% das licenças emitidas foram para festividades e apenas 2% para a execução de obras de construção (3 licenças), num total de 122 licenças especiais de ruído emitidas. O maior número de licenças especiais de ruído concentra-se nos meses de Verão (Junho a Setembro), estando associado à época em que se realizam maior número de festas populares, festividades ao ar livre e outros divertimentos. O mês de Julho foi o que registou maior número de licenças especiais de ruído em 2010, tendo sido emitidas 23 licenças. O mês de Janeiro foi o que registou menor número de licenças especiais de ruído em 2010. No ano de 2010, destacam-se as freguesias de Leça da Palmeira e Matosinhos que obtiveram 22 e 21 licenças respectivamente.



Gráfico_ Licenças especiais de ruído emitidas em 2010

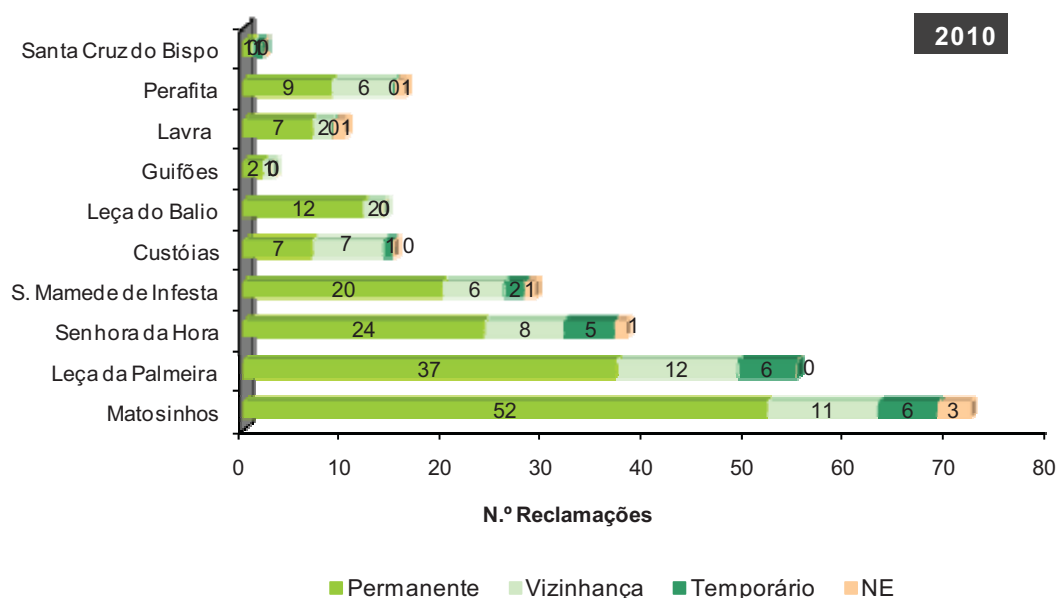
No que respeita a ruído de vizinhança, as autoridades policiais podem ordenar ao produtor de ruído, a adopção das medidas adequadas para fazer cessar o mesmo, sendo da competência da Câmara Municipal o processamento das contra-ordenações e a aplicação das respectivas coimas.

Em termos de reclamações de ruído, o gráfico seguinte representa a distribuição percentual das reclamações de ruído recebidas em 2010, de acordo com o tipo de actividade ruidosa associada (actividades ruidosas permanentes, actividades ruidosas temporárias e ruído de vizinhança). Verifica-se que a maioria das reclamações esteve associada a actividades ruidosas permanentes (estabelecimentos comerciais e de serviços) perfazendo cerca de 70% do total. As queixas de ruído de vizinhança corresponderam a 22% das reclamações enquanto apenas 8% das reclamações foram referentes a actividades ruidosas temporárias.



Gráfico_ Distribuição percentual de reclamações de ruído por actividade ruidosa

As freguesias de Matosinhos, Leça da Palmeira, Senhora da Hora e S. Mamede de Infesta foram as que registaram maior número de reclamações em 2010.



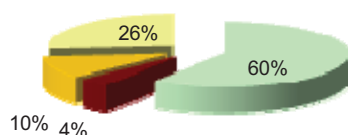
Gráfico_ Número de reclamações de ruído por freguesia e tipo de actividade ruidosa _2010

No que se refere às actividades ruidosas permanentes, o maior número de reclamações registou-se nas freguesias de Leça da Palmeira e de Matosinhos. Pode associar-se o elevado número de reclamações nestas freguesias ao facto de haver maior concentração de estabelecimentos comerciais.

Quanto às actividades ruidosas temporárias, as freguesias de Matosinhos, Leça da Palmeira e Senhora da Hora registaram o maior número de reclamações com 6, 6 e 5 respectivamente. Relativamente ao ruído de vizinhança, verifica-se que as freguesias que apresentaram maior número de reclamações foram igualmente Matosinhos, Leça da Palmeira e Senhora da Hora.

O gráfico seguinte apresenta o estado geral dos processos referentes às reclamações de ruído apresentadas em 2010, quer relacionadas com actividades ruidosas permanentes e temporárias, quer ruído de vizinhança.

2010



Arquivados Contra-Ordenações DGU Pendentes

Gráfico_ Estado dos processos de reclamações de ruído_ 2010

Verifica-se que 60% das reclamações recebidas no Município foram resolvidas, encontrando-se arquivados os processos. No entanto, 26% dos processos encontram-se pendentes, na sua maioria a aguardar acções de fiscalização ou respostas a notificações ou a conclusão de medições de ruído. Verifica-se que aproximadamente 10% das queixas foram enviadas para análise do Departamento de Gestão Urbanística, essencialmente por questões de falta de licenciamento e por conseguinte não cumprimento de requisitos acústicos de edifícios. Apenas 4% das reclamações deram origem a contra-ordenações.

Indicadores mais significativos

Ruído	2010
N.º de reclamações	254
- Ruído Permanente	171
- Ruído Temporário	21
- Ruído de Vizinhança	55
- Não Enquadrável	7
N.º de licenças especiais de ruído emitidas	122
- Festividades	119
- Obras de Construção	3

Qualidade do Ar

A CCDR-Norte ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 279/2007 de 6 de Agosto elaborou o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Norte, aprovado pela Portaria n.º 716/2008 de 6 de Agosto, tendo em consideração que foram verificados níveis de poluentes, nomeadamente PM₁₀, superiores aos valores limite. Foi elaborado posteriormente o respectivo Programa de Execução, onde foram seleccionadas e caracterizadas as medidas do plano que efectivamente deverão ser adoptadas, definidas as acções a realizar e a sua concretização e respectiva calendarização e identificadas as entidades responsáveis pela execução dessas acções.

A aprovação das medidas que dependem da administração local foi objecto de formalização efectuada através da assinatura de protocolos de colaboração entre autarquias e a CCDR-Norte. O Protocolo de Cooperação entre a CCDR-Norte e o Município de Matosinhos foi firmado em 2 de Abril de 2009, posteriormente todo o Programa de Execução foi aprovado e publicado através do Despacho n.º 20762/2009 de 1 de Setembro.

Conforme disposto no n.º 2 do artigo 9.º-C do Decreto-Lei n.º 279/2007, de 6 de Agosto, as medidas constantes dos programas de execução são de execução obrigatória para as entidades identificadas como responsáveis pela aplicação de cada medida, pelo que o programa de execução representa, deste modo, um compromisso de adopção de todas as medidas nele vertidas.

As medidas protocoladas são:

Medida 1 – Introdução de veículos de baixa emissão nos transportes colectivos (passageiros e mercadorias)

Medida2 – Melhorias na rede de TC

Medida 4 – Renovação das frotas de táxis e de veículos de recolha de RSU

Medida 5 – Diminuição da percentagem de pesados de mercadorias em circulação

Medida 6 – Construção de parques de estacionamento periféricos

Medida7 – Reforço da fiscalização do estacionamento ilegal

Medida8 – Zonas de Emissão Reduzidas

Medida14 – Corte de ruas ao trânsito

Medida 15 – Introdução de postos públicos de abastecimento de gás natural

Medida 17 – Reforço da fiscalização de fontes industriais

Medida 19 – Redução das emissões da combustão residencial

Medida 20 – Medidas de agricultura/florestas

Medida 22 – Redução das emissões de poeiras da construção civil

Medida 24 – Medidas ao nível da sensibilização/recomendações

De seguida discrimina-se o ponto de situação relativamente à concretização de cada uma das medidas vinculadas no Programa de Execução conforme resumido na Tabela 1, bem como a indicação dos respectivos indicadores de monitorização.

Tabela 1 – Resumo das medidas protocoladas no âmbito do PERN

22 Set 2009	31 Dez 2009	31 Dez 2010	31 Dez 2011
2 – Campanha de sensibilização para melhorar rede de transportes colectivos (Med.24)	1 - Estudo para aquisição de veículos movidos a energias mais limpas 4 – Estudo para aquisição de novos veículos (reconversão de frota); Campanha a sensibilização de reconversão frotas táxis para energias	6 – Execução de parques de estacionamento periférico 7 – Reforço das equipas de fiscalização	1 – Aquisição de veículos novos (energias mais limpas); Instalação de bomba de biodiesel 2 – Colocação de novos abrigos em interfaces 4 – Aquisição de veículos novos (recolha RSU) 5 – Proibição circulação a pesados de mercadorias (100%)
5 – Elaboração de estudo de proibição de circulação pesados de mercadorias		8 – Início ZER (manual)	

8 – Criação de um regulamento para a ZER	mais limpas (Med.24)	14 – Estudo de modelação da qualidade do ar	7 – Aquisição de veículo eléctrico para movimentação da equipa de bloqueadores
	6 – Execução de estudo e projecto de parque de estacionamento periférico	22 – Elaboração de uma carta e regulamento de boas práticas em obra	8 – Continuação ZER (automático)
	7 – Campanha de larga escala de informação ao público (Med.24)		14 – Cortes de ruas
	8 – Criação de sistema de registo de pesados;		15 – Estudo terreno adequado para instalação de posto abastecimento gás natural; Abertura de concurso para concessão de posto
	Campanha de informação (Med.24)		17 – Contratar firma para implementar um sistema de gestão da qualidade do ar; Inventariar as fontes industriais do concelho; Reforçar a área de actuação
	14 – Estudo de “Cortes de Rua ao trânsito		19 – Preparação de um regulamento municipal que obrigue à instalação de lareiras com baixos níveis emissões
	15 – Campanha de larga escala de		20 – Recomendações e obrigações

informação ao
público acerca das
vantagens de
veículos a gás
natural e
segurança
(Med.24)

nos licenciamentos de queimas

20 – Eliminação da queima ilegal de
resíduos agrícolas e florestais

20 – Compra de destroçadores para
os ecocentros

20 – Substituição de algumas árvores
emissoras de pólen

20 – Controlo apertado dos
depósitos de inertes em meio urbano

20 – Controlo do uso de aspersores
de folhas nas operações de limpeza

22 – Reforço da fiscalização obra

De um modo geral, verifica-se que as medidas calendarizadas para 2009 foram executadas em 2010. Contudo, refira-se que em contrapartida, algumas medidas protocoladas para 2011 foram já executadas em 2010. Sem prejuízo das calendarizações propostas, há o compromisso das medidas constantes no Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar, serem implementadas até ao final de 2011. Refira-se ainda que devido à sua natureza, muitas medidas implementadas continuarão a ser executadas findo o ano de 2011, passando a ser práticas correntes

dos serviços e das entidades envolvidas. Das medidas executadas foram apresentados no final de 2010 os respectivos indicadores de monitorização à CCDR-N, verificando-se já um cumprimento da taxa de execução pela Câmara de 50%.

Indicadores mais significativos

Qualidade do Ar	2010
% de execução das medidas do PERN	50%

Qualidade da Água

Água de Abastecimento

O Decreto-lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, tendo por objectivo proteger a saúde humana dos efeitos nocivos resultantes da eventual contaminação dessa água e assegurar a disponibilização tendencialmente universal de água salubre, limpa e desejavelmente equilibrada na sua composição.

A água para consumo humano distribuída no concelho de Matosinhos é adquirida as Águas do Douro e Paiva, SA que é concessionária, até ao ano 2026, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à Área Sul do Grande Porto. A exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de recolha, tratamento e drenagem de águas residuais do concelho foram concessionadas à firma “Indaqua Matosinhos – Gestão de águas de Matosinhos, S.A.”, que desde 1 de Março de 2008 é responsável pela exploração e gestão do sistema.

O quadro apresentado, em seguida, com a qualidade da água distribuída no concelho de Matosinhos, em 2010, está em conformidade com as normas de qualidade estabelecidas no Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto.

ANO 2010	VP-Valor paramétrico Anexo I DL 306/2007	Nº Análises do				%Análises				Valor mínimo				Valor máximo				Nº resultados				%Conformidade			
		PCQA				realizadas												acima do VP							
Parâmetro de Qualidade (unidades)		JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND
Escherichia coli (N100ml)	0	96	101	100	99	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	1	0	100%	99%	99%	100%
Bactérias coliformes (N100 ml)	0	96	101	100	99	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	1	5	3	1	1	3	2	1	99%	97%	98%	99%
Desinfetante residual (mg/l)	...	96	101	100	99	100%	100%	100%	100%	0,05	<0,05	<0,05	<0,05	0,93	0,86	0,99	1,3
Alumínio (ug/l)	200	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	<10	<10	<10	<10	43	26	25	19	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Amónio (mg/l)	0,5	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	<0,04	<0,04	<0,04	<0,04	0,05	0,1	0,07	<0,04	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Cor (mg/l Pt/Co)	20	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	1	<1	<1	<1	4	3	2	2	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Condutividade (uS/cm)	2500	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	145	178	241	139	218	270	329	276	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Clostridium perfringens (N100 ml)	0	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
pH(unidades de pH)	6,5-9,0	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	6,26	6,77	6,9	6,67	7,23	8,75	7,54	7,42	1	0	0	1	97%	97%	97%	97%
Cheiro 25°C (factor de diluição)	3	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Sabor 25°C (factor diluição)	3	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Número de colónias 22° C (N/ml)	...	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	3	1	5	>300
Número de colónias 37° C (N/ml)	...	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	8	2	34	13
Turvação (UNT)	4	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	1,5	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Manganês (ug/l)	50	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	<5,0	<5,0	<5,0	<5,0	24	<5	<5	<5	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Nitratos (mg/l) *	50	0	0	0	0																				
Oxidabilidade (mg/l)	5	34	34	36	35	100%	100%	100%	100%	<1	<1	<1	<1	1	1	1	2	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Antimónio	5	0	0	0	0																				
Arsénio (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
Benzeno (ug/l) *	1	0	0	0	0																				
Benzo(a)pireno (ug/l)	0,01	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,00 5	<0,00 5	<0,00 5	<0,00 5	<0,00 5	<0,00 5	<0,00 05	<0,00 5	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Boro (mg/l) *	1	0	0	0	0																				
Bromatos (ug/l) *	25	0	0	0	0																				
Cádmio (ug/l) *	5	0	0	0	0																				
Chumbo (mg/l)	25	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	2	<2	<2	<2	5	2	<2	<2	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Cianetos (ug/l) *	50	0	0	0	0																				
Cloretos (mg/l) *	250	0	0	0	0																				
Cobre (mg/l)	2	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	0,036	<0,00	0,009	0,01	0,054	0,03	0,01	0,02	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Crómio (ug/l) *	50	0	0	0	0																				
Ferro (ug/l)	200	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<25	<25	<25	<25	<25	<25	<25	<25	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Enterococos (N100 ml)	0	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Fluoretos	1,5	0	0	0	0																				
Mercurio (ug/l) *	1	0	0	0	0																				
Níquel (ug/l)	20	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	9	<2	<2	<2	18	17	<2	<2	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Nitritos (mg/l)	0,5	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,01 0	<0,01 0	<0,01 0	<0,01 0	<0,01	<0,01	<0,01 1	<0,01	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Hidrocarbonetos arom. pol.	0,1	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01	<0,01 1	<0,01	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Pesticidas - Total (ug/l) *	0,5	0	0	0	0																				
Selénio (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
Tetracloretoeno e tricloretoeno (ug/l) *	10	0	0	0	0																				
1,2-dicloroetano (ug/l) *	3	0	0	0	0																				
Trihalometanos (ug/l)	100	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	21	29	43	17	43	31	44	32	0	0	0	0	100%	100%	100%	100%
Sódio (mg/l) *	200	0	0	0	0																				
Sulfatos (mg/l) *	250	0	0	0	0																				
Magnésio (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	4	5	6	5	4	7	7	7
Cálcio (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	16	21	30	22	19	29	37	33
Dureza total (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	56	72	99	74	56	100	120	110
Carbono orgânico total (mg/l)	...	2	2	2	2	100%	100%	100%	100%	<1,0	<1,0	<1,0	<1,0	1	2	2	1,9
JFM- Janeiro, Fevereiro e Março																									
AMJ - Abril, Maio e Junho																									
OND - Outubro, Novembro e Dezembro																									
* Parâmetros conservativos cujo controlo é dispensado nas zonas abastecidas exclusivamente por água adquirida à empresa Águas do Douro e Paiva.																									

Qualidade das Águas Balneares

Em 2010 de acordo com a nova legislação em vigor das quinze zonas balneares identificadas treze cumpriram os objectivos para ostentarem o galardão Bandeira Azul. Assim, Angeiras Norte, Funtão, Pedras Brancas, Pedras do Corgo, Agudela, Quebrada, Marreco, Memória, Cabo do Mundo, Azul, Boa Nova e Leça da Palmeira ostentaram esse galardão. Catorze praias do concelho foram classificadas de Praia Acessível.

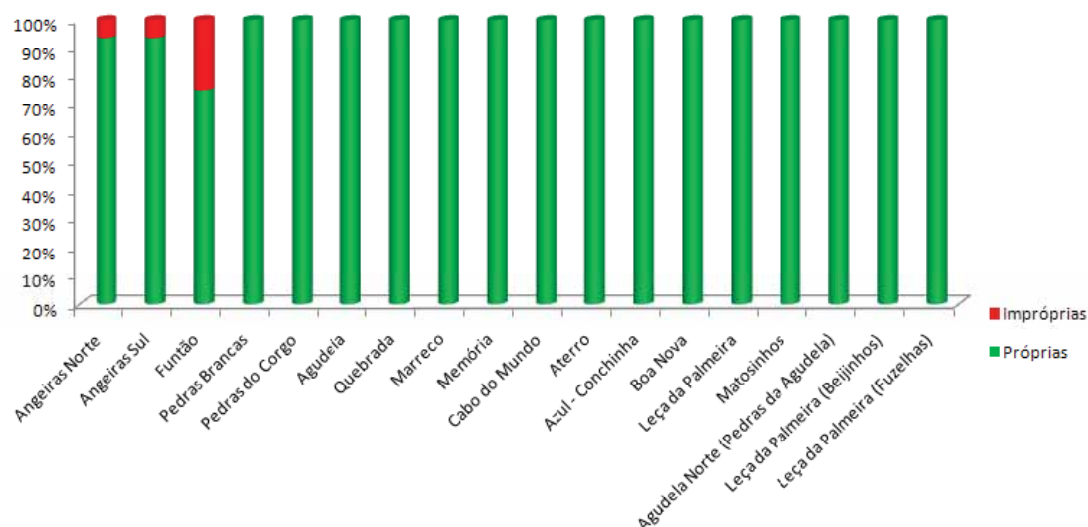
Cumprindo o disposto no diploma legal, o INAG, I.P. assegurou a frequência mínima de amostragem no concelho de Matosinhos, cujos resultados se apresentam abaixo.

		31-Mai	7-Jun ou 9-Jun	14-Jun	21-Jun	28-Jun	07-Jul	12-Jul	19-Jul	26-Jul	04-Ago	09-Ago	16-Ago	23-Ago	01-Set	06-Set	13-Set
Angeiras Norte	EC	430	3400	340	18	120	16	9	130	4	2	1	0	2	0	160	120
	EI	14	1800	43	12	31	0	1	14	0	1	0	0	3	0	3	7
Angeiras Sul	EC	0	3600	12	110	200	30	2	6	7	130	170	10	17	24	17	14
	EI	2	3100	1	7	2	22	0	3	2	6	7	1	0	39	8	0
Funtão	EC	-	1300	2 *	-	-	3	-	-	-	5	-	-	-	0	-	-
	EI	-	260	2 *	-	-	1	-	-	-	13	-	-	-	1	-	-
Pedras Brancas	EC	-	350	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	0	-	-
	EI	-	150	-	-	-	3	-	-	-	4	-	-	-	1	-	-
Pedras do Corgo	EC	-	320	-	-	-	7	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
	EI	-	120	-	-	-	2	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-
Agudela	EC	-	4	-	-	-	0	-	-	-	4	-	-	-	8	-	-
	EI	-	0	-	-	-	0	-	-	-	6	-	-	-	3	-	-
Quebrada	EC	-	270	-	-	-	15	-	-	-	5	-	-	-	2	-	-
	EI	-	140	-	-	-	0	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-
Marreco	EC	-	160	-	-	-	15	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-
	EI	-	51	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	0	-	-
Memória	EC	-	180	-	-	-	14	-	-	-	1	-	-	-	0	-	-
	EI	-	43	-	-	-	2	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-
C. Mundo	EC	-	240	-	-	-	34	-	-	-	0	-	-	-	4	-	-
	EI	-	150	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-	-	0	-	-
Aterro	EC	-	140	0	2	7	18	1	8	7	0	9	4	66	0	1	0
	EI	-	160	1	0	1	0	0	0	2	0	5	0	2	0	1	0
Azul - Conchinha	EC	-	1100	4	3	3	16	70	3	13	15	46	11	21	5	53	25
	EI	-	130	1	1	1	2	11	13	1	1	2	3	0	0	4	4
Boa Nova	EC	-	240	-	-	-	11	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-
	EI	-	29	-	-	-	13	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Leça Palmeira	EC	37	1	18	1	8	15	13	10	3	14	4	15	160	46	3	0
	EI	8	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2	1	4	0	1	0
Matosinhos	EC	20	3	6	5	23	16	14	7	1	9	18	15	220	29	280	5
	EI	1	2	0	4	8	12	15	13	1	9	6	35	310	11	250	3

* amostra extra para confirmar o fim do episódio de poluição

Paralelamente às quinze zonas balneares existentes no concelho, a autarquia decidiu monitorizar três praias para eventual futura candidatura a zona balnear: Pedras da Agudela, Fuzelhas e Beijinhos.

Avaliação da Qualidade da Água 2010



Em relação à época balnear anterior, verifica-se uma subida da qualidade da água em 4 zonas balneares, Angeiras Sul, Aterro, Leça da Palmeira e Matosinhos.

Apostando no melhoramento das condições oferecidas aos nadadores-salvadores todas as praias foram dotadas de torres de vigia que em conjunto com o investimento privado da parte dos concessionários contribuirão significativamente para a imagem da orla costeira de Matosinhos.



Mais uma vez a autarquia participou do

Projecto Areias, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) em colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., que implicou a monitorização das 13 zonas balneares galardoadas com Bandeira Azul.

Deu-se continuidade ao trabalho de fiscalização para detecção de focos de poluição das linhas de água a cargo da equipa de vigilância das linhas de água.

Indicadores mais significativos

Qualidade do Aguas Balneares	2010
N.º praias galardoadas com Bandeira Azul	13
Qualidade de Água para Consumo Humano	
Nº Total de análises aos parâmetros de rotina R1	396
Nº Total de análises aos parâmetros de rotina R2	139
Nº de análises aos parâmetros de inspecção I	8

Resíduos

Os resíduos produzidos pelos habitantes do concelho de Matosinhos são recolhidos pela autarquia e enviados para a Lipor. A Lipor, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, tem a seu cargo o destino final dos resíduos produzidos pelos habitantes dos oito municípios associados. Nos



últimos anos tem desenvolvido um sistema integrado de gestão de resíduos, assente em 4 pilares interligados entre si, a reciclagem multimaterial, a valorização orgânica, a valorização energética e o confinamento técnico, procurando de forma estruturada dar o melhor destino aos resíduos produzidos.

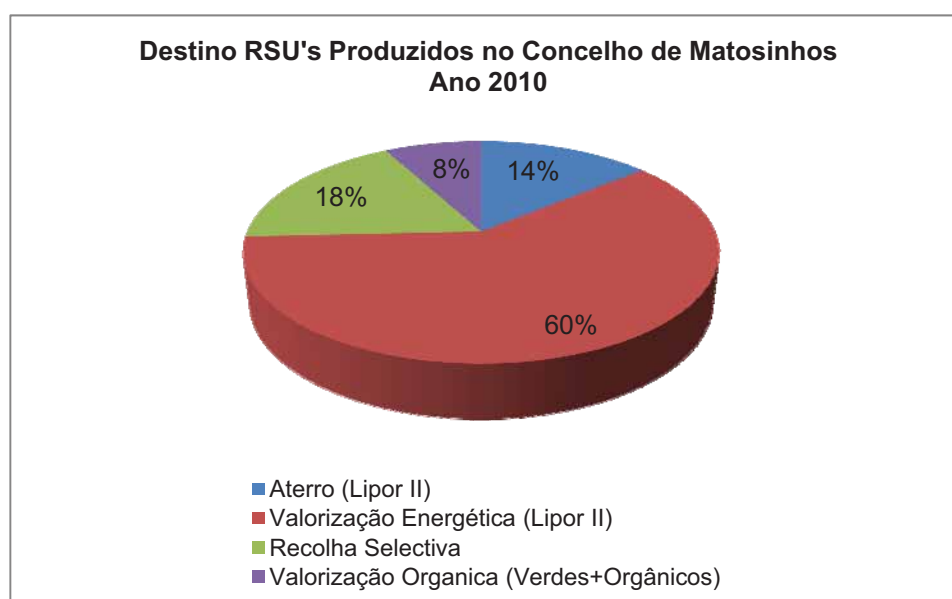
O serviço de recolha de resíduos no concelho é efectuado em parte por recurso à administração directa e em parte por serviços contratados. O serviço de recolha nas freguesias de Leça do Balio, Guifões, S. Mamede Infesta, Custóias e grande parte da Sr.ª da Hora é efectuado pela firma Verde vista, nas freguesias de Leça da Palmeira, Perafita, Lavra e St.ª Cruz do Bispo o serviço de recolha é

efectuado pela Suma Matosinhos SA, na freguesia de Matosinhos e numa pequena área da Sr.^a da Hora a recolha é feita por administração directa.

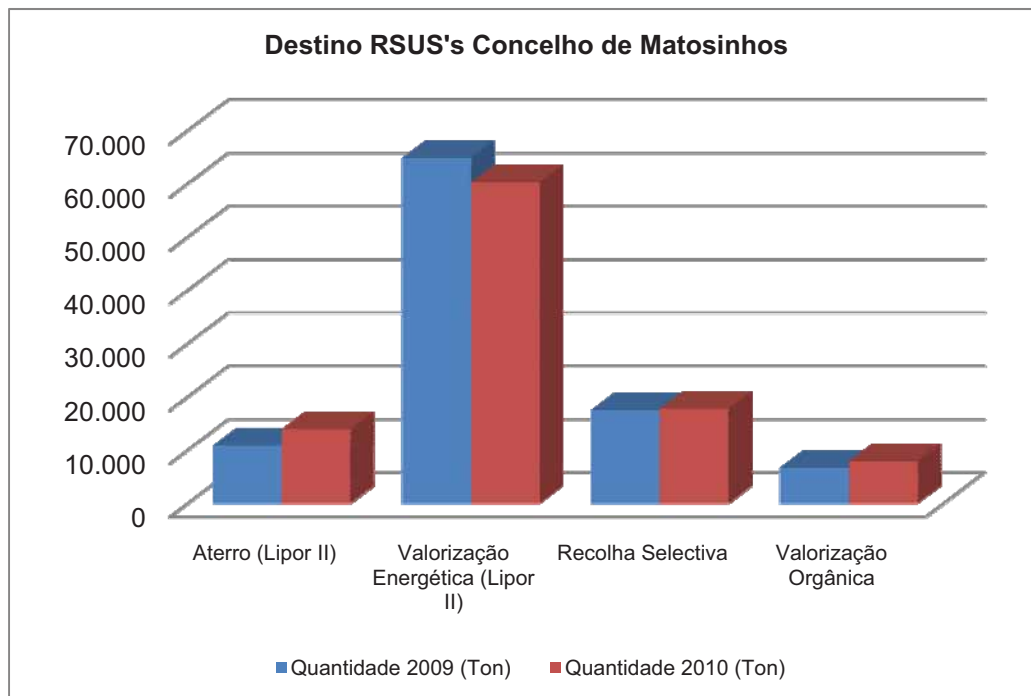
De forma semelhante os serviços de Varredura Urbana são parcialmente efectuados por meios próprios e por contratação. Nas freguesias de Leça do Balio, S. Mamede Infesta, Custóias e 2/3 da Sr.^a da Hora são efectuados pela VerdeVista, nas freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e Zonas adjacentes à Marginal Marítima (desde o Farol até Angeiras Norte) são efectuados Firma Suma Matosinhos SA em 1/3 da Freguesia da Sr.^a da Hora por administração directa.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Em 2010, no Concelho de Matosinhos, foram recolhidas e tratadas 99.871 toneladas de resíduos, das quais:



No ano de 2009 tinham sido recolhidas e tratadas 99.861 ton pelo que houve um aumento com a variação de 0,01% .



CONFINAMENTO TÉCNICO - LIPOR II

A Central de valorização Energética da Lipor, periodicamente, necessita de realizar paragens programadas para manutenções do seu equipamento. Durante esses períodos a deposição dos resíduos sólidos urbanos é efectuada no aterro sanitário de apoio. Assim, foram enviadas para a LIPOR II 74.169 toneladas de resíduos, dos quais 13.948 Ton foram encaminhados para Aterro Sanitário e 60.222 Ton para Valorização Energética.

		2009 (Ton)	2010 (Ton)	Diferencial (Ton)	Variação (%)
Câmara Municipal	Valorização Energética	13.310	13.329	19	0%
	Aterro	1.933	2.852	919	32%
		15.243	16.181	938	6%
Concessão SUMA	Valorização Energética	21.130	19.846	-1.284	-6%
	Aterro	3.165	3.922	757	19%
		24.295	23.768	-527	-2%
Concessão Verdevista	Valorização Energética	30.186	27.047	-3.139	-12%
	Aterro	5.700	7.173	1.473	21%
		35.886	34.220	-1.666	-5%
Mercado Angeiras	Valorização Energética	72	Incluído nos valores da SUMA		
	Aterro	22			
		94			

Mercado Matosinhos	Valorização Energética	118	Incluído nos valores da Câmara		
	Aterro	31			
		149			
Total Lipor II		75.667	74.169	-1.498	-2%

RECOLHA SELECTIVA

Em 2010, foram recolhidas selectivamente 17.796 toneladas de resíduos, através dos diversos sistemas de recolha existentes no Concelho.

	2009	2010	Diferencial (Ton)	Variação (%)
Ecocentros	7.120	6.947	-173	-2%
Ecopontos	7.125	7.338	213	3%
Porta a Porta	255	243	-12	-5%
Circuito Comercial/Industrial	1.291	1.079	-212	-20%
Ecomóvel	1.704	2.189	485	22%
TOTAL (Ton)	17.495	17.796	301	2%

VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

Em 2010, foram encaminhadas para valorização orgânica 7.905 toneladas de resíduos, recolhidas através do circuito Restauração 5 Estrelas e recolha de verdes (Ecocentros, Ecomóveis e deposição directa – prestadores de serviços dos jardins e horto...).

	2009	2010	Diferencial (Ton)	Variação (%)
Verdes	4.001	4.352	351	8%
Orgânicos	2.698	3.553	855	24%
TOTAL (Ton)	6.699	7.905	1.206	15%

RECOLHA DE RESÍDUOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS BANAIS (RIB's)

Em 2010 procedeu-se à Recolha de Resíduos Industriais Equiparados a Urbanos (comerciais e industriais banais – R.I.B.) em diversas empresas, que foram encaminhados para Valorização Energética. Esta recolha, em termos de receita, trouxe aos cofres da Câmara o valor de 240.845,36 Euros.

SISTEMA DE RECOLHAS ESPECIAIS (S.R.E.)

Através do **Sistema de Recolhas Especiais (S.R.E.)** foram ainda **um** conjunto de serviços que visaram essencialmente complementar o Serviço de Recolha de Resíduo Urbanos, nomeadamente:

RECOLHA DE VIATURAS ABANDONADAS E SUCATA

Em 2010 deu-se continuidade a este serviço, tendo sido recolhidas **381 viaturas**, das quais **52 foram reclamadas** pelos proprietários, tendo pago no total de taxas **61.903,67 Euros**. Foram enviadas para destruição 250 viaturas.



MOVIMENTO DO CANIL/MUNICIPAL

A Gestão do Canil/Gatil em 2010 é realizada pela SUMA ao abrigo da concessão existente e o movimento foi o seguinte:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES
ENTRADAS	
CAPTURADOS CASA	93
CAPTURADOS RUA	225
ENTRADA CANIL	192
TOTAL	510
SAIDAS	
MORTOS ESTADIA	15
ADOPTADOS	154
CEDIDOS MIDAS	0
RECLAMADOS	19
ABATIDOS	452
TRANSITADOS DE 2009 PARA 2010	
TOTAL	540
OUTRAS SITUAÇÕES	
SUSPEITOS	2
MORTOS RUA	118
MORTOS CLÍNICAS	646
GATOS	113
OUTROS ANIMAIS	6

SISTEMA COMPLEMENTAR DE LIMPEZA (S.C.L.)

Integrado neste sistema, os serviços procederam a um conjunto de limpezas, que visaram essencialmente complementar os atrás referidos, nomeadamente:

- **Desinfestação do Concelho**, que se restringiu a diversas acções no âmbito do controle de epidemias e doenças, resultantes do aparecimento de ratos ou outros parasitas. Esta acção desenvolveu-se em escolas, Organismos Públicos, arruamentos e outros espaços, incluindo redes de águas pluviais e saneamento e em locais que se entendeu ser urgente proceder à mesma.
- **Limpeza de Praias**, foi uma acção que se desenvolveu no período da época balnear e durante o restante ano, em diversas acções de limpeza nas praias.
- **Limpeza de Montureiras** e outros serviços, foi efectuada por brigadas, incidindo em diversos locais, com o recurso a equipamento adequado e máquinas.
- **Limpeza de Valetas e de Terrenos** pertencentes ao Município bem como particulares, objecto de processos de contravenção.
- **Limpeza de Graffitis** em vários locais do Concelho de Matosinhos.
- **Retirada de Cartazes** em vários locais do Concelho de Matosinhos.

VARREDURA URBANA

Em 2010, no Concelho de Matosinhos, foram varridos cerca de 90.119 Km.

CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Em Agosto de 2009 entrou em funcionamento o 1.º Tanatário Municipal localizado em Sendim. Os serviços para a Conservação, Manutenção e Funcionamento do Tanatário de Matosinhos são executados por recurso a prestação de serviços.

Cemitérios Municipais n.º 1 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 15

N.º de Exumações/Transladações – 4

Cemitério Municipal n.º 2 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 135

N.º de Inumações em Covais – 120

N.º de Exumações/Transladações – 86

Cemitério Municipal n.º 4 – Santos Dias

N.º de Inumações em Jazigos – 2

N.º de Inumações em Covais – 86

N.º de Exumações/Transladações – 30

Tanatório Municipal

N.º de Cremações – 65 (n/ residentes); 122 (residentes); 20 ossadas

N.º de Utilização de Capelas para Inumação - 43

N.º de Inumações Jardim da memória (cinzas) - 41

N.º de Colocação em Ossário (cinzas) – 17

N.º de Colocação em Columbários (cinzas) – 25

N.º de colocação em Jazigo (cinzas) – 46

N.º de cinzas entregues à família – 133

N.º Cremações isenta - 53

Resíduos	2010
Resíduos recolhidos e tratados	99.871 ton.
Recolha selectiva	17.796 ton.
Valorização orgânica	7.905 ton.
Valorização energética	60.222 ton.
Aterro	13.948 ton.

Espaços Verdes



No âmbito da construção e manutenção de jardins no ano de 2010 procedeu-se à plantação de **426** árvores, **6.503** arbustos, **7.141** vivazes e **73.172** plantas de época.

A manutenção de Jardins e Parques Públicos foi executada por Administração Directa, bem como recorrendo a contratos de prestações de serviços.

A manutenção dos jardins do Concelho apoia-se no funcionamento e produção de plantas específicas originadas no Horto Municipal. Deu-se continuidade às Prestações de Serviços para a manutenção de Diversos Jardins em diversos Locais do Concelho de Matosinhos e da Concessão e Exploração e Gestão da Quinta da Conceição.

A construção de jardins e Correção de Parques Infantis após as inspecções do ISQ e de actos de vandalismo, constituíram investimentos que conduziram à melhoria constante da protecção do meio

ambiente e conservação da natureza, permitindo que os Municípios usufruíssem das mesmas e que a seguir se descriminam:

- Construção de Jardim Envolvente ao Parque Infantil da Rua de Agudela - Lavra.
- Construção do Parque Infantil da Rua da Agudela – Lavra
- Readaptação do Parque Infantil da Cooperativa Económica “A Telha” – Senhora da Hora
- Instalação de Portão Metálico de acesso ao Parque Infantil da Barranha.
- Reparação do equipamento e actualização do placar informativo do Parque Infantil do Estádio do Mar
- Correção de anomalias em Parques Infantis após Inspeção do ISQ – Parque Infantil da Cooperativa de Habitação “A Telha” e Parque Infantil Praceta Humberto Cruz – Urbanização da Cohaemato
- Correção de anomalias em Parques Infantis após Inspeção do ISQ – Parque Infantil da Urbanização da Barranha e Parque Infantil Paulo Silva Ranito
- Reparação de Equipamento Vandalizado no Parque Infantil Praceta Humberto Cruz- Urbanização Cohaemato
- Inspeção e Ensaio de espaços de Jogo e Recreio – Parques Infantis

No âmbito da Concessão e Exploração e gestão da Quinta da Conceição efectuaram-se trabalhos de recuperação da estátua de S. Francisco, incluindo a adaptação à sua instalação na Quinta da Conceição.

Espaços Verdes	2010
Plantações	
Árvores	426
Arbustos	6.503
Vivazes	7.141
Plantas de época	73.172

Educação Para a Sustentabilidade

Programa Eco-Escolas

O Programa Eco-Escolas é um projecto de educação ambiental promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e apoiado localmente pelos Municípios parceiros. Ao assumir a parceria com a ABAE, o Município compromete-se a pagar a contribuição financeira de 20€ por cada escola inscrita e 50€ por cada escola galardoada.

A ABAE lança anualmente vários concursos paralelos que podem ser integrados no Programa Eco-Escolas, porém facultativos. No ano lectivo 2009/2010 Matosinhos ficou representado no concurso “Geração Depositário” sendo a EB 2,3 Leça do Balio vencedora da Actividade Criativa – Arte REEE – 1º escalão.

Em termos de verba gasta no Programa Eco-Escolas 2009/2010, o Município participou a inscrição das 27 escolas no valor de 20€ por escola, bem como a atribuição do galardão às 27 escolas galardoadas, no valor de 50€ por escola. No total foram gastos 1.890,00€ no Programa Eco-Escolas 2009/2010, ao abrigo da parceria estabelecida com a ABAE para apoiar na comparticipação das despesas associadas ao desenvolvimento do Programa.

A Câmara Municipal tem apoiado a implementação do Programa Eco-Escolas no concelho, renovando a parceria com a ABAE, com vista a incrementar o Programa nas escolas do concelho.

Projecto Rios

A implementação deste projecto pretende dar resposta à visível problemática, de âmbito nacional e global, referente à alteração e deterioração da qualidade dos rios e à falta de um envolvimento efectivo dos utilizadores e da população em geral. O Projecto Rios, pela metodologia que utiliza, pretende promover a curiosidade científica e implementar o método científico experimental, através da recolha e registo de informações e dados geográficos, físico-químicos, biológicos, eventos históricos, sociais e etnográficos, contribuindo assim para a melhoria do espaço estudado e da qualidade fluvial global, com vista à aplicação das exigências da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água.

Sendo esta Autarquia pioneira, como parceira do projecto a nível nacional, desde 2006 já conta com a participação de 14 escolas do Concelho de Matosinhos inscritas, estando directamente envolvidos

no projecto cerca de 540 estudantes, que anualmente desenvolvem o trabalho na linha de água adoptado, envolvendo posteriormente, em alguns casos a comunidade escolar, passando assim a mensagem por todos os alunos dos agrupamentos. Este trabalho está a ser desenvolvido em 8 agrupamentos do Concelho, 4 escolas de nível secundário e uma escola privada, envolvendo e sensibilizando assim um elevado número de alunos.

Projecto Horta à Porta



O Projecto “Horta à Porta” é dinamizado em parceria com a Lipor e visa promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas. Esta iniciativa passa não só pela criação de espaços verdes dinâmicos bem como a promoção do contacto com a natureza e de hábitos saudáveis, não esquecendo a consequente redução de resíduos, particularmente orgânicos. O desenvolvimento do Projecto Horta à Porta recorre sempre à utilização de práticas de compostagem e agricultura biológica.

Na prática, este projecto disponibiliza talhões de aproximadamente 25m² a particulares interessados em praticar a agricultura biológica e a compostagem. Ao receber o talhão, após um protocolo celebrado entre a Câmara e o munícipe, o “futuro agricultor” recebe formação em Agricultura Biológica, ministrada pela Lipor. Desta forma, o utilizador da horta compromete-se em cultivar a horta recorrendo às práticas da Agricultura Biológica e à utilização de matéria orgânica “composto” resultante do processo de Compostagem (os utilizadores da horta produzem o composto em comunidade, há aqui a redução de resíduos).

Pretende-se deste modo proporcionar aos utilizadores da horta, a possibilidade de cultivarem a sua pequena horta (os produtos são para consumo próprio e não venda) com a garantia de qualidade dos produtos, de melhor saúde e ambiente.

No local da horta é disponibilizada uma casa de abrigo para armazenar as ferramentas; um compostor colectivo e vários pontos de água.

O processo de selecção inicia com o preenchimento de uma ficha de pré-inscrição com a identificação do interessado. É depois dada preferência aos residentes na freguesia onde será inaugurada a horta e à ordem de pré-inscrição.

Este projecto tem tido grande adesão por parte dos munícipes havendo neste momento 451 inscrições, estando atribuídos 97 talhões. Desde o início do projecto existiram 15 desistências, tendo as mesmas sido substituídas existindo em lista de espera 14 utentes já com formação (1ª etapa do processo).

Campanha Bandeira Azul 2010

A Campanha Bandeira Azul 2010 teve como tema anual a “Biodiversidade em Sistemas Aquáticos”, sendo que duas das actividades propostas tinham que desenvolver o tema do ano. O âmbito geográfico das actividades de educação ambiental propostas foi o concelho. No entanto, teve-se em consideração que pelo menos duas actividades tinham que ser realizadas obrigatoriamente em cada uma das praias galardoadas tendo por público-alvo os banhistas. Das 5 actividades obrigatórias, apenas 1 poderia ser de sensibilização ambiental (A); não mais de 2 de participação passiva (B) e pelo menos 2 de participação activa (C). As actividades deviam ser distribuídas ao longo do ano, permitindo abranger o maior número possível de meses, em particular durante a época balnear, para que o público-alvo fosse o mais numeroso e diversificado possível.

Considerando os pressupostos referidos anteriormente, foram apresentadas 12 actividades de educação ambiental distribuídas pelos 4 grupos (A, B, C e D). Foi proposta 1 actividade de sensibilização ambiental (A); 3 actividades de participação passiva (B); 6 actividades de participação activa (C) e 2 actividades de efeito multiplicador (D), as quais se encontram resumidas na tabela seguinte.

Grupo	N.º	Actividade	Calendarização
A	– 1	Revista Municipal	Trimestral
		Sensibilização Ambiental	
B – Participação Passiva	2	Teatro “Narigão”	ano lectivo 2009/2010
	3	Conferência “Energia, Ambiente e Sustentabilidade”	Fevereiro 2010
	4	Conferência/Palestras Programa Eco-Escolas 2009/2010	Fevereiro 2010
	5	Conservação da Natureza nas Dunas	Março 2010
C – Participação Activa	6	Jogo do Certo ou Errado	Julho/Agosto 2010
	7	Projecto Rios	ano lectivo 2009/2010
	8	Roleta Ambiental	Julho/Agosto 2010
	9	Circuito Interpretativo nas Dunas	Junho/Julho/Agosto 2010
	10	Centro Azul	Junho/Julho/Agosto 2010
D – Efeito Multiplicador	11	Formação sobre Compostagem	ano lectivo 2009/2010
	12	Formação sobre Qualidade do Ar	ano lectivo 2009/2010

A realização das actividades de Verão nas zonas balneares contou com uma candidatura efectuada ao Instituto Português da Juventude, no âmbito do Programa de Ocupação dos Tempos Livres (OTL). Foram aprovados 3 projectos com as designações: Praias com segurança e bom ambiente – Praias de Bandeira Azul; Centro Azul – Posto de Informação e Jogo do Certo/Errado. Os três projectos aceites no âmbito do Programa OTL decorreram ao longo de 3 turnos, distribuídos da seguinte forma: 1º turno de 19 a 30 de Julho, 2º turno de 2 a 13 de Agosto e 3º turno de 16 a 27 de Agosto. No projecto Praias de Bandeira Azul foram destacados 3 jovens por turno, tendo dinamizado a actividade da Roleta Ambiental em cada uma das praias galardoadas. No projecto Centro Azul – Posto de Informação foram destacados 2 jovens por turno, tendo assegurado a abertura de dinamização do Centro Azul na Praia da Memória. No projecto Jogo do Certo/Errado foram destacados 2 jovens por turno tendo desenvolvido o jogo junto dos banhistas, bem como preencheram as fichas de visita de controlo às zonas balneares do Programa de Vigilância da Bandeira Azul ao percorrer cada uma das praias galardoadas.

Além das actividades de educação ambiental referidas anteriormente, a Câmara Municipal promoveu um programa de actividades educativo e divertido abordando em particular a temática da Biodiversidade e Sistemas Aquáticas.

Estas oficinas lúdicas foram dinamizadas pela Ciência Divertida. As actividades decorreram nas praias galardoadas com Bandeira Azul durante os meses de Julho e Agosto, simultaneamente em três praias. No mês de Julho as sessões realizaram-se aos dias úteis das 09h30 às 11h30 de modo a abranger as colónias balneares que se encontravam na praia de manhã. Durante o mês de Agosto, as sessões foram realizadas ao sábado e domingo das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00. Cada acção tinha a duração de 2 horas tendo sido realizado um total de 234 acções, o que fez um total de 468 horas. Estas acções contemplaram um número total de participantes de 7775.

Dias Comemorativos

Dia Mundial da Água- 22 de Março

No dia 22 de Março foi levada a cabo uma acção de arranque de chorão pelo Agrupamento de Escolas de Lavra, que assinalou a comemoração do Dia Mundial da Água. Esta acção contou com a participação de cerca de 200 alunos de 1º e 2º ciclo e decorreu na Praia de Angeiras, junto à foz do Rio Onda. Os alunos arrancaram chorão nas dunas, apanharam os resíduos selectivamente e

plantaram algumas árvores nas margens do Rio. A limpeza das margens na foz do Rio Onda através da remoção do chorão permitirá a reprodução da biodiversidade natural do ecossistema ribeirinho, que será consolidado pela plantação de espécie *Tamarix africana* (tamargueira) junto às margens do rio. Trata-se de uma espécie característica da vegetação ripícola, adaptando-se bem às zonas costeiras.

Dia da Floresta Autóctone- 23 de Novembro

No âmbito da comemoração do Dia da Floresta Autóctone foi dinamizada a acção "Bosques do Centenário", uma iniciativa integrada no "Centenário da República Portuguesa" e no "Ano Internacional da Biodiversidade", que consistiu na implantação de monumentos vivos nos Municípios portugueses, constituídos por 100 plantas autóctones portuguesas.

Em Matosinhos, foram plantados medronheiros, carvalhos, azinheiras, cerejeiras, loureiros, cedros e amieiras pelas crianças das escolas de Leça do Balio e os idosos do Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua, que apadrinharam o Bosque do Centenário no Largo do Padrão da Légua em Leça do Balio.



Semana Europeia da Prevenção de Resíduos- 20 a 28 de Novembro

De 20 a 28 de Novembro decorreu a 2.ª Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR) oficial, com o apoio do programa LIFE+ da Comissão Europeia. Em Portugal a Semana é organizada pela Agência Portuguesa de Ambiente, tendo como parceiro a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Trata-se de um evento chave para promover boas práticas com vista à prevenção da produção de resíduos.

A Câmara Municipal de Matosinhos associou-se a esta iniciativa através da inscrição de duas acções de sensibilização. Esteve patente na Biblioteca Municipal Florbela Espanca de 15 a 29 de Novembro,

uma exposição subordinada à Semana Europeia da Prevenção de Resíduos. A exposição era composta por 5 painéis de informação, que permitiam compreender os desafios da redução de resíduos e conhecer as formas de prevenção. Cada um dos painéis estava associado aos temas da Semana da Prevenção e são os seguintes: "Demasiados resíduos"; "Produzir melhor"; "Consumir melhor"; "Prolongar a vida útil dos produtos" e "Menos resíduos deitados fora". Na Loja do Município durante a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos esteve em exibição um vídeo promocional da Semana.

Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Matosinhos

O CMIA Matosinhos é um espaço dinamizado pelo CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, ao abrigo de um protocolo estabelecido com o Município, no sentido de implementar um centro de divulgação científica, educação ambiental e monitorização na área do mar. No âmbito da actuação do CMIA em termos de acções de divulgação científica e de educação ambiental são dinamizadas regularmente exposições temáticas, bem como palestras mensais no âmbito do Ciclo Café Ciência.



Exposições

"Por mares já muito navegados" – 4 de Agosto a 30 de Setembro

A exposição "Por mares já muito navegados" foi cedida pelo IPIMAR - Instituto de Investigação das Pescas e do Mar e teve como objectivos divulgar a sua actividade desenvolvida a bordo de navios de investigação, como o "Noruega", "Mestre Costeiro", entre outros. Estes navios são fundamentais para a recolha de informação destinada a avaliar o estado de exploração dos principais recursos da

pesca e caracterizar o ambiente aquático. A exposição procurou ilustrar através de fotografias, as diferentes actividades realizadas a bordo.

“O clima está a mudar, e tu?” – 15 de Outubro a 7 de Janeiro de 2011

A exposição “O clima está a mudar, e tu?” era composta por 21 painéis, que alertavam para a problemática do efeito de estufa, das alterações climáticas e do impacto que estas estão a ter e terão nos diferentes ecossistemas, propondo também algumas medidas para as combatermos. Todos podemos contribuir para minimizar as alterações climáticas, basta um pequeno gesto para fazer a diferença. E tu, já deste o primeiro passo?

Ciclo Café Ciência

No âmbito do Ciclo Café Ciência promovido no CMIA de Matosinhos, são realizadas palestras de divulgação científica num formato informal uma vez por mês – a uma quarta-feira pelas 21h.

15 de Setembro

“Toxinas marinhas: armas químicas ou armazéns de energia?”

20 de Outubro

“Previsão Oceanográfica: utopia ou realidade?”

17 de Novembro

“Aquacultura em Portugal: Novas Espécies em Aquacultura, situação actual e perspectivas.”

15 de Dezembro

“Espécies invasoras e as suas ameaças aos ecossistemas.”

Campanha de sensibilização sobre a Qualidade do Ar



No âmbito do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região Norte, o Município de Matosinhos lançou uma Campanha de Sensibilização sobre a Qualidade do Ar que arrancou precisamente no Dia Europeu Sem Carros – 22 de Setembro. Foram contactadas cerca de 14000 pessoas durante a Campanha, tendo sido distribuído um folheto informativo bem como esclarecidas algumas dúvidas relacionadas com a poluição atmosférica e qualidade do ar.

No Dia Europeu Sem Carros andaram pelas ruas figurinos a transportar balões pretos simbolizando as partículas causadoras da poluição atmosférica, havendo interacção com a população e distribuição de informação sobre a qualidade do ar. Na sequência da acção de rua, decorreram posteriormente acções de sensibilização em espaços públicos e locais de grande afluência de pessoas, nomeadamente na Loja do Município, Biblioteca Municipal, Teatro Constantino Nery e Marginais de Matosinhos e Leça da Palmeira. Durante estas acções foi distribuída informação, associando-lhe uma banca e painéis informativos, onde os cidadãos puderam esclarecer as suas dúvidas e ter acesso a informação acerca da qualidade do ar no concelho.

A Campanha destinada à população em geral decorreu de 22 a 28 de Setembro nos locais descritos na tabela seguinte.

Data	Horário	Local
22 de Setembro	8h30-10h30	Parque Basílio Teles e Ruas envolventes à CMM
	12h30-14h30	
	16h30-18h30	
23 de Setembro	10h00-13h00	Loja do Município
	14h30-18h00	
24 de Setembro	10h00-13h00	Biblioteca Municipal Florbela Espanca
	14h30-18h00	
25 de Setembro	14h30-18h30	Marginal de Matosinhos, junto ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA)
26 de Setembro	14h30-18h30	Marginal de Leça da Palmeira, junto à Piscina das Marés
28 de Setembro	20h00-21h30	Teatro Constantino Nery

A Campanha de Sensibilização teve uma outra vertente dirigida à população escolar, contemplando a realização de sessões participativas sobre a Qualidade do Ar, nas escolas do concelho. As sessões temáticas foram dirigidas às escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico, em particular aos alunos do 8º ano. Durante as sessões participativas foram esclarecidas várias questões relacionadas com a poluição atmosférica e qualidade do ar, tendo ocorrido momentos de diálogo com os alunos, de forma a esclarecer dúvidas. Estas acções participativas foram complementadas com a distribuição de uma brochura informativa pelos participantes e também pelos restantes alunos das escolas que não receberam a formação, num total de 6000 brochuras. Foram realizadas em Outubro e Novembro 23 sessões para 44 turmas de 8º ano tendo sensibilizado cerca de 1000 alunos.

Além das sessões de esclarecimento dirigidas às escolas de 2º e 3º ciclo, foram desenvolvidas oficinas da Ciência Divertida, para sensibilizar as crianças do 1º ciclo do ensino básico, de modo a abordarem as questões da poluição atmosférica de uma forma lúdica e educativa. As oficinas foram realizadas para as turmas de 4º ano de 14 escolas do Município, galardoadas com a Bandeira Verde 2009/2010 do projecto Eco-Escolas, num total de 28 turmas abrangendo cerca de 600 alunos. O desenvolvimento da acção de sensibilização contemplou um conjunto de 6 actividades inter-relacionadas, numa sessão de 60 minutos por turma, de acordo com o seguinte esquema: Actividade 1: Introdução – A importância do ar; Actividade 2: A atmosfera e a poluição; Actividade 3: O Efeito de estufa; Actividade 4: Alguns perigos da poluição atmosférica; Actividade 5: Problemas Respiratórios e Actividade 6: Conclusão.

Educação para a sustentabilidade	2010
N.º de participantes nas actividades	20000
Nº de Eco - escolas	27
Nº de escolas inscritas no projecto rios	14
Nº de inscritos no projecto horta à porta	451
Nº de hortas	3
Nº utentes das hortas	97

Segurança e Protecção Civil

O Gabinete de Segurança e Protecção Civil (GSPC) exerce funções no âmbito da polícia municipal, da fiscalização e da protecção civil, desenvolvendo o seu trabalho no sentido de assegurar o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições que, nesta área, competem à Autarquia e aos seus órgãos, numa lógica de interacção formativa com os cidadãos.

Assim, durante o ano de 2010, procurou-se dar continuidade ao trabalho em curso, investindo na motivação e qualificação dos seus recursos humanos, na simplificação, modernização e normalização de procedimentos que, permitindo assegurar a qualidade dos serviços, garantissem a comunicação com os munícipes e a rentabilização do retorno dessa mesma comunicação.

No ano de 2010, as actividades desenvolvidas pelo GSPC e pelas respectivas unidades orgânicas são as que agora se apresentam, de forma resumida.

Polícia Municipal

No âmbito das suas competências, o trabalho da Polícia Municipal incidiu na fiscalização de situações irregulares, no que envolve as infracções de trânsito e o abandono de viaturas, e nas acções de sensibilização, quer orientadas para as crianças das escolas do Concelho, quer ainda para os adultos.

As acções desenvolvidas pela Polícia Municipal e a compilação dos respectivos dados permitiram, no que diz respeito à fiscalização, obter uma visão mais clara das principais zonas problemáticas o que possibilitou uma intervenção direccionada e mais eficaz.



Nos quadros seguintes apresenta-se, de forma genérica, o resumo das acções de fiscalização desenvolvidas pela Polícia Municipal.

REGISTO DE VIATURAS ABANDONADAS POR FREGUESIA

MATOSINHOS	LEÇA PALMEIRA	DA SENHORA DA HORA	S. MAMEDE INFESTA	LEÇA DO BALIO	REstantes	TOTAL
108	45	52	53	45	110	413

REGISTO DE INFRACÇÕES DE TRÂNSITO POR FREGUESIA

MATOSINHOS	LEÇA PALMEIRA	DA SENHORA DA HORA	PERAFITA	REstantes
3975	445	58	30	37

REGISTO DE INFRACÇÕES DE TRÂNSITO POR ARTÉRIA

AV. NORTON MATOS	G. DE AFONSO HENRIQUES	D. RUA CAPELO	BRITO	RUA ROBERTO IVENS	AV LIBERDADE
673	617	206		183	89



As acções de sensibilização abarcaram um público bastante significativo. As áreas abordadas incluíram, para além da segurança rodoviária e do bullying, temas que, por força da actualidade, se tornaram fulcrais na preservação e melhoria da qualidade de vida, sobretudo das crianças e dos jovens: a segurança na internet, o álcool e as drogas, e a violência escolar.

2010	Total 2010	Acções	Total 2010	Alunos	Total 2010	Docentes
Prevenção Rodoviária	81		2338		152	
Bullying	56		1426		84	
Segurança na internet	1		26		2	
Álcool e drogas	4		73		5	
Violência Escolar	1		39		4	
TOTAL	143		3902		247	

Ancorada no trabalho previamente desenvolvido, de sensibilização das crianças e jovens das escolas do concelho, durante o ano lectivo 2008-2009 e 2009-2010, a Polícia Municipal consolidou a importância da implementação de comportamentos solidários e conscientes, numa população imbuída da cultura da segurança e do respeito pelo Código da Estrada.

Assim, relançou a campanha “Quem Incomoda, Incomoda-se” revestindo-a de uma imagem renovada, no que diz respeito à divulgação, e de iniciativas inovadoras.

Estas acções envolveram também a população mais jovem, com a conversão por um dia de crianças em pequenos agentes, vestidos a rigor, que, simulando operações stop, alertaram os adultos para a importância do cumprimento do Código da Estrada, exercendo as suas funções com rigor e consciência.

Cumprida a fase formativa da campanha foi possível implementar a fase seguinte, de “Tolerância zero”.

A campanha incluiu, também, a divulgação extensiva da localização de parques de estacionamento, através da colocação de lonas nas principais entradas da cidade de Matosinhos.

Fiscalização Municipal

A Fiscalização Municipal desenvolveu a sua actividade em áreas da sua competência como o ambiente, a publicidade, a manutenção dos equipamentos do domínio público municipal e a fiscalização preventiva do território em matéria de urbanismo.

Assim, ao nível do Ambiente, ressaltam as intervenções junto dos proprietários de terrenos no sentido da promoção da sua limpeza, evitando situações de insalubridade e perigo de incêndio e para a saúde pública.

Quanto às intervenções em matéria de publicidade é de salientar a fiscalização de reclusos e toldos com especial acuidade no que concerne a painéis publicitários (outdoors) ao longo das estradas de cariz nacional.

No que se refere à contribuição para a manutenção dos equipamentos do domínio público ressaltam as 338 participações de objecto diverso, desde os habituais buracos no pavimento, passando pela avaria nos semáforos, sinais de trânsito, passeadeiras, etc.

As questões relativas à limpeza de terrenos, à publicidade, incluindo outdoors e às anomalias na via pública, concentraram o maior número de acções da Fiscalização Municipal.

Os quadros seguintes apresentam os autos de notícia e diligências resultantes de processos internos ou de pedidos externos alvos de intervenção por parte da Fiscalização Municipal, em 2010.

TOTAL AUTOS DE NOTÍCIA

TERRENOS	OUTDOORS	PUBLICIDADE	RESTANTES	TOTAL
85	132	309	54	580

TOTAL DE DILIGÊNCIAS

TERRENOS LIMPOS	ANOMALIAS VIA PÚBLICA	OBRAS PARTICULARES	RESTANTES	TOTAL
515	338	102	127	1082

Desporto

No Plano de Actividades para 2010 foi referido que, logo nesse ano, o Município iria fazer uma aposta extremamente ambiciosa, em parceria com a Empresa Municipal “Matosinhosport”, com a construção de novos equipamentos desportivos municipais e a reabilitação e melhoramento de muitos dos já existentes.

Consciente de que tal Plano de Actividades seria de execução plurianual, procurou-se identificar as necessidades de curto prazo, sobretudo nos equipamentos já existentes, bem como as carências das colectividades na prática desportiva, com especial enfoque nas camadas de formação. Nessa medida, foram realizadas diversas obras de reabilitação em múltiplos equipamentos desportivos:

- **Polidesportivo Bairro dos Pescadores – relvado sintético, balneários e iluminação;**
- **Parque de Jogos da Arroteia – relvado sintético, balneários, bancada coberta;**
- **Complexo Desportivo de Leça da Palmeira: relvado sintético, construção de um campo de 7, iluminação, balneários;**
- **Parque de Jogos do Lusitanos F.C. de Santa Cruz: relvado sintético, balneários, iluminação (a concluir no próximo mês de Maio);**
- **Parque de Jogos do Aldeia Nova: relvados sintéticos, balneários, iluminação, bancada coberta (a concluir em Junho);**
- **Pavilhão Desportivo da Biquinha: novo piso sintético, iluminação, balneários;**
- **Pavilhão Municipal de Custóias: concluídas as obras de reabilitação e ampliação iniciadas anteriormente.**

Relativamente aos demais equipamentos desportivo existentes, a sua gestão continuou a ser feita pela Matosinhosport EEM, que tal como nos anos anteriores organizou diversas actividades emblemáticas, como o “Põe-te a Mexer”, Férias Desportivas, actividades de praia, etc.

Matosinhos foi igualmente palco de alguns dos eventos mais importantes do panorama desportivo municipal. O Concurso Internacional de Saltos, a Taça do Mundo de Bilhar, os Campeonatos Nacionais Universitários, o Bike Tour, são imagens de marca de qualidade do Concelho aquém e além fronteiras.

Os apoios financeiros concedidos na área do Associativismo Desportivo ao longo do ano de 2010 foram de diversa ordem:

- a) Apoio destinado ao aluguer de Instalações Desportivas – Pavilhões Desportivos (motivos: obras em curso / lotação excessiva): 44.835,00 €;
- b) Apoio à participação e/ou realização de Eventos Desportivos com base nas Candidaturas apresentadas no âmbito das Normas Específicas de apoio às Associações Desportivas: 45.250,00 €;
- c) Comemorações do Centenário do Centro Hípico do Porto e Matosinhos (momento histórico de grande relevância e prestígio): 5.000,00 €;
- d) Cedência de Parques de Jogos (Campos de Futebol) a outras Colectividades Desportivas concelhias: 73.300,00 €;
- e) Cedência de Pavilhão Desportivo a outros Clubes Desportivos concelhios: 3.520,00 €;
- f) Apoio ao número de Atletas com prática desportiva federada de acordo com a análise das Fichas de Candidatura no âmbito das Normas Específicas de apoio às Associações Desportivas (100,00 € escalões de formação / 50,00 € escalão sénior): 516.250,00 €;
- g) Apoio extraordinário atribuído ao Lusitanos Futebol Clube Santa Cruz devido ao seu Parque de Jogos estar com obras em curso – 1ª volta de época desportiva 2010/2011: 2.000,00 €;
- h) Apoio à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Matosinhos (Instituição de cariz social) no âmbito da realização do 18º Grande Prémio dos Reis em Atletismo: 2.500,00 €.

Total atribuído: 692.655,00€.

Receita

O desafio colocado em 2010 ao Departamento Financeiro, concretamente à Divisão de Receita, foi enorme: a elaboração de um Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais que desse cumprimento ao Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. O Regulamento foi elaborado com a estreita colaboração de todos os serviços e entrou em vigor em 1 de Maio de 2010.



O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL), Lei 53-E/2006, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007 previa que a criação das taxas devia subordinar-se à exigência de que os regulamentos a aprovar pelas autarquias locais contivessem obrigatoriamente:

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e a sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

De acordo com o estipulado neste RGTL, as tabelas de taxas das autarquias locais eram revogadas a partir de 1 Janeiro 2009, tendo sido posteriormente prorrogado este prazo até 1 de Maio de 2010.

Assim, e dando cumprimento ao estipulado na legislação mencionada foi elaborado o Regulamento das Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Matosinhos, publicado no DR — 28 série n.º 42, de 2 de Março de 2010, que esteve em discussão pública durante 30 dias úteis (Março/Abril 2010) para que os munícipes pudessem exercer a sua cidadania e apresentar propostas alternativas nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Este Regulamento, que entrou em vigor em 1 de Maio de 2010, inclui uma fundamentação económico-financeira que consagra o princípio da equivalência jurídica, estatuído no n.º 1 do seu artigo 4º do RGTL. De acordo com o referido princípio, o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública local (o custo da contrapartida) ou o benefício auferido pelo particular.

Considerou-se, igualmente, o postulado no n.º 2 do mesmo artigo, que prevê a possibilidade das taxas serem fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações, desde que respeitada a necessária proporcionalidade.

Tentou-se, para o cálculo do valor das taxas, a vigorar em Matosinhos, encontrar uma fórmula capaz de reflectir no valor final o custo da contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

A fixação das taxas teve, portanto, um trabalho preparatório imenso, transversal a todos os serviços e valências, em que foram identificados todos os pedidos e mapeados todos os processos existentes. Com base nas tramitações processuais foram calculados os tempos padrão com cada uma das tarefas desempenhadas por cada interveniente nas mesmas.

Foram, igualmente, calculados os custos médios dos recursos humanos por categoria profissional e por unidade orgânica interveniente nas mesmas bem como todos os consumíveis nelas empregues. A partir daqui foi possível determinar os custos directos e, através de mecanismos de imputação aplicados aos tempos padrão, estabeleceram-se também os custos indirectos.

Sucintamente, apresentam-se alguns indicadores de actividade, relativos ao ano 2010, bem como a sua variação face a 2009, no âmbito desta Divisão:

Publicidade e Ocupação da Via Pública	2009	2010	Variação %
Processos Novos	944	892	-5,51%
Licenças Emitidas	4957	5321	7,34%
Averbamentos	42	76	80,95%

Cemitérios	2009	2010	Variação %
Licenças de Adornos	78	25	-67,95%
Trasladações e Exumações	128	157	22,66%
Averbamentos de Jazigos	29	25	-13,79%
Inumações	395	568	43,80%
Concessão e revalidação de Ossários	1437	1454	1,18%

Tanatório Municipal de Matosinhos	2009	2010	Variação %
N.º Cremações Residentes	70	122	74,29%
N.º Cremações N/ Residentes	66	65	-1,52%
Cremações de ossadas		20	
Colocação de cinzas nos ossários/columbários		42	
Colocação de cinzas em Jazigos		46	

Licenças Diversas	2009	2010	Variação %
Lixos Industriais e Comerciais	276	230	-16,67%
Emissão de licença de ruído	104	121	16,35%
Emissão de cartões de residente	84	225	167,86%
Emissão de Licenças de Táxis	22	27	22,73%

Ciclomotores/Motociclos	2009	2010	Variação %
Licenças de Condução	199	118	-40,70%
Averbamentos	31	18	-41,94%
Emissão de 2ªs Vias	10	15	50,00%

Assuntos Diversos	2009	2010	Variação %
Guias de diversos assuntos	616	560	-9,09%
Guias de Canídeos	338	254	-24,85%

Actividades Diversas	2009	2010	Variação %
Fogueiras e Queimadas	8	8	0,00%
Realização de Divertimentos Públicos	7	11	57,14%
Vendedor Ambulante Lotarias	1	1	0,00%
Licenças de Exploração	57	46	-19,30%

Projectos e obras

Intervenções na via pública



1. TRABALHOS REALIZADOS PELA DGIVP EM 2010

Em função das atribuições da DGIVP foram elaborados nesta Divisão, em 2010, diversas informações técnicas e produzidos vários trabalhos que tentamos elencar e sintetizar num mapa.

Para além dos trabalhos que consideramos mais relevantes houve também outros que foram produzidos diariamente, como a fiscalização de algumas obras na via pública, o atendimento pessoal e telefónico aos munícipes, ou reuniões com projectistas de loteamentos, ou fornecimento de elementos de cadastro de águas pluviais, etc.

Tipo de Trabalho
1. Mapas semanais de trabalhos das equipas de sinalização vertical e horizontal de trânsito
2. Ocupações da Via Pública relativas a obras
3. Outras Ocupações da Via Pública
4. Obras da EDP/Iluminação Pública
5. Obras da PT/ONITELECOM/SONAECONOM
6. Obras da EDP Gás
7. Apreciação de Projectos de Loteamentos
8. Apreciação de Projectos de Águas Pluviais e Levantamentos de Ramais de Águas Pluviais
9. Fiscalização e Acompanhamento de Empreitadas
10. Processos de Aquisição de Serviços
11. Transporte de veículos de grandes dimensões
12. Informações relativas à Indaqua/Recepções de Obras
13. Informações relativas à Metro do Porto
14. Informações Relativas a Acidentes Rodoviários
15. Informações Diversas

2. EMPREITADAS

DESIGNAÇÃO	VALOR (€)	% EXECUÇÃO
Pintura de Marcas Rodoviárias no concelho de Matosinhos – II (Contrato nº 129/2009 e Consignação 02/10/2009)	74 962,50 €	100%
Pintura de Marcas Rodoviárias no concelho de Matosinhos – III (Contrato nº 113/2010 e Consignação 13/10/2010)	144 515,50 €	15%
Adjudicações de Obras de Iluminação Pública no Concelho de Matosinhos (19) Matosinhos <ul style="list-style-type: none"> • Travessa S. Roque e Travessa Álvaro Castelões • Rua 1º de Maio • Rua Tomás Ribeiro • Avenida da República • Rua Álvaro Castelões Perafita <ul style="list-style-type: none"> • Campo Vinha da Bouça - AUGI Lavra <ul style="list-style-type: none"> • Campo de Montezinho - AUGI • Rua Particular de Pampelido – AUGI • Orgueiro - Rua da Escola Velha – AUGI Senhora da Hora <ul style="list-style-type: none"> • Viela Eduardo Torres • Túnel Rua do Sobreiro • Alameda Romualdo Cabral, Cooperativa de habitação Gente Amanhã • Urbanização da Azenha de Cima • Urbanização das Sete Bicas Guifões: Rua do Regadio e Rua das Felgueiras – AUGI	81.970,00 €	90%

Leça do Balio: Rua António Moreira Ramos		
Leça da Palmeira: Rua Pedras Novais		
Custóias: Pavilhão de Custóias Rua António Sérgio com a Rua Luís de Freitas Branco		
São Mamede Infesta: Rua de Mormugão		



3. FORNECIMENTOS ATRAVÉS DA DIVISÃO DE COMPRAS

3.1. Aquisição de Sinalização Vertical de Trânsito

Processo iniciado em 19/05/2009; contrato nº131/2009; valor 59 121,00€

90% de execução em 31/12/2010

3.2. Aquisição de Balizadores Flexíveis

Processo iniciado em 18/03/2009; contrato nº 66/2009; valor 42 000,00 € + IVA

100% de execução em 31/12/2010

3.3. Aquisição de Sinalização Direccional

Processo iniciado em 09/07/2009; valor 3 061,82€ + IVA

100% de execução em 14/04/2010 (nota de encomenda colocada no fornecedor em 08/03/2010)

3.4. Aquisição de Placas Toponímicas I

Processo iniciado em 22/06/2009 e encerrado em 27/11/2009.

3.5. Aquisição de Placas Toponímicas II

Processo iniciado em 05/02/2010; valor 6 757,50 € + IVA

85% de execução em 31/12/2010

3.6. Aquisição de Abrigos para Passageiros

Processo iniciado em 30/07/2009; valor 59 121,00€

98% de execução em 31/12/2010.

3.7.- Aquisição de tintas de pavimento para sinalização horizontal de trânsito.

Processo iniciado em 30/08/2009; valor 9 454,20€

100% de execução.

4. SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE TÂNSITO EXECUTADA PELOS NOSSOS SERVIÇOS

4.1. SINAIS VERTICAIS DE TÂNSITO

Foram colocados :

- Tubos de suporte para sinais verticais	477
- Sinais verticais de trânsito	868
- Painéis adicionais para sinais verticais	89
- Espelhos parabólicos	46
- Placas toponímicas	90

4.2. PINTURAS DE MARCAS RODOVIÁRIAS

Foram pintados :

Lugares de estacionamento para Deficientes	37
Sinal vertical de Cedência de prioridade	12
Passagens de peões	37
Zona de Cargas e Descargas de Caixa	20
Linha de Zebrado (amarela)	36
Lugares de posturas de Taxis	2
Estacionamentos Autorizados	27
Setas de selecção	29

4.3. TRANSPORTES

Maçãos e Grades para obstáculos na via pública	72
Eventos	62



Relatório de Gestão



Matosinhos
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

2010

1. RESUMO

O ano 2010 ficou marcado por ter apresentado, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, uma taxa de execução por volta do 54%. Se desagregarmos as receitas e despesas em correntes e capital, podemos concluir que foram as receitas correntes e as despesas correntes que mais contribuíram para o total do seu agregado, representando respectivamente 80,5% e 65% do seu valor total, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes. Desta forma, em 2010, gerou-se uma poupança corrente na ordem dos 16,7 milhões de euros.

Assim, contra os 108.382.550,04 euros de 2009, o montante de receita arrecadada em 2010 ascendeu a 106.126.391,90 euros, o que corresponde a uma diminuição de 2,1%, variação esta decorrente quer da receita corrente, quer da receita de capital. Este decréscimo deveu-se sobretudo à venda de bens de investimento à Indáqua ocorrida no ano transacto, no âmbito do contrato de concessão, e à incorporação do saldo dos antigos Serviços Municipalizados, também ocorrida em 2009. Os passivos financeiros e as transferências de capital apresentaram uma variação positiva, face ao ano anterior, de 2,5 milhões de euros. Também é importante realçar que a receita própria representa 55,5% da receita total, contra 44,5% da receita alheia, o que demonstra uma certa autonomia financeira da autarquia e consequentemente relativa independência face ao exterior.

No que se refere à despesa executada assistiu-se a uma evolução em sentido inverso ao observado para a receita, embora de muito menor impacto, – um crescimento da ordem dos 0,2% - e que se deve exclusivamente às despesas de capital que apresentaram uma taxa de crescimento, face ao ano 2009, de 24,7%. À semelhança do ano anterior, o capítulo mais representativo foi o das despesas com pessoal, que no cômputo global da despesa se situou no patamar dos 31%, apresentando um crescimento face a 2009 de cerca de 1,5%. Também as despesas com aquisições de bens e serviços e investimento próprio, assumem pesos importantes, representando 22,5% e 21,5% daquele montante, respectivamente.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 105.759.256,73 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 49,7% foi afectada às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 21,6% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 28,1% para o Plano de Actividades Municipais (PAM), e os restantes 50,3% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 52,6 milhões de euros, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as "Funções Sociais", as quais representaram cerca de 66,4% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelo item "Habitação e Serviços

Colectivos”, que se demarca dos demais, representando 26% dos fundos afectos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais de endividamento, os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis.

2. RECEITA

2.1. Execução Orçamental da Receita

O Quadro n.º 1 permite-nos analisar, por um lado, a previsão inicial da receita, que se cifrou no ano de 2010 em 182.801.779,76 euros, bem como o reforço do orçamento da receita, no montante de 12.119.524,57 euros e o grau de execução da mesma. O reforço da receita deve-se não só à incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 5.228.681,32 euros, como também ao aumento da previsão das transferências e dos passivos financeiros, no montante de 5.309.836,44 euros e 5.498.273,38 euros respectivamente, apesar da diminuição da previsão da venda de bens de investimento, no montante de 3.917.270,57 euros.

Relativamente às transferências, o seu incremento deveu-se, por um lado, a receitas provenientes de fundos comunitários para financiar despesas no âmbito das candidaturas “Planos Municipais de Emergência e Protecção Civil”, “Sistema de Gestão Ambiental dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos”, “Valorização da Orla Costeira do Concelho de Matosinhos”, “Marginal Atlântica”, “Creche de S. M. Infesta”, “Creche de Leça da Palmeira”, “Piscina Municipal de Guifões”, “Piscina Municipal de Matosinhos” e “Pavilhão Municipal do Padrão da Légua” e, por outro lado, às receitas provenientes do IHRU para financiar a reabilitação de conjuntos habitacionais.

Já o aumento da previsão dos passivos financeiros deveu-se essencialmente à inclusão do empréstimo de curto prazo contratualizado em 26-01-2010.

Quadro n.º1

Execução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec	% Exec
				(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Receitas Correntes	102.355.711,36	102.948.405,90	85.441.290,37	17.507.115,53	83,5	83,0
01 Impostos Directos	48.924.453,00	48.924.453,00	44.332.211,04	-4.592.241,96	90,6	90,6
02 Impostos Indirectos	18.107.381,00	18.107.381,00	3.521.597,69	-14.585.783,31	19,4	19,4
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.700.726,00	1.700.726,00	1.524.938,50	-175.787,50	89,7	89,7
05 Rendimentos de Propriedade	3.207.075,00	3.207.075,00	3.250.263,60	43.188,60	101,3	101,3
06 Transferências Correntes	24.725.252,36	25.317.944,90	26.590.748,51	1.272.803,61	107,5	105,0
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.265.123,00	5.265.125,00	5.885.844,91	620.719,91	111,8	111,8
08 Outras Receitas Correntes	425.701,00	425.701,00	335.686,12	-90.014,88	78,9	78,9

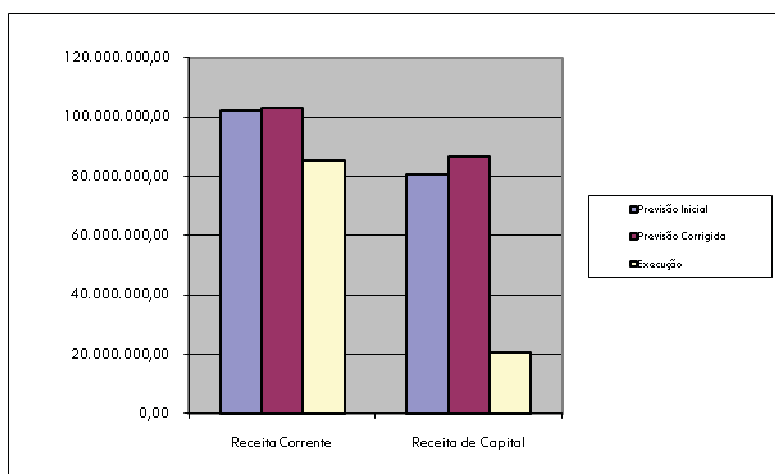
Receitas de Capital	80.446.068,40	86.744.216,11	20.681.614,12	-	66.062.601,99	25,7	23,8
09 Vendas de Bens de Investimento	28.185.124,00	24.267.853,43	51.581,63	-	24.216.271,80	0,2	0,2
10 Transferências de Capital	33.487.813,76	38.204.957,66	13.222.514,89	-	24.982.442,77	39,5	34,6
11 Activos Financeiros	1,00	2,00	14.769,22	14.767,22		147	692
12 Passivos Financeiros	18.773.126,64	24.271.400,02	7.392.748,38	-	16.878.651,64	692	7384
13 Outras Receitas de Capital	3,00	3,00	0,00	-3,00		2,0	61,0
Outras Receitas	0,00	5.228.682,32	3.487,41	-5.225.194,91	0,00	0,00	
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00			
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	1,00	3.487,41	3.486,41			3487
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	5.228.681,32	0,00	-5.228.681,32			41,0
Total da Receita	182.801.779,76	194.921.304,33	106.126.391,90	88.794.912,43	58,1	54,4	

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com o decréscimo da receita arrecadada, face ao ano de 2009, em cerca de 2,3 milhões de euros, o que expressa

uma taxa de declínio na ordem dos 2,1%. No entanto, apesar de em alguns itens da receita o valor da cobrança efectiva ter sido superior ao inicialmente previsto, em termos globais a receita cobrada foi inferior à previsão, correspondendo a uma taxa de execução de 58,1% face ao orçamento inicial e de 54,4% face ao corrigido.

Gráfico 1

Receita Corrente *versus* Receita de Capital



Da análise da execução das **Receitas Correntes** pode-se constatar a excelente performance a nível dos Rendimentos de Propriedade, Transferências correntes e venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, todas elas com taxas de execução iguais ou superiores a 100%. O mesmo não se poderá dizer relativamente às rubricas de Impostos Indirectos, que teve uma taxa de execução de apenas 19,4%. Relativamente aos impostos directos, considerando que a sua previsão é efectuada com base na média da cobrança dos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, é importante realçar que a taxa de execução passou de 84,2%, em 2009, para 90,6% em 2010.

O comportamento dos Impostos Indirectos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás. Uma vez que a Previsão da receita desta rubrica teve em consideração não só a receita prevista para 2010, mas também parte da dívida acumulada de anos anteriores das empresas petrolíferas, a taxa de execução cifrou-se num valor bastante baixo, já que só se efectivou a cobrança deste imposto, relativamente à

dívida da CEPISA (715.935,36 euros) e da BP (323.138,09 euros) referente a anos anteriores, apesar de existirem mais acordos do tribunal, favoráveis à Câmara, transitados em julgado.

As **Receitas de Capital** caracterizaram-se por uma execução de 23,8% face às previsões corrigidas, influenciada em parte pela rubrica Vendas de Bens de Investimento, o que pode ser visto positivamente, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de activos para fazer face à Despesa. Também a taxa de execução dos Passivos Financeiros e das Transferências de Capital afectaram este item, sendo de 30,5% e 34,6% respectivamente, devido a atrasos na execução de obras financiadas por estas rubricas e, cumulativamente, atrasos nos pagamentos efectuados no âmbito dos financiamentos comunitários.

No que concerne às **Outras Receitas**, é apenas de mencionar a arrecadação de Reposições não abatidas aos pagamentos em valor superior ao orçamentado.

2.2. Estrutura da Receita

2.2.1. Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A estrutura da Receita está retratada no Quadro n.º 2, onde se pode constatar, desde já, que 79,1% corresponde a receitas correntes, representando as receitas de capital 20,9% do total da receita arrecadada.

Quadro n.º2

Estrutura da Receita

(Un:
Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Receitas Correntes	85.441.290,37	80,5
01 Impostos Directos	44.332.211,04	41,8
02 Impostos Indirectos	3.521.597,69	3,3
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.524.938,50	1,4
05 Rendimentos de Propriedade	3.250.263,60	3,1
06 Transferências Correntes	26.590.748,51	25,1
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.885.844,91	5,5
08 Outras Receitas Correntes	335.686,12	0,3
Receitas de Capital	20.681.614,12	19,5
09 Vendas de Bens de Investimento	51.581,63	0,0
10 Transferências de Capital	13.222.514,89	12,5
11 Activos Financeiros	14.769,22	0,0
12 Passivos Financeiros	7.392.748,38	7,0
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0
Outras Receitas	3.487,41	0,0
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	3.487,41	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
Total da Receita	106.126.391,90	100,0

Analisando agora as diversas rubricas económicas, podemos verificar que os Impostos Directos são responsáveis pela arrecadação 41,8% do total da receita. Aliás, esta rubrica continua a assumir um papel preponderante no quadro das receitas, tendo mesmo havido um aumento do peso relativo, face ao ano de 2009, em 1,4 pontos percentuais.

Também as Transferências – correntes e de capital - assumem um peso relevante na estrutura da Receita, com uma acentuada vantagem das correntes, mostrando a importância que representam para a autarquia o Fundo de Equilíbrio Financeiro e a participação no IRS (que mais não são do que a participação em impostos do Estado) bem como o Fundo Social Municipal (receita consignada em 2010 às despesas dos municípios com a educação). Convém ainda salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes do que nas de capital. Por outro lado, o peso assumido pelas Transferências Correntes também se justifica por lá se enquadrar a verba proveniente da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), no montante de 8.547.909,46 euros, relativa ao “Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar”, “Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico”, “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e “Gestão do Pessoal não Docente”.

Em relação aos Passivos Financeiros, a receita arrecadada em 2010 contribui para 7% do total das receitas, onde 4.400.000,00 euros correspondem à utilização do empréstimo de curto prazo e 2.992.748,38 euros à utilização do empréstimo de longo prazo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos em meados de 2009.

Também com importante contributo, segue-se a Venda de Bens e Serviços Correntes, com um peso de 5,5% no total das receitas arrecadadas, devido essencialmente à rubrica orçamental “Serviços Específicos das Autarquias – Resíduos Sólidos”, responsável pela arrecadação de 4.950.717,49 euros.

Quanto aos Impostos Indirectos, o seu peso no total das receitas arrecadadas, face ao ano anterior, sofreu um ligeira aumento, como se pode ver no Quadro n.º 7, passando de 3,2% em 2009 para 3%, em 2010, influenciada pelo montante arrecadado deste agregado.

Quadro n.º3

Desagregação dos Impostos Indirectos

(Un:
Euros)

Impostos Indirectos	2008	Peso %	2009	Peso %	2010	Peso %	Var.%
Mercados e Feiras	2.075,00	0,06	823,62	0,02	154,56	0,00	-81,23
Loteamento e Obras	2.520.452,65	73,36	1.626.708,72	46,95	1.215.983,43	34,53	-25,25
Ocupação da Via Pública	417.700,98	12,16	1.349.823,62	38,96	1.729.868,01	49,12	28,16
Publicidade	286.901,22	8,35	331.236,21	9,56	324.361,11	9,21	-2,08
Outros	208.644,82	0,00	156.444,47	4,51	251.230,58	7,13	60,59
Total	3.435.774,67	100,00	3.465.036,64	100,00	3.521.597,69	100,00	1,63

Aliás, podemos verificar um ligeiro aumento dos Impostos Indirectos arrecadados de 1,63%, face ao ano anterior, devido essencialmente, como se pode ver no Quadro n.º 3, à receita proveniente da Ocupação da Via Pública que em 2010 cifrou-se em 1.729.868,01 euros, mais 380.044,39 euros do que no ano 2009. Já as receitas provenientes de loteamento e obras sofreram uma quebra acentuada, fruto da crise que tem vindo a assolar o mercado imobiliário e que se tem vindo a repercutir numa quebra do peso relativo deste item no total dos Impostos Indirectos.

Em ordem decrescente de contributo, seguem-se os Rendimentos de Propriedade, Taxas, Multas e Outras Penalidade, e as Outras Receita Correntes com um peso de 3,1%, 1,4% e 0,3%, no total das receitas arrecadadas, respectivamente.

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Directos – podemos ver que o valor arrecadado aumentou face ao ano de 2009 em 557.635,81 euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos Impostos Abolidos arrecadados houve um ligeiro decréscimo do seu peso no total das receitas, face ao ano anterior, influenciado essencialmente pela diminuição do contributo do Imposto Municipal de SISA. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao Imposto Único de Circulação e ao Imposto Municipal s/ Transacções Onerosas de Imóveis, o peso de cada um destes itens aumentou, face ao ano 2009, de 48,55% para 50,86%, 6,48% para 6,72% e 18,66% para 23,69% respectivamente; já Derrama assistiu a uma acentuada diminuição do seu peso, passando de 24,48% em 2009 para 18,29% em 2010.

Quadro n.º4

Desagregação dos Impostos Directos

(Un:
Euros)

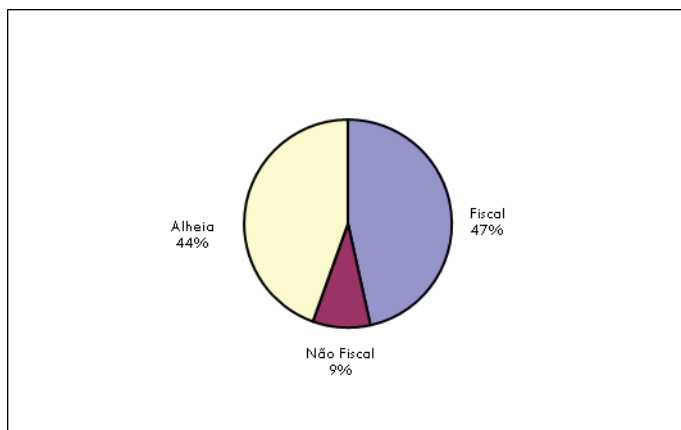
Impostos Directos	2009	Peso %	2010	Peso %	Var.%
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.253.201,27	48,55	22.546.318,24	50,86	6,08
Imposto Único de Circulação	2.836.805,61	6,48	2.978.084,90	6,72	4,98
Imp. Mun. s/ Transm. Onerosas de Imóveis	8.167.869,76	18,66	10.503.866,95	23,69	28,60
Derrama	10.717.515,81	24,48	8.107.357,05	18,29	-24,35
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	84.912,72	0,19	47.580,77	0,11	-43,97
Imp. Munic. SISA	552.087,90	1,26	33.753,37	0,08	-93,89
Imposto Municipal sobre Veículos	461,54	0,00	30,14	0,00	-93,47
Contribuição Especial	161.720,62	0,37	115.219,62	0,26	-28,75
Total	43.774.575,23	100,00	44.332.211,04	100,00	1,27

2.2.2. Receita Própria e Receita Alheia

Neste ponto pretendemos dar uma visão da autonomia e equilíbrio financeiro da Autarquia. Pela análise do Quadro n.º 5 podemos constatar que os fundos próprios representam 55,5% do total da receita, enquanto que as receitas alheias tem um contributo que se fica pelos 44,5%, o que revela a existência de autonomia financeira mas, em termos percentuais, inferior apenas em 5,3 pontos face ao ano 2009, explicada quer pela diminuição da Venda de Bens de Investimento e das Outras Receitas, já que no ano 2009 a receita arrecadada nestes dois itens deveu-se à venda de imobilizado à INDAQUA e à transferência do saldo das contas bancárias dos SMAS para o Município, no âmbito da integração das contas.

Gráfico 2

Composição da Receita



Observando agora para a estrutura das receitas próprias, podemos constatar que a receita fiscal contribui em cerca de 47% para aquele agregado, sendo que o peso dos impostos directos é cerca de 75%. Já a receita não fiscal representa cerca de 9% das receitas próprias da Autarquia, representando face ao ano 2009 uma diminuição de cerca de 9,4 pontos percentuais, devido à diminuição significativa da arrecadação da receita proveniente das rubricas “Venda de Bens de Investimento” e “Outras Receitas”, anteriormente explicada.

No que toca à receitas fiscais podemos constatar ainda que o aumento do seu peso face ao ano anterior no total das receitas próprias, de 74,41% para 83,83%, deveu-se essencialmente ao acréscimo do peso dos impostos directos.

Já no que se refere às Receitas Alheias, assistimos a um acréscimo, face a 2009, do peso relativo das Outras Transferências – de 43,89% passaram para 47,11% – e, inversamente, a um decréscimo do contributo relativo dos Fundos Municipais – 40,91% para 37,19% - e das Outras Receitas – de 0,01% para 0,02%.

Quadro n.º5

Receita Própria *versus* Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	58.902.123,49	55,5	100,00	
<i>Fiscal</i>	<i>49.378.747,23</i>	<i>46,5</i>	<i>83,83</i>	
Impostos Directos	44.332.211,04	41,8	75,26	
Impostos Indirectos	3.521.597,69	3,3	5,98	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.524.938,50	1,4	2,59	
<i>Não Fiscal</i>	<i>9.523.376,26</i>	<i>9,0</i>	<i>16,17</i>	
Rendimentos de Propriedade	3.250.263,60	3,1	5,52	
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.885.844,91	5,5	9,99	
Vendas de Bens de Investimento	51.581,63	0,0	0,09	
Outras	335.686,12	0,3	0,57	

Alheia	47.224.268,41	44,5		100,00
Fundos Municipais (FEF/FSM/IRS)	17.564.943,00	16,6		37,19
Outras Transferências	22.248.320,40	21,0		47,11
Activos Financeiros	14.769,22	0,0		0,03
Passivos Financeiros	7.392.748,38	7,0		15,65
Outras Receitas	3.487,41	0,0		0,01
Total da Receita	106.126.391,90	100,0		

2.2.3. Composição da Receita Alheia

Para financiamento da actividade municipal, além das receitas próprias, os municípios dispõem ainda das transferências do Orçamento do Estado, bem como do acesso aos fundos comunitários/nacionais ou do recurso a empréstimos junto da banca. No ponto 4.1 esmiuçaremos melhor a questão das fontes de financiamento do investimento municipal, limitando-nos por agora, em dissecar e analisar o peso de cada uma das componentes da chamada Receita Alheia.

Quadro n.º 6

Receita Alheia

(Un: Euros)

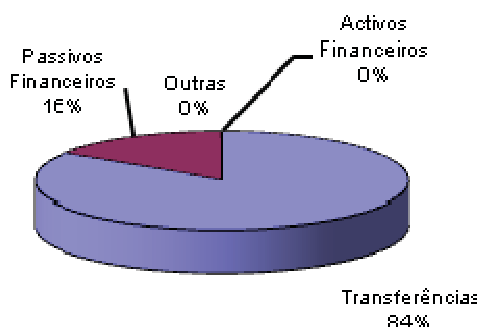
Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	39.813.263,40	84,31
FEF	6.254.992,00	13,25
FSM	2.487.428,00	5,27
Participação no IRS	8.822.523,00	18,68
Comparticipação Comunitária	9.226.845,07	19,54
DREN	9.148.913,90	19,37
IHRU	881.807,53	1,87
Outras Transferências e Subsídios	2.990.753,90	6,33
<i>Activos Financeiros</i>	14.769,22	0,03
Empréstimo MLP	4.435,42	0,01
Outros Activos Financeiros	10.333,80	0,02
<i>Passivos Financeiros</i>	7.392.748,38	15,65
Empréstimo	7.392.748,38	15,65
<i>Outras</i>	3.487,41	0,01
	47.224.268,41	100,0

Observando o Quadro n.º 6, conclui-se que as Transferências absorvem 84,31% das Receitas Alheias, uma percentagem inferior à verificada em 2009 (de 84,8%), face ao aumento do peso relativo dos Passivos Financeiros, que passaram de 15,19% em 2009 para 15,65% em 2010, resultante da utilização do empréstimo de longo prazo, para financiar a remodelação/construção de Escolas do Concelho e investimentos na Orla Costeira, e da utilização empréstimo de curto prazo.

No entanto, se desagregarmos as transferências podemos constatar que a transferência proveniente de fundos comunitários, da DREN (para financiar a gestão corrente das escolas e investimentos) e a participação no IRS, constituem a principal fatia da Receita Alheia (cerca de 19,5%, 19,4% e 18,7%), seguida da receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representando 13,25% da receita alheia. Seguem-se com 6,33% as Outras Transferências (donativos da CEPSA e Petrogal para projectos sociais e culturais), com 5,27% o Fundo Social Municipal (receita consignada às atribuições de competências transferidas da Administração Central para os Municípios) e com 1,87 % as transferências provenientes do IHRU (Programa PROHABITA).

Gráfico 3

Composição da Receita Alheia



A comparticipação comunitária teve um acréscimo, face a 2009, na ordem dos 62%, passando de um contributo de 13,43% na receita alheia, no ano transacto, para um peso de 19,54% em 2010. Este aumento deveu-se essencialmente à arrecadação de receita, proveniente do FEDER, relativa a candidaturas destinadas à remodelação / construção de Escolas e equipamentos desportivos e Requalificação da Orla Costeira.

Quanto ao montante comparticipado pela DREN – 9.148.913,90 euros – 1.491.940,63 euros correspondem ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, 386.121,19 euros resultam do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino, 6.328.338,20 euros derivam da Transferência de Competências para o Município em Matéria de Educação, 581.509,44 euros resultam Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar – Componente Social e 381.004,44 euros correspondem ao Acordo de Colaboração para a Substituição das Escolas de Matosinhos e Leça da Palmeira.

Relativamente à receita proveniente do Fundo Social Municipal, no montante de 2.487.428,00 euros, em 2010 foi totalmente consignada às despesas correntes da Autarquia com a Função Educação.

2.3. Evolução da Receita

Da análise do Quadro n.º 7 podemos, de imediato, verificar que a evolução da receita, no seu cômputo geral, assistiu a um decréscimo de 2,1% face a 2009, o que corresponde a uma diminuição de 2,3 milhões de euros.

Quadro n.º 7

Evolução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	2008			2009			2010		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Receitas Correntes	85.706.084,77	89,0	2,8	85.683.857,38	79,1	0,0	85.441.290,37	80,5	-0,3
01 Impostos Directos	45.897.230,99	47,6	-8,0	43.774.575,23	40,4	-4,6	44.332.211,04	41,8	1,3
02 Impostos Indirectos	3.435.774,67	3,6	-52,5	3.465.036,64	3,2	0,9	3.521.597,69	3,3	1,6
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.553.144,38	1,6	-11,6	1.790.774,87	1,7	15,3	1.524.938,50	1,4	-14,8
05 Rendimentos de Propriedade	3.390.407,54	3,5	1,7	3.439.055,85	3,2	1,4	3.250.263,60	3,1	-5,5
06 Transferências Correntes	25.189.757,82	26,1	50,7	24.425.086,16	22,5	-3,0	26.590.748,51	25,1	8,9
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.561.573,85	5,8	30,6	4.780.819,39	4,4	-14,0	5.885.844,91	5,5	23,1
08 Outras Receitas Correntes	678.195,52	0,7	297,9	4.008.509,24	3,7	491,1	335.686,12	0,3	-91,6
Receitas de Capital	10.506.859,78	10,9	156,4	22.690.429,75	20,9	116,0	20.681.614,12	19,5	-8,9
09 Vendas de Bens de Investimento	14.700,00	0,0	-78,9	4.608.300,00	4,3	31.249,0	51.581,63	0,0	-98,9
10 Transferências de Capital	8.538.430,80	8,9	128,7	11.615.708,28	10,7	36,0	13.222.514,89	12,5	13,8
11 Activos Financeiros	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	14.769,22	0,0	0,0

12 Passivos Financeiros	1.953.728,98	2,0	561,7	6.454.139,60	6,0	230,3	7.392.748,38	7,0	14,5
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	0,0	12.281,87	0,0	0,0	0,00	0,0	-
Outras Receitas	118.948,42	0,0	2690,6	8.262,91	0,0	-93,1	3.487,41	0,0	-57,8
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	118.948,42	0,1	2.690,6	8.262,91	0,0	-93,1	3.487,41	0,0	-57,8
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Total da Receita	96.331.892,97	100,0	10,1	108.382.550,04	100,0	12,5	106.126.391,90	100,0	-2,1

As **Outras Receitas** tiveram a evolução “negativa”, face aos anos anteriores, devido à diminuição da receita arrecadada na rubrica Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

Quanto às **Receitas de Capital**, podemos constatar que foram as Vendas de Bens de Investimento, pelo seu peso de 0,05%, que mais contribuíram para a sua variação negativa de 8,9%, apesar do aumento das Transferências de Capital e dos Passivos Financeiros.

No entanto, a tendência da Receita Total foi bastante influenciada pela evolução das **Receitas Correntes**, responsáveis por 80,5% daquele agregado. Ao analisarmos estas receitas, podemos verificar que, apesar das Transferências Correntes e Venda de Bens e Serviços Correntes terem assistido a uma variação positiva de 8,9% e 23,1% respectivamente, a evolução negativa das Outras Receitas Correntes afectou a performance deste agregado.

3. DESPESA

3.1. Análise da Despesa na Óptica Orçamental

3.1.1. Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 8 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens e serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

Quadro n.º 8

Execução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				(c)-(b)		
Despesas Correntes	99.281.485,48	99.838.745,19	68.708.857,36	- 31.129.887,83	69,21	68,8
01 Despesas com o Pessoal	35.286.364,98	35.063.921,73	32.660.588,81	- 2.403.332,92	92,56	93,1
02 Aquisição de Bens e Serviços	48.099.229,26	49.250.504,07	23.786.484,00	- 25.464.020,07	49,45	48,3
03 Juros e Outros Encargos	990.728,92	1.017.852,13	473.874,81	- 543.977,32	47,83	46,6
04 Transferências Correntes	9.175.409,54	8.726.780,21	7.399.934,66	- 1.326.845,55	80,65	84,8
05 Subsídios	3.813.241,00	3.813.241,00	3.061.773,50	- 751.467,50	80,29	80,3
06 Outras Despesas Correntes	1.916.511,78	1.966.446,05	1.326.201,58	- 640.244,47	69,20	67,4

Despesas de Capital	83.520.294,28	95.082.559,14	37.050.399,37	- 58.032.159,77	44,36	39,0
07 Aquisição de Bens de Capital	71.328.114,63	73.235.179,60	22.751.343,08	- 50.483.836,52	31,90	31,1
08 Transferências de Capital	6.966.458,88	10.849.450,91	3.705.010,84	- 7.144.440,07	53,18	34,1
09 Activos Financeiros	265.000,00	217.570,81	58.000,00	-159.570,81	21,89	26,7
10 Passivos Financeiros	4.542.605,85	10.362.242,90	10.117.931,53	-244.311,37	222,73	97,6
11 Outras Despesas de Capital	418.114,92	418.114,92	418.113,92	-1,00	100,00	100,0
Total da Despesa	182.801.779,76	194.921.304,33	105.759.256,73	- 89.162.047,60	57,85	54,3

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as Modificações Orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas de capital ao nível das rubricas de passivos financeiros e investimento indirecto e, em menor escala, as despesas correntes relativamente às aquisições de bens e serviços.

Ao nível da realização das despesas, em 2010, a taxa de execução é equivalente à da receita, diferindo apenas em 0,1 p.p. – 54,3% face a 54,4% - se considerarmos como referência a dotação final. O montante pago em 2010 (106.126.391,90 euros) foi superior ao de 2009 (105.509.011,24 euros); no entanto, a taxa de execução de 2010 de 54,3%, foi inferior à de 2009 de 62%, pelo facto de a dotação final da despesa em 2010 (194.921.304,33 euros) ter sido superior em 24,8 milhões de euros à de 2009 (170.074.885,50 euros). Mas, se tivermos em consideração os compromissos assumidos e não a despesa paga, a taxa de execução sobe de 54,3% para 83,9%.

A análise dos dois agregados da despesa, permite-nos constatar que a execução a nível das despesas correntes foi cerca de 68,8% em contraposição aos 39% das despesas de capital. O menor desempenho deste bloco ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se cifrou em cerca de 31,1% apesar da aposta clara na construção e/ou conservação de escolas, da rede viária, parques de estacionamento, escolas, instalações desportivas e recreativas, cemitérios, orla costeira bem como parques e jardins – que representam, no seu conjunto, 84% do investimento directo executado.

Do lado das despesas correntes, há que salientar o elevado nível de execução de todas as rubricas, principalmente ao nível das Despesas com Pessoal e das Transferências e Subsídios, onde a execução superou os 80%.

3.1.2. Estrutura da Despesa

O Quadro n.º 9 evidencia a estrutura da despesa paga no ano económico em questão: em 2010, à semelhança do ano anterior, foram as despesas correntes que assumiram maior preponderância, embora tenham perdido peso relativo em favor das despesas de capital.

Quadro n.º 9

Estrutura da Despesa

(Un:
Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	68.708.857,36	65,0
01 Despesas com o Pessoal	32.660.588,81	30,9
02 Aquisição de Bens e Serviços	23.786.484,00	22,5
03 Juros e Outros Encargos	473.874,81	0,4
04 Transferências Correntes	7.399.934,66	7,0
05 Subsídios	3.061.773,50	2,9
06 Outras Despesas Correntes	1.326.201,58	1,3
Despesas de Capital	37.050.399,37	35,0
07 Aquisição de Bens de Capital	22.751.343,08	21,5
08 Transferências de Capital	3.705.010,84	3,5
09 Activos Financeiros	58.000,00	0,1
10 Passivos Financeiros	10.117.931,53	9,6
11 Outras Despesas de Capital	418.113,92	0,4
Total da Despesa	105.759.256,73	100,0

Também podemos constatar que em 2010, à semelhança do sucedido em 2009, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas foi ao nível das Despesas com Pessoal. No entanto, neste ano, o peso da despesa executada ao nível das Aquisição de Bens de Capital aproximou-se bastante do peso das Aquisição de Bens e Serviços, manifestando um comportamento mais estrutural da despesa; no ano 2010, a execução destas duas rubricas de despesa diferia em cerca de 12,5 milhões de euros, em que a Aquisição de Bens e Serviços assumia um peso de 26,6% contra os 14,7% das Aquisição de Bens de Capital.

As Transferências e Subsídios, no seu conjunto, representam cerca de 13,4% da despesa paga, sendo que, à semelhança do que aconteceu em 2009, as transferências correntes assumem em 2010, face às transferências de capital, um papel dominante. No ponto 3.2.3 serão abordadas, com maior profundidade, estas duas rubricas. No entanto, assistiu-se a um decréscimo, neste agregado, em termos absolutos de cerca de 3,3 milhões de euros.

Também os Juros e Outros Encargos mantiveram o peso inferior ao do ano anterior (0,4% em vez de 0,9%). O mesmo sucedeu com as outras despesas correntes que viram o seu peso diminuir de 2,2% em 2009 para 1,3% em 2010, devido à liquidação / pagamento de IVA na venda de imobilizado à INDAQUA ocorrida em 2009.

3.1.3. Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 8, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 54,3%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (facturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização superior – cerca de 69,5%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exacto valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2010, se cifra em 29.680.333,05 euros.

Quadro n.º 10
 Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (facturada)		Compromissos por realizar (a)-(b)
			Paga	Não Paga	
Despesas Correntes	89.259.095,64	84.265.946,11	68.708.857,36	15.557.088,75	4.993.149,53
01 Despesas com o Pessoal	32.721.457,58	32.663.133,38	32.660.588,81	2.544,57	58.324,20
02 Aquisição de Bens e Serviços	43.294.140,52	38.925.120,94	23.786.484,00	15.138.636,94	4.369.019,58
03 Juros e Outros Encargos	502.574,80	480.381,54	473.874,81	6.506,73	22.193,26
04 Transferências Correntes	7.591.208,96	7.547.197,50	7.399.934,66	147.262,84	44.011,46
05 Subsídios	3.667.372,80	3.309.625,99	3.061.773,50	247.852,49	357.746,81
06 Outras Despesas Correntes	1.482.340,98	1.340.486,76	1.326.201,58	14.285,18	141.854,22
Despesas de Capital	74.286.674,07	51.173.643,67	37.050.399,37	14.123.244,30	23.113.030,40
07 Aquisição de Bens de Capital	57.482.363,64	35.780.642,08	22.751.343,08	13.029.299,00	21.701.721,56
08 Transferências de Capital	6.123.139,98	4.798.956,14	3.705.010,84	1.093.945,30	1.324.183,84
09 Activos Financeiros	145.125,00	58.000,00	58.000,00	0,00	87.125,00
10 Passivos Financeiros	10.117.931,53	10.117.931,53	10.117.931,53	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	418.113,92	418.113,92	418.113,92	0,00	0,00
Total da Despesa	163.545.769,71	135.439.589,78	105.759.256,73	29.680.333,05	28.106.179,93

O quadro n.º 10 para além de mostrar, por classificação económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2011, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2010, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente. Esse valor ascendeu a 28.106.179,93 euros.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou em 2009, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2009 estas duas rubricas foram responsáveis por 93,85% dos encargos assumidos e não pagos e em 2010 esta percentagem é de 94,9%.

3.1.4. Evolução da Despesa

O Quadro n.º 11 permite-nos concluir que, apesar da execução da despesa ser de 54,3%, ela apresenta um ligeiro crescimento de 0,2% face ao ano anterior a que corresponde um acréscimo, em termos absolutos, de cerca de 250 mil euros.

Em termos de execução, enquanto que as Despesas de Capital assistiram, no seu cômputo geral, a um crescimento de 24,7%, as Despesas Correntes, influenciadas pelas Aquisições de Bens e Serviços, pelas Transferências e Subsídios e pelas Outras Despesas Correntes, tiveram uma variação negativa de 9,4%.

Quadro n.º 11
 Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2008			2009			2010		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Despesas Correntes	65.212.483,59	63,6	8,2	75.803.759,39	71,8	16,2	68.708.857,36	65,0	-9,4
01 Despesas com o Pessoal	24.160.793,28	23,5	20,0	32.168.406,47	30,5	33,1	32.660.588,81	30,9	1,5
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.719.940,91	26,0	1,3	28.026.386,85	26,6	4,9	23.786.484,00	22,5	-15,1
03 Juros e Outros Encargos	1.168.351,39	1,1	14,4	953.451,53	0,9	-18,4	473.874,81	0,4	-50,3
04 Transferências Correntes	7.837.437,79	7,6	8,8	8.584.135,00	8,1	9,5	7.399.934,66	7,0	-13,8
05 Subsídios	3.388.830,41	3,3	12,4	3.802.090,45	3,6	12,2	3.061.773,50	2,9	-19,5
06 Outras Despesas Correntes	1.937.129,81	1,9	-23,4	2.269.289,09	2,2	17,1	1.326.201,58	1,3	-41,6
Despesas de Capital	37.382.184,42	36,4	29,3	29.705.251,85	28,2	-20,5	37.050.399,37	35,0	24,7
07 Aquisição de Bens de Capital	28.644.935,72	27,9	38,2	15.503.379,48	14,7	-45,9	22.751.343,08	21,5	46,8
08 Transferências de Capital	4.540.768,25	4,4	16,4	5.011.904,27	4,8	10,4	3.705.010,84	3,5	-26,1
09 Activos Financeiros	40.000,00	0,0	0,0	33.000,00	0,0	-17,5	58.000,00	0,1	75,8
10 Passivos Financeiros	4.129.983,55	4,0	-0,3	9.145.745,50	8,7	121,4	10.117.931,53	9,6	10,6
11 Outras Despesas de Capital	26.496,90	0,0	0,0	11.222,60	0,0	0,0	418.113,92	0,4	3625,6
Total da Despesa	102.594.668,01	100,0	15,0	105.509.011,24	100,0	2,8	105.759.256,73	100,0	0,2

Dentro das **Despesas de Capital**, não podemos deixar de referir o forte crescimento verificado pela rubrica Aquisições de Bens de Capital, na ordem dos 47%.

Relativamente às Transferências de Capital verifica-se um decréscimo, em relação ao ano 2009, na ordem dos 26%, que iremos ver explanado detalhadamente no ponto 3.2.3.

As Aquisição de Bens de Capital, ao contrário do ano transacto, assistiram a um crescimento na ordem dos 47%, reflectido na execução das rubricas “Escolas”, “Viadutos, arruamentos e Obras Complementares”, “Construções Diversas” – onde está inserida a Requalificação da Orla Costeira -, “Instalações Desportivas e Recreativa”, “Terrenos” e “Cemitérios”. É importante salientar que a maioria destes investimentos estão a ser financiados por Fundos Comunitários e pelo empréstimo de longo prazo contratado em 2009.

Quanto aos Activos Financeiros, os 58.000,00 euros pagos em 2010 correspondem a um reforço da participação inicial do Município como Membro Fundador da Fundação de Serralves e da Fundação da Casa da Musica (40.000,00 euros) e do financiamento a micro e pequenas empresas do Concelho, no âmbito do Projecto FINICIA (18.000,00 euros).

Olhando agora para as **Despesas Correntes**, não podemos deixar, desde logo, de reparar no seu decréscimo quer em termos de peso relativo face à Despesa Total (de 71,8% em 2009 passou para 65% em 2010), quer em termos absolutos – decréscimo de 9,4% face ao ano anterior: as despesas com pessoal assistiram a um modesto crescimento de 1,5% Relativamente à Aquisição de Bens e Serviços, assistiu-se a um decréscimo do seu peso, em relação ao valor da Despesa Total, e a uma variação negativa de 15%.

Quanto aos Subsídios e Transferências Correntes concedidos, verifica-se um decréscimo de 19,5% e 13,8%, respectivamente, face aos atribuídos no ano transacto, que tiveram como principal destino as empresas municipais Matosinhos Sport e Matosinhos Habit, instituições sem fins lucrativos e Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Já em relação ao Juros e Outros Encargos o decréscimo verificado de 50%, face ao ano 2009, tendência, aliás que já se tinha verificado em 2009 face a 2008, resulta do montante pago de juros relativos a empréstimos de longo prazo, provocado pela queda da taxa de referência Euribor. Só no final do ano 2010 é que esta tendência se altera abruptamente.

Por fim, e ainda neste capítulo, é importante salientar o decréscimo de 41,6% nas Outras Despesas Correntes que pode ser explicado pelo IVA pago, em 2009, no âmbito da venda de Bens de Investimento à INDAQUA.

3.2. Análise da Despesa na Óptica do Plano

3.2.1. Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções. O Quadro n.º 12 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

Quadro n.º 12

Execução das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvios		% Execução
				(b)-(a)	(c)-(b)	
1. Funções Gerais	7.433.541,93	7.151.704,34	3.262.919,38	-281.837,59	-3.888.784,96	45,62
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	6.066.480,80	5.938.307,57	2.513.455,10	-128.173,23	-3.424.852,47	42,33
1.1.1 Administração Geral	6.066.480,80	5.938.307,57	2.513.455,10	-128.173,23	-3.424.852,47	42,33
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	1.367.061,13	1.213.396,77	749.464,28	-153.664,36	-463.932,49	61,77
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	1.144.041,99	1.022.946,96	695.549,03	-121.095,03	-327.397,93	67,99
1.2.2 Polícia Municipal	223.019,14	190.449,81	53.915,25	-32.569,33	-136.534,56	28,31
2. Funções Sociais	93.515.681,49	91.692.633,59	34.935.200,90	-1.823.047,90	-56.757.432,69	38,10
2.1.0 Educação	38.042.502,02	37.285.893,29	12.650.857,74	-756.608,73	-24.635.035,55	33,93
2.1.1 Ensino não superior	35.379.345,08	34.814.035,19	11.555.208,47	-565.309,89	-23.258.826,72	33,19
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	2.663.156,94	2.471.858,10	1.095.649,27	-191.298,84	-1.376.208,83	44,32

2.2.0 Saúde	202.975,19	202.975,19	163.075,01	0,00	-39.900,18	80,34
2.2.1 Serviços individuais de saúde	202.975,19	202.975,19	163.075,01	0,00	-39.900,18	80,34
2.3.0 Segurança e acção sociais	6.644.139,10	6.137.933,92	2.792.676,02	-506.205,18	-3.345.257,90	45,50
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	6.644.139,10	6.137.933,92	2.792.676,02	-506.205,18	-3.345.257,90	45,50
2.4.0 Habitação e serviços colectivos	38.002.794,76	38.153.870,84	13.676.439,63	151.076,08	-24.477.431,21	35,85
2.4.1 Habitação	3.087.177,53	3.798.773,81	727.484,45	711.596,28	-3.071.289,36	19,15
2.4.2 Ordenamento do território	7.492.560,38	4.311.630,18	1.367.334,33	-3.180.930,20	-2.944.295,85	31,71
2.4.3 Saneamentos	61.612,00	480.830,10	22.074,60	419.218,10	-458.755,50	4,59
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	15.717.785,88	18.014.595,88	5.481.622,16	2.296.810,00	-12.532.973,72	30,43
2.4.6 Protecção do meio ambiente	11.643.658,97	11.548.040,87	6.077.924,09	-95.618,10	-5.470.116,78	52,63
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	10.623.270,42	9.911.960,35	5.652.152,50	-711.310,07	-4.259.807,85	57,02
2.5.1 Cultura	3.984.444,30	4.007.169,44	2.272.019,62	22.725,14	-1.735.149,82	56,70
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	6.638.826,12	5.904.790,91	3.380.132,88	-734.035,21	-2.524.658,03	57,24
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	18.861.424,96	22.633.735,12	7.117.729,49	3.772.310,16	-15.516.005,63	31,45
3.1.0 Agricultura, pecuária, sivilicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	784.356,19	554.356,19	292.925,07	-230.000,00	-261.431,12	52,84
3.3.0 Transportes e comunicações	15.357.936,05	19.241.825,29	5.061.710,05	3.883.889,24	-14.180.115,24	26,31
3.3.1 Transportes rodoviários	15.357.936,05	19.241.825,29	5.061.710,05	3.883.889,24	-14.180.115,24	26,31
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	2.109.114,93	1.823.638,67	1.368.467,23	-285.476,26	-455.171,44	75,04

3.4.1 Mercados e feiras	117.463,24	90.199,45	65.547,98	-27.263,79	-24.651,47	72,67
3.4.2 Turismo	1.991.651,69	1.733.439,22	1.302.919,25	-258.212,47	-430.519,97	75,16
3.5.0 Outras funções económicas	610.017,79	1.013.914,97	394.627,14	403.897,18	-619.287,83	38,92
4. Outras Funções	9.243.155,90	13.146.867,88	7.290.036,27	3.903.711,98	-5.856.831,61	55,45
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	8.841.710,41	12.779.060,39	7.046.980,94	3.937.349,98	-5.732.079,45	55,14
4.3.0 Diversas não especificadas	401.445,49	367.807,49	243.055,33	-33.638,00	-124.752,16	66,08
Total	129.053.804,28	134.624.940,93	52.605.886,04	5.571.136,65	-82.019.054,89	39,08

O valor que inicialmente havia dotado as Grandes Opções do Plano foi reforçado, especialmente pela revisão, tendo-se atingido uma dotação final de 134.624.940,93 euros, o que corresponde a cerca de 69% da Despesa Total. Daqui se infere a importância atribuída aos investimentos e às actividades com interesse e relevância para a autarquia.

No entanto, a taxa de execução não ultrapassou os 40%, e, em termos absolutos, assistiu-se a um nível similar de pagamentos face a 2009: na ordem dos 53 milhões de euros.

Podemos, através da análise do quadro, perceber que as Outras Funções foram as que mais corresponderam, em termos de execução, ao que tinha sido planeado. Já as Funções Sociais e Funções Económicas ficaram aquém do previsto.

Uma vez que cada uma das quatro principais funções encerra em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, convém esmiuçar um pouco algumas delas, embora a perspectiva geral tenha sido já dada no ponto 3 deste relatório.

Dentro das **Funções Gerais**, podemos observar que ao nível da Segurança e Ordem Pública, enquanto que a Polícia Municipal obteve uma taxa de execução relativamente baixa – de 28,31% - a função Protecção Civil e Luta Contra Incêndios obteve uma execução de 67,99%, derivada principalmente da atribuição de subsídios aos Bombeiros Voluntários do Concelho. Por outro lado a Administração

Geral, que abarca quase todas as Direcções Municipais, apresenta uma taxa de execução de 42,3%, influenciada pelas rubricas respeitantes à manutenção e conservação dos edifícios municipais, aquisição e modernização de equipamento e dos serviços.

Nas **Funções Sociais**, podemos constatar, ao nível da Educação, uma taxa de execução na ordem dos 34%, inferior, em 1 p.p. à do ano anterior, mas em termos absolutos assistiu-se a um crescimento de 7 milhões de euros. Relativamente à Saúde e Segurança e Acção Social a taxa de execução foi de 80% e 45,5% respectivamente e, aqui deve-se dar um especial relevo à construção do Centro de Saúde de Recarei, às actividades desenvolvidas no âmbito da Acção Social e às participações concedidas a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

No que concerne aos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos podemos constatar que a taxa de execução em 2010 foi de 57%, verificando-se bastantes investimentos, apoios a diversas entidades culturais e desportivas e realização de diversas actividades culturais.

No entanto, é de notar que, dentro das Funções Sociais, a Habitação e Serviços Colectivos é aquela que apresenta um maior peso, devido sobretudo ao contributo dos Resíduos Sólidos e da Protecção do Meio Ambiente.

Dentro das **Funções Económicas**, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 71% do seu valor, devendo aqui entender-se as intervenções a nível de acessos e vias de comunicação. A esta segue-se o “Turismo” com um contributo dentro das Funções Económicas de cerca de 18%.

As **Outras Funções**, por outro lado, assistiram a uma taxa de execução na ordem dos 55,5%, fruto da concretização de transferências para diversas entidades, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, a Lipor, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.

3.2.2. Estrutura das Grandes Opções do Plano

Analisando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 13, podemos constatar que a maior parte dos consumos, analogamente ao ano anterior, ocorreu ao nível do PAM. De facto, enquanto que o PPI absorveu 43,4% da execução das GOP's, o PAM garantiu a execução dos restantes 56,6%.

Quadro n.º 13

Estrutura das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	853.509,22	3,74	2.409.410,16	8,09	3.262.919,38	6,20
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	850.115,62	3,73	1.663.339,48	5,58	2.513.455,10	4,78
1.1.1 Administração Geral	850.115,62	3,73	1.663.339,48	5,58	2.513.455,10	4,78
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	3.393,60	0,01	746.070,68	2,50	749.464,28	1,42
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	0,00	695.549,03	2,33	695.549,03	1,32
1.2.2 Polícia Municipal	3.393,60	0,01	50.521,65	0,17	53.915,25	0,10
2. Funções Sociais	16.630.039,32	72,91	18.305.161,58	61,43	34.935.200,90	66,41
2.1.0 Educação	9.232.481,35	40,48	3.418.376,39	11,47	12.650.857,74	24,05
2.1.1 Ensino não superior	9.232.481,35	40,48	2.322.727,12	7,80	11.555.208,47	21,97
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	1.095.649,27	3,68	1.095.649,27	2,08
2.2.0 Saúde	163.075,01	0,71	0,00	0,00	163.075,01	0,31
2.2.1 Serviços individuais de saúde	163.075,01	0,71	0,00	0,00	163.075,01	0,31
2.3.0 Segurança e acção sociais	57.081,54	0,25	2.735.594,48	9,18	2.792.676,02	5,31

2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	57.081,54	0,25	2.735.594,48	9,18	2.792.676,02	5,31
2.4.0 Habitação e serviços colectivos	3.977.830,26	17,44	9.698.609,37	32,55	13.676.439,63	26,00
2.4.1 Habitação	0,00	0,00	727.484,45	2,44	727.484,45	1,38
2.4.2 Ordenamento do território	1.290.325,74	5,66	77.008,59	0,26	1.367.334,33	2,60
2.4.3 Saneamentos	10.710,60	0,05	11.364,00	0,04	22.074,60	0,04
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	0,00	0,00	5.481.622,16	18,40	5.481.622,16	10,42
2.4.6 Protecção do meio ambiente	2.676.793,92	11,74	3.401.130,17	11,41	6.077.924,09	11,55
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	3.199.571,16	14,03	2.452.581,34	8,23	5.652.152,50	10,74
2.5.1 Cultura	712.531,13	3,12	1.559.488,49	5,23	2.272.019,62	4,32
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	2.487.040,03	10,90	893.092,85	3,00	3.380.132,88	6,43
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	5.260.522,54	23,06	1.857.206,95	6,23	7.117.729,49	13,53
3.1.0 Agricultura, pecuária, sivilicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	292.925,07	1,28	0,00	0,00	292.925,07	0,56
3.3.0 Transportes e comunicações	4.795.498,63	21,02	266.211,42	0,89	5.061.710,05	9,62
3.3.1 Transportes rodoviários	4.795.498,63	21,02	266.211,42	0,89	5.061.710,05	9,62
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	154.098,84	0,68	1.214.368,39	4,08	1.368.467,23	2,60
3.4.1 Mercados e feiras	54.563,98	0,24	10.984,00	0,04	65.547,98	0,12
3.4.2 Turismo	99.534,86	0,44	1.203.384,39	4,04	1.302.919,25	2,48
3.5.0 Outras funções económicas	18.000,00	0,08	376.627,14	1,26	394.627,14	0,75

4. Outras Funções	65.272,00	0,29	7.224.764,27	24,25	7.290.036,27	13,86
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	0,00	0,00	7.046.980,94	23,65	7.046.980,94	13,40
4.3.0 Diversas não especificadas	65.272,00	0,29	177.783,33	0,60	243.055,33	0,46
Total	22.809.343,08	100,00	29.796.542,96	100,00	52.605.886,04	100,00

Analogamente ao verificado em 2009, também este ano foram as **Funções Sociais** as que mais sobressaíram, representando cerca de 66% da execução total das GOP's. Aliás, convirá mencionar que o aumento relativo do peso destas funções se deu em prejuízo de todas as outras que viram o seu peso relativo diminuir face a 2009. Dentro destas funções, a “Habitação e serviços colectivos” assume um papel determinante, explicado sobretudo pelo peso de 33% ao nível do PAM. Esta área de intervenção é responsável por 26% do desempenho das Grandes Opções do Plano. Em segundo lugar, e muito próximo destes valores, aparece a “Educação”, mas cujo peso relativo elevado se faz notar do lado do investimento: representa cerca de 40,5% da despesa paga ao nível do PPI.

3.2.3. Transferências Concedidas

Os apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica (responsáveis, como já vimos, em 2010, por cerca de 13,4% do total da despesa) revelando o importante intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social, e com vista à renovação e integração urbana.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de protocolos ou Contratos-Programa.

O classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências Correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano), e para os Agrupamentos de Escolas.

Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas, nomeadamente municipais, e que se destinem a despesas de funcionamento.

Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 14 espelha a natureza e montante das transferências efectuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objecto de discriminação no Quadro n.º 15.

Quadro n.º14

Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
Transferências Correntes	7.591.208,96	7.399.934,66	191.274,30
Transferências para freguesias	1.595.096,79	1.592.277,98	2.818,81
Área Metropolitana do Porto	83.101,00	83.101,00	0,00
Matosinhos Habit	727.484,45	727.484,45	0,00
Outras	5.185.526,72	4.997.071,23	188.455,49
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	368.868,01	368.868,01	0,00
Escolas do Concelho	1.419.985,75	1.401.275,75	18.710,00
Outras	3.396.672,96	3.226.927,47	169.745,49
Transferências de Capital	6.123.139,98	3.705.010,84	2.418.129,14
Lipor	1.640.979,98	613.555,53	1.027.424,45
Matosinhos Sport	600.000,00	21.520,24	578.479,76
Matosinhos Habit	2.206.261,76	1.783.075,56	423.186,20
Outras	1.675.898,24	1.286.859,51	389.038,73
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	244.850,01	236.092,96	8.757,05
Escolas do Concelho	298.719,67	256.219,67	42.500,00
Outras	1.132.328,56	794.546,88	337.781,68
Subsídios	3.667.372,80	3.061.773,50	605.599,30
Matosinhos Sport	3.667.372,80	3.061.773,50	605.599,30
Matosinhos Habit	0,00	0,00	0,00
Total	17.381.721,74	14.166.719,00	3.215.002,74

No ano em análise, a Autarquia transferiu para diversas entidade 14.166.719,00 euros, menos 3,2 milhões de euros no que no ano 2009. Foram as Transferências de Capital que obtiveram a maior dotação, mas a taxa de execução mais elevada foi a das Transferências Correntes. As Transferências de Capital não tiveram um desempenho tão positivo face ao projectado devido ao programa Prohabita: o atraso no processo de visto do financiamento bancário por parte do Tribunal de Contas teve como consequência a impossibilidade de proceder à transferência das verbas em causa para a Empresa Municipal de Habitação.

No que respeita às **Transferências Correntes**, verifica-se uma diminuição no montante pago em 2010 face a 2009 em 1,2 milhões de euros. Da verba transferida para as diversas entidades, importa referir as três principais áreas abrangidas: a Educação, Acção Social e Cultura, Recreio e Desporto que receberam, em termos globais, 3.373.105,62 euros.

As transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos realizados, ascenderam a um valor de 1.592.277,98 euros.

Dentro das **Transferências de Capital**, o apoio dado ao investimento da Matosinhosport diminuiu, passando de 208.934,49 euros, em 2009 para 21.520,24 euros em 2010.

Já o montante transferido para a LIPOR sofreu uma ligeira diminuição, passando de 843.704,09 euros, em 2009 para 613.555,53 € em 2010; no entanto, dos compromissos assumidos ficaram por pagar a esta entidade 1.027.424,45 euros. Foram, no entanto, celebrados Acordos de Regularização de Dívida com este fornecedor, de forma a pagar-se esta dívida acumulada em 3 anos.

As Outras Transferências apresentaram uma variação negativa acentuada de 57,8%, relativamente 2009. Dos 1.286.859,51 euros concedidos em 2010, as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho receberam 236.092,96 euros, as Escolas receberam 256.219,67 euros e as outras instituições, nomeadamente de caris social, cultural, recreativo e desportivo, receberam 794.546,88 euros.

Finalmente, olhando agora para os **Subsídios**, cabe apenas a referência de que o valor atribuído à Matosinhos Sport passou de 3.729.011,28 euros, em 2009 para 3.061.773,50 euros em 2010. Já o montante atribuído à MatosinhosHabit no ano 2009 cifrou-se em 73.079,17 euros, enquanto que em 2010 não foi transferido qualquer valor a este título.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º66 da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração

de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos.

Assim, em 2010, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte.

Quadro n.º15

Transferências para as Freguesias

(Un: Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos						Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Acção Social	Verba STAPE Recenc.+ Eleições	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	198.004,04	0,00	7.630,00	244,08	19.000,00	224.878,12	224.634,04	244,08
Guifões	119.717,55	0,00	7.500,00	196,71	0,00	127.414,26	127.217,55	196,71
Lavra	122.595,31	0,00	15.000,00	195,19	0,00	137.790,50	137.595,31	195,19
Leça do Balio	291.452,66	0,00	15.000,00	242,07	0,00	306.694,73	306.452,66	242,07
Leça da Palmeira	56.864,43	0,00	5.000,00	6.484,04	0,00	68.348,47	68.086,30	262,17
Matosinhos	82.829,95	0,00	24.062,29	381,62	0,00	107.273,86	106.616,15	657,71
Perafita	291.319,38	67.500,00	20.000,00	226,38	0,00	379.045,76	378.819,38	226,38
S. Mamede Infesta	98.422,46	0,00	7.500,00	306,13	0,00	106.228,59	105.922,46	306,13
Santa Cruz do Bispo	62.807,35	0,00	7.500,00	158,94	0,00	70.466,29	70.307,35	158,94
Senhora da Hora	56.626,78	0,00	10.000,00	329,43	0,00	66.956,21	66.626,78	329,43
Total	1.380.639,91	67.500,00	119.192,29	8.764,59	19.000,00	1.595.096,79	1.592.277,98	2.818,81

Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 15, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes às despesas com as eleições dos Órgãos das Autarquias Locais realizada no ano 2009.

3.3. Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objecto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, de acordo com o quadro seguinte.

Assim, pela análise do Quadro n.º 16, vemos que as despesas afectas ao PPI contribuem para 21,57% da Despesa Total, enquanto que as despesas afectas ao PAM e ao Funcionamento representam, respectivamente, 28,17% e 50,26% deste agregado.

Quadro n.º 16

Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Desp. Funcionamento	Total
Despesas Correntes	0,00	26.091.532,12	42.617.325,24	68.708.857,36
01 Despesas com o Pessoal	0,00	0,00	32.660.588,81	32.660.588,81
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	15.646.765,69	8.139.718,31	23.786.484,00
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	473.874,81	473.874,81
04 Transferências Correntes	0,00	7.310.611,79	89.322,87	7.399.934,66
05 Subsídios	0,00	3.061.773,50	0,00	3.061.773,50
06 Outras Despesas Correntes	0,00	72.381,14	1.253.820,44	1.326.201,58
Despesas de Capital	22.809.343,08	3.705.010,84	10.536.045,45	37.050.399,37
07 Aquisição de Bens de Capital	22.751.343,08	0,00	0,00	22.751.343,08
08 Transferências de Capital	0,00	3.705.010,84	0,00	3.705.010,84
09 Activos Financeiros	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	10.117.931,53	10.117.931,53
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	418.113,92	418.113,92
Total da Despesa	22.809.343,08	29.796.542,96	53.153.370,69	105.759.256,73

Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), afecto ao financiamento das despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que estes encargos financeiros são responsáveis por cerca de 5,6% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 44,6%.

3.3.1. Despesas com Pessoal – Limite Legal

Não se encontrando actualmente fixados limites legais às despesas de pessoal do Município com os contornos anteriormente existentes, ter-se-á apenas que atender às limitações legais à admissão de pessoal nas Autarquias Locais.

De acordo com o artigo 62.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais – podiam, até 2009, ser fixados, através das Leis do Orçamento do Estado, limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

No entanto, a Lei do Orçamento de Estado para 2010 – Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril – estabeleceu, no seu artigo 23.º, limitações à admissão de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Esta regra, é, por força do estabelecido no n.º 2 desse mesmo preceito legal, aplicável às autarquias locais.

Adicionalmente, no exercício económico em causa (2010), devem as autarquias locais atender ao disposto no artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho – diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Com o intuito de ser monitorizada esta restrição em termos de admissões de pessoal, as Autarquias, desde 1 de Julho de 2010, estão obrigadas a remeter mensalmente (anteriormente era trimestralmente) informação à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.

4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

4.1. Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 85.441.290,37 euros, e uma Despesa Corrente de 68.708.857,36 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 16,7 milhões de euros.

Quadro n.º 18

Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	26.514.353,92
1 - Receitas de Capital	20.681.614,12
Vendas de Bens de Investimento	51.581,63
FEF (Capital)	2.501.997,00
Fundos Comunitários	9.207.705,92
Outras Transferências de Capital	1.512.811,97
Recurso ao Crédito	7.392.748,38
Outras Receitas de Capital	14.769,22
2 - Poupança Corrente	16.732.433,01
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	3.487,41
4 - Saldo da Gerência Anterior	5.228.681,32
Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)	42.646.215,86
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	62,17%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu 62,17% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Poupança Corrente aparece com o maior contributo.

No entanto, é talvez importante lembrar que o Investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração directa.

4.2. Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2010, aparece reflectido no Quadro n.º 19, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 112.604.940,39 euros – 106.126.391,90 euros provenientes de receitas orçamentais e 6.478.548,49 euros resultantes de Operações de Tesouraria –, menos cerca de 2,3 milhões de euros do que no ano de 2009.

Desta forma, sendo a Despesa Global (105.759.256,73 euros) inferior em 367.135,17 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 6.546.590,40 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 6.439.240,86 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 5.595.816,49 euros como saldo de operações orçamentais e 843.424,37 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 19

Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	6.546.590,40	Despesas Orçamentais	105.759.256,73
Execução Orçamental	5.228.681,32	Correntes	68.708.857,36
Operações de Tesouraria	1.317.909,08	Capital	37.050.399,37
Receitas Orçamentais	106.126.391,90	Operações de Tesouraria	6.953.033,20
Correntes	85.441.290,37	Saldo para a Gerência	
Capital	20.681.614,12	Seguinte	6.439.240,86
Outras	3.487,41	Execução Orçamental	5.595.816,49
Operações de Tesouraria	6.478.548,49	Operações de Tesouraria	843.424,37
Total	119.151.530,79	Total	119.151.530,79

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro n.º 20 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2010, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 6.478.548,49 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 6.953.033,20 euros.

Quadro n.º 20

Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2009

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Cobranças para o Estado	179.830,22	2.375.450,16	2.379.102,31	176.178,07
Contribuições para a Segurança Social	503.166,88	2.806.837,04	3.041.559,64	268.444,28
Cobranças para Sindicatos	6.385,41	65.327,44	66.389,45	5.323,40
Cobranças para Administração Autárquica	47.744,44	14.928,19	0,00	62.672,63
Cobranças relativas a quotizações	16.386,03	177.662,19	179.877,71	14.170,51
Outras	564.396,10	1.038.343,47	1.286.104,09	316.635,48
Total	1.317.909,08	6.478.548,49	6.953.033,20	843.424,37

4.3. Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro n.º 21 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro n.º 21

Movimentação das Contas de Ordem em 2009

(Un: Euros)

Saldo da Gerência anterior	37.374.834,68	Garantias e Cauções accionadas	0,00
Garantias e Cauções	2.518.826,85	Garantias e Cauções devolvidas	413.534,06
Recibos para cobrança	34.856.007,83	Receita Virtual Cobrada	698.424,15
		Receita Virtual Anulada	16.245.281,01
Garantias e Cauções prestadas	680.909,60		
Receita Virtual Liquidada	2.619.831,57	Saldo para a Gerência seguinte	23.318.336,63
		Garantias e Cauções	2.786.202,39
		Recibos para cobrança	20.532.134,24
Total	40.675.575,85	Total	40.675.575,85

No início do ano de 2010, a autarquia detinha 34.856.007,83 euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 2.619.831,57 euros. No entanto, 698.424,15 euros foram transformados em receita efectiva e 16.245.281,01 euros foram anulados, pelo que transitou para 2011 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 20.532.134,24 euros.

Por outro lado, para 2011 transita um valor de fundos caucionados de 2.786.202,39 euros, resultante de um saldo inicial de 2.518.826,85 euros, a que acresceu a prestação de cerca de 680.909,60 euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 413.534,06 euros.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

5.1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

5.1.1. Análise do Balanço**5.1.1.1. Estrutura e Evolução****Quadro n.º 22****Balanço**

(Un: Euros)

Descrição	2009		2010		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ACTIVO						
IMOBILIZADO	608.806.630,74	96,2	618.793.983,12	96,3	9.987.352,38	1,6
Bens de Domínio Público	132.070.256,65	20,9	120.362.123,32	18,7	-11.708.133,33	-8,9
Imobilizações Incorpóreas	1.072.436,70	0,2	899.070,51	0,1	-173.366,19	-16,2
Imobilizações Corpóreas	473.936.675,50	74,9	495.827.398,41	77,2	21.890.722,91	4,6
Investimentos Financeiros	1.727.261,89	0,3	1.705.390,88	0,3	-21.871,01	-1,3
CIRCULANTE	23.721.901,94	3,8	23.643.540,28	3,7	-78.361,66	-0,3
Existências	316.912,66	0,1	337.041,41	0,1	20.128,75	6,4
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	18.000,00	0,0	31.564,58	0,0	13.564,58	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	9.805.660,86	1,6	8.450.748,57	1,3	-1.354.912,29	-13,8
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	9.065.417,26	1,4	9.225.443,26	1,4	160.026,00	1,8
Acréscimos e Diferimentos	4.515.911,16	0,7	5.598.742,46	0,9	1.082.831,30	24,0
TOTAL DO ACTIVO	632.528.532,68	100,0	642.437.523,40	100,0	9.908.990,72	1,6

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	457.900.112,07	100,0	458.132.363,06	100,0	232.250,99	0,1
<i>Património</i>	403.833.722,91	88,2	409.816.918,13	89,5	5.983.195,22	1,5
<i>Reservas de Reavaliação</i>	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	2.352.232,01	0,5	2.352.232,01	0,5	0,00	0,0
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	4.794.712,94	1,0	4.794.712,94	1,0	0,00	0,0
Doações	3.597.837,14	0,8	6.582.808,40	1,4	2.984.971,26	83,0
<i>Resultados Transitados</i>	61.418.788,14	13,4	43.246.319,04	9,4	-18.172.469,10	- 29,6
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-18.097.181,07	-4,0	-8.660.627,46	-1,9	9.436.553,61	- 52,1
PASSIVO	174.628.420,61	100,0	184.305.160,34	100,0	9.676.739,73	5,5
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	335.453,04	0,2	0,00	0,0	-335.453,04	0,0
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	40.243.978,14	23,0	37.394.167,65	20,3	-2.849.810,49	-7,1
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	32.481.541,22	18,6	42.760.840,47	23,2	10.279.299,25	31,6
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	101.567.448,21	58,2	104.150.152,22	56,5	2.582.704,01	2,5
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	632.528.532,68	100,0	642.437.523,40	100,0	9.908.990,72	1,6

Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que o Activo aumentou cerca de 1,6%, enquanto que os Capitais Próprios e o Passivo tiveram um crescimento de 0,1% e 5,5% respectivamente.

Através da análise da estrutura do **Activo**, podemos constatar que houve uma ligeira queda do peso relativo do Activo Circulante, influenciada pela diminuição do peso das Dividas de Terceiros a Curto Prazo (de 1,6% para 1,3%), e um aumento do peso do Activo Fixo, apesar da diminuição dos Bens de Domínio Público, concretizado nas Imobilizações Corpóreas.

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e, um aumento das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2010, num aumento do seu valor em cerca de 9,6 milhões de euros. Aqui é importante realçar que, no ano 2010, à semelhança do anos anteriores, a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2011, no montante de 4.674.699,87 euros, foi inserida, em termos de balanço, nas dividas a terceiros de curto prazo.

Já a estrutura dos **Fundos Próprios** representa no final do exercício 458.132.363,06 euros, sendo que 89,5% deste valor corresponde ao Património do Município. Também, dentro deste agregado, e à semelhança do que ocorreu em 2009, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, passando de -4% em 2009 para -1,9% em 2010. De referir ainda que esta componente do Balanço, que entre 2009 e 2010 manteve-se praticamente inalterada, tendo apenas aumentado 0,1%: a contribuição positiva da evolução ocorrida nas rubricas Património, Doações e Resultados Líquido do Exercício, foi praticamente anulada pelo efeito dos Resultados Transitados.

5.1.1.2. Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 1,6% face ao ano de 2009, a que corresponde um acréscimo de 9.987.352,38 euros. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 32,8 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram 22 milhões de euros. Quanto aos Bens de Domínio Público podemos constatar que o seu valor, em termos de Activo Líquido, face a 2009, diminuiu em 11,7 milhões de euros, correspondendo a uma variação negativa de 8,9%, enquanto que as Imobilizações Corpóreas sentiram um acentuado aumento em 21.890.722,91 euros, equivalendo a uma variação positiva de 4,6%.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros** podemos constatar que o seu peso no total do Activo diminuiu cerca de 0,3 p.p., o que corresponde a uma variação negativa de 13,8% face ao ano de 2009, variação esta que fica a dever-se, principalmente, à conta 26.8.2 “Devedores de Transferência para as Autarquias” devido à arrecadação do montante correspondente às candidaturas efectuadas ao FEDER, relativas a subsídios ao investimento, aprovadas no ano económico anterior.

Já as **Disponibilidades** aumentaram cerca de 1,8%, mantendo o seu peso no Activo Total inalterado, totalizando 9.225.443,26 euros, dos quais 8.124.979,28 euros eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 1.100.463,98 euros por valores em caixa. Em termos económicos, 3.629.626,77 euros dizem respeito a operações de tesouraria lato sensu, constituindo os restantes 5.595.816,49 euros o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que, à semelhança do seu peso no Activo que apresentou um acréscimo face ao de 2009 em 0,2 p.p. (de 0,7% para 0,9%), obteve um importante crescimento do seu valor absoluto de 1.082.831,30 euros. Este acréscimo ficou-se a dever, essencialmente, ao aumento dos Acréscimos de Proveitos relativos aos impostos directos, principalmente ao nível do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e do montante relativo a férias e subsídio de férias do pessoal não docente das escolas do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

O aumento do **Património** decorreu sobretudo da inclusão neste agregado de bens móveis e imóveis já pertencentes à Autarquia, na altura da elaboração do inventário inicial, mas que não tinham sido inventariados (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.1), e da constituição de propriedade horizontal em alguns dos conjuntos habitacionais propriedade do Município, que implicaram a correcção do valor inventariado por se ter considerado que o valor da avaliação inicial, por ter sido feito em bloco, não estava correcto (ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.2).

Quanto à conta de **Reservas Legais**, ao contrário dos anos anteriores, manteve o mesmo valor, correspondente a 2.352.232,01 euros, devido ao resultado líquido, da gerência anterior, negativo.

A conta do **Resultado Líquido do Exercício** será objecto de análise no ponto seguinte.

Em relação aos **Resultados Transitados**, podemos constatar que sentiram um decréscimo de 29,6%, relativamente ao ano anterior, passando de 61.418.788,14 euros para 43.246.319,04 euros,

influenciados essencialmente pela incorporação dos Resultados Líquidos do Exercício negativos apurados em 2009.

Os movimentos das contas de **Doações** – 57.6 – resultam da inscrição de bens imóveis, incluindo terrenos, resultado de contratos de doações e encontram-se devidamente explicitados no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras.

No que se refere às **Dívidas a Terceiros** de médio e longo prazos, elas resumem-se a empréstimos e locação financeira contratados pela autarquia, que sofreram uma queda de 7,1% decorrente das amortizações do ano (como iremos ver na análise do Quadro n.º 23), mas também da transferência da parte correspondente à dívida que será paga no curto prazo para as Dívidas a Terceiros dessa natureza.

Relativamente às **Dívidas a Terceiros**, mas de curto prazo, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram um aumento significativo explicado, essencialmente, pelo aumento da dívida reflectido nas contas de Fornecedores de Serviços e de Imobilizado, conjugado com o volume de facturas em recepção e conferência no final do ano de 2010.

Os **Acréscimos de Custos** diminuíram, de 6.191.502,41 euros em 2009 para 5.880.866,03 em 2010, devido ao decréscimo do montante relativo a custos que só vão originar despesa no ano seguinte.

Já os **Proveitos Diferidos** aumentaram em cerca de 3% devido à homologação de Candidaturas de Fundos Comunitários, relativas à comparticipação de investimentos.

5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Quadro n.º 23

Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2009		2010		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.284.831,30	1,1	896.607,85	0,7	-388.223,45	-30,2
Fornecimentos e Serviços Externos	29.334.925,13	26,2	30.792.738,73	25,4	1.457.813,60	5,0
Custos com o Pessoal	33.379.066,50	29,8	32.119.202,58	26,5	-1.259.863,92	-3,8
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	12.939.034,09	11,5	10.617.558,54	8,8	-2.321.475,55	-17,9
Amortizações do Exercício	25.032.224,62	22,3	26.232.628,76	21,7	1.200.404,14	4,8
Provisões do Exercício	2.017.724,89	1,8	0,00	0,0	-2.017.724,89	-100,0
Outros Custos Operacionais	140.472,76	0,1	285.744,94	0,2	145.272,18	103,4
(A) Custos e Perdas Operacionais	104.128.279,29	92,9	100.944.481,40	83,4	-3.183.797,89	-3,1
Custos e Perdas Financeiros	1.355.671,39	1,2	842.027,71	0,7	-513.643,68	-37,9
(C) Custos e Perdas Correntes	105.483.950,68	94,2	101.786.509,11	84,1	-3.697.441,57	-3,5
Custos e Perdas Extraordinários	6.551.459,97	5,8	19.306.268,45	15,9	12.754.808,48	194,7
Total dos Custos e Perdas	112.035.410,65	100,0	121.092.777,56	100,0	9.057.366,91	8,1
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	4.699.046,36	5,0	4.200.763,16	3,7	-498.283,20	-10,6

Impostos e Taxas	51.637.277,54	55,0	53.506.547,17	47,6	1.869.269,63	3,6
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	27.022.448,00	28,8	26.886.472,09	23,9	-135.975,91	-0,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0	2.530.000,00	2,3	2.530.000,00	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	83.358.771,90	88,7	87.123.782,42	77,5	3.765.010,52	4,5
Proveitos e Ganhos Financeiros	840.994,59	0,9	495.399,34	0,4	-345.595,25	-41,1
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	84.199.766,49	89,6	87.619.181,76	77,9	3.419.415,27	4,1
Proveitos e Ganhos Extraordinários	9.738.463,09	10,4	24.812.968,34	22,1	15.074.505,25	154,8
Total dos Proveitos e Ganhos	93.938.229,58	100,0	112.432.150,10	100,0	18.493.920,52	19,7
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-20.769.507,39		-13.820.698,98		6.948.808,41	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-514.676,80		-346.628,37		168.048,43	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-21.284.184,19		-14.167.327,35		7.116.856,84	
Resultados Extraordinários:	3.187.003,12		5.506.699,89		2.319.696,77	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-18.097.181,07		-8.660.627,46		9.436.553,61	

Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 23, que se assistiu a um aumento dos custos, entre 2009 e 2010, aumento este que foi acompanhado, mais que proporcionalmente, pelo aumento de proveitos, ao contrário do que se havia passado no ano transacto. Apesar dos Resultados Líquidos do Exercício terem sido negativos no presente exercício em 8,6 milhões de euros, verificou-se já a uma convergência.

A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos e perdas, a estrutura em 2010 foi semelhante à de 2009, ou seja, o peso dos custos e perdas operacionais, financeiros e extraordinários mantém a mesma relação entre eles, apesar de no seu conjunto terem sofrido um decréscimo de 8,1%. Já os proveitos e ganhos

apresentam uma variação bastante positiva, face ao ano anterior, de 19,7%, sendo, no entanto, a relação entre os proveitos operacionais, financeiros e dos extraordinários similar à de 2009. Também são os proveitos e ganhos operacionais que mais contribuem para o total dos proveitos, o que releva a capacidade da autarquia em gerar rendimentos a partir da sua actividade principal, principalmente ao nível dos impostos directos.

De mencionar apenas o crescimento acentuado quer dos custos e perdas extraordinárias, quer dos proveitos e ganho extraordinários, explicados pela anulação da liquidação efectuada no processo da CEPSA Portuguesa Petróleos, SA. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, no âmbito do processo de impugnação judicial nº 107/02/31, instaurado por aquela firma contra o Município de Matosinhos, anulou o acto de liquidação das taxas de ocupação do subsolo do domínio municipal com o fundamento na existência de erro nos pressupostos de facto consubstanciado na circunstância de a liquidação se reportar a uma extensão da conduta superior à que ela realmente possuía. Foi efectuada uma medição pericial conjunta que, confirmando a existência de tal erro, estabeleceu em 96 metros lineares a ocupação do subsolo do domínio público municipal com condutas da CEPSA.

A Câmara Municipal de Matosinhos, deliberou, ao abrigo do art. 78º, nº 1 da Lei Geral Tributária, proceder à revisão oficiosa dos actos de liquidação das taxas referentes aos anos de 1999 a 2004, tendo, atendendo ao erro nos pressupostos de facto acima identificado, anulado as mencionadas liquidações das taxas nos anos em referência. Consequentemente, foram também anuladas as provisões que haviam sido constituídas, o que explica ambas as componentes dos resultados extraordinários (custos e proveitos).

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas**, podemos desde logo constatar que peso dos custos com pessoal superou o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos, embora se tenha assistido a uma perda em 3,3 p.p. relativamente ao peso desta rubrica face ao peso existente em 2009. Relativamente aos outros itens deste agregado, praticamente não se alterou face ao 2008, com a excepção das Provisões do Exercício que viram o seu peso diminuir e dos Custos e perdas extraordinários pelas razões já apontadas. De facto, os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações do Exercício são os que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos **Proveitos** assistimos, pelo segundo ano consecutivo, a uma diminuição do peso dos Impostos e Taxas, pese embora o valor desta rubrica tenha aumentado em 1,8 milhões de euros face ao ano transacto. Atendendo, por outro lado, ao comportamento da rubrica de Outros Proveitos e

Ganhos Operacionais, decorrente da atribuição de Donativos ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os Proveitos Operacionais da Autarquia acabaram por ter um comportamento bastante positivo, tendo crescido 4,5%. Convém ainda salientar um decréscimo ao nível dos Proveitos Extraordinários e Financeiros explicados pela quebra acentuada das taxas de juro no ano 201, tendência que só se viu alterada nos últimos 3 meses do ano.

5.1.2.1. Evolução das principais rubricas

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram em cerca de 5%. Este aumento é explicado pelas revisões de preços dos contratos de prestação de serviços de varreduras e recolhas. Expurgando esta rubrica desses valores de Revisão de Preços, ou seja, se mantivéssemos o valor destes subcontratos ao nível dos ocorridos em 2009, o comportamento teria sido completamente diferente: teria sofrido uma quebra de 11,3%, o que explicita bem o esforço que se tem implementado ao nível da redução de custos.

Os **Custos com Pessoal** tiveram uma variação negativa de 3,8%, decorrente, genericamente de 3 factores: redução de pessoal contratado e passagem aos quadros, o que determinou uma redução das remunerações; redução da remuneração por doença, maternidade e paternidade; e redução do trabalho extraordinário.

Por outro lado, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais** assistiram a um decréscimo na ordem dos 18%, a que corresponde um valor de 2.321.475,55 euros, fruto, essencialmente, da redução das transferências para as Escolas do Concelho, Freguesias e instituições particulares sem fins lucrativos.

Quanto às **Provisões do Exercício**, não se verificou em no ano em apreço qualquer reforço da provisão. Em 2009, havia-se procedido ao reforço das provisões para cobranças duvidosas, para fazer face à eventual incobrábilidade das dívidas, no valor de 2.017.724,89 euros, pelo que não foi necessário, em 2010, proceder a qualquer reforço das mesmas.

Relativamente às **Amortizações do Exercício** houve um acréscimo face ao ano anterior de 4,8%, o que não é de admirar face ao aumento do imobilizado bruto verificado na gerência em análise, no montante de 32,8 milhões de euros.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar um decréscimo dos **Custos e Perdas Financeiras** de cerca de 38%, em relação ao ano anterior, justificado pela diminuição taxa de juro indexada aos empréstimos (EURIBOR a 3 ou 6 meses).

Já os **Custos e Perdas Extraordinárias** tiveram um acréscimo relevante, explicado já no ponto 5.1.2.

Ao nível dos **Proveitos**, dever-se-á referir que as **Vendas e Prestações de Serviços** tiveram uma quebra de 10%, devido essencialmente ao facto de em 2009 termos tido um proveito incomum decorrente da venda de matérias-primas, subsidiárias e diversas à INDAQUA no âmbito do contrato da concessão.

A rubrica de **Impostos e Taxas** teve uma variação positiva, face a 2009, de 3,6%, resultante do aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis, no montante de 1,4 milhões de euros, e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas sobre Imóveis, no montante de cerca de 2,6 milhões de euros. A variação positiva nestes dois impostos, assim como na rubrica Taxas, mais que compensaram as reduções assistidas, quer na Derrama (2,1 milhões de euros), quer nos impostos indirectos.

Ao nível das **Transferências e Subsídios Obtidos** assistimos a um ligeiro decréscimo de 0,5%, que se deveu à quebra das transferências correntes provenientes do Estado, essencialmente ao nível do Fundo Social Municipal e Outras Transferências Correntes (DREN) que tiveram um desempenho negativo superior ao que decorreu do aumento da Participação no IRS.

Por outro lado, assistimos a um decréscimo de 52%, face ao ano anterior, dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, que é justificado pela diminuição dos juros obtidos de depósitos bancários e pela redução do montante relativo à bonificação de juros dos empréstimos de longo prazo, devido à baixa da taxa de juro de referência.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, assistiram, por outro lado, a um acréscimo de 15 milhões de euros decorrentes, essencialmente da anulação da provisão anteriormente constituídas, relativas ao processo da CEPISA Portuguesa Petróleos, SA, tal como foi já explicado no ponto 5.1.2.

5.1.2.2. Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, embora todos resultados tenham manifestado uma evolução positiva face ao ano 2009, será de realçar, de facto, os Resultados Operacionais em que se assistiu a um aumento de quase 7 milhões de euros, assente não apenas no aumento dos proveitos e ganhos de 3,7 milhões, como também a uma redução dos custos e perdas em 3,1 milhões, o que conjugadamente acabou por ter um impacto importante no comportamento do Resultado Líquido do Exercício.

5.2. Dívida do Município

5.2.1. Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva se ter mantido, à semelhança do ano anterior, acima dos 100 milhões de euros, como já vimos no ponto 2.3, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n.º 24

Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2007	2008	2009	2010
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	53.340.177,44	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	295.250,53	1.953.728,98	1.454.139,60	2.992.748,38
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.029.406,57	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32
5 - Rectificação de anos anteriores	0,00	0,00	150,94	74.778,75
Dívida no final do período (1+2+3+4)	49.606.021,40	47.538.789,53	44.729.072,68	42.047.221,74
Taxa de Crescimento da Dívida	-7,0%	-4,2%	-5,9%	-6,0%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, nos quatro últimos anos, de 49.606.021,40 euros para 42.047.221,74 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como veremos mais adiante, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.

Analisando agora o Quadro n.º 25, podemos perceber que, à semelhança do ano anterior, os encargos financeiros obtiveram uma variação negativa e os passivos financeiros uma variação positiva, dando origem, no seu cômputo geral, a um crescimento do serviço da dívida entre 2009 e 2010 de 14,8%. Esta variação positiva dos passivos deveu-se, para além da amortização regular dos vários empréstimos, ao pagamento de parte do empréstimo contratado em 2006, no valor de 951.893,40 euros, devido à arrecadação desse montante a título de transferência de capital do FEDER para a ampliação das Escolas de Quatro Caminhos e de Corpo Santo e, da Petrogal para a construção do Parque de Estacionamento de Leça da Palmeira.

Quadro n.º 25

Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2007	2008	2009	2010
Juros	974.296,96	1.138.683,52	929.222,11	284.899,76
Amortizações	4.029.406,57	4.020.960,85	4.263.856,46	5.674.599,32
Total	5.003.703,53	5.159.644,37	5.193.078,57	5.959.499,08
Taxa de Crescimento	-2,9%	3,1%	0,6%	14,8%

No que se refere aos juros, estes sofreram uma diminuição face ao ano 2009, explicada pela baixa da taxa de juro, durante o ano de 2009.

5.2.2. Limite da Capacidade de Endividamento

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais - estabelece as regras de cálculo do endividamento autárquico.

De acordo com o estabelecido no artigo 36º o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dividas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de endividamento líquido municipal e o limite geral de empréstimos dos municípios.

Relativamente ao limite de endividamento líquido municipal (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por calamidade pública; entre outros.

No Quadro n.º 26 agruparam-se os diversos empréstimos do município, de forma a evidenciar os empréstimos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia.

Podemos constatar que o capital em dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos empréstimos que não relevam – 28% e 72% respectivamente. No entanto se considerarmos a total utilização do empréstimo de longo prazo contratado em 2009, no montante de 26.525.000,00 euros, e dos empréstimos contratados em 2010, no montante de 5.496.131,02 euros, a percentagem de dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento passaria de 28% para 57%.

Quadro n.º 26

Evolução do Stock da Dívida

(Un:
Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Valores Acumulados		Capital em Dívida em 31/12/2010
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amort.	Juros Capit.	
09-07-1997	Centro Ciências Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	318.873	14.422	2.861.710	0	653.144
13-09-2000	Diversos empreendimentos	BPI	9.975.958	9.623.866	1.038.998	27.682	6.462.859	0	3.161.07
03-10-2000	Diversos empreendimentos	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	386.642	10.916	2.731.486	0	785.080
08-10-2002	Financiamento complementar de diversos empreendimentos	C.G.D.	2.908.766	2.162.294				0	
					121.256	23.135	570.065		1.592.29
29-12-2006	Diversos Empreendimentos	BPI	2.410.000	2.410.000	1.070.810	26.144	1.122.980	0	1.287.020
19-05-2009	Diversos empreendimentos	C.G.D.	26.525.000	1.293.119	0	58.100	0	0	4.285.867
27-10-	Diversos	IHRU	946.56	0	0	0	0	0	0

2010	Empreendimentos PROHABITA	-		9					
16-11-2010	Diversos			1.924.	0			0	
2010	Empreendimentos PROHABITA	-	C.G.D	562		0	0	0	0
29-12-2010	Diversos		C.G.D	2.625.	0			0	
	Empreendimentos			000		0	0	0	0
(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento						2.936.578	160.399	13.749.099	11.764.347
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3		C.G.D	490.857	490.857		1.641	260.322	37.331
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau		C.G.D	719.306	719.306		2.519	381.313	57.313
16-06-1994	Habitação Guarda/Perafita	-	C.G.D	1.827.715	1.827.715		6.834	916.207	169.459
16-06-1994	Habitação - S. Gens		C.G.D	1.950.100	1.950.100		6.752	1.022.849	179.322
(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais						289.285	17.747	2.580.691	443.425
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim		C.G.D	6.014.774	5.865.100		15.117	2.274.477	3.590.623
09-08-	Conj. Habit. Soutelo		C.G.D	535.46	519.46	23.172	1.20	210.35	0

1996		.	5	3		3	2		1
09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D	589.08	570.80		1.32	231.14		339.66
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	.	0	4	25.462	2	3	0	2
		C.G.D	689.35	604.50		1.35	252.37		352.13
		.	4	8	25.403	3	3	0	5
						-			
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.75	771.24		6.37	356.79		414.45
			6	1	117.761	8	0	0	2
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.	1.539.		7.22	730.49		809.23
			724	724	77.285	4	1	0	3
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Léguas, Chouso e Perafita	BPI	2.388.	2.241.		3.58	966.79	0	1.275.1
			778	987	114.108	2	3		94
07-11-2000	Diversos empreendimentos	C.G.D	36.549	31.229	1.807.1	83.3	10.887		20.341.
		.	.031	.155	69	31	.403	0	752
(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento					2.448.736	106.754	15.909.823	0	27.432.161
(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento					2.738.021	124.501	18.490.513	443.425	30.282.874
TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)					5.674.599	284.900	32.239.612	443.425	42.047.222

De forma a facilitar a análise dos limites de endividamento líquido e bancário, assim como da capacidade de endividamento da autarquia foram construídos os seguintes quadros resumo.

Quadro n.º 27

Receitas Arrecadas em 2009

(Un: Euros)

Descrição	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.253.201,27	582.587,15	20.670.614,12
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	8.167.869,76	532.267,17	7.635.602,59
Imposto Municipal sobre Veículos + IUC	2.837.267,15	716,07	2.836.551,08
Contribuição Autárquica	84.912,72	6.655,49	78.257,23
Imposto Municipal de Sisa	552.087,90		552.087,90
Derrama	10.717.515,81		10.717.515,81
Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS (a)	15.571.988,00		15.571.988,00
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00
Total das receitas	59.184.842,61	1.122.225,88	58.062.616,73

(a) MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010 - valor determinado pela DGAL

Quadro n.º 28

Endividamento Líquido / Bancário

(Un: Euros)

Entidades	Endividamento Líquido Total	Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo
Câmara	8.082.223,02	11.764.347,43
Entidades Societárias		
MH - Matosinhos Habit, E.M.	0,00	0,00
MS - Matosinhos Sport, E.M.	595.921,02	0,00
Primus MGV SA	0,00	0,00
Leixões S. C. - Futebol SAD	1.701.983,46	0,00
Associações de Municípios		
LIPOR	-2.806.874,99	0,00
Área Metropolitana do Porto	-447.103,76	0,00
Total	7.126.148,74	11.764.347,43

Da análise do quadro n.º 28 podemos verificar, por um lado, quais são as entidades consideradas para a cálculo do endividamento líquido e bancário e, por outro lado, qual o seu contributo em termos de valor.

De acordo com o estabelecido no art. 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e do art. 36.º da Lei das Finanças Locais, com as alterações introduzidas pelos artigos n.ºs 28.º e 29.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (O.E. para 2008), o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, das entidades que integram o sector empresarial local (SEL) e das sociedades comerciais nas quais o município detenha, directa ou indirectamente, uma participação social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Das entidades societárias presentes no quadro n.º 28, a Matosinhos Sport, .EM., a Matosinhos Habit, EM. e o Leixões S.C. – Futebol SAD não cumprem as regras de equilíbrio estabelecidas no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, isto é, apresentam um resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros negativo, como se pode ver no seguinte mapa.

Quadro n.º 29

Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

(Un: Euros)

Sociedades Comerciais	Resultados Operacionais	Encargos Financeiros	Desequilíbrio das Contas	Participação no Capital	Verba a Transferir
Matosinhos Sport, E.M.	-25.824,22	-2.881,42	-28.705,64	100%	28.705,64
Matosinhos Habit, E.M.	-484.700,84	-24.324,75	-509.025,59	100%	509.025,59
Leixões S. C. - Futebol SAD	-593.774,74	-366.258,65	-960.033,39	20%	192.006,68
Primus MGV SA	1.878,86	-541,4	1.337,46	0,06%	0,00

De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 31º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, nesta situação é obrigatória, por parte do Município, a realização de uma transferência financeira com vista à cobertura dos prejuízos de exploração anual acrescido dos encargos financeiros. O n.º 3

deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos referidos prejuízos.

No entanto, atendendo à dificuldade que constituiria uma previsão dessa natureza antes do encerramento das contas, estabelece o nº 4 do referido artigo que “No caso do orçamento anual em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos referidos no número anterior, deve ser inserida uma verba suplementar no orçamento do exercício subsequente, efectuando-se a transferência no mês seguinte à data de encerramento das contas.”

Nestes termos, caso o Município não efectue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, o endividamento líquido e os empréstimos destas entidades relevam para o cômputo do endividamento municipal, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, e face ao exposto, a capacidade de endividamento do município foi calculada considerando o contributo das Associações de Municípios (LIPOR e AMP) e das três sociedades comerciais referidas nos parágrafos anteriores. Aqui é importante realçar que o contributo da Matosinhos Habit para o endividamento do Município é nulo porque apresenta os activos financeiros superiores aos passivos financeiros o que implica a sua não inclusão neste cálculo.

Quadro n.º 30

Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento	Valor
1 - Receitas Arrecadas em 2009 (A)	58.062.616,73
2 - Endividamento Líquido Total	7.126.148,74
3 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = 125% x A	72.578.270,91
4 - Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo	11.764.347,43
5 - Limite de Endividamento Bancário = A	58.062.616,73
6 - Capacidade de Endividamento Líquido (3-2)	65.452.122,17
7 - Capacidade de Endividamento Bancário (5-4)	46.298.269,30
8 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (6/3)	90,18%
9 - Índice da Capacidade de Endividamento Bancário (7/5)	79,74%

Analisando o **Endividamento Líquido Total** podemos constatar que o valor de 7.126.148,74 euros, calculado pela diferença, como vimos anteriormente, entre o somatório dos Passivos e o somatório dos Activos, é inferior ao Limite de Endividamento Líquido Municipal, presente do quadro n.º 30, no montante de 72.578.270,91 euros, em 65.452.122,17 euros. Isto significa que o município de Matosinhos apenas utilizou 9,82 % da sua capacidade de endividamento líquido.

Já no **Endividamento Bancário** de médio e longo prazo, o montante de 11.764.347,43 euros representa o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2010 dos empréstimos não excepcionados, do município e das entidades referidas no quadro n.º 28. Assim, Pela análise do quadro n.º 30 podemos concluir que, no final de 2010, o município dispunha de um índice de Capacidade de Endividamento Bancário de 79,74%, ou seja, do Limite de Endividamento Bancário de 58.062.616,73 euros apenas se utilizou cerca de 20%, ou seja 11.764.347,43 euros.

No entanto se acrescentarmos à dívida de longo prazo o montante ainda não utilizado do empréstimo contratado em 2009 e dos empréstimos contratados em 2010, o Município, mesmo assim, dispõe de uma capacidade de endividamento bancário de médio e longo prazo de 18,6 milhões de euros.

5.3. Indicadores de Gestão

5.3.1. Indicadores de Natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

Quadro n.º 31

Indicadores da Estrutura da Receita	2008	2009	2010
Receitas Próprias / Receita Total	62,8%	60,8%	55,5%
Impostos Locais (1) / Receita Total	47,5%	40,2%	41,7%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,0%	4,3%	0,0%
Transferências / Receita Total	35,0%	33,3%	37,5%
Passivos Financeiros / Receita Total	2,0%	6,0%	7,0%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela leitura do Quadro n.º 31 podemos constatar que, à semelhança da receita total que sofreu um decréscimo em cerca de 2,1%, entre 2009 e 2010, o peso relativo das receitas próprias diminuiu, de 60,8% para 55,5%. Também o peso da Venda de Bens de Investimento na receita total diminuiu devido à arrecadação excepcional deste tipo de receita no ano de 2009, em resultado da venda de imobilizado à INDAQUA. Os Impostos Locais, as Transferências e os Passivos Financeiros viram o seu peso aumentar em resultado do aumento da arrecadação destas receitas, principalmente as Transferências que tiveram um acréscimo de 3,8 milhões de euros face ao ano 2009. Já o rácio relativo aos passivos financeiros (utilizações de capital) tiveram um aumento de 1 p.p.; no entanto,

este indicador deverá ser lido conjuntamente com os Passivos Financeiros da Despesa, já que uma parte daqueles, os relativos ao empréstimo de curto prazo contratado em 2010, foram anulados, decorrente da amortização integral desse empréstimo. Desta forma, este rácio apresentaria o valor de 2,8%.

Quadro n.º 32

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2008	2009	2010
Receita Total / Despesa Total	93,9%	102,7%	100,3%
Receita Corrente / Despesa Corrente	131,4%	113,0%	124,4%
Receita de Capital / Despesa de Capital	28,1%	76,4%	55,8%
Passivos Financeiros / Despesa Total	1,9%	6,1%	7,0%
Receitas Próprias / Despesa Total	59,0%	62,4%	55,7%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	44,6%	41,3%	41,8%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Por outro lado, a análise do Quadro n.º 32, permite-nos constatar que, analogamente a 2009 as receitas totais arrecadas foram superiores às despesas pagas, o que faz com que transite para a gerência seguinte, em termos orçamentais, o montante de 5.595.816,49 euros.

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente, e em 2010 as receitas de capital cifraram-se em cerca de 55,8% do valor das despesas de capital.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, cresceram cerca de 0,9 p.p. no total das despesas, variação semelhante à que existe relativamente ao total das receitas, mas que deverá ser interpretado da mesma forma.

O peso relativo dos impostos locais no total de despesas assistiu a um ligeiro acréscimo, entre 2009 e 2010, pelas razões atrás indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que 55,7% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que 41,8% da despesa total é assegurada por impostos locais.

5.3.2. Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 18,7% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas. Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 33, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 33

Indicadores	2009	2010
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo Total	96,2%	96,3%
Activo Circulante / Activo Total	3,8%	3,7%
Activo Fixo / Activo Circulante	2566,4%	2617,2%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	23,0%	20,3%
Passivo curto prazo / Passivo Total	18,6%	23,2%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	123,9%	87,4%
Análise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1512,8%	1654,8%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	22,6%	24,4%
Análise do Passivo Exigível		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	7,1%	9,3%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,8%	8,2%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	27,9%	21,6%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	73,0%	55,3%
Índice de Solvência		
Dívidas a terceiros / Activo total	11,5%	12,5%

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2009 e 2010, tendo-se assistido a uma diminuição muito ténue do peso do activo circulante, em proveito do activo fixo, no total do activo. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante continua enorme (2.617,2%) e aumentou face a 2009.

No que se refere à estrutura do passivo, à semelhança do que já ocorreu em 2009, o passivo de curto prazo voltou a ganhar peso no passivo total; de facto, em 2010 houve um aumento do peso do passivo de curto prazo e uma diminuição do peso do passivo de médio e longo prazo no total do passivo. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 7,1% para 9,3%, o de médio e longo prazo sofreu uma ligeira diminuição, de 8,8% para 8,2%.

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo dezasseis vezes e meia, o que significa que apenas cerca de um dezasseis avos do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 19% do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Ainda dentro da análise do activo fixo, podemos verificar que o coeficiente de envelhecimento do imobilizado passou, de 2009 para 2010, de 22,6% para 24,4%, o que significa que, apesar de ser relativamente recente, se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que em ambos os rácios ocorreu uma quebra, pois quer as disponibilidades, quer o activo circulante diminuíram de 2009 para 2010 e as dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram. Particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2010, as disponibilidades eram 4,6 vezes inferiores ao passivo de curto prazo.

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total é de 12,5%.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O resultado líquido da gerência, de acordo com o ponto 2.7.3.2 do POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro), deve ser transferido para a conta 59.01 “Resultados Transitados”.

Dado que o valor do Resultado Líquido do Exercício é de -8.660.627,46 euros, não haverá lugar à aplicação de resultados.



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E DE GESTÃO

2010